

Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (Orgs.)

Marcas & Discursos de Gênero

Produções Jornalísticas,
Representações Femininas
e Outros Olhares

Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

VICE-REITOR

Gisele Alves de Sá Quimelli

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Marilisa do Rocio Oliveira

EDITORA UEPG

Lucia Cortes da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Lucia Cortes da Costa (Presidente)

David de Souza Jaccoud Filho

Fábio André dos Santos

José Augusto Leandro

Marilisa do Rocio Oliveira

Oswaldo Mitsuyuki Cintho

Silvio Luiz Rutz da Silva

Marcas & Discursos de Gênero

Produções Jornalísticas,
Representações Femininas
e Outros Olhares

Copyright © by Karina Janz Woitowicz, Paula Melani Rocha
& Editora UEPG

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito
da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem
os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos,
gravação ou quaisquer outros.

Equipe editorial

Coordenação editorial Lucia Cortes da Costa

Preparação de originais e ficha catalográfica Cristina Maria Botelho

Revisão Tikinet Edições

Projeto gráfico, capa e diagramação Estúdio Texto

070.48347
M313m

Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações
femininas e outros olhares / Karina Janz Woitowicz; Paula Melani
Rocha (organizadores). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
14 mb.; e-book.

DOI: 10.5212/7798-187-8

ISBN - 978-85-7798-187-8

I-Mulheres – jornalismo. 2-Mulheres – condição social. I.
Woitowicz, Karina Janz, org. II.Rocha, Paula Melani, org. III.T.

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG
Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
E-mail: vendas.editora@uepg.br

2014

Prefácio

Há alguns anos recebi a avaliação de um artigo científico que havia submetido a uma revista sobre a emergência das epistemologias feministas e sua importância sobre a produção do conhecimento. Um dos pareceres recebidos trazia o seguinte questionamento: “Há sentido pensar em movimento feminista no século XXI? Não seria o caso de deixar de lado o obsoleto feminismo e produzir perspectivas científicas mais frutíferas?”

Como todos sabem, os pareceristas científicos e seus posicionamentos estão protegidos pelo anonimato, valioso instrumento de poder capaz de produzir uma pretensa estrutura de ordenamento natural, que invisibiliza o caráter de humanidade na produção científica. A estrutura acadêmica torna natural a valorização de algumas perspectivas enquanto deprecia outras para que a ordem se estabeleça. Afirmar o caráter ultrapassado do movimento feminista é uma das formas de colocá-lo fora do debate científico.

Entretanto, a perspectiva feminista acadêmica, mesmo frente às resistências estabelecidas contra ela, desestruturou as concepções tradicionais sobre a produção do conhecimento científico, denunciou suas estruturas de poder e, além disso, construiu um caminho alternativo que insiste em uma reestruturação de um espaço acadêmico capaz de estimular a produção de um conhecimento que rompa com a discriminação e o sexismo.

O livro *Marcas & Discursos de Gênero: Produções Jornalísticas, Representações Femininas e Outros Olhares*, organizado por Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha, é uma das respostas possíveis às questões elaboradas acima. As assimetrias de direitos sociais entre os gêneros ainda são importantes traços da sociedade contemporânea e, nesse sentido, um movimento que lute pela equidade de gênero não pode estar obsoleto, quando há ainda tantos limites a serem vencidos.

A obra está organizada em duas partes que revelam a riqueza com que a perspectiva feminista ultrapassa todos os campos de conhecimento científico, congregando capítulos oriundos de vários campos de saber, como o jornalismo, literatura, história, educação e sociologia. Com certeza o livro organizado desta forma plural revela a força epistemológica do pensamento feminista que permeia várias temporalidades e escalas espaciais, trazendo para o discurso acadêmico as realidades locais, nacionais e internacionais.

A natureza pluriversal da obra retrata várias realidades femininas. A linguagem é um aspecto abordado a partir do sujeito feminino que faz de sua prática uma potência política para criar visibilidade de sua posição na realidade social. O protagonismo político das mulheres em relação ao seu corpo, suas lutas, as relações entre gênero e as dinâmicas socioambientais, bem como as relações entre gênero e os processos educacionais são temas corajosamente abordados nesta obra.

Esse livro ultrapassa a perspectiva de se constituir em uma colaboração acadêmica, tornando-se também um importante instrumento de luta feminista que merece ser lido, debatido, questionado e enfim, fazer parte de nossas vidas. Afinal, enquanto persistirem as desigualdades entre os gêneros, os movimentos feministas ainda serão atuais e com absoluto sentido contemporâneo.

Joseli Maria Silva

Sumário

Apresentação	9
Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha	

Parte 1: Gênero, jornalismo e escrita feminina

Adrianne Rich – “Of Woman Born”	12
Joana d’Arc Martins Pupo	

A invenção da escritora – Anita Philipovsky, paradigma literário	30
Luísa Cristina dos Santos Fontes	

Leituras de gênero no ensino da Literatura: Representações femininas nos contos de Marina Colasanti	52
Ieda Maria Janz Woitowicz	

Profissionalismo, gênero e diferença entre os jornalistas de São Paulo	71
Aline Tereza Borghi Leite	

Gênero e Jornalismo: a mulher nas reportagens da Realidade	100
Felipe Araújo e Nanci Stancki da Luz	

Estudos de Gênero no Jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações femininas	131
Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha	

Parte 2: Mulheres, desigualdades e representações sociais

Lutas pela cidadania das mulheres	152
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz	

Meio ambiente, gênero e território: impactos ambientais na vida das mulheres	171
Edina Schimanski e Rafael Garcia Carmona	
Política no feminino: Representações midiáticas das deputadas no debate da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal	189
Ana Cabrera e Teresa Mendes Flores	
O telejornal na divulgação de questões pertinentes à Lei 11.340/2006 – Maria da Penha	232
Luana Márcia de Oliveira Billerbeck, Caroline Loures Ogg e Juliandre Capri	
Concepções acerca dos papéis femininos presentes em processos-crime de sedução na cidade de Ponta Grossa entre os anos 1968 a 1971	249
Solange da Silva Pinto e Myriam Janet Sacchelli	
A imagem feminina na Cartilha Caminho Suave na década de 1980: as representações do cotidiano familiar	267
Miriã Noeliza Vieira	
Língua inglesa e multiletramentos: relações de gênero no livro didático	280
Jéssica Martins de Araújo e Aparecida de Jesus Ferreira	

Parte 3: Ensaio Fotográfico

Eu queria... ..	303
Rodrigo Czekalski	
Sobre as autoras e autores	306

Apresentação

O livro publicado no formato e-book *Marcas & Discursos de Gênero: Produções Jornalísticas, Representações Femininas e Outros Olhares* traz um conjunto de estudos científicos interdisciplinares sobre questões de gênero. Da literatura ao jornalismo, passando pela política, educação, economia, cultura e sociedade, são traçados olhares plurais sobre os temas em pauta. Alguns trazem perspectivas atuais, outros se debruçam sobre o passado, que também merece ser revisto e debatido pela perspectiva de gênero. Espaços que a mulher ocupa e atua, hoje e antes, são abordados pelas autoras com um cuidado em analisar aspectos muitas vezes despercebidos, que marcam e reiteram os discursos estereotipados e as relações desiguais de gênero na sociedade.

São ao todo treze textos, divididos em duas partes: “Gênero, jornalismo e escrita feminina”, que trata das mulheres na literatura e no jornalismo, e “Mulheres, desigualdades e representações sociais”, que faz articulações entre questões sociais e representações de gênero em perspectivas desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento. Dessas, quatro foram apresentados no 1º Encontro Científico realizado pelo 2º Colóquio Mulher e Sociedade – Questões de Gênero: Interseção entre Estado e Sociedade Civil, no dia 8 de março de 2013, no campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O livro traz ainda, ao final, o Ensaio Fotográfico “Eu queria...”, do jornalista Rodrigo Czekalski. São fotos de mulheres de Ponta Grossa que ao serem retratadas contaram seus sonhos e anseios silenciados pelas obrigações, deveres e limitações do cotidiano e das dificuldades impostas pelas escolhas e condições de vida. As marcas expressas em suas faces e em um detalhe do corpo denunciam parte das questões de gênero discutidas nos textos. O ensaio acaba dando cara e voz aos problemas abordados pelos estudos apresentados.

A realização do livro no formato e-book visa publicizar as retóricas femininas e os estudos de gênero e representa mais uma conquista do grupo de Estudos Jornalismo e Gênero da UEPG, que com este trabalho propicia a difusão do conhecimento, possibilitando a todos os interessados pelo tema o acesso aos textos via internet. É também um compromisso em compartilhar a produção científica com a sociedade, aproximando esses dois espaços e reduzindo as barreiras dicotômicas que muitas vezes os separam.

Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha

PARTE 1

Gênero, jornalismo e escrita feminina

Adrienne Rich – “Of Woman Born”

Joana d’Arc Martins Pupo

*A thinking woman sleeps with monsters.
The beak that grips her, she becomes.*

Adrienne Rich é uma das mais celebradas poetas e, igualmente, uma das mais influentes feministas norte-americanas. Entretanto, sua poesia, sua prosa, seu pensamento são ainda hoje pouco conhecidos no Brasil. Nascida em 1929, faleceu recentemente em 27 de março de 2012, na Califórnia, aos 82 anos. Este artigo é o resultado de uma homenagem que prestamos a ela durante o 2º *Colóquio Mulher e Sociedade*¹, em 08 de março de 2013, na qual procuramos apresentar um pouco de sua vida e obra, acreditando na relevância e atualidade de suas ideias em uma sociedade que avança, ainda que mais devagar do que deveria, mas que insiste continuamente em retroceder em relação aos direitos humanos, particularmente aos direitos das mulheres, à construção de relações de gênero mais igualitárias e de um mundo mais pacífico.

Tal autora construiu uma obra comprometida, crítica e transformadora, em que sempre fez questão de expressar abertamente as várias faces de sua identidade – levando a sério o compromisso feminista de sua época quando escreveu “*O pessoal é político*”, como feminista, lésbica, ativista política, mãe.

Em mais de 60 anos de carreira, Adrienne Rich deixou um vasto legado não só de poemas que refletem sua busca contínua por justiça social, sua militância pacifista e seu feminismo radical, mas também ensaios que são contribuições fundamentais para pensarmos questões sobre a construção de identidades,

1 Promovido pelo Grupo de Estudos Jornalismo e Gênero (UEPG) em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

sexualidade, política e sobre a vida das mulheres na sociedade moderna.

Seu primeiro livro de poemas *A Change of World* (1951) ganhou o prêmio *The Yale Younger Poets*, tendo sido escolhido e prefaciado por ninguém menos do que o grande poeta W. H. Auden. Ainda na década de 1950, outro grande e consagrado nome da poesia norte-americana, Sylvia Plath, reconheceu seu talento e descreveu-a da seguinte forma: “*alguém completamente vibrante, cabelos curtos escuros, grandes olhos negros brilhantes... honesta, franca, direta e opinativa*”.

Foi uma criança de uma família privilegiada de Baltimore, Maryland. Filha de um renomado patologista da Universidade John Hopkins e de uma concertista de piano, tendo se desenvolvido em um ambiente intelectualmente rico e propício, ao qual fez jus com sua precocidade. Nunca deixou de reconhecer que as condições proporcionadas pela classe social a que pertencia permitiram-lhe mais facilmente, sendo mulher, desenvolver-se e construir sua carreira como poeta e intelectual.

Em 1953, não fugindo ao ‘destino’ feminino de sua época, tornou-se uma jovem esposa, casando-se aos 24 anos com Alfred Conrad, professor de economia na Universidade de Harvard; e, dois anos depois, já se tornava também uma jovem mãe. É a própria Adrienne Rich quem reconhece na experiência da maternidade – teve três filhos – o fator decisivo que impulsionou sua militância radical feminista.

O poema “Snapshots of a Daughter-in-Law” (Instantâneos de uma Nora), constante do livro *The Fact of a Doorframe* (1963), escrito entre 1958 e 1960, representou um de seus primeiros acenos para o feminismo. Sobre ele, a autora comenta, em seu ensaio “*When the Dead Awaken*” (1972), ter se sentido aliviada por conseguir, depois de dois anos escrevendo somente nos breves momentos que tinha para a poesia tratava-se de uma época em que estava imersa em suas atribuições/atribulações como mãe e esposa, fazer um poema sem se preocupar em ser universal. Ainda não escrevera a partir de um “Eu” lírico, assumidamente

feminino, mas orgulhava-se de ter tido a coragem de, pelo menos, ter tratado de uma temática da perspectiva de uma mulher.

*“You all die at fifteen,” said
Diderot,
and turn part legend, part
convention.
Still, eyes inaccurately dream
behind closed windows
blankening with steam.
Deliciously, all that we might
have been,
all that we were -fire, tears,
wit, taste, martyred ambition-
stirs like the memory of
refused adultery
the drained and flagging
bosom of
our middle years.*

*“Vocês todas morrem aos
quinze anos”, disse Diderot,
tornam-se parte lenda, parte
convenção.
Mesmo assim, os olhos
inadvertidamente sonham
por trás de janelas fechadas
embranquecidas pelo vapor.
Deliciosamente, tudo que
poderíamos ter sido,
tudo que fomos - fogo,
lágrimas,
sagacidade, gosto, ambição
sacrificada-
comove como a memória
de um adultério recusado a
essência cansada e esgotada
de nossa meia-idade.*

No mesmo ensaio, Rich comenta que, somente oito anos mais tarde, *“a mulher no poema e a mulher que escreve o poema tornam-se a mesma pessoa”*². Trata-se do poema *Planetarium*, uma homenagem sua à Caroline Herschel (1750-1848) – astrônoma cujo nome ficara obscurecido em virtude de ter trabalhado ao lado de seu irmão, William:

2 Tradução minha: *“the woman in the poem and the woman writing the poem become the same person.”* (RICH, XXX, p.24)

*I am an instrument in the
shape
of a woman trying to
translate pulsations
into images ... for the relief
of the body
and the reconstruction of my
mind.*

*Sou um instrumento em forma
de mulher tentando traduzir
pulsações
em imagens... para o alívio do
corpo
e a reconstrução de minha
mente.*

Um de seus livros mais celebrados de poesia, “*Diving Into the Wreck*” (1973) (“*Mergulho nos destroços*”) ganhou, em 1974, o *National Book Award for Poetry*, importante prêmio concedido por escritores renomados a outros escritores. Adrienne Rich, entretanto, não aceitou receber sozinha o prêmio, insistiu em dividi-lo não só com as outras duas candidatas, Alice Walker e Audre Lorde, mas o aceitou em nome de **todas** as mulheres. De acordo com Margaret Atwood³, os destroços nos quais o eu lírico (uma mulher) está mergulhando, “são os destroços dos mitos obsoletos, particularmente os mitos sobre homens e mulheres. Ela viaja em direção a algo que já está no passado, para descobrir por ela mesma a realidade por trás do mito...”⁴

3 Margaret Eleanor “Peggy” Atwood (1939): escritora canadense, romancista, poetisa, ensaísta e contista, agraciada com inúmeros prêmios literários internacionais importantes e com a mais importante condecoração do seu país: a Ordem do Canadá.

4 Tradução minha: “The wreck she is diving into, in the very strong title poem, is the wreck of obsolete myths, particularly myths about men and women. She is journeying to something that is already in the past, in order to discover for herself the reality behind the myth...” (ATWOOD, disponível em: http://www.english.illinois.edu/maps/poets/m_r/rich/wreck.htm).

*First having read the book of
 myths,
 and loaded the camera,
 and checked the edge of the
 knife,
 I put on
 the body armor of black
 rubber
 the absurd flippers
 the grave and awkward mask.
 I am having to do this
 not like Cousteau with his
 assiduous team
 aboard the sun-flooded
 schooner
 but here alone.
 [...]
 We are, I am, you are
 by cowardice or courage
 the one who find our way
 back to this scene
 carrying a knife, a camera
 a book of myths
 in which
 our names do not appear.*

*Primeiro, tendo lido o livro
 dos mitos,
 e carregado a câmera,
 e conferido o fio da faca,
 Coloco
 minha armadura de borracha
 negra
 os pés-de pato absurdos
 a máscara séria e estranha.
 Faço isso
 não como Cousteau e sua
 assídua equipe
 abordo da escuna banhada
 pelo sol
 mas aqui sozinha.
 [...]
 Nós estamos, eu estou, você
 está
 por covardice ou coragem
 aquele que encontra nosso
 caminho
 de volta a esta cena
 carregando uma faca, uma
 câmera
 um livro de mitos
 no qual
 nossos nomes não aparecem.*

Diving into the Wreck, considerado um dos mais belos poemas feministas, inaugura a fase em que a poeta aprofunda sua determinação em “escrever direta e abertamente como uma mulher, a partir do corpo e da experiência de uma mulher”.

A obra de Adrienne Rich confirma que estética e ética, sentimento e compromisso político convivem harmoniosamente na poesia. E a prova disso é que seu compromisso político com o

feminismo acompanhou o desenvolvimento de sua poesia até o fim, falando das experiências femininas de modo cada vez mais amplo através das culturas, da história, da etnicidade, incluindo as relações de poder, a heteronormatividade e a identidade lésbica.

Todavia será através de uma prosa erudita, lúcida e engajada, mas cuja linguagem nunca deixa de ser poética, que a autora tratará de um de seus temas centrais: a maternidade. “Of Woman Born”, publicado em 1976, será a obra em que dedicaremos o restante deste ensaio, devido tanto a sua originalidade quanto a seu potencial para pensarmos muitas das questões ainda presentes quando refletimos sobre os discursos hegemônicos sobre a maternidade.

Hoje, com mais de 30 anos de sua publicação, o livro de Adrienne Rich continua a ser uma referência indispensável nas pesquisas sobre a dimensão opressiva ou sobre a dimensão de empoderamento que a maternidade pode significar para as mulheres. O que, desde então, não se pode ignorar é a distinção reconhecida por ela “entre os dois significados da maternidade, um superposto ao outro: a *relação potencial* de qualquer mulher com seu poder de reprodução e para com os filhos; e a *instituição*, a qual objetiva assegurar que aquele potencial e todas as mulheres permaneçam sob o controle masculino. Esta instituição é a pedra fundamental dos mais diversos sistemas sociais e políticos.”⁵

Através de uma linguagem que privilegia a franqueza e a sensibilidade para com os fatos, tanto pessoais quanto sociais e culturais, de uma análise histórica rica em detalhes somada a uma aguçada percepção dos próprios sentimentos, desde os mais

5 Tradução minha: “between two meanings of motherhood, one superimposed on the other: the *potential relationship* of any woman to her powers of reproduction and to children; and the *institution*, which aims at ensuring that that potential_ and all women_ shall remain under male control. This institution has been the keystone of the most diverse social and political systems”. (RICH, 1986, p.13)

ínfimos aos mais inconfessáveis, Adrienne Rich revela o alto preço pago pelas mulheres ao transformarem-se em mães, acreditando que para que todas as mulheres tenham escolhas reais ao longo da vida, é preciso que compreendam o poder e o desempoderamento incorporados na maternidade em uma cultura patriarcal.

Apesar de ter sido escrito na efervescência da segunda onda do Movimento Feminista, “Of Woman Born” foi uma das primeiras investigações sobre a experiência da maternidade. A experiência é a sua própria, como mulher, poeta, feminista, e como mãe, e abertamente lésbica⁶. Sua perspectiva metodológica recebeu simultaneamente elogios e críticas, exatamente, pelos mesmos motivos: Rich aliou à pesquisa teórica seu testemunho pessoal para denunciar a maternidade como uma instituição social imposta a todas as mulheres em toda parte.

Todavia, a autora nos mostra que a maternidade tem uma história, que essa maternidade que conhecemos é fruto de uma ideologia, resultado de um sistema sociocultural e político que nasce do patriarcado – conceito reconhecido por ela não como uma abstração, senão como um conceito concreto e útil ainda hoje para se pensar a hierarquia sexual identificável nas estruturas sociais e políticas, como uma forma majoritária de dominação intimamente interconectada com os conceitos de raça e classe que geram opressões que são simultaneamente raciais, econômicas e de gênero.

Entretanto, Adrienne Rich lembra de fazer uma nítida separação entre a maternidade institucionalizada e a possibilidade de outros modelos de relação parental. No prefácio da primeira edição de 1976, esclarece que com a obra não pretende fazer um “ataque à família e à maternidade, *exceto àquela definida e restrita*

6 Após o suicídio de seu marido, em 1970, de quem já estava separada, Adrienne Rich assume sua relação com a poeta e romancista jamaicana Michelle Cliff, com quem viveu até sua morte.

sob o patriarcado.⁷ (Itálicos no original). Entretanto, no prefácio da edição comemorativa dos 10 anos de publicação de “Of Woman Born”, a autora faz questão de dizer que nunca desejou tampouco que o livro se prestasse à “uma sentimentalização das mulheres ou de suas capacidades espirituais ou de nutrizes”⁸. Percebemos aqui sua preocupação, em dois momentos distintos, em refrear julgamentos comuns e polarizados na recepção da desconstrução da maternidade que seu trabalho propõe. É neste mesmo prefácio que, ao reconhecer os avanços alcançados naquela última década, Adrienne Rich nos alerta para o fato de que quanto as vitórias eram ainda parciais e vulneráveis, e, em 2013, podemos concluir que ainda o são.

Comparando o modelo ideológico da maternidade como instituição social à escravidão humana, o que denuncia é, de fato, a violência da obrigatoriedade da maternidade para a construção de uma possível identidade feminina, reiterada pela sociedade através dos inúmeros discursos que nos atravessam cotidianamente.

Também não se esquece de relacionar os mais diversos aspectos implicados na ‘produção’ social das mulheres-mães e de revelar os mecanismos através dos quais esta maternidade imputada serve para manter as relações de poder imbricadas nas relações que são de gênero.

É através de uma crítica fundamentada não só dos paradigmas culturais, mas também das instituições concretas, baseada na concepção de gênero como construção social, que Adrienne Rich, fazendo-nos lembrar das reivindicações de Mary

7 Tradução minha “This book is not an attack on the family or on mothering, except as defined and restricted under patriarchy.” (Rich, 1986, p.14)

8 Tradução minha “to the sentimentalization of women or of women’s nurturant or spiritual capacity.” (RICH, 1986, p.xxxiv)

Wollstonecraft⁹ do final do século XVIII, nos adverte que “... as mulheres são tão intrinsecamente humanas como os homens, que nem as mulheres, nem os homens são meramente uma expansão do código genético, de seus dados biológicos. [que é] A experiência [que] nos molda, o acaso nos molda, as estrelas e o clima, nosso próprio acomodamento e nossas rebeliões, e, sobretudo, a ordem social em torno de nós.”¹⁰

Adrienne Rich se dedicou a pensar os modos como o controle técnico, a medicalização da maternidade e a transferência das práticas relacionadas ao parto terem migrado do poder das mulheres para as mãos dos homens e como se sujeitaram ainda mais as mulheres ao poder/saber masculino. Demonstrou como as políticas de repressão e/ou proibição do aborto são defendidas sob um discurso hipócrita e moralista que sempre ignorou a saúde física e mental e o valor humano das mulheres, e que juntamente com as políticas de esterilização indiscriminada em massa para as camadas populares, historicamente serviram e servem para impedir que as mulheres tenham controle sobre suas capacidades reprodutivas, o que as outorgaria um poder excessivo para a atual organização social e política.

Na luta central das mulheres por uma maior autonomia no que diz respeito a seus corpos, suas sexualidades e uma maior liberdade na constituição de suas subjetividades, Adrienne Rich teve a ousadia de denunciar a violência que pode significar a maternidade idealizada, construída pelos estereótipos do amor incondicional, do tempo integral, da desigualdade excessiva na

9 Mary Wollstonecraft (1759 - 1797): escritora britânica, considerada uma das pioneiras do moderno feminismo, autora de *A Vindication of the Rights of Woman* (*Uma Defesa dos Direitos da Mulher*), publicada em 1790.

10 Tradução minha “women are as intrinsically human as men, that neither women nor men are merely the enlargement of a contact sheet of genetic encoding, biological givens. Experience shapes us, randomness shapes us, the stars and the weather, our own accommodations and rebellions, above all, the social order around us.” (RICH, 1986, p.xv)

imputação à mãe pela responsabilidade da criação dos filhos e, do inelutável sofrimento supostamente inerente à condição materna, entre muitos outros discursos desfavoráveis às mulheres, mas que são absolutamente naturalizados através dos discursos midiáticos, religiosos, educativos e pseudocientíficos que nos interpelam diariamente.

Ela inicia o prefácio de “Of Woman Born” nos lembrando de que para qualquer ser humano é sempre uma mulher que irá representar suas primeiras experiências seja com o amor ou com a decepção, seja uma relação exclusivamente de poder ou somente de ternura e que é o status da mulher enquanto ‘aquela que gera’ que tem sido tratado como o principal fato da vida da mulher. Rich reflete sobre a enorme diferença no significado da fecundação para uma mulher e para um homem. Para um homem, a fecundação não traz implicações diretas; um homem pode fecundar e desaparecer. Enquanto que para a mulher, qualquer que seja o desdobramento da fecundação – seja seguida de um aborto espontâneo ou não; da mulher ter que ou simplesmente abandonar a criança, ou ainda – o que é mais comum, assumir a criança, em quaisquer dessas situações, haverá consequências profundas por toda sua vida. Portanto, a assunção da maternidade e a assunção da paternidade têm significados totalmente diferentes. Assumir a paternidade, algumas vezes, pode ser somente ter doado o esperma ou assumir que o doou. Assumir a maternidade pressupõe um estar sempre ali; acompanhar o desenvolvimento não só pelos nove meses de gestação, mas por muitos anos, senão por toda a vida. A maternidade é construída através de um rito de passagem intenso, tanto física como psicologicamente, que envolve a fecundação, a gestação, o parto, a lactação (praticamente compulsória) e nunca acaba.

Segundo a autora, a maternidade enquanto instituição social serve como pilar para os mais diversos sistemas políticos e sociais, mantendo, muitas vezes, as mulheres apartadas das decisões sobre suas vidas, e criando um perigoso abismo entre a vida “pública” e a

“privada”. Essa apropriação da maternidade aliena as mulheres em seus corpos, encarcerando-as aí. Dá como exemplo a sacralização da maternidade que recobre as mulheres de adoração e respeito, em muitas culturas, ao mesmo tempo em que as aparta de várias esferas públicas da vida, excluindo-as para o espaço doméstico e limitando seus potenciais. Adrienne Rich adverte para o fato do quanto as mulheres sempre foram controladas através de uma investidura contra seus corpos e recorda o estupro como uma das mais terríveis formas históricas de dominação e controle sobre as mulheres. O medo do estupro manteve as mulheres longe das ruas, dentro de casa, submissas e passivas com medo de provocar o desejo masculino. E, infelizmente, constatamos o quanto este tipo de crime tem recentemente se feito presente sem que, muitas vezes, os criminosos sejam, de fato, punidos e/ou o que pode ser pior, não raro, a culpabilização das vítimas.

Na terceira e última parte do prefácio, a autora revela sua clara consciência sobre como a obra poderia ser recepcionada, tomando o cuidado de, uma vez mais, lembrar que utilizará em seu livro uma metodologia pouco ortodoxa para a época. É de sua experiência pessoal e de pesquisas e análises históricas que ela, assumindo ter invadido vários domínios profissionais e rompido com diversos tabus, sabe o quanto esta obra, de alguns modos, pode ser vulnerável.

E é, com a coragem e a ousadia que lhe são características, que Adrienne Rich inicia o primeiro capítulo de “Of Woman Born” com excertos de seus diários do início da década de 1960, cujo título “*Raiva e Ternura*” já provoca grande impacto por colocar lado a lado sentimentos tão ambíguos, que jamais costumavam estar associados na maternidade. Ofereço a seguir a tradução destes excertos por acreditar que falam por si só, de maneira obviamente mais original e melhor para retratar as preocupações e as motivações da autora para empreender sua investigação sobre a maternidade institucionalizada.

“Anotações de meu diário, Novembro 1960.

Meus filhos me causam o sofrimento mais intenso do qual já tive experiência. É o sofrimento da ambivalência: a alternância mortífera entre um ressentimento amargo com os nervos à flor da pele, e uma gratidão extasiada e ternura. Algumas vezes, pareço a mim mesma, nos meus sentimentos em relação a esses minúsculos seres inocentes, um monstro de egoísmo e intolerância. Suas vozes atacam meus nervos, suas constantes necessidades, e acima de tudo, suas necessidades por simplicidade e paciência me enche de desespero pelos meus próprios fracassos, desespero também pelo meu destino, que é servir a uma função para a qual não fui forjada. E, algumas vezes, sou fraca em conter minha raiva. Há momentos em que sinto que somente a morte nos libertará uns dos outros, é quando eu invejo a mulher sem filhos que goza do luxo de seu arrependimento, mas vive uma vida de privacidade e liberdade.

*E, entretanto, em outras vezes, me derreto ao sentir suas belezas desamparadas, irresistíveis - suas habilidades de continuar amando e confiando - suas lealdades e decências e inconsciências de si. **Eu os amo.** Mas é na enormidade e inevitabilidade deste amor que o sofrimento repousa.*

Abril 1961

Um amor alegre por meus filhos me toma de tempos em tempos e parece quase ser suficiente – o prazer estético que tenho nestas pequenas e instáveis criaturas, a sensação de ser amada, mesmo que de modo dependente, também a sensação de que não sou uma mãe desnaturada, rabugenta e irritada, apesar de eu sê-lo e muito!

Mai 1965

*Sofrer **com, por e contra** um filho – maternalmente, egoisticamente, neuroticamente, algumas vezes com a sensação de desamparo, algumas vezes com a ilusão de uma sabedoria*

adquirida - mas sempre, em toda parte, de corpo e alma, com a criança – porque a criança é um pedaço de nós mesmas.

Ser arrebatada por ondas de amor e ódio, ciúmes até mesmo da infância dos filhos; esperança e medo por suas maturidades; desejando estar livre da responsabilidade, amarrada a cada fibra daquele ser.

Aquela curiosa reação primitiva de proteção, a fera defendendo sua cria, quando ninguém o quer atacar ou criticar - E ainda, ninguém é mais dura com eles do que eu!

Setembro 1965

Degradação de raiva. Raiva da criança. Como posso aprender a absorver a violência e explicitar apenas o cuidado? Exaustão de raiva. Vitória da vontade comprada, tão cara - tão absurdamente cara!

Março 1966

Talvez este alguém seja um monstro - uma anti-mulher - qualquer coisa empurrada, e sem qualquer defesa, para consolação normal e apelativa do amor, da maternidade, da alegria nos outros...”¹¹

Adrienne Rich discute, então, a partir desses primeiros anos de sua experiência da maternidade, aspectos essenciais envolvidos nesta vivência, tais como: a singularidade da intensa relação que se estabelece entre mãe e filhos (as), para a qual as mulheres jamais são preparadas e como esta forte ligação é manipulada através de inúmeros discursos para manter as mulheres ‘culpadas’ e sob controle; descreve detalhes do cotidiano da relação mãe-criança para mostrar as consequências físicas e psíquicas desta interdependência para as mães; fala sobre a pressão social exercida sobre as mulheres para que sejam mães e a naturalização

11 Tradução minha: (RICH, 1986, p.21-22).

e a introjeção por parte das mulheres desta função social; conta sobre sua dificuldade de conciliar a maternidade e a criação de sua poesia; relata sua decisão consciente de levar adiante a gestação de terceiro filho, sem abandonar o trabalho, mesmo sabendo dos esforços que isto implicaria; aproveita para introduzir a questão do aborto e explica que a esterilização feminina dependia de um aval legal do marido para sua realização; comenta que este controle técnico e jurídico da maternidade, entre outros mecanismos de controle, deve sua existência ao fato da sociedade temer a possibilidade da tomada do controle pelas mulheres sobre seus próprios corpos, sua sexualidade e suas capacidades reprodutivas.

Refletindo ainda sobre o percurso da chamada ‘emancipação feminina’, tal autora analisa que o fato das mulheres terem conseguido certo espaço no mundo do trabalho não garantiu a elas, mulheres-mães, as condições necessárias para um desenvolvimento digno, tranquilo e, muito menos, igualitário de suas carreiras. Afirma que a mãe-executiva¹² (“*the mother with briefcase*”) não passava de “um cosmético em uma sociedade que resistia a mudanças mais profundas”, que não se tratavam de verdadeiras transformações sociais. Para ela, a mulher trabalhadora acabava sempre tendo que se integrar às estruturas sociais já consolidadas e planejadas por e para homens, aos modos de produzir, criar e de práticas de trabalho que não atendiam minimamente às necessidades das trabalhadoras.

Entre os vários discursos sobre a mulher criticados por Adrienne Rich, está a antiga prática de classificação das mulheres, difundida incansavelmente através dos mitos patriarcais, em ‘puras’ x ‘impuras’, ‘boas’ x ‘más’, ‘santas’ x ‘putas’ que fez com que as próprias mulheres se identificassem ou com umas, ou com outras, ajudando na perpetuação de tais concepções.

12 Tradução minha: “*mother with briefcase*” (RICH, 1986, p.xiv)

Conclui este primeiro capítulo, reconhecendo seu desejo determinado de ‘curar’ a separação entre corpo e mente incutida nas mulheres pela sociedade patriarcal e prometendo não mais se permitir perder psíquica e fisicamente. Adrienne Rich conta que foi lentamente que compreendeu o paradoxo contido em ‘sua’ experiência da maternidade; que, apesar de diferente das experiências de muitas outras mulheres, também não era única, e que sabia que somente com a queda da ilusão desta singularidade, ela poderia esperar, como mulher, ter afinal qualquer vida autêntica.

A edição comemorativa dos 10 anos de publicação de “Of Woman Born” é constituída por uma introdução, escrita em 1986; o prefácio escrito em 1976; dez capítulos, um posfácio, notas e um índice remissivo. No total são 322 páginas de reflexão intensa, argumentação apaixonada, referências históricas, análises sociológicas e políticas sobre a condição das mulheres vivida na experiência da maternidade. Os dez capítulos trazem como títulos, respectivamente: Raiva e Ternura; O “Chamado Sagrado”; O Reinado dos Pais; A Primazia da Mãe; A Domesticação da Maternidade; Mãos de Carne, Mãos de Ferro; Trabalho de Parto Alienado; Mãe e Filho, Mulher e Homem; Maternidade e o ser Filha e; finalmente, Violência: O Coração da Escuridão Maternal.

Ao responder a crítica de uma leitora feminista sobre o fato de concluir seu livro sobre a maternidade com o capítulo “*Violência: O Coração da Escuridão Maternal*”¹³, demonstra mais uma vez sua disposição inata à franqueza, reiterando, no prefácio de 1986, a seguinte opinião: “Ela [a leitora] entendeu que eu havia dado munção ao inimigo pela inserção de tal capítulo. Mas o que eu escrevi, em 1976, acredito ainda: Teorias do poder feminino e da ascendência feminina precisam reconhecer plenamente as ambiguidades de nosso ser, e o continuum de nossa consciência,

13 Capítulo em que tal autora relata casos de mães que chegam ao extremo da violência contra seus filhos, inclusive assassinando-os.

as potencialidades tanto para a energia criativa quanto para a destrutiva em cada uma de nós. Eu acredito nisso ainda. A opressão não é a mãe da virtude; a opressão pode deformar, minar, enfraquecer, e nos tornar inimigas de nós mesmas. Mas pode também tornar-nos realistas, não nos odiando e nem assumindo que somos meramente vítimas inocentes e sem responsabilidades.”¹⁴

Considerações Finais

Concluo este ensaio-homenagem, um pouco sobre a vida de Adrienne Rich, um pouco sobre sua poesia e um pouco uma resenha de “Of Woman Born”, com o comentário que ela mesma faz em 1986 sobre como terminaria, então, esta obra após dez anos de sua publicação.

Em 1976, encontramos no último parágrafo do livro, as seguintes palavras: “A retomada dos direitos das mulheres sobre nossos próprios corpos trará uma mudança muito mais essencial para a sociedade humana do que a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores. O corpo feminino foi o território e a máquina, a selva virgem a ser explorada e a linha de montagem que produz vida. Nós precisamos imaginar um mundo no qual cada mulher seja o gênio que preside seu próprio corpo. Em tal mundo, as mulheres criarão verdadeiramente vida

14 Tradução minha “She thought that I had given ammunition to the enemy by the very placement of that chapter. But what I wrote in 1976 I believed: *Theories of female power and female ascendancy must reckon fully with the ambiguities of our being, and with the continuum of our consciousness, the potentialities for both creative and destructive energy in each of us.* I believe it still. Oppression is not the mother of virtue; oppression can warp, undermine, turn us into haters of ourselves. But it can also turn us into realists, who neither hate ourselves nor assume we are merely innocent and unaccountable victims.” (RICH, 1986, p.xxxv).

nova, gerando não somente crianças (se e quando escolherem), mas visões, e pensamento, necessários para sustentar, consolar, e alterar a existência humana – uma nova relação com o universo. Sexualidade, política, inteligência, poder, maternidade, trabalho, comunidade, intimidade desenvolverão novos significados; o próprio pensamento será transformado. Isto é onde nós temos que começar.”¹⁵

E em 1986, apesar de Adrienne Rich manter a crença de que o livre exercício das escolhas sexuais e procriadoras das mulheres será um catalisador de transformações sociais, ela adverte que isso, entretanto, só poderá acontecer *pari e passu*, nem antes e nem depois, mas quando houver respeito e atenção suficientes a outras reivindicações e direitos que têm sido historicamente negados às mulheres e aos homens, só assim devolvendo-lhes plenamente sua humanidade.

Este ensaio-homenagem finaliza, deixando registrado como Adrienne Rich resumiu, em discurso de 1984, com apenas sete palavras, a razão de sua luta, de sua escrita, e, conseqüentemente, a razão de sua vida: “*a criação de uma sociedade sem dominação.*”

15 Tradução minha: “The repossession of women of our bodies will bring far more essential change to human society than the seizing of the means of production by workers. The female body has been both territory and machine, virgin wilderness to be exploited and assembly-line turning out life. We need to imagine a world in which every woman is the presiding genius of her own body. In such a world women will truly create new life, bringing forth not only children (if and as we choose) but the visions, and the thinking, necessary to sustain, console, and alter human existence—a new relationship to the universe. Sexuality, politics, intelligence, power, motherhood, work, community, intimacy will develop new meanings; thinking itself will be transformed. This is where we have to begin.” (RICH, 1986, p.285-286).

REFERÊNCIAS

ADRIENNE RICH obituary. **The Guardian**, 30 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/books/2012/mar/30/adrienne-rich>>.

ATWOOD, M. The New York Times, Book Review, 1973. Disponível em: <http://www.english.illinois.edu/maps/poets/m_r/rich/wreck.htm>.

IN A PROTEST, Poet Rejects Arts Medal. **The New York Times**, 11 julho de 1997. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1997/07/11/us/in-a-protest-poet-rejects-arts-medal.html>>.

LANGDELL, C. C. Adrienne Rich: The Moment of Change. USA: Praeger Publisher, 2004.

RICH, A. **A Change of World, with foreword by W. H. Auden**. New Haven, CT: Yale University Press, 1953.

_____. **Snapshots of a Daughter-in-Law**: Poems, 1954-1962. New York, NY: Harper, 1963, revised edition; New York, Norton, 1967.

_____. **Diving into the Wreck**: Poems, 1971-1972. New York, NY: Norton, 1973.

_____. **The Fact of a Doorframe**: Poems Selected and New, 1950-1984. New York, NY: Norton, 1984.

_____. **When We Dead Awaken**: Writing as Re-Vision. Disponível em: <<http://www.westga.edu/~aellison/Other/Rich.pdf>>.

A invenção da escritora – Anita Philipovsky, paradigma literário

Luísa Cristina dos Santos Fontes

Exercício de cidadania

A partir da escrita do particular e do privado, a mulher acaba transformando a vida em arte, tirando-se da nulidade, inscrevendo-se e na sociedade em que atua. Com relevo na obra de Anita Philipovsky, a interpretação textual depende do reconhecimento do interdiscurso.

Tecnicamente, não se poderia falar em literatura “feminista” antes que o termo fosse cunhado, na década de 1960. O termo “feminino” vem sendo associado a um ponto de vista e uma temática retrógrados, o termo “feminista”, de cunho político mais amplo, em geral é visto de forma reducionista, só no plano das ciências sociais. Entretanto, deveria ser aplicado a uma perspectiva de mudança no campo da literatura.

A acepção de literatura “feminista” vem carregada de conotações políticas e sociológicas, sendo em geral associada à luta pelo trabalho, pelo direito de agremiação, às conquistas de uma legislação igualitária ao homem no que diz respeito a direitos, deveres, trabalho, casamento, filhos, etc. Entretanto, o texto literário feminista é o que apresenta um *ponto de vista* da narrativa, experiência de vida, e, portanto um sujeito de enunciação consciente de seu papel social. É a consciência que o eu da autora coloca, seja na voz de personagens, narrador, ou no eu-poético mostrando uma posição de confronto social, com respeito aos pontos em que a sociedade a cerceia ou a impede de desenvolver seu direito de expressão.

O que aqui nos interessa é focalizar essa trilha com outros olhos: não se trata apenas de constatar a preferência do texto feminino pelos temas do coração (ou do corpo), mas de tentar rastrear esse percurso “menor”, buscando verificar em que momentos e como esses afetos tornam-se efeitos de linguagem e constroem um discurso que se caracteriza como essencialmente *outro* (reliquia arqueológica). Neste sentido, sempre houve autoras “feministas” dentro do contexto de suas épocas, tornando-se o termo impróprio apenas por uma questão cronológica. Anita Philipovsky – da mesma forma que Georgina Mongruel, Florentina Vitel e Mariana Coelho, por exemplo – mostrou uma consciência política esclarecida de sua existência, em face da história, excepcional para seu tempo, e poderia ser eventualmente identificada com o “feminismo”.

Nós, moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, mesmo frequentemente interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais. Para frequentar o curso secundário na capital poucos pais podem arcar com as despesas. A escola normal prepara as moças especialmente para professoras, porém poucas são as que têm vocação e a indispensável dedicação para esta carreira, e por este motivo vêm a ser, quase todas, mestras bem medíocres.

Quando se abriu o Instituto Dr. João Candido, em nossa cidade podia estabelecer-se também um curso secundário para meninas ensinando com especialidade geografia geral, eletricidade, escrituração mercantil, contabilidade, taquigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas, como a francesa, inglesa ou alemã. Ficariam, com o preparo nessas matérias, habilitadas para ocuparem cargos no correio, telégrafo, telefone, ou como guarda-livros e correspondentes comerciais.

Ponta Grossa, porém, a segunda cidade em população e progresso comercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a luta, pela vida, porque aquela de entre nós que quisesse, abandonando a rotina comum, sair desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar numa esfera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida ante a impotência de ver realizada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessário.¹⁶ (PHILIPPOVSKY, 1912, p. 4).

A alteridade da literatura de autoria feminina tornou-se a base da abordagem feminista na literatura. Ser o outro (relativo ao cânone), o excluído, o estranho, é próprio da mulher que quer penetrar no “sério” mundo acadêmico ou literário. Não se pode ignorar que, por motivos mitológicos, antropológicos, sociológicos e históricos, a mulher foi excluída do mundo da escrita, só podendo introduzir seu nome na história através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em conventos ou por intermédio de professores particulares.

A representação deste espaço oferece um material a partir do qual se exhibe a construção de um mundo de experiências e vivências familiares, de um mundo imaginário forjado nele, a construção de uma memória particular e de uma sexualidade feminina e a constituição do sujeito-escritor que apareceria como resultado e forma de todas estas construções. A construção de subjetividades está ligada às posições dos sujeitos, a seus sistemas de interpretação e de interação, vinculados (no caso da literatura) aos modos narrativos que dariam conta destas posições e sistemas

16 Atualizado conforme as normas ortográficas atuais.

postos em movimento (Foucault e Maingueneau são referenciais no assunto).

A literatura é um campo propício para se observar, entre outras coisas, a construção de subjetividades a partir da tensão que se estabelece entre lugares sociais e familiares, histórias individuais e modos narrativos. A identidade da mulher que escreve, em todos estes textos (como objeto que se representa e como sujeito que se escreve), constitui-se pela interseção e tensão entre estes elementos. Em cada um dos textos, os pontos de conexão se dão através de distintos esquemas narrativos e propõem diversos modos para a construção de uma identidade de mulher escritora, que se relacionam com o conjunto de significados sociais, históricos e discursivos com que podem ser pensados em cada caso.

Não se pode destacar essas autoras como parte representativa da literatura de autoria feminina, uma vez que algumas não tomam consciência de sua posição em face do todo social. O que torna um texto “feminista” é o seu *ponto de vista*.

A literatura foi até o século XIX, e boa parte do XX, uma atividade masculina, regida por princípios patriarcais e falocêntricos, assim como foi exercida quase exclusivamente por nobres e por religiosos, durante os períodos medieval, renascentista, barroco e neoclássico. Foi apenas com o Romantismo que o discurso literário se democratizou e pôde ser escrito e lido por outras classes sociais inferiores, e não exercido hegemonicamente pelo sexo masculino.

O reconhecimento da literatura de autoria feminina, a partir da consciência feminista, que revolucionou a cultura através da história, como lembra Luiza Lobo (1997), ainda não terminou. A literatura, hoje, não só atinge o novo público produtor e leitor feminino, como também incorpora outras visões de alteridade. Hoje esta noção inclui o continente africano, asiático e a América Latina, que com raridade obtiveram voz nas histórias literárias canônicas do passado. A inserção deste discurso da diferença

lentamente estabelecerá novos cânones como consequência da introdução de outras formas de expressão e de comunicação social. Assim, o que é importante, conforme assinala Maria Thereza Bernardes (1988), é a consciência dos pesquisadores de hoje de que, na interpretação (re-visão) do passado, nada é tão importante quando se proferem juízos sobre situações vividas por outros do que ouvi-los e compreendê-los através do resgate de suas vozes fixadas em múltiplos documentos.

A literatura de autoria feminina (assim como de outras minorias) precisa criar, politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença. A temática que daí surge será tanto mais afetiva, delicada, sutil, reservada, frágil ou doméstica quanto retratará as vivências da mulher no seu dia-a-dia, se for esta sua vivência. Mas o cânone da literatura (principalmente o de autoria feminina) se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas “domésticas” e “femininas” e ainda de outros estereótipos do “feminino” herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje.

Mesmo quando a trilha está nominalmente aberta – quando não há nada impedindo uma mulher de ser médica, advogada, funcionária pública – há muitos fantasmas e obstáculos, como acredito, avultando em seu caminho. (WOOLF, 1996, p.49).

Isto posto, a produção literária das mulheres, vista como um fenômeno específico no movimento literário ou cultural em geral, vem exigindo da crítica uma atenção especial. Não se trata (como muitos, equivocadamente, pensam) de julgar se a literatura

“feminina” é melhor ou pior que a “masculina”. Como bem diz Nelly Novaes Coelho (2000), tais discussões não têm sentido, pois já é ponto pacífico o fato de que valor literário não tem sexo. A preocupação dos pesquisadores (cada vez mais numerosos) sobre a obra produzida por mulheres (principalmente aquelas de outros séculos) gira, via de regra, em torno das questões: como essa literatura se constrói, como marca a presença da mulher na história de seu tempo, como reflete tempos vindouros, por que há preferência por determinados caminhos (temáticos, estruturais, estilísticos, ideológicos, etc.).

A expansão do mercado editorial, no século XIX, no Brasil, resultou na fundação e circulação crescente de jornais, revistas, literários e não, folhetins, edições populares, etc., tanto nas capitais como em cidades do interior. Um dos resultados imediatos dessa recente forma de publicações foi a conquista de novas camadas de leitores, principalmente de leitoras. E, o que é mais importante, abre-se espaço de fácil acesso às mulheres com vocação para o exercício das letras. É, pois, nesse campo de publicações pela imprensa que a voz da mulher começa a se fazer ouvir com frequência. Tempos de institucionalização das academias e centros de letras, alguns restritos à participação feminina, tempos em que é cedido gradualmente espaço para que passassem a frequentar escolas, a trabalhar com remuneração, exercerem a cidadania pelo voto...

Eis o espaço privilegiado por que Anita Philipovsky circulou com elegância, no entanto, com muita firmeza, inteligência, e raro espírito crítico (considerando todas as premissas). Em entrevista organizada por Raul Gomes, publicada em *O Progresso*, de 6 de agosto de 1912, ela comenta sobre o meio literário ponta-grossense, traçando um, no mínimo muito interessante, panorama de época. O jornalista observou, na ocasião, que muito embora vivendo num meio acanhado, Anita Philipovsky mostrasse senhora de talento e clarividência. Assim, por intermédio de respostas muito pontuais, deparamo-nos com uma jovem capaz

de, clara e sucintamente, revelar aspectos pertinentes do meio cultural ponta-grossense dos primeiros anos do século XX.

Raul Gomes: Há em Ponta Grossa um meio literário?

Anita Philipovsky: Creio poder responder afirmativamente. Não constituem esse meio um elevado número de elementos, porém, entre eles, alguns bastante e merecidamente considerados no mundo intelectual paranaense, e que com dedicação digna de louvor mantêm a folha literária que aqui se publica, e outros, que ainda principiantes, mas que pelo talento e aplicação ao estudo prometem um futuro bastante lisonjeiro para a literatura ponta-grossense.

RG: Existem, como parte integrante, elementos femininos?

AP: Sim...

RG: Esses elementos femininos são muitos?

AP: Infelizmente não. Há mesmo um número muito limitado de moças que escrevem. As senhoritas ponta-grossenses dedicam-se com preferência à música e à pintura, e creio que se pode atribuir esse desamor às letras, à crítica, que essa arte, mais que todas as outras, está sujeita.

RG: Podeis citar os nomes que vos ocorrem?

AP: Marianna Duarte, Giovanina Bianchi, Josephina Rodrigues, Cordelia do Amaral, Daluz Pupo, Maria Luiza Xavier e Herminia Cordeiro são os nomes que agora me vêm à lembrança. (O Progresso, 1912).

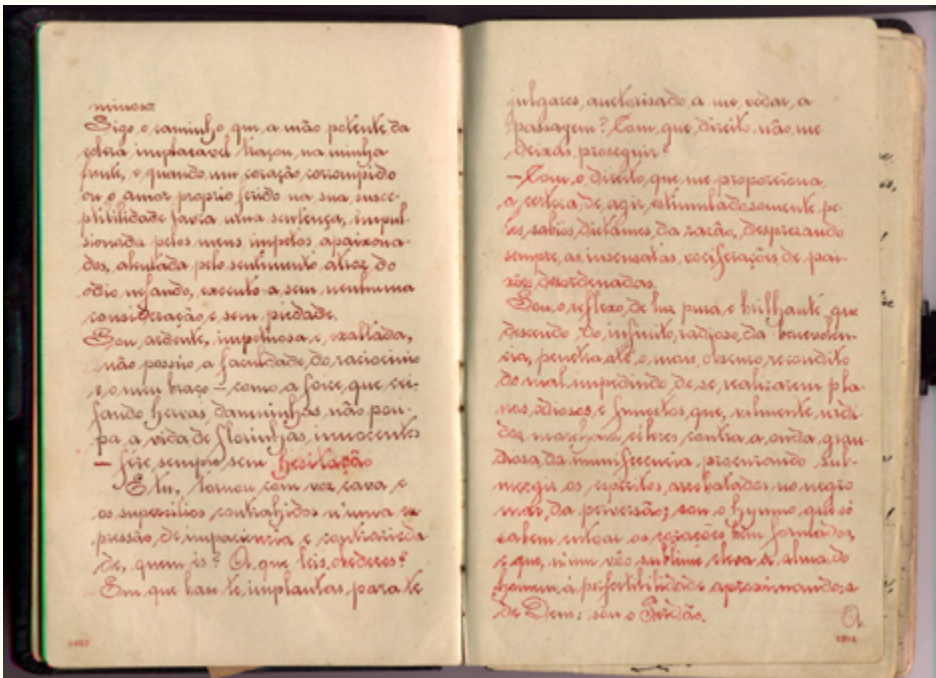
Biografia¹⁷

Anita Philipovsky, filha do engenheiro austríaco Carlos Leopoldo Philipovsky e de Maria do Nascimento Branco Philipovsky, nasceu em Ponta Grossa, Paraná, em 2 de agosto de 1886 (algumas bibliografias registram equivocadamente o ano de 1898). Seu pai, nascido em Viena (1845), fora contratado, no Brasil, pelo governo imperial de D. Pedro II, para trabalhar na extensão da linha telegráfica Santos-Foz do Iguaçu. Antes disso, participou como soldado na Guerra franco-prussiana de 1870, tendo, inclusive, recebido medalhas por atos de heroísmo. A mãe de Anita nasceu em 1849, na cidade de Sorocaba. O casamento fora realizado em Ponta Grossa, na Matriz de Sant'Anna, em 5 de fevereiro de 1880. Anita foi a quarta a nascer, dos sete filhos do casal (Paulina, Ângela, Maria Clara, Anita, Francisca, Carlos e Hilda).

A sede da fazenda da família era distante da cidade, por isso sua educação e a de seus irmãos se processou basicamente através de professores contratados, quase sempre estrangeiros, que passavam a residir na fazenda. Coube a eles, não só o ensino básico, como o de línguas estrangeiras (alemão e francês), e também estudos de artes, particularmente, de música e pintura. A jovem Anita era muito apegada ao pai, homem inteligente e de grande cultura, possuidor de nobre caráter e de elevados sentimentos. Foi seu incentivador maior nas letras, quer na prosa ou verso; assim como na pintura. A vida, numa casa distante da cidade, numa época em que não se conhecia o automóvel, e contava-se exclusivamente com animais como meio de locomoção, favorecia o escasso convívio social e reticente conversação.

17 As informações aqui prestadas são retiradas dos livros: *O percurso de um poema, Anita Philipovsky* – a princesa dos campos, *Relicário de Anita*, todos de minha autoria; além de meu capítulo sobre a escritora em MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.1125-35.

Foto 1: Diário de Anita Philipovsky



Acervo e foto: Luísa Cristina dos Santos Fontes

Quer como contista, poetisa ou romancista, desenvolveu extraordinária atividade intelectual, notadamente no período de 1910 a 1930, colaborando assiduamente em numerosos jornais e revistas da época. Fez parte do grupo das primeiras animadoras das letras femininas do Paraná, ladeada por Mariana Coelho, Mercedes Seiler, Maria da Luz Seiler, Zaida Zardo, Annette Macedo e Myrian Catta Preta. Em 1934, tentou publicar um livro de contos, o qual foi inutilizado pelo editor. A pesquisadora Constância Duarte (2011) destaca o sistemático trabalho de alijamento da escritora que se aventurasse a buscar o rompimento do silêncio, nesses tempos.

“Os poentes da minha terra” é seu poema mais divulgado, publicado pela primeira vez em Curitiba, em edição individual

e integral, pela “Prata de Casa”, em 1936. Mais de duas décadas depois, em 1959, o mesmo texto saiu impresso, com pequenas modificações, em antologia realizada pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura¹⁸. Consta em Rodrigo Jr. (1938) encontrar-se em fase de editoração sua novela “Eco”, além de duas outras obras do mesmo gênero, edições que, acreditamos, não se efetivaram. Anita Philipovsky foi membro do Centro Cultural Euclides da Cunha, em Ponta Grossa.

Com a morte do pai, caiu sobre a poetisa, uma sombra de profunda tristeza e melancolia, seu semblante deixou de irradiar alegria e felicidade. Perdera seu grande admirador e incentivador, parecia que a vida já não tinha mais sentido. A partir de então, sua produção literária começou a declinar até cessar definitivamente. Grande sonhadora, tornou-se misantropa. No fim da vida, recolheu-se entre os velhos muros de sua residência, cuidando de seu jardim, suas rosas, enquadrado por aquele muro tão vividamente descrito em seus versos.

Era um muro todo fechado.
E aqui e ali esborcinado,
De tão antigo que mostrava ser.
E no lanço dessa vedação,
Que fechava o fundo do quintal,
Estendia seus galhos e suas flores
Uma rósea rosa trepadeira.

Daquela avoenga mansão
Tão espaçosa quão hospitaleira
Era uma das coisas mais bonitas
Esse muro vestido de roseira.¹⁹

18 No livro *O percurso de um poema*, há outras informações a respeito do significativo poema.

19 Excerto do poema “O soldado que não voltou”. In: CENTRO Paranaense Feminino de Cultura. *Poetisas do Paraná: um século de poesia*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1959. p.90.

Anita Philipovsky foi se isolando cada vez mais, e, num ímpeto, destruiu voluntariamente boa parte de sua produção literária, entre as quais existiam várias novelas inéditas. Faleceu em 30 de março de 1967, em Ponta Grossa, Paraná.

Pode-se, com relativa facilidade, vislumbrar em sua produção suas mais prováveis leituras, o legado literário herdado de Gonçalves Dias (“Minha terra tem palmeiras,/ onde canta o sabiá;/ as aves, que aqui gorjeiam,/ não gorjeiam como lá”), Olavo Bilac, Baudelaire, Raimundo Correia, Rimbaud, Cruz e Sousa, Castro Alves, entre outros. Tal proliferação acaba revelando como a autora se posiciona em face da tradição literária.²⁰

Foto 2: Anita Philipovsky



Acervo: Luísa Cristina dos Santos Fontes. Foto Bianchi

20 FONTES, L. C. dos S. *O percurso de um poema*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2013. p.9-15.

À semelhança de seu pai, Anita era muito nacionalista, característica pontual em sua textualidade, além, é claro, conforme tendência da escrita feminina da época, de portar uma poética de caráter intimista. Ela investiga simultaneamente o mundo real através de subtextos paralelos, abrindo janelas para nós, não para dentro de mundos visionários, mas para dentro de textos que exploram sua própria vida, sua família, a história, nossa formação social, configuração geográfica, mapeando seu tempo com esmero.

A obra de Anita Philipovsky evoca sua cidade natal e lugares pelos quais passou, e seus “personagens” são quase sempre familiares. Os próprios títulos de seus trabalhos apontam para o sentido do conjunto de sua produção, toda construída de intermitências entre momentos de encantamento e momentos de profunda tristeza: “A cruz do ermo”, “Destinos divergentes”, “Rompimento”, “Saudade”...

...essas preferências são facilmente explicáveis por uma leitura de cunho sociológico: com um olhar histórico, não é difícil afirmar que as mulheres não escreviam textos épicos porque não iam às guerras, que sua preferência pelo gênero memorialístico ou autobiográfico se deve a seu profundo conhecimento dos universos do lar e do eu, próprios à criação de uma escrita intimista. (BRANCO, 1991, p. 14).

Saída do silêncio

No início do século XX, a figura do autor sofre um abalo em sua conformação, quando seu discurso passa a ser produto de uma indústria cultural. A autoridade, longe de ser o lugar privilegiado da autonomia de pensar e produzir discursos, é lugar de cobranças. Por conseguinte, pode-se pensar num movimento

em que a literatura (já que instituição) participa da sociedade (que ela supostamente representa) da mesma forma que a obra participa da vida do escritor. Paradigma de autobiografia.

É interessante registrar a ideia básica de autocontemplação, do amor da pessoa por si mesma. Ao mirar a própria imagem refletida na água, Narciso trata-a como um objeto, como algo externo, mas o significado inconsciente sugerido é o oposto: olha para dentro de si mesmo.

Na acepção comum, autobiografia vem a ser a vida de um indivíduo escrita por ele mesmo. Eni Orlandi (1983) organizou um quadro de referência para as reflexões acerca desta representação, o qual é fornecido pela relação entre o público e o privado, já que este é o primeiro aspecto evidente ao pensarmos tal forma de produção literária, na qual o autor se põe a público, fala diretamente de si mesmo, de sua privacidade, sua intimidade. Para tanto, três caminhos se abrem à reflexão acerca deste fenômeno. Primeiro, escrever resgata “a importância em relação ao real”. Ao se mostrar oprimido, o autor acaba identificando o outro que o oprime. Isto, colocado na perspectiva histórica, pode ser visto assim: ao contar sua história (contida), ele vira estória (literatura) e passa para a História (contada). É um processo de legitimação. Neste sentido, é a determinação institucional em questão (os jornais *Diário dos Campos*, *O Progresso*) que torna possível a fala e, por conseguinte, a constituição do sujeito.

Configura-se, desta forma, a “saída do silêncio”, como busca de legitimação, cuja atribuição de sentido é de censura, da opressão, da falta de liberdade e da falta de perspectiva de agir sobre o real, da impossibilidade de criticar, de discordar. Historicamente este é um dos lugares de demonstração do deslocamento da atividade política, pela falta de espaço em lugar mais apropriado. É uma maneira de reagir à opressão, ao contá-la, que neste ensaio se expõe publicamente seus mecanismos. A gênese de tal perspectiva é a fala do silêncio, sua voz.

Outra perspectiva ponderável é a desveladora de uma “crise de identidade”, configurada na dispersão. As relações

não são o bastante para uma (ou sua) construção identitária: é preciso recompô-las, dar-lhes unidade, a partir de uma vontade efetivada como autoria. A escrita possibilita certo distanciamento do cotidiano, favorecendo a fixação de pontos de vista. O deslocamento dos acontecimentos para observação, pela escrita, permite a autor referência sem as intervenções que se dariam na situação ordinária da vida. Por este viés, o autor escreve para falar de si mesmo, diretamente, como um “modo de reação ao automatismo do cotidiano”. O outro parece ser o objeto (ilusório) da atenção, entretanto o eu-mesmo é o objeto final dela.

Por fim, Orlandi relaciona mais uma possibilidade de representação, entra em cena a “ideologia do sucesso”: “Olha eu aqui”, “eu sou escritor”, “por que não?” Eu-mesmo posso ser objeto de atenção de inúmeras pessoas. Só é preciso mostrar-se. É a solução do “espontaneísmo, a que está no escopo da cultura de massa. É um modo de reação ao anonimato”.

Alie-se à concorrência das três possibilidades, a que Lejeune (1983) concebe como “pacto fantasmático” no qual o leitor é convidado a ler os romances não só como ficções que remetem a uma verdade da “natureza humana”, mas também como “fantasmas” reveladores de um indivíduo. Assim, ele abole a dicotomia e cria um “espaço autobiográfico”, no qual ficção e autobiografia dialogam.

No empreendimento desta escritura, a autora elabora e comunica um ponto de vista sobre si. Complexa ou ambígua, com os desvios das perspectivas do narrador ou das personagens, ela retém, peremptoriamente, a marca da autora. Anita Philipovsky e seu “alterego” subdividido em personagens/narradores/eu-líricos ressentem o mesmo desejo de transpor, de forma transfigurada, um real que não pode ser representado de maneira direta e unívoca. A autoria cria um objeto “externo” de contemplação e autocontemplação. “Objeto” de personalidade constante e, principalmente, reconhecível na sua postura diante da vida.

Neste sentido, retorno e assumo o quadro referencial de Orlandi para ensaiar um engate dos textos de Anita Philipovsky

à vocação de apagamento de limites. Quer como uma maneira de saída do silêncio por impotência em relação ao real, quer como uma postura de deslocamento autor referencial, ou ainda como uma voluntária reação ao anonimato, as três lanças apontam para um mesmo alvo: o desejo de transposição. Logo, seus relatos podem ser interpretados como “verdade”, sendo registro de uma época, ou como “ficção”, produto do imaginário ou, ainda, como recriação, numa viagem no tempo e no espaço, que resulta numa reescrita crítico-narcísico do eu de Anita. Em suma, a emblemática figura de um sujeito atomizado na materialidade, encontra no elo entre *ser* e *sentido* a mimese de si próprio²¹.

As janelas [a terra e o tempo]

Os textos postumamente reunidos de Anita Philipovsky²² configuram mais que um resgate, há muito exigido, da obra de uma escritora sagaz, inteligente, à frente de seu tempo. São fragmentos que re-compõem uma escritora, que lhe imprimem perceptibilidade e revelam uma vocação invencível. Dos textos colhidos, apenas seis são poesias e todos os demais (37), crônicas. Curiosamente, Anita Philipovsky é hoje reconhecida como vulto da poesia ponta-grossense, no entanto o volume mais expressivo de seus trabalhos é em prosa. Cabe aqui lembrar a lição de Lúcia Osana Zolin, em pesquisa sobre o gênero literário em que se enquadram as publicações das escritoras paranaenses.

...se, por um lado, existe no Paraná uma considerável produção literária de autoria

21 Já tratei do assunto em: *Cara ou cachorra? Um jogo discursivo de-como-ser sujeito*. 1997. Dissertação de Mestrado em Letras-Linguística. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

22 Coletados e organizados por mim, no livro *Anita Philipovsky – a princesa dos campos*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002 – de minha autoria, reúne 43 textos (crônicas e poesias) da escritora.

feminina, por outro, evidencia que o gênero tomado, preferencialmente, como forma de expressão dessas escritoras é aquele considerado “menor” em relação à “complicada arte de escrever”, como é considerada, tradicionalmente, a prosa de ficção; também, tradicionalmente, de domínio masculino. (ZOLIN, 2011, p. 68-9).

Com vistas à recomposição de uma escritora, destacamos, ainda, sua participação (pelo conjunto de seus textos), como portadora de um discurso nacionalista, uma espécie de discurso fundador, fundamental, na primeira metade do século passado, para a formação de uma identidade paranaense.

Para que se entenda tal formação é necessário explicitar que o Movimento Paranista surgiu de uma necessidade de se construir uma identidade (inclusive cultural) para o estado do Paraná, necessidade que emergiu com a ascensão do regime republicano²³. Como fazer isso se o estado era/é um mix étnico?

Por isso o movimento se chamou “paranista”, pois desta forma seria capaz de abarcar todas as culturas presentes em seu território para a construção deste novo Paraná e não se apegaria ao termo nativista na medida em que poucos dos seus componentes eram nascidos no estado. Segundo o seu principal líder, Romário Martins, o termo paranista teria surgido espontaneamente no norte do estado onde o poeta Domingos Nascimento teria ido e onde a população local, em sua maioria advinda do interior do estado de São Paulo, o chamara de paranista ao invés de paranaense, em uma clara analogia ao termo nativista de sua terra de origem, no caso, paulista.

Romário Martins, escritor, historiador, jornalista, político, etc., de imediato simpatizou com o termo e passou a utilizá-lo

23 Movimento de definição do território fundado no princípio ufanista de amor ao Paraná.

para designar todo aquele que nutria uma afeição sincera pelo Paraná. Em suas palavras,

paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de afetividade digna, útil à coletividade paranaense. Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, candeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (Mensagem do Centro Paranista, 1927).²⁴

Em consonância com os ideais positivistas para construção da nova nação era preciso construir a imagem de um Paraná progressista, de uma sociedade em franca expansão e desenvolvimento, de um Paraná moderno. Credite-se a Romário Martins e sua obra a consolidação dos ideais paranistas pela tecitura de uma identidade regional na (re)composição de mitos e lendas associadas à fundação do Paraná.

Para tanto, Pereira (1996) organizou quatro formas utilizadas pelos paranistas para construção desta identidade cultural: a construção do passado, com direito a heróis e glórias; os mitos de origem que alcançou na figura do pinheiro sua representação maior; os símbolos e o imaginário compondo o sentido de uma comunidade; e a disseminação e fixação pela sociedade local dos ideais produzidos pelo Movimento Paranista.

À literatura coube o papel de atingir o coração dos paranaenses para sensibilizá-los à causa paranista, valeu-se

24 SANTOS, L. C. dos, op. cit., 2002. p.47.

do resgate de um sentimento de amor à terra. O órgão oficial de divulgação do movimento, a revista *Ilustração Paranaense* (1927-1930), encarregou-se de divulgar várias lendas indígenas²⁵, principalmente as que versavam sobre o pinheiro (símbolo máximo paranista).

Entre seus mitos, destaque-se aquele que justifica sua representação como símbolo do Paraná:

[...] existia nestas plagas um príncipe, o mais lindo do mundo; era esbelto como o mais bravo guerreiro, os cabelos revoltosos ornavam sua cabeça altiva. Um belo dia, o príncipe se apaixonou e sua amada fora convertida em uma ninfeia do bosque e o príncipe vagava, enlouquecido à sua procura, bradando aos céus seu nome. Procurando-a em vão na planície sem fim, quando a piedade do rei socorreu-o e, como não poderia fazer com que ela voltasse a ser mulher, transformou-o em uma árvore assim descrita: alta como torre, que parece querer enfiar no céu de turquesa os braços trêmulos que o desespero fustiga, e ainda com a coroa real equilibrada muito lá em cima, sobre os ombros desfeitos que as tempestades chicoteiam, e que, nos crepúsculos tristes imitam, de encontro ao incendiário horizonte, o perfil sofredor do rei! Esta árvore foi o pinheiro! (*Ilustração Paranaense*, 1927)²⁶.

Estas lendas mostram a intenção de criar uma identificação entre a população local e os símbolos construídos pelos paranistas, mais ainda, mostram como deveriam ser os paranaenses/paranistas.

25 As lendas constituem a materialidade simbólica necessária para localizar as origens do Paraná.

26 In: SANTOS, L. C. dos. op. cit., 2002. p.48-9.

Através da produção artística, os paranistas contribuíram na geração de uma identidade cultural para o estado, o que se convencionou chamar estilo paranista, no qual irão elaborar uma arte regional e os símbolos não oficiais do estado. Assim conforme evidencia Pereira, “o pinheiro se caracterizará como o herói paranista, aquele que preenche o imaginário popular e tem uma força pedagógica já vista em seu mito de origem, ou seja, mostra ao habitante da terra como ele deve ser.” O homem paranaense confundindo-se com a imagem do pinheiro: alto, eril, forte e de braços abertos para o futuro auspicioso.

Colaboradora assídua da revista *Ilustração Paranaense*, Anita Philipovsky assume os ideais do movimento o que se pode perceber pelos textos “Miguelzinho” (n. 12), “Tapéra” (n. 10 e 11), “O Tibagy” (n. 5), “O Velludo” (n. 5 e 6), “A alma penada” (n. 7), além dos textos publicados na mesma época em outros periódicos que exploram representações e simbologias que vão paulatinamente sendo incorporadas pelo imaginário popular: o Paraná como estado de progresso e civilidade; a imagem do semeador; a integração das etnias, a altivez do público. Neste sentido, Para concluir e sem a menor das preocupações com o ônus do exagero, a escritora colaborou no início do século XX com a construção de um estado. Para a construção de uma cidade, sua terra-natal, deixou versos rotineiramente evocados até hoje: “Os poentes da minha terra/ São belos,/ Tão belos,/ Mas tão belos /Como nunca ninguém viu fora daqui...”²⁷

27 O escritor e crítico literário Miguel Sanches Neto, recentemente, citou os versos de Anita Philipovsky em duas de suas crônicas: “Com esse meu olho de ver qualidade” e “Onde o sol se põe”.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, M. T. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro: século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BOURDIEU, P. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

BRANCO, L. C. **O que é escrita feminina?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA. **Poetisas do Paraná:** um século de poesia. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1959. p.87-91.

COELHO, N. N. **Literatura:** arte, conhecimento e vida. São Paulo: Petrópolis, 2000.

DUARTE, C. L. Arquivos de mulheres e mulheres anarquistas – histórias de uma história mal contada. In: SOUZA, E. M. de; MIRANDA, W. M. (orgs). **Crítica e coleção.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p.234-241.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, R. Ponta Grossa de hoje. **O Progresso.** Ponta Grossa, 6 de agosto de 1912. n. 594. p.1-2.

_____. Ponta Grossa de hoje (continuação). **O Progresso.** Ponta Grossa, 8 de agosto de 1912. n.595. p. 1.

LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique.** Paris: Seuil, 1983.

LOBO, L. A literatura de autoria feminina na América Latina. In: **Registros do SEPLIC**, n. 4. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, Faculdade de Letras da UFRJ, 1997.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. Trad. Marina Apperzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ORLANDI, E. P. A incompletude do sujeito. **Folha de S. Paulo**, 27 de novembro de 1983. Folhetim, p. 4.

PEREIRA, L. F. L. Paranismo. In: DENIPOTI, C.; ARRUDA, G.(org.). **Cultura & Cidadania**. ANPUH – PR. v. 1. 1996. p.273-292.

PHILIPOVSKY, A. **O Progresso**. Ponta Grossa, 8 de agosto de 1912. p.4.

RODRIGO JR.; PLAISANT, A. **Antologia paranaense**. Curitiba: Mundial, 1938. p. 36.

SANCHES NETO, M. Com esse meu olho de ver qualidade. In: **D’PontaPonta**, Ponta Grossa, maio 2009. p. 46.

_____. Onde o sol se põe. In: **D’PontaPonta**, Ponta Grossa, nov. 2009. p. 52.

SANTOS, L. C. dos. **Cara ou cachorra? Um jogo discursivo de-como-ser sujeito**. 1997. Dissertação de Mestrado em Letras-Linguística. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

_____. **Anita Philipovsky: a princesa dos campos**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.

_____. **Relicário de Anita**. Ponta Grossa: ed. do autor, 2002.

_____. Anita Philipovsky. In: MUZART, Z. L. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003 (v. II). p.1125-35.

SANTOS FONTES, L. C. dos. **O percurso de um poema**: Os poentes da minha terra, de Anita Philipovsky. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2013.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres**. Trad. Patrícia de Freitas Camargo e José Arlindo de Castro. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ZOLIN, L. O. Escritoras paranaenses: questões de estética e ideologia. In: _____; GOMES, C. M. (orgs.). **Deslocamentos da escritora brasileira**. Maringá: EDUEM, 2011. p.63-74.

Leituras de gênero no ensino da Literatura: Representações femininas nos contos de Marina Colasanti²⁸

Ieda Maria Janz Woitowicz

Introdução

*“Quando nasci um anjo esbelto
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.”
(Adélia Prado)*

A obra literária de Marina Colasanti²⁹ – escritora com reconhecida produção literária no Brasil – fornece uma série de elementos que possibilitam perceber as relações de gênero na sociedade. Analisar a imagem da mulher nos contos da autora exige um olhar da história das mulheres e, ao mesmo tempo, uma perspectiva crítica das representações do masculino e do feminino derivada dos estudos de gênero.

28 O presente artigo é resultado de trabalho de pesquisa a proposta pedagógica vinculada ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Governo do Paraná, realizado na Universidade Federal Tecnológica do Paraná em 2010.

29 Marina Colasanti nasceu na Etiópia e veio para o Brasil ainda criança. Trabalhou em jornais como editora, cronista, redatora e ilustradora, dedicando-se paralelamente à literatura. Possui mais de trinta livros publicados entre contos, crônicas, poesias, ensaios e livros infantis.

A inserção da discussão de gênero por meio da literatura, especificamente através da análise de personagens femininas em obras representativas de Marina Colasanti, pretende subsidiar uma prática de ensino/aprendizagem comprometida com uma leitura mais crítica da realidade, inserindo a problemática das hierarquias e estereótipos de gênero no ambiente escolar e, conseqüentemente, no processo de formação dos alunos. Ao evidenciar a construção de imagens de personagens femininas, busca-se observar como se constituíram permanências nas representações femininas e também rupturas com os valores históricos e sociais estabelecidos.

O trabalho proposto, que se apresenta como um caminho para a inclusão da perspectiva de gênero no ambiente escolar, tem o amparo das Diretrizes Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa do Paraná, que valorizam o desenvolvimento da percepção crítica dos estudantes, em uma perspectiva dialógica, bem como do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), que em um de seus eixos contempla uma educação inclusiva e não sexista, tendo como um dos objetivos a inclusão das questões de gênero nos currículos escolares, além da busca de mudanças nas práticas educativas.

Considerando que a escola é por excelência o espaço de mudanças sociais, entende-se a necessidade de assegurar no currículo escolar a inserção de práticas pedagógicas que oportunizem aos alunos o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos. Para tanto, ao levar para o cotidiano da escola discursos presentes nas obras literárias de Marina Colasanti, reconhecidamente impregnados de ideologias e vozes sociais, busca-se promover uma reflexão de gênero e manter um diálogo com o leitor, tirando-o da passividade para conferir-lhe o status de leitor crítico, capaz de questionar preconceitos e combater as formas de discriminação.

A proposta, direcionada para alunos de ensino médio, dentro da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, objetiva

estimular nos alunos o interesse pela leitura e o conhecimento de obras literárias, bem como promover uma reflexão acerca das representações das mulheres, de forma a contribuir para a identificação e desconstrução de estereótipos de gênero. Do mesmo modo, pode servir de apoio para a formação de educadores que identificam a pertinência de incluir, nos conteúdos regulares, temáticas que dizem respeito às desigualdades sociais.

A escolha da temática de gênero decorre da percepção de que os planos docentes de literatura brasileira não costumam contemplar uma perspectiva analítica e crítica em torno dos valores culturais que constituem as representações de gênero, deixando uma lacuna no que diz respeito à formação básica dos alunos. Assim sendo, discutir as obras de Marina Colasanti significa refletir sobre as imagens de personagens femininas, tanto em uma perspectiva de reprodução dos estereótipos de gênero quanto em termos de uma transformação nos papéis tradicionais. Não dissociando um texto do seu caráter histórico e social, bem como da voz que o produz, aproximar os alunos do ensino médio às obras de Marina Colasanti, uma das vozes femininas da literatura brasileira, oportuniza enfatizar a construção do gênero e da sexualidade à luz do discurso literário.

A proposta de reflexão sobre as imagens de mulheres na literatura brasileira a partir das representações femininas na obra de Marina Colasanti considera a inserção do texto literário em um contexto social, cultural, histórico e político sob o enfoque de que a imagem e a identidade da mulher não estão associadas a aspectos biológicos e morfológicos, mas relacionadas à categoria de gênero, ou seja, a identidade é resultado do processo histórico-cultural, cuja noção deve ser entendida em diferentes percepções, como múltiplas identidades de gênero. É neste sentido que se pode dizer que não nascemos homens e mulheres, “nos tornamos

tal”, como lembra Simone de Beauvoir³⁰, referindo-se aos padrões culturais assimilados coletivamente.

Mulheres e o ensino da literatura

No transcorrer da história do Brasil, verifica-se “o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos negros, mulheres e analfabetos”, o que gerou uma “educação seletiva, discriminatória e excludente”, conforme citado nos estudos de Paiva (1987).

Passados tantos anos de discriminação e exclusão, percebem-se ainda poucos avanços em relação à situação da mulher, principalmente nas de classe social menos privilegiada, ainda subjugada a uma sociedade patriarcal e machista. Esta situação é ainda repetida na escola, como pode ser observado no cotidiano escolar, nas brincadeiras infantis, nos livros didáticos, no comportamento de professores e professoras, na própria estrutura escolar, na literatura infantil, no comportamento de pais e mães. Nas histórias de vida de tantas mulheres, silenciadas e oprimidas, considera-se relevante promover, por meio da literatura, uma reflexão sobre as representações das mulheres, de modo a observar a reprodução ou transgressão de estereótipos de gênero.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção e construção” (FREIRE, 1996, p.47). Com essa afirmação, o educador nos conduz a uma reflexão sobre as ações que contribuem para que ocorra uma aprendizagem efetiva; assim, ao introduzir no cotidiano da escola a temática

30 No final da década de 1940, Beauvoir escreve o livro *O Segundo Sexo*, no qual denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual. Sua análise constitui um marco, na medida em que delineia os fundamentos da reflexão feminista que eclodirá mais significativamente a partir da década de 1960.

acerca da imagem da mulher, estaremos possibilitando aos alunos a construção e reconstrução de conhecimentos que permitam a homens e mulheres uma consciência de seu importante papel social e humano.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Língua Portuguesa apontam a literatura como produção humana e citam algumas concepções de teóricos. Para Candido (1972), a literatura é vista como arte que transforma e humaniza o homem e a sociedade e Eagleton (1983 p. 105) enfoca a dificuldade em definir literatura, considerando a forma como cada leitor atribui significado a uma obra literária, afirmando: “sem a participação ativa do leitor, não haveria obra literária”.

Considerando a necessidade da participação ativa do leitor, propõe-se o encaminhamento da proposta na perspectiva interacionista do ensino da língua portuguesa e busca-se contemplar práticas de leitura, oralidade e escrita, que se fundem e intercalam.

Gênero e literatura: bases teóricas que embasam a proposta pedagógica

O referencial teórico dos estudos de gênero permite que se faça reflexões em torno da construção de personagens femininas na literatura e que se entenda as diferenças entre homens e mulheres como uma construção histórica e social. A contribuição das teorias de gênero oferece subsídios para a compreensão de como os discursos da literatura promovem uma reflexão sobre as representações das mulheres em uma perspectiva de reprodução ou transgressão de estereótipos de gênero.

Um percurso pelas leituras de gênero oferece, portanto, orientações para contemplar uma perspectiva analítica e crítica em torno dos valores culturais que constituem as representações femininas nas obras de Marina Colasanti. Ao trabalhar em uma

perspectiva de gênero, por meio da análise de personagens femininas, insere-se nas escolas a reflexão sobre os papéis e imagens das mulheres na literatura.

Segundo Michelle Perrot (1998), a identidade feminina, até o século XIX, era construída mediante o espaço doméstico, em que a noção de feminilidade estava totalmente inserida. As características femininas estavam intrinsecamente ligadas ao papel que a mulher assumia dentro do âmbito familiar, atuando como dona de casa, esposa e mãe. Todo esse trabalho e responsabilidade assumida no espaço privado geraram a construção de uma identidade feminina baseada apenas em vínculos familiares. No que se refere à história, pode-se afirmar que as mulheres viveram séculos de anonimato e de silêncio, como relata Perrot (1998, p. 9).

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte social. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da história, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.

Na história, na literatura, nas instituições de ensino superior, nas artes plásticas, nas ciências, a mulher viveu o obscurantismo, a ocultação, o silêncio. O silêncio é também norma adotada pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento, conforme aponta Perrot (1998, p.11):

Silêncio, até mesmo na vida privada, quer se trate do salão do século XIX onde calou-se a conversação mais igualitária da elite das Luzes, afastada pelas obrigações mundanas que ordenam que as mulheres evitem os assuntos mais quentes – a política em primeiro lugar – suscetíveis de perturbar a convivibilidade, e que se limitem às conveniências da polidez.

Há de se considerar ainda que a história das mulheres é recente, pois, como assinala Perrot (2007, p. 11),

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita.

Somente a partir da segunda metade do século XX, precisamente após o movimento cultural de maio de 1968, foi que o movimento feminista e a bandeira de luta pelos direitos feministas ganham expressividade em diferentes lugares e espaços sociais. Assim, conforme discutido por Perrot (1988), a identidade feminina passa por uma série de transformações obtidas através das conquistas das mulheres no espaço público. A mulher assumiu um novo papel social na família e no mercado de trabalho, ou seja, as chefas de família e empregadas multifuncionais no âmbito público passaram a redefinir sua identidade, mesmo não mudando completamente sua condição no espaço social. Amplia-se, portanto, a condição de outrora, pois a mulher continuava sendo dona de casa, mãe, esposa e, com a gradativa inserção em alguns espaços profissionais, sua dupla jornada de trabalho conduziu a certas representações das mulheres que oscilavam entre sua atuação nos espaços público e privado.

A partir da expressiva entrada das mulheres no espaço público, a identidade feminina passa então a incorporar o referencial da

profissão. As mulheres passam a atuar, a serem identificadas socialmente e a se autoidentificarem como profissionais, além de continuarem a ser esposas e mães.

O contexto que fundamenta a problematização das identidades de gênero está relacionado a uma conjuntura política e econômica de crise da família conjugal moderna que se expressa nas definições do que é ser homem e do que é ser mulher, com o questionamento da reclusão feminina ao espaço doméstico. Conforme argumenta Vaitsman (1994), as mulheres foram aumentando sua participação no ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, sindicais, artísticas e culturais, redefinindo concepções de família e de relações de gênero fundadas sobre a divisão do espaço público e privado. É nesta conjuntura que se contestam os traços patriarcais da definição de papéis femininos e masculinos:

[...] as novas linguagens de expressão da subjetividade, inclusive com o apoio da psicanálise, os direitos das minorias, todos esses seriam elementos que levariam à emergência da problemática do outro, o que no âmbito das relações de gênero, expressou-se na constituição das mulheres enquanto sujeitos, indivíduos, desafiando discursos e práticas patriarcais. (VAITSMAN, 1994, p.70).

A literatura, como produto cultural de uma determinada época, traduz este processo de mudanças nas representações de gênero, projetando personagens que ora se aproximam, ora se distanciam de um “ideal” de mulher baseado nos papéis tradicionais relacionados ao feminino. No caso da autora analisada (Marina Colasanti), interessa observar como se constroem imagens de mulheres em seus escritos, de modo a possibilitar reflexões sobre os valores culturais relacionados aos lugares sociais ocupados por personagens femininas.

O debate sobre gênero e identidade emerge na academia a partir do final do século XX, conforme Scott (1998) anuncia. A primeira forma de abordagem de gênero, nas Ciências Sociais, tinha como foco problematizar a condição da mulher na sociedade, tendo como ênfase especial a condição feminina:

[...] a mulher não é apenas diferente do homem, mas distinta dele. Ela tem de descobrir sua maneira de ser. Quando recuperamos a memória de mulheres que nos precederam, não buscamos um modelo estereotipado de feminismo, mas uma experiência concreta da vivência da condição feminina. (RIBEIRO, 1997,108).

A constituição do debate a respeito das relações de gênero, além de concentrar-se, inicialmente, numa leitura centrada no polo feminino, teve como contribuição central a ênfase na elaboração cultural das diferenças sexuais. Assim, antropólogos e sociólogos defenderam a ideia de que as distinções entre homens e mulheres não são derivadas de seus atributos anatômico-fisiológicos, mas fundamentalmente da construção cultural em torno dos papéis sociais.

Em *A História das mulheres no Brasil*, Mary Del Priore (2004) esclarece, na apresentação do livro, que o principal esforço da historiografia voltada ao estudo de gênero é encontrar respostas às questões que são formuladas por nossa sociedade, quais sejam: qual foi, qual é e qual poderá ser o lugar das mulheres. Como se pode perceber, as principais motivações que orientam a produção intelectual acerca da mulher partem de um questionamento de identidade de gênero.

A literatura fornece uma série de elementos que possibilitam problematizar as representações de masculinidades e feminilidades na sociedade. No caso das obras de Marina Colasanti, observa-se que a construção de personagens femininas dialoga com a reprodução e desconstrução das hierarquias de

gênero, uma vez que são valorizadas histórias de mulheres que resistem à opressão.

A utilização da palavra “gênero” está ligada à luta das mulheres por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito. Nessa perspectiva, há de se valorizar a condição da mulher na literatura brasileira, por meio das “vozes femininas”, entre elas Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Adélia Prado e especialmente Marina Colasanti, que impulsionadas pelas mudanças culturais iniciadas na década de 1960, colocam homem e mulher em condição de igualdade em termos de qualidade literária.

Conforme analisa Eliane Batista Costa (2009), os contos de Marina Colasanti são impregnados de sensibilidade e envolvimento com os problemas vividos pela mulher em uma sociedade patriarcal marcada pela opressão. Sugere ainda a pesquisadora que a feminilidade de Colasanti extravasa as meras aparências da realidade, por meio de imagens e metáforas que conduzem o leitor a vivenciar as relações humanas, especialmente a relação homem/mulher.

Perspectivas de gênero na obra de Marina Colasanti

As Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa postulam uma proposta que enfatiza a língua viva, dialógica e reflexiva. Assim sendo, propiciar a reflexão acerca de temas que problematizam as questões de gênero possibilita que alunos e alunas projetem as suas vozes no contexto em que estão inseridos. “A prática social põe-se, portanto, como ponto de partida e ponto de chegada da prática educativa”, como aponta Saviani (2007, p. 42).

A literatura de autoria feminina brasileira é composta de obras cujas autoras ocupam um espaço significativo na literatura. A “voz da mulher” representa a possibilidade da ruptura de estereótipos e preconceitos cristalizados pelo discurso e ideologia

patriarcais, significando uma metáfora da luta das mulheres pela igualdade de gênero.

Elaine Showalter (1986) indica três etapas fundamentais no percurso das obras literárias de vozes femininas. A primeira, chamada “feminina”, é caracterizada pela imitação; a segunda, denominada “feminista”, destaca-se pela ruptura e, a terceira, chamada “fêmea”, é identificada pela autodescoberta, pela busca da identidade.

Nas obras em que se evidenciam as “vozes femininas”, percebe-se que a etapa feminina é impregnada do sentimento de culpa da mulher, alijada de seu “eu”. A etapa feminista enaltece o caráter de luta da mulher, contestando a figura patriarcal e, finalmente, a etapa fêmea legitima a independência da mulher e sua relação com o universo masculino; fatores estes visíveis nas obras contemporâneas.

Dentre as vozes femininas, têm-se os contos de Marina Colasanti, identificados na etapa fêmea da literatura feminina brasileira. A perspectiva de uma escrita feminina aparece no modo como a própria escritora se apresenta:

Eu sou uma mulher que sempre achou bonito
menstruar.

Os homens vertem sangue por doença, sangria
ou por punhal cravado, rubra urgência a estancar,
trancar no escuro emaranhado das artérias.

Em nós o sangue aflora como fonte, no côncavo
do corpo. Olho-d'água escarlate, encharcado
cetim que escorre em fio.

Nosso sangue se dá de mão beijada, se entrega ao
tempo como chuva ou vento.

[...] Eu sou uma mulher que sempre achou bonito
menstruar.

Pois há um sangue que corre para a Morte.

E o nosso que se entrega para a Lua. (COLASANTI,
1993).

As imagens femininas em construção e desconstrução estão presentes especialmente nas obras: “Doze reis e a moça do labirinto do vento”, “Um espinho de marfim & outras histórias” e “Longe como o meu querer”. Para a escolha das obras, considera-se a ênfase dada ao universo feminino, bem como a linguagem marcada pelos significados, imagens, símbolos, sugestões e ousadias. Para tanto, destacam-se alguns contos da autora, dentro das obras citadas, que expõem a transgressão, as imagens e os estereótipos femininos suscitados nas obras literárias de Marina Colasanti: “A moça tecelã”, “Para que ninguém a quisesse”, “A honra passada a limpo”, “A mulher ramada” e “Sem que fosse tempo de migração”.

Os contos de Marina Colasanti refletem uma ideologia crítica acerca dos valores sociais. Ela representa uma voz feminina e projeta imagens (por vezes contraditórias) das mulheres, em suas alegrias e angústias, conforme se observa no Poema Marina:

Às seis da tarde as mulheres choravam no
banheiro.
Não choravam por isso ou por aquilo
choravam porque o pranto subia garganta acima
mesmo se os filhos cresciam com boa saúde
se havia comida no fogo e se o marido lhes dava
do bom e do melhor
choravam porque no céu além do basculante
o dia se punha porque uma ânsia
uma dor uma gastura
era só o que sobrava
dos seus sonhos.
Agora às seis da tarde
as mulheres regressam do trabalho
o dia se põe os filhos crescem
o fogo espera
e elas não podem não querem
chorar na condução. (COLASANTI, 1993).

Com extrema sensibilidade e leveza, Marina Colasanti narra de forma singular as particularidades do universo feminino, por meio de seus contos, impregnados de símbolos e imagens. Situações cotidianas situadas nos espaços público e privado se confundem, produzindo sentimentos e sensações de dor e angústia às mulheres.

O conto “A moça Tecelã”, que integra a obra *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*, inicia com um trabalho linguístico que enfatiza a manhã: o claro, a linha clara, a claridade... enfim, imagens do amanhecer, denotando um estado de equilíbrio. A moça tinha o seu tear, isto é, ela tinha o domínio da situação, até que, sentindo-se sozinha, tece um homem para completar a sua vida. Entretanto, a partir da tecitura do “homem”, ocorre o desequilíbrio, pois o homem, descobrindo o poder mágico do tear, obriga a moça tecelã a realizar os seus caprichos.

Oprimida e percebendo que nada do que havia idealizado torna-se realidade, e sentindo que continuava a viver na solidão, desfaz toda a tecitura e com ela o homem e seus caprichos.

Em várias partes do conto observam-se frases como: “exigiu que ela escolhesse as mais belas lãs”; “ordenou que fosse de pedra com arremates de prata”; “sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido”. Estas frases demonstram relações desiguais de gênero e questionam a ideia do casamento como fórmula da felicidade, como se pode observar na frase “tecia e entristecia”.

Perspectiva semelhante é trabalhada por Marina Colasanti no conto “Para que ninguém a quisesse”, publicado no livro *Contos de amor rasgados* (1986, p.111-112):

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos.

[...] Então lhe trouxe um batom. No outro dia um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de

cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos.
Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas,
nem pensava mais em lhe agradar.

No conto, nota-se a chamada “violência simbólica” de Bourdieu, que se impõe tão fortemente quanto a violência física. Vítima do ciúme excessivo de seu esposo, a mulher desse conto entrega-se também à submissão e não consegue reagir. Termina infeliz e com sua autoestima afetada. Segundo Bordieu,

Sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência [...] (da) submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias [...] simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2007, p.7).

No conto em questão, o marido, ao retirar-lhe a maquiagem, as roupas bonitas e ao cortar-lhe os cabelos vai, aos poucos, alijando a mulher de sua vaidade. O que o incomodava era o fato de que outros homens pudessem admirá-la, que um ou outro olhar viril pudesse observá-la, por isso pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos, evidenciando sentir por ela um ciúme obsessivo.

De acordo com a narrativa, o marido não sentia falta da companhia da mulher, de sua personalidade, de seu caráter, mas sim de sua beleza. A mulher se torna uma “sombra”, pois perde os traços que definiam a sua imagem. Não quer mais se arrumar, “nem pensava mais em agradar o marido”. “Largou o tecido em uma gaveta, esqueceu o batom”, diz o conto.

Outro escrito de Marina Colasanti, em forma de miniconto, remete à violência sofrida pelas mulheres.

É uma santa. Diziam os vizinhos. E D. Eulália apanhando.

É um anjo. Diziam os parentes. E D. Eulália sangrando.

Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e D. Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória. (COLASANTI, 1999, p.44).

Apesar de se tratar de um miniconto, o texto é impregnado de carga emocional. A personagem feminina, Dona Eulália, era vítima constante das agressões do marido alcoólatra. Por sua submissão era tida como “santa” pelos vizinhos e “anjo” pelos parentes, numa metáfora aos constantes sofrimentos.

Nos textos subtende-se uma ideologia, e para identificá-la é necessário estudar o contexto. Nos contos, o imaginário constitui-se uma ferramenta convincente e o uso das metáforas possibilita várias leituras. Os contos citados enfatizam o conceito das relações conjugais, questionam a vida pública e privada das mulheres, a submissão ao poder patriarcal de pais e maridos, a opressão feminina, a perda da identidade da mulher, o patriarcado e a transgressão feminina, bem como o relacionamento da personagem consigo mesma. São imagens que, na narrativa de Marina Colasanti, adquirem sentidos e propõem reflexões sobre as questões e desigualdades de gênero.

Literatura e leitura crítica da realidade

A escola reproduz um comportamento de não reconhecimento da mulher como sujeito histórico e social com direitos iguais aos

do homem. Nessa perspectiva, a análise da imagem da mulher em contos de Marina Colasanti convida a lançar um olhar mais atento à condição feminina e indica possibilidades de denúncia a opressões, preconceito e submissão. Considerando que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em seu eixo 2 preconiza a educação inclusiva e não sexista, torna-se necessário conhecer a trajetória histórica das mulheres em suas conquistas.

Ao se falar de imagens da mulher, não há como desconsiderar, na atualidade, o papel dos meios de comunicação na construção de estereótipos e representações femininas. Desse modo, sendo os meios midiáticos espaços da consciência pública, torna-se importante estabelecer relações entre a literatura de Marina Colasanti e as representações atuais das mulheres, envolvendo informações acerca dos direitos das mulheres em uma abordagem intertextual, de modo a permitir que a literatura brasileira se apresente de maneira crítica e contextualizada em sintonia com as problemáticas da atualidade.

Em diferentes momentos da história da humanidade, foi conferido à literatura o papel de denúncia social, de desenvolvimento da consciência política e social. Conforme as palavras de Saramago, “a literatura não tem o poder de modificar a realidade, mas certamente é capaz de fazer com que as pessoas reavaliem a própria vida e mudem de comportamento”.

O ambiente escolar constitui-se o espaço por excelência para se aprender sobre direitos, bem como o acolhimento das diferenças, desvendando mitos e estereótipos. Desta forma, oportunizar o conhecimento e o questionamento capazes de promover uma discussão acerca da educação inclusiva não sexista constituiu-se uma aprendizagem necessária.

Estudar e analisar contos de Marina Colasanti no contexto escolar significa romper paradigmas, na medida em que a literatura interfere na ordem social. Trata-se de um modo de ler a obra literária sob o viés da desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas ao longo

do tempo pela história e pela cultura. Portanto, ler contos de Marina Colasanti tomando como instrumentos os conceitos (feminino/feminista; mulher-sujeito/objeto, gênero, patriarcado, imagens femininas, estereótipos etc.) implica investigar as marcas ideológicas do texto, num processo de leitura crítica que visa promover no educando mudanças de comportamento em relação às convenções sociais historicamente dadas.

No processo de formação de educadores, inserir no cotidiano escolar práticas pedagógicas e sociais que permitam o questionamento e a reflexão sobre as questões de gênero possibilita a participação dos educandos no processo de construção do conhecimento, acarretando transformações no modo de compreender as relações de gênero, além de promover o debate sobre temas relativos aos direitos das mulheres, em sintonia com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A experiência revela a importância de inserir na escola os chamados temas transversais, necessários para o fortalecimento de uma formação humanística e comprometida com as demandas da sociedade, evidenciando o papel da escola de promover o debate sobre diferentes temas, estimulando o senso crítico e ampliando a visão de mundo dos estudantes.

A leitura crítica das obras de Marina Colasanti permite inserir as vivências dos alunos nas reflexões sobre estereótipos femininos, promovendo o questionamento da realidade, conduzindo ao fortalecimento da condição de cidadania no contexto da educação, repensando as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, muitas vezes restritas ao conteúdo regular das disciplinas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, 2009.

BOURDIEU, P. **A Distinção**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

COLASANTI, M. **Doze reis e a moça no labirinto do vento**. 2 ed.. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1985.

_____. Para que ninguém a quisesse”. _____. In: **Contos de amor rasgados**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Longe como o meu querer**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____. A moça tecelã, Para que ninguém a quisesse, Porém igualmente. In: _____. **Um espinho de Marfim & outras histórias**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

_____. **Um espinho de marfim & outras histórias**. Porto, 2010.

_____. **Rota de colisão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: **Ciência e cultura**. São Paulo. USP, 1972.

COSTA, E. B. **A construção da personagem feminina em contos de amor rasgados**. Disponível em: <www.alb.com.br/anais>. Acesso em 23 fev. 2010.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

EAGLETON, Terry. Fenomenologia, Hermenêutica e Teoria da Recepção. In: _____. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares Estaduais do Ensino de Língua Portuguesa**. Paraná, 2009.

PAIVA, V.P. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyla, 1987.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Mulheres: Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, J. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Edméia A. **Meninas ingênuas: uma espécie em extinção?: a sexualidade feminina - entre práticas e representações - Maringá 1950-1980**. Assis. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, 1996.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOTT, J. W. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1998.

SHOWALTER, E. In: EAGLETON, Mary (ed). **Feminist literarytheory**. New York: Basil Blackwell, 1986.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALLADARES, E.; BERBEL, M. **Revoluções do século XX**. São Paulo: Scipione, 1994.

Profissionalismo, gênero e diferença entre os jornalistas de São Paulo

Aline Tereza Borghi Leite

Introdução

Este texto divide-se em duas partes: inicialmente, a exposição buscará contemplar a participação feminina na carreira de jornalismo expressa em números, descritos nas bases de dados oficiais. Para isso, será apresentada a distribuição de homens e mulheres em São Paulo quanto ao segmento do jornalismo em que atuam, analisando a estratificação nas posições mais elevadas segundo o sexo e as diferenças de remuneração média por função, utilizando como principal fonte de informações a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Na segunda parte, pretendemos abarcar a discussão teórica da diferença, proposta por Brah (2006), buscando interpretar nos discursos dos jornalistas qual significado o termo “diferença” tem para os profissionais pesquisados.

Parte 1: As diferenças de gênero entre os profissionais do jornalismo de São Paulo

A Profissão de Jornalismo em São Paulo

São Paulo é o estado que concentra o maior número de jornalistas no país. Mais de 30,0% dos jornalistas registrados

formalmente no país estão empregados no estado de São Paulo. Segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o número de jornalistas em São Paulo vem aumentando bastante nos últimos anos e, em especial, o número de mulheres jornalistas.

Em apenas dez anos, o número de jornalistas registrados na RAIS nesse estado dobrou. Em 1995, havia 5.746 jornalistas trabalhando, destes, 2.449 jornalistas eram mulheres, o que corresponde a 42,62% dos jornalistas registrados. Em 2005, o número de profissionais saltou para 10.783, sendo que 5.671 eram mulheres, passando a representar 52,59% dos jornalistas que exerciam suas atividades no setor formal. Já em 2010, estavam registrados na RAIS 16.084 jornalistas em São Paulo. Destes, 8.531 profissionais eram mulheres, o que representa 53,04% dos profissionais.

É importante ressaltar que os dados da RAIS expressam apenas os números relativos à atividade dos jornalistas que estão contratados pela CLT, seguindo um regime formal de trabalho, o que exclui as informações referentes aos *freelancers* (eventuais e fixos), aos profissionais que prestam serviço como “pessoa jurídica” e aqueles que estão inseridos no serviço público. Assim, de acordo com a estimativa do SJSP (Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo) e da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), o número de jornalistas que atuam em São Paulo seria o dobro, se incluíssemos os empregos informais no jornalismo.

Outro ponto importante a ser destacado é que o mercado de trabalho do jornalismo tem se alterado no que se refere aos setores em que se concentram os jornalistas em atividade em São Paulo. É o setor “” que mais ocupa os profissionais do jornalismo na atualidade. Isso significa dizer que mais de 60,0% dos jornalistas formalmente empregados no estado de São Paulo não trabalham em veículos de comunicação (jornais, revistas, agências de notícias, rádios e TVs), mas em empresas da iniciativa privada, universidades, entidades e assessorias de imprensa.

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

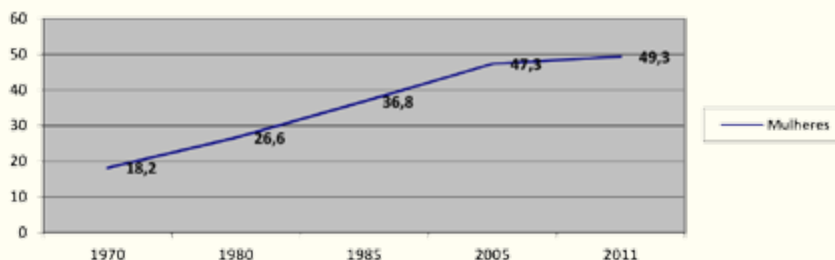
Nos últimos anos, o fenômeno do crescimento da participação feminina na força de trabalho tem recebido bastante atenção por parte dos estudos brasileiros, o que pode ser explicado pelo fato de que o significativo aumento da atividade das mulheres corresponde a uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil desde os anos 1970 (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Na concepção de Bruschini (1989, p. 4), a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e rearranjos ao longo dos anos somente podem ser entendidos levando-se em consideração não apenas as condições do mercado, a estrutura do emprego e o nível de desenvolvimento da sociedade, mas também a posição da mulher na família e a classe social a que pertence o grupo doméstico. De fato, “as características biológicas, pessoais, familiares e sociais” definem o nível de participação das mulheres na produção social.

No âmbito desses indicadores de participação econômica no Brasil, podemos examinar ainda a evolução temporal da taxa de atividade feminina, que corresponde ao percentual de trabalhadoras sobre o total de mulheres de 10 anos ou mais de idade. Isto é, a taxa de atividade feminina refere-se à proporção de mulheres economicamente ativas em relação ao número de mulheres em idade ativa.

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), conferidos no Gráfico 1, em 1970, a taxa de atividade feminina era de 18,2%. Em 1980, a taxa de atividade feminina passou a 26,6% e em 1985 já era de 36,8%. Em 2011, essa taxa passou a 49,3%, o que significa que de 100 mulheres em idade de trabalhar, quase 50 delas trabalhavam ou estavam procurando trabalho no período de referência. Assim, o gráfico a seguir nos fornece uma representação do crescimento expressivo da proporção de mulheres economicamente ativas entre as mulheres em idade ativa ao longo das últimas décadas.

Gráfico 1: Taxa de atividade das mulheres –
Brasil – 1970-2011 (%)



Fonte: IBGE/PNADs

Os estudos recentes que se inserem nessa temática empenham-se no sentido de compreender as razões desse crescimento expressivo da presença feminina no mercado de trabalho. Para Guimarães (2004), o processo de transformação que se verifica em relação à demanda de força de trabalho vê-se acompanhado de transformações na esfera da oferta de força de trabalho, o que seria mais claramente observado quando se considera o trabalho feminino. Nessa concepção, os contextos condicionados à intensa reestruturação vão ao encontro da “trajetória promissora” das mulheres. Tais caminhos se cruzam, possibilitando a incorporação crescente de mulheres ao mercado de trabalho brasileiro.

A recomposição sexual da população universitária no Brasil

Esta exposição fará uso de dados dos Censos do IBGE e do INEP, do Ministério da Educação e Cultura, que denotam uma “recomposição sexual dos estudantes universitários e da estrutura ocupacional” brasileira, assim como ocorrido em Portugal, nos termos de Subtil (2009).

De acordo com Subtil (2009), em Portugal, a partir da década de 1970, ocorre o surgimento da nova geração de mulheres no jornalismo, acompanhado do ingresso em massa de mulheres em determinadas profissões liberais, como a advocacia, magistratura e medicina.

Os dados da escolaridade no Brasil indicam que entre as décadas de 1970 e 2000, houve um crescimento do número de mulheres com nível superior de ensino. Em 1970, as mulheres representavam apenas 25,6% da população universitária brasileira. Em 1980, houve um crescimento significativo da presença feminina nos cursos universitários, passando a corresponder a 45,5% da população com nível universitário. A participação das mulheres foi crescendo até ultrapassar em 2000 a parcela de homens entre a população com nível superior de ensino.

Tabela 1: Distribuição da população com nível universitário, por sexo – Brasil – 1970-2010 (%)

	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Homens</i>	74,4	54,5	51,1	47,2	44,5
<i>Mulheres</i>	25,6	45,5	48,9	52,8	55,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censos

Nota-se que está ocorrendo uma “recomposição sexual da população universitária” (SUBTIL, 2009) no Brasil. Se, em 1970, as mulheres constituíam uma pequena minoria, representando apenas 25,6% dos estudantes, desde então a parcela feminina tem demonstrado um crescimento expressivo, atingindo 55,5% em 2010.

A participação feminina nos cursos de Comunicação Social em São Paulo

A mudança radical da presença das mulheres entre a população com nível universitário no Brasil trouxe repercussões para a frequência feminina nos cursos de Comunicação Social, tendo consequências também sobre o sistema profissional, influenciando o crescimento da taxa de atividade feminina na profissão.

Podemos observar o predomínio feminino entre os estudantes universitários de Comunicação Social em São Paulo. De acordo com dados do INEP, expressos na Tabela 2, em 2010, as mulheres constituíam 55,2% dos matriculados nos cursos de Comunicação Social em São Paulo. Outra informação que se destaca é o aumento expressivo no número de matriculados ao longo dos anos. Enquanto em 1991, foram registradas 18.949 matrículas nos cursos de Comunicação Social nas universidades paulistas, em 2010, este número passou a 82.016 matrículas. Em termos quantitativos, a mudança já é bastante significativa, com um aumento de 332,82% em 2010 em relação ao ano de 1991, embora a década de 2000 tenha sido marcada por movimentos de questionamento quanto à importância do diploma universitário específico em Comunicação Social/Jornalismo para o exercício da profissão.

Tabela 2: Número de matrículas nos cursos de Comunicação Social, por sexo – Estado de São Paulo - 1991-2010 (%)

	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
	1991		2000		2005		2010	
<i>Homens</i>	7.894	41,7	20.768	43,4	33.591	46,5	36.733	44,8
<i>Mulheres</i>	11.055	58,3	27.096	56,6	38.684	53,5	45.283	55,2
Total	18.949	100	47.864	100	72.275	100	82.016	100

Fonte: INEP/MEC

Nos últimos anos, a esfera do ensino superior, em especial dos cursos da área de Comunicação Social, tem se constituído como um campo de recrutamento para a profissão. Selecionando algumas universidades reconhecidamente relevantes nos cursos de Comunicação Social em São Paulo, como a Universidade Mackenzie e a Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, podemos observar uma presença feminina muito expressiva. Nos anos analisados da década de 2000, observa-se um predomínio das mulheres entre os matriculados em Comunicação Social e ao longo dos anos vemos o crescimento do número de matriculados nestas Universidades.

A partir dos dados expressos na Tabela 3, em 10 anos, o número passou de 75 para 827 alunos matriculados. Podemos observar que em 2011, 65,6% dos estudantes do curso de Jornalismo do Mackenzie eram mulheres.

Tabela 3: Número de matrículas no curso de Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) na Universidade Mackenzie, por sexo – São Paulo – 2000-2011 (%)

	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
	2000		2002		2005		2006		2011	
<i>Homens</i>	19	25,4	151	37,5	286	36,9	335	37,5	284	34,4
<i>Mulheres</i>	56	74,6	252	62,5	490	63,1	560	62,5	543	65,6
Total	75	100	403	100	776	100	895	100	827	100

Fonte: Departamento do curso de Jornalismo do Mackenzie

A USP também registra uma presença majoritária de mulheres entre os alunos matriculados nos cursos de Comunicação Social. Em 2011, as mulheres representavam 57,7% dos matriculados.

Tabela 4: Número de matrículas nos cursos de Comunicação Social (Habilitação em Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas) na Universidade de São Paulo (ECA-USP), por sexo – São Paulo – 2002-2011 (%)

	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
	2002		2006		2010		2011	
<i>Homens</i>	720	44,3	850	45,9	798	43,5	772	42,3
<i>Mulheres</i>	905	55,7	1002	54,1	1038	56,5	1053	57,7
Total	1625	100	1852	100	1836	100	1825	100

Fonte: Secretaria da ECA/USP

Jornalistas registrados formalmente em São Paulo

Na capital paulista, as mulheres predominam entre os jornalistas registrados formalmente com nível superior de ensino. A Tabela 5 nos fornece informações a respeito dos jornalistas que atuam no mercado formal de trabalho em São Paulo e que possuem, pelo menos, o diploma de graduação.

Tabela 5: Jornalistas diplomados, por sexo – São Paulo – 1990-2010 (%)

	1990		2000		2005		2010	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
<i>Homens</i>	2.064	52,0	2.500	44,8	2.656	38,9	4.048	41,3
<i>Mulheres</i>	1.908	48,0	3.079	55,2	4.177	61,1	5.761	58,7
Total	3.972	100	5.579	100	6.833	100	9.809	100

Fonte: RAIS/MTE

O jornalismo consiste num campo profissional com destacados níveis técnico-científicos, sendo considerado como uma carreira tipicamente de nível superior. Em São Paulo, em 2010, conforme dados da RAIS, 72,0% dos jornalistas que exerciam suas funções no mercado formal, possuíam, pelo menos, o diploma de graduação. Este percentual equivale a 9.809 profissionais, o que inclui os jornalistas com superior completo, Mestrado e/ou Doutorado.

Observa-se um número predominante de mulheres entre os jornalistas com nível superior, com carteira de trabalho assinada na capital paulista. Em 1990, dos profissionais diplomados, 48,0% eram mulheres. Já em 2010, entre os profissionais com nível superior de ensino, 58,7% são mulheres. Podemos ressaltar também o incremento do número de jornalistas diplomados formalmente registrados na capital paulista. Em 20 anos, o número de profissionais do jornalismo diplomados que atuavam no mercado formal de São Paulo passou de 3.972 para 9.809. Neste período, o número de mulheres jornalistas diplomadas triplicou, passando de 1.908 profissionais em 1990 para 5.761 jornalistas em 2010.

Alguns trabalhos defendem que, no caso brasileiro, o processo de profissionalização do jornalismo foi acompanhado de um movimento de feminização da profissão. A este respeito, Rocha (2004) afirma que o advento da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão representou para a carreira de jornalismo um aumento da participação feminina. A presença mais significativa de mulheres nos cursos superiores ocorreu concomitantemente à expansão da profissionalização do jornalismo, o que

[...] possibilitou um crescimento de mulheres nessa carreira, pois o cargo passou, em geral, a ser atribuído ao profissional mais bem preparado [...] estabelecendo, assim uma competição mais equiparada aos cargos nas redações. Essa

mudança permitiu às mulheres ingressarem nesta carreira, desde que investissem na sua formação”. (ROCHA, 2004, p. 9).

Em suma, as mulheres são maioria entre os universitários, contribuindo para um aumento dos níveis de escolaridade em geral, e entre os profissionais do jornalismo com maior grau de instrução. No entanto, o crescente ingresso das mulheres no ensino superior e do aumento das mulheres jornalistas diplomadas não correspondem a uma melhor inserção feminina na carreira profissional, o que se traduz pelas diferenças de rendimento, que mostram que entre os anos 2000 e 2010 não houve uma redução das desigualdades entre homens e mulheres.

Tabela 6: Remuneração média (R\$) de jornalistas, por sexo – São Paulo – 2000-2010

	2000	2005	2010
<i>Homens</i>	3.439,15	4.554,58	5.107,43
<i>Mulheres</i>	2.888,04	3.492,74	4.235,16

Fonte: MTE/RAIS, dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSJP). Família ocupacional: 2611 – Profissionais do Jornalismo, 2612 – Profissionais da informação, 2616 – Editores, 2617 – Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e TV

Podemos afirmar que, com base nestas informações, a superioridade feminina quanto à escolaridade no jornalismo não se reflete nos níveis de remuneração obtidos pelas jornalistas, já que, em média, os rendimentos auferidos pelas mulheres são menores que os dos homens em São Paulo.

Analisando as diferenças de remuneração média por função, observamos que apesar de serem maioria entre os profissionais diplomados, ao exercerem as mesmas funções que os homens, as

mulheres jornalistas são menos recompensadas economicamente, recebendo, em média, bem menos. Conforme os dados expressos na Tabela 7, constatamos que embora realizando as mesmas funções que seus colegas homens, as mulheres jornalistas, em grande parte das vezes, obtêm menores salários, com destaque para a função de repórter de rádio e televisão, em que as mulheres recebem cerca de 70,0% do salário dos homens. Outra função que chama a atenção é a de arquivista pesquisador, em que as mulheres recebem, em média, apenas 71,1% do salário dos homens. Na função de diretor de redação, em que se pressupõe a exigência de níveis elevados de qualificação, as mulheres ganham 76,9% dos rendimentos obtidos pelos homens. Isto é, enquanto as mulheres recebem, em média, R\$ 11.509,40, os homens recebem R\$ 14.960,63. Já entre os assessores de imprensa, há uma menor disparidade entre os salários dos homens e das mulheres, levando-se em conta que as mulheres recebem 93,0% do salário dos homens.

Tabela 7: Remuneração média (R\$) de jornalistas, por função e por sexo – São Paulo – 2010

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>(%)*</i>
<i>Arquivista Pesquisador</i>	4.519,72	3.215,22	71,1
<i>Assessor de imprensa</i>	2.792,96	2.598,51	93,0
<i>Diretor de redação</i>	14.960,63	11.509,40	76,9
<i>Jornalista</i>	4.080,59	3.558,50	87,2
<i>Produtor de texto</i>	3.260,93	2.638,62	80,9
<i>Repórter</i>	4.319,21	3.855,48	89,2
<i>Revisor</i>	1.847,77	1.574,14	85,2
<i>Redator de textos técnicos</i>	5.496,32	4.118,83	74,9
<i>Repórter de rádio e televisão</i>	5.516,26	3.869,28	70,1
<i>Repórter fotográfico</i>	3.243,69	2.747,29	84,7

Fonte: MTE/RAIS, SJSP

*Rendimento das mulheres em relação ao dos homens

Entretanto, conforme os dados da RAIS de 2010 dispostos na Tabela a seguir, há algumas funções em que as mulheres recebem, em média, salários maiores que os homens. É o caso da função de editor, em que o rendimento dos jornalistas é de 90,3% do rendimento das jornalistas.

A partir das informações contidas nesta tabela, salientamos que claramente nas funções em que as mulheres recebem, em média, mais do que os homens, as diferenças de remuneração são bem menores em relação às funções em que o salário dos homens é maior. Entre os editores de jornal, as mulheres recebem, em média, R\$ 5.198,98, enquanto os homens obtêm, em média, R\$ 5.086,79, o que significa que o rendimento dos homens é de 97,8% do das mulheres. Nas funções de editor de mídia eletrônica e de editor de revista científica, os homens obtêm, respectivamente, 86,5% e 90,1% do salário das mulheres.

Tabela 8: Remuneração média (R\$) de jornalistas, por função e por sexo – São Paulo - 2010

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>(%)*</i>
<i>Editor</i>	<i>4.589,86</i>	<i>5.082,44</i>	<i>90,3</i>
<i>Editor de jornal</i>	<i>5.086,79</i>	<i>5.198,98</i>	<i>97,8</i>
<i>Editor de mídia eletrônica</i>	<i>3.724,45</i>	<i>4.307,52</i>	<i>86,5</i>
<i>Editor de revista científica</i>	<i>3.145,09</i>	<i>3.488,82</i>	<i>90,1</i>

Fonte: MTE/RAIS, SJSP

*Rendimento dos homens em relação ao das mulheres

Após apresentar alguns dados que expõem em números as diferenças de gênero na carreira, buscamos na segunda parte deste texto compreender os discursos dos jornalistas e das jornalistas a respeito da diferença na carreira.

Parte 2: Os distintos discursos da diferença entre os profissionais do jornalismo de São Paulo: os marcadores sociais de gênero e de sexualidade

Como os jornalistas e as jornalistas de São Paulo interpretam a diferença entre seus pares? Como o gênero é percebido na prática profissional dos jornalistas? Como os profissionais são representados nos distintos discursos da diferença? A interpretação de sua experiência na profissão se dá através de alguns estereótipos de gênero?

A análise das entrevistas teve como principal referencial os pressupostos teóricos de Brah (2006). A autora, sendo crítica do conceito essencialista de diferença, apresenta quatro formas de conceituar a “diferença”: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

Quanto à ideia de diferença como experiência, a autora afirma que a experiência é entendida como “construção cultural”; é “uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente” (BRAH, 2006, p. 360). O sujeito e a experiência são construídos no processo e se formam permanentemente nas práticas culturais cotidianas, a partir da relação estabelecida entre o componente social e o subjetivo.

Nessa perspectiva, não são os indivíduos que têm experiências, mas as experiências que criam os indivíduos: “contra a ideia de um ‘sujeito da experiência’ já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006, p. 360). Assim, tais categorias – a formação do sujeito e a experiência – são contingentes e não essencialistas ou já existentes. Nesse sentido, a percepção do indivíduo é condicionada ao modo como este é culturalmente construído.

A diferença como relação social é mobilizada por um grupo a fim de relatar suas experiências históricas coletivas nos discursos compartilhados. O conceito de diferença como relação

social diz respeito às “trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo” (BRAH, 2006, p. 363).

Considerando-se que o sujeito é descentrado e heterogêneo, sua subjetividade em processo é múltipla, instável e contraditória. A diferença como subjetividade remete à noção de interioridade, levando-se em conta que os processos em que a subjetividade é formada são sociais e subjetivos. Em virtude disso, as posições sustentadas pelo indivíduo são socialmente produzidas.

Por fim, a diferença como identidade faz referência ao processo de construção em que a subjetividade, que mesmo sendo múltipla e contraditória, é condicionada como tendo coerência, continuidade e um núcleo em permanente mudança, que constitui o “eu”, já que a identidade é entendida como “multiplicidade relacional em constante mudança” (BRAH, 2006, p. 371).

A respeito de como homens e mulheres percebem a diferença de gênero na profissão de jornalismo, analisaremos brevemente alguns discursos dos profissionais entrevistados. Para a investigação, foram entrevistados nove profissionais do jornalismo, sendo cinco mulheres e quatro homens. As entrevistas ocorreram no local de trabalho dos jornalistas e abordavam questões a respeito de sua trajetória profissional, suas conquistas, dificuldades e frustrações na carreira, suas percepções sobre a profissão de uma maneira geral, com ênfase para as mudanças recentes no jornalismo. Utilizando a diferença como categoria analítica, explicitaremos a seguir como a diferença é definida nas práticas discursivas dos jornalistas de São Paulo, lembrando-se que na concepção de Brah (2006), por trás das definições, existem relações sociais, posições de sujeito e subjetividades.

Análise das entrevistas

Com a finalidade de entender como as práticas discursivas do jornalismo acerca do gênero recebem significado por parte dos profissionais, decidimos dividir o exame das falas dos entrevistados por temas, a saber: o recurso à neutralidade do profissionalismo; discursos sobre a naturalização dos comportamentos; representações de gênero e as especificidades das experiências das mulheres.

Quanto ao discurso acerca do preconceito, na análise das entrevistas, identificamos a diferença como experiência quando o discurso expressa uma situação de discriminação vivenciada pelo entrevistado, ou seja, quando o relato de discriminação se der a partir do ponto de vista de sua experiência, partindo do pressuposto de que “o significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro” (BRAH, 2006, p. 362). Identificamos a diferença como relação social nos relatos em que o evento se referir à vivência de outra pessoa.

Tema 1: O recurso à neutralidade do profissionalismo

No momento das entrevistas, ao dar início ao bloco das questões de gênero, a princípio, os homens passavam a dar respostas muito curtas, mostrando-se desconfortáveis e limitando-se a dizer “não sei”, “não há diferença nenhuma”, “isso não existe” ou “não sei, porque eu sou homem, né?”. De início, o enfoque de sua narrativa era na “postura profissional neutra” (BONELLI, 2010), reforçando os valores que remetem à neutralidade do profissionalismo, a partir do argumento de que as competências e habilidades do profissional do jornalismo não obedecem a uma divisão generificada:

Dê gênero? Masculino e feminino? Não, é tudo igual... não tem diferença. Sem falar do que tem

de homossexual pra todos os lados, nas redações... Então, essa questão de gênero, eu acho que essas competências e habilidades são independentes de gênero. O jornalista tem que conhecer o mundo, conhecer culturas... Das habilidades, se fala muito em agilidade, o jornalista tem que ser ágil.... a agilidade de raciocínio, é esta a agilidade que o jornalista precisa ter, ele precisa sacar logo... que aí é treino, né, é prática... tomar decisões rápidas... Marcos, 39 anos, casado, dois filhos, assessor de imprensa *freelancer* e professor universitário³¹.

Na opinião do jornalista entrevistado, o que caracteriza um bom jornalista, que seria um espírito investigativo, um faro para a notícia, não se diferencia entre homens e mulheres, considerando que as “competências e habilidades são independentes de gênero”. Na sua percepção, como “prova” de que não há diferenças de gênero nem preconceito no jornalismo, ele afirma: “sem falar do que tem de homossexual pra todos os lados, nas redações”.

Os argumentos a seguir também ilustram a produção de discursos neutros sobre o gênero. Podemos notar que os profissionais recorrem a termos que fazem referência ao profissionalismo, como “competência”, “talento” e “potencialidade”, a fim de minimizar a influência de gênero na profissão:

A mulher prova competência trabalhando! E é por tempo de trabalho. Não tem outro jeito. Ninguém sai totalmente formado... A gente não sai com toda a credibilidade da faculdade. O que prova isso então é o tempo de serviço. É o tempo que você tem de trabalho.

Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária.

31 A fim de preservar o anonimato dos entrevistados, seus nomes foram alterados.

Por exemplo, eu já exerci chefia várias vezes. Eu examino uma pessoa pelo talento, potencialidade, possibilidade, grau de informação que ela tem. Nunca penso se é homem ou mulher. Agora, tem uma coisa: aparece muito mais mulher do que homem, em todas as posições.

Marta, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos.

Segundo os resultados do trabalho de Bonelli (2010) sobre profissionalismo e gênero entre os magistrados, já que o gênero permanece sendo uma eterna desvantagem, as mulheres de nível superior empenham-se em realizar um “apagamento de gênero”, principalmente no que se refere à diferença como subjetividade. É o caso de juízas que buscam “apagar a diferença por meio da neutralidade da expertise” (BONELLI, 2010). Nas considerações da autora:

A neutralidade não é um saber abstrato descolado do corpo. Ela ganha forma física, na postura imparcial, no vestir, na conduta nas relações profissionais com os pares, os jurisdicionados, a mídia mas também nas relações sociais mais amplas [...] A vivência dessa forma de ser, desse estilo de vida promove o sentimento de pertencimento [...] Os resultados alcançados nesse processo trazem realização, tornando os membros da carreira ativos promotores da disposição interiorizante da subjetividade e do apagamento da diferença como identidade do eu ou como identificação coletiva proclamada. (BONELLI, 2010, p.277).

Podemos notar que a forma como a mulher que realiza o “apagamento de gênero” experimenta o gênero é negando a diferença. Na atribuição de significado a sua experiência, conferida pela jornalista Isadora, a mulher que é vista como uma

“profissional que tem domínio” do seu trabalho não sofreria resistência ao chefiar uma equipe.

O mundo das profissões orienta-se, em geral, por práticas e valores masculinos, fundamentados na neutralidade e racionalidade. Assim, a “eficácia simbólica” da profissão se expressa em razão de a sociedade confiar na *expertise*, reconhecendo sua autoridade. Com efeito, a ideologia por trás da *expertise* é de que o saber é neutro. Com isso, o saber se afirma neutro à sociedade, pois se aplica sem distorções, utilizando exclusivamente este conhecimento (BONELLI, 2010).

Com efeito, nessa perspectiva, os valores profissionais são exaltados por resultarem, na percepção das mulheres – em geral inseridas em profissões tradicionalmente masculinas – em maior reconhecimento da profissional, o que conduz a mulher a reforçar sua identidade profissional em detrimento do gênero, que estaria relacionado aos estereótipos negativos. Vejamos a narrativa da jornalista Marta sobre sua trajetória profissional de quase 50 anos no jornalismo:

Eu nunca fui discriminada por ser mulher. Não posso considerar isso. Talvez tenha sido e não tenha percebido. O que me levou a não ser é que eu tinha até a fama de trabalhar muito. Eu tinha que trabalhar dobrado pra valer um homem! Eu trabalhava muito! Eu era a única pessoa a escrever todos os textos no programa de televisão em que eu trabalhava. Eu só fui ter minha primeira auxiliar meses depois...

Na percepção de Marta, “trabalhar dobrado” poderia contribuir para apagar as marcas de gênero e permitir que seu valor, como profissional, pudesse se destacar, já que tinha “fama de trabalhar muito”.

Há também discursos que não se baseiam na neutralidade e, com isso, distanciam-se da ideia de apagamento de gênero.

Consideram que, segundo as próprias regras do mercado de trabalho, mesmo com corpo de mulher, a profissional teria que agir como um homem para ter sucesso na carreira profissional.

A este respeito, Ana, editora que passou a ser *freelancer* após o nascimento de seu filho, relata o preconceito vivido por mulheres que são jornalistas e mães. Podemos identificar sua definição da diferença como relação social, já que no seu argumento, Ana se reporta às vivências compartilhadas pelas mulheres de “outra época” e as “mulheres de hoje”. Segundo sua concepção, no jornalismo, “não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho”:

E as mulheres de hoje... a minha mãe é jornalista também e uma jornalista de uma outra época e eu achava que essa coisa de preconceito contra mulheres mães era coisa do passado, que isso não existia mais, mas não viu, é igualzinho, não mudou nada, porque eu acho que a mulher ainda acha que ela precisa se comportar como um homem no trabalho. Na verdade, não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho. E aí ela se comportando como um homem, ela se beneficia, porque ela é mais dedicada, ela é mais centrada e ela também se comporta como um homem, então aí, ela vira uma super funcionária, né? Por isso que eu acho que tem mais mulher em cargo de chefia, porque a mulher se dedica e vai, sem nem olhar pro lado. E o homem, não, como ele já está há muito tempo no mercado de trabalho, ele olha pro lado também.

Ana, 35 anos, casada, um filho de 3 anos, editora *freelancer*.

É importante notar que na visão da jornalista Ana, “se comportar como um homem no trabalho” implica, para as mulheres, ter uma chance de ter uma carreira bem sucedida

nesta profissão, o que gera alguns benefícios. Neste raciocínio, ao se comportar como um homem, a mulher torna-se uma “superfuncionária”.

Tema 2: Discursos sobre a naturalização dos comportamentos

Podemos observar no discurso do coordenador do curso de jornalismo, Ricardo, a percepção de que a diferença de gênero na carreira é resultante da natureza de homens e mulheres, o que reforça estereótipos negativos (e, por vezes, positivos) do essencialismo de gênero. Ao conversarmos sobre as características que definem um bom profissional do jornalismo, foi perguntado se estas se diferenciam entre homens e mulheres:

Não, não. Engraçado você perguntar isso, porque de uns tempos pra cá, a profissão de jornalismo está muito feminilizada, nós temos muitas mulheres, e muitas mulheres em função de direção... Então, se você me perguntar por que que tem mais mulheres fazendo o curso, seria difícil te responder.... Tem um pouco do *glamour*, né, que pode ser alguma coisa que a mulher se identifique um pouco mais... Pro homem... ele tem mais esse espírito de gostar de alguns assuntos... por exemplo, vou falar por mim, eu queria ser repórter de guerra, correspondente de guerra. Então, eu não estava preocupado com o *glamour*. Pelo que eu vejo dos meus alunos, muitos deles querem ser repórteres de campo... querem trabalhar com o jornalismo esportivo.. Agora, as meninas, eu as vejo querendo trabalhar com a televisão. Então assim, sem correr o risco de parecer um certo machismo e tal, mas tem essa questão da imagem, que pra mulher é assim uma coisa que está mais ligado a elas. Mas existem grandes repórteres mulheres e grandes

repórteres homens. Eu acho que nesse processo de industrialização do jornalismo, como a mulher é mais organizada, elas acabam pegando essas funções de chefia, por causa disso. A mulher consegue se concentrar mais e dar conta das demandas todas...

Ricardo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo.

O discurso adquire conotações essencialistas, na medida em que naturaliza os comportamentos femininos e masculinos. A mulher profissional do jornalismo é vista como mais organizada, e, em razão disso, conseguiria realizar um número maior de atividades ao mesmo tempo, o que possibilitaria exercer cargos de chefia. Por outro lado, a representação da mulher estaria vinculada à imagem e também ao “*glamour*” proporcionado pela televisão, enquanto os homens, por terem um “espírito aventureiro”, se direcionariam aos esportes e à cobertura de guerras.

O relato a seguir expressa a definição de diferença como forma de afirmar a diversidade, embora as representações estereotipadas estejam presentes à medida que a jornalista afirma que “a mulher é mais organizada”, tem um “lado mais sentimental” e sabe “lidar com pessoas diferentes”. Este discurso pode sinalizar um “essencialismo estratégico”, a que se refere Brah (2006, p.376), por “afirmar uma diferença aparentemente essencial” a fim de recorrer a “laços de experiência cultural comum” para defender suas posições como sujeito dominado. Na opinião de Isadora, a “sensibilidade” é valorizada como uma competência específica das mulheres:

Não, a característica é a mesma. O que a gente tem ainda é um tipo de preconceito, mas eu acho que isso é geral no mercado de trabalho. A mulher ainda ganha, a gente tem piso... mas a gente sabe que lá dentro, a gente sabe que o valor

varia... tem salário de mulher e salário de homem. Isso é normal... isso existe ainda em todas as profissões. Então, a mulher prova o tempo todo que ela é competente, mas hoje a gente tem várias empresas que determinam que “eu quero que este funcionário seja mulher”... Porque a mulher é mais organizada, de cumprir com prazo, saber lidar com pessoas diferentes... A mulher tem esse lado mais sentimental, consegue lidar um pouco melhor. Então, a gente hoje tem empresa que já exige que a vaga seja pra mulher. Então, além de ser a profissional... que é igual a do homem... Ela tem que seguir.... Ela tem essa sensibilidade que o mercado gosta. Eu, por exemplo, a minha equipe... e é diversa, eu tenho homem e tenho mulher na equipe... Então às vezes você precisa... Às vezes você tem um que é mais nervoso, um que é menos. Às vezes a pessoa tem crise, e chora! Mas a mulher consegue lidar....a organização... Mas a mulher tem que estar provando... dizendo, eu sou competente.. Mas depois que ela chega e prova competência, aí eu acho que não tem mais problema. Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária.

Podemos notar a importância da questão do salário na escolha do trabalho feminino: “tem salário de mulher e salário de homem”, considerando-se que atualmente há empresas que definem “que a vaga seja pra mulher”. O trabalho feminino é recrutado por custar menos. Contudo, a jornalista justifica a exigência das empresas de que o “funcionário seja mulher”, em razão de a mulher ser “mais organizada”, “cumprir com prazo”, “saber lidar com pessoas diferentes” e ter “esse lado mais sentimental”. Enfim, na sua opinião, a mulher teria “essa sensibilidade que o mercado gosta”.

Assim, vale destacar, nestes discursos, os estereótipos de gênero presentes na percepção da diferença entre os jornalistas.

O universo feminino é associado à busca pelo “*glamour*” da TV. Além disso, a mulher é vista como mais delicada e sutil, o que a beneficiaria por ter um jeito diferente para conseguir as informações. Por outro lado, nestas narrativas, a mulher em sua “essência”, sofre influência das alterações hormonais, “cede mais a picuinhas” e pode, ao contrário do homem, nos momentos de crise ir “chorar no banheiro”.

Tema 3: Representações de gênero

A seguir o relato faz referência à definição de diferença como relação social, por representar o discurso a respeito da experiência compartilhada por mulheres na profissão. É interessante notar que, na opinião da jornalista, já que atualmente há muitas mulheres ocupando cargos de chefia, são as próprias mulheres que teriam preconceito em relação às mulheres:

E eu acho que talvez o preconceito seja mais das mulheres com as mulheres do que dos homens com as mulheres. Porque é isso, a gente também, né? Quando entra alguém mais bonitinha na redação, né? a gente já fica assim, né? Eu já ouvi uma vez assim de uma mulher, que era quase como se fosse assim uma justiça... um *Robin Hood* das mulheres: uma coisa de justiça: ah, ela não pode ter tudo, entendeu? Assim: Ah, ela é bonita, já vi que não é burrinha, mas não, entendeu?... acho que deve acontecer em outras áreas também, né? Mas eu acho que acontece especialmente no jornalismo porque hoje tem muita chefe mulher, muita mesmo... Pelo menos no [portal de jornalismo *online*], que é onde eu trabalhei agora recentemente eram só mulheres, basicamente, tinha um chefe maior que era o diretor de jornalismo, mas que por acaso era um homem,

porque durante décadas foi uma mulher... Mas o resto era tudo mulher.

Ana, 35 anos, casada, um filho de 3 anos, editora *freelancer*.

Na observação de algumas mulheres jornalistas, as mulheres se submetem aos salários mais baixos, porque não negociam com as empresas nem reivindicam uma remuneração melhor, enquanto os homens são “mais agressivos” e “mais ambiciosos”, além de serem vistos como profissionais que “precisam mais”, considerando-se a ideia de que o salário do homem é entendido como um salário-família e o salário da mulher como um salário complementar.

Tema 4: As especificidades das experiências das mulheres

O momento do fechamento de matérias é uma questão que representa uma dificuldade muito grande para as mulheres com filhos pequenos, o que as direciona com mais frequência, ao regime flexível de trabalho, preferindo não se dedicar integralmente à profissão ou a trabalhar em mídias que não exigem uma rotina de trabalho tão intensa como os jornais diários, os programas de televisão diários e as revistas semanais.

A partir dos discursos, entendemos que é muito comum que as mulheres mudem sua rotina de trabalho após a maternidade, e com isso, passem a se inserir em outro tipo de veículo de comunicação, ou podem buscar também mudanças em suas relações de trabalho, com alterações no contrato de trabalho, exercendo suas atividades profissionais como *freelancer*. Nesta condição, as mulheres abrem mão dos direitos trabalhistas em favor da possibilidade de trabalhar em casa, em meio período e poder, assim, organizar melhor seus horários de trabalho.

Na percepção das profissionais entrevistadas, por se tratar de uma profissão em que a rotina de trabalho é difícil de sustentar

a longo prazo, sendo visto até mesmo como um “trabalho pouco amigável para as relações de família”, a condição de *freelancer* é preferida por mulheres que se tornaram mães, no intuito de a profissional organizar sua rotina de trabalho.

Com isso, as mulheres passam a se inserir no “mercado secundário de trabalho”, que requer um menor tempo de dedicação ao trabalho, permitindo arranjos mais flexíveis, manifestos pelo trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informal.

A definição de diferença, segundo a percepção de Ana, não se limita às distinções entre homens e mulheres, mas se estendem também às diferenças entre mulheres com filhos e mulheres sem filhos. Ao comentar sobre o perfil de profissional favorecido segundo os critérios de promoção na carreira, a jornalista afirma que em sua área, a valorização profissional está ligada à dedicação integral à carreira, o que se torna inviável no seu caso, após o nascimento de seu filho:

Depois que eu tive filho, eu cheguei a essa conclusão: o jornalismo brasileiro é uma área em que se valoriza muito o trabalho da juventude, essa energia de trabalho, então, enquanto você trabalha muito, o tempo inteiro, você serve, né? Mas quando você quer valorizar sua experiência e trabalhar menos, não porque você é um vagabundo, mas porque você já está em outro estágio da profissão, aí é mais difícil. E se você não tem dedicação total, aí raramente... e o jornalismo é uma profissão que demanda muita entrega. Se você não se entrega totalmente, você não serve. Então, o jornalismo é uma profissão muito boa pra mulheres que estejam dispostas a se dedicar 100% à carreira e isso não inclui mulheres que são mães. Por exemplo, na minha redação, na minha área, só eu era mãe, entendeu? Não tinha mãe. E na minha área era mais bem visto você faltar

porque seu cachorro ficou doente do que porque você tinha que pegar seu filho na escola, porque você não tinha babá.

Assim, podemos identificar esta definição da diferença como experiência. A jornalista se ressentia profundamente ao narrar as situações de constrangimento experimentadas na profissão depois de ter se tornado mãe. Na concepção de Ana, foi isso que a conduziu a uma nova relação de trabalho, marcada pela flexibilidade de horários. Antes do nascimento de seu filho, ela trabalhava como editora vinculada formalmente a um portal de notícias *online*. Em razão das dificuldades descritas, a jornalista passou a ser editora *freelancer* e afirma: “mesmo trabalhando bastante, não consigo mais atingir o salário de antes”.

É reconhecido que os trabalhos de *freelancers* estão mais associados à condição precária de relações de trabalho, correspondendo a menos direitos trabalhistas, trabalhos em tempo parcial e, conseqüentemente, salários mais baixos.

Vale destacar que as diferenças salariais entre homens e mulheres podem ser explicadas pelo crescimento do emprego feminino em tempo parcial. A defasagem de rendimentos entre homens e mulheres no jornalismo em São Paulo pode ser explicada pelo menor tempo que as mulheres destinam ao trabalho remunerado, exercendo trabalhos em meio-período, já que no trabalho em tempo parcial, que se trata de uma das formas flexíveis de emprego, a mulher “ganha” tempo, mas “perde” remuneração.

Considerações Finais

Vimos que nos últimos anos, o número de jornalistas vem aumentando bastante e, em especial, o número de mulheres jornalistas, com destaque para o crescimento do número de

mulheres com nível superior de ensino, além do crescimento da taxa de atividade feminina na profissão. Porém, apesar do predomínio de mulheres entre os estudantes universitários de Comunicação Social em São Paulo e entre os jornalistas registrados formalmente com nível superior de ensino, em média, os rendimentos obtidos pelas mulheres são menores que os dos homens, já que ao exercerem as mesmas funções que os homens, as mulheres são menos recompensadas economicamente.

O argumento deste estudo apoia-se na afirmação de que a percepção sobre a diferença é construída diferentemente nos discursos dos profissionais do jornalismo, estando condicionada aos marcadores sociais, em especial aos marcadores de gênero. Considerando-se que os significados da diferença são atribuídos por cada indivíduo, o uso do discurso ideológico do profissionalismo, que remete à neutralidade e à homogeneização, com a construção de discursos comuns aos membros da profissão, não é capaz de eliminar as diferenças.

Nessa perspectiva, é o sujeito que confere significado a seus discursos e práticas. A diferença, portanto, pode ser identificada de maneiras distintas, segundo a interpretação do indivíduo e conforme o cruzamento entre os marcadores sociais. Isto é, os diferentes discursos expressam conceitos distintos do termo “diferença”.

De acordo com os relatos examinados neste artigo, em última instância, a decisão ainda cabe aos homens, que ocupam o maior nível na carreira. A participação das mulheres vai ficando mais escassa à medida que se olha para o topo da carreira. Na percepção dos profissionais, embora a posição mais alta seja sempre ocupada por um homem, o processo decisório é compartilhado.

As mulheres percebem avanços e muitas mudanças positivas que favorecem a inserção feminina em posições de poder: É interessante observar que as percepções são otimistas em relação ao futuro das mulheres e à posição ocupada na profissão, a partir das falas: “a tendência é equilibrar”, “hoje já melhorou muito”,

“hoje está bem dividido”, “as mulheres já ocupam um lugar de destaque”, “hoje eu acho que a profissão está mais feminina”, “tem muitas mulheres na chefia”.

Os discursos essencialistas de gênero se expressam à medida que observamos que a imagem da mulher é associada à beleza, à delicadeza, à sutileza e à habilidade nos relacionamentos pessoais. Por outro lado, mas seguindo essa concepção natural e essencialista de gênero, algumas narrativas se reportam às dificuldades tanto de “chefiar mulher” quanto de “ter chefe mulher”. No entanto, recorrendo ainda a características “essenciais” da mulher, alguns relatos posicionam-se no sentido de mostrar as “limitações próprias” das mulheres em algumas áreas da profissão. Na percepção dos entrevistados, as diferenças entre homens e mulheres têm consequências sobre quem vai ser mais empregado, explorado e valorizado na profissão, e resultam da “natureza” da mulher: a mulher é mais recrutada por se submeter mais, brigar menos, ser mais insegura e mais dedicada na profissão.

REFERÊNCIAS

BONELLI, M. da G. **Profissionalismo e gênero na magistratura paulista**. Porto Alegre: Civitas, n.2, v.10, 2010, p.270-292.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, v. 26, 2006, p.329-376.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, RAIS, Acesso online às bases estatísticas, SGT. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Censos Demográficos; Estatísticas – Trabalho e Rendimento – Servidor de arquivos. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras. In: **Desafios da equidade**. Cadernos Pagu, 2001, p.157-196.

_____. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

ROCHA, P. M. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. 2004. (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

SUBTIL, F. Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In: GARCIA, J. L. (org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses**: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

Gênero e jornalismo: a mulher nas reportagens da *Realidade*

Felipe Araújo
Nanci Stancki da Luz

***Realidade*: breve contextualização histórico-editorial**

Este capítulo pretende discutir o jornalismo pela perspectiva do gênero tomando como escopo a revista *Realidade*, editada mensalmente entre 1966 e 1976. Em seus dez anos de história, tal veículo conviveu com o regime militar, atingindo jornalisticamente seu período áureo nos primeiros anos de sua jornada, entre 1966 e 1968, sofrendo com a saída de seus principais jornalistas (16 abandonaram a redação) em 1968, após o acirramento do governo ditatorial comandado pelo presidente Costa e Silva.

Apesar do cerceamento ideológico aos veículos de comunicação, “é durante o regime militar que as modernas empresas de comunicação do país se constituem de forma mais efetiva” (LEISTER FILHO, 2003, p.8). Dentro de um curto prazo de tempo – algo em torno de uma década – grupos comunicacionais se organizaram, formando verdadeiros conglomerados, como no caso das *Organizações Globo* ou o *Grupo Folha*, empresas que ainda dominam o mercado brasileiro atual. Neste contexto, surgem dois veículos de notícia que serão inovadores em termos de linguagem na estética jornalística: o *Jornal da Tarde*, do *Grupo Estado* (Janeiro de 1966) e a revista *Realidade*, lançada pela *Editora Abril*, ambas de São Paulo.

Procurando atingir os leitores das camadas sociais mais elevadas do país, *Realidade* surgiu como a principal aposta

da *Editora Abril*, que já editava histórias em quadrinhos da *Walt Disney*, uma revista sobre automóveis, a *Quatro Rodas*, e algumas de boa vendagem voltadas para o mercado feminino, como *Capricho*, *Claudia* e *Manequim*. “Mas o grande projeto empresarial da editora era ter uma revista séria, de respeito, que pudesse melhorar a imagem da editora junto ao público e ao mercado publicitário” (LEISTER FILHO, 2003, p.9). Assim, em 1965 a *Editora Abril* acreditava ser o ano de lançar no mercado a sua primeira grande revista de interesse geral, o que se concretizou no ano seguinte, trazendo de dentro de seus segmentos uma experiência editorial desenvolvida nas revistas para públicos segmentados.

A ideia era atingir um público o mais amplo possível, concorrendo com quase todas as revistas à disposição no mercado. Para tanto, *Realidade* manteve uma especificidade em sua narrativa, mas trouxe elementos das publicações já existentes no mercado brasileiro, como *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Quatro Rodas*. Como este mercado era incipiente, foi possível apostar nessa ampla concorrência e em um leitor genérico. O formato grande (30,5 x 23,7) foi pensado para concorrer visualmente com *Manchete* e *Cruzeiro*, de tamanhos semelhantes, mas que neste período estavam em uma crise. A revista *Realidade*, portanto, preencheu um grande vazio cultural: não havia uma publicação nas bancas destinada a tentar expor os grandes temas do país e do mundo, desde os problemas políticos e sociais do Brasil, passando pelos avanços da ciência e da medicina, até chegar às visões mais liberais sobre sexo e comportamento (LEISTER FILHO, 2003).

Ainda que desejasse concorrer com as revistas especializadas para o público feminino, o leitor da *Realidade* seguiria sendo majoritariamente masculino. Baseado na carta dos leitores enviado à revista, a historiadora Letícia Moraes conclui que 73% dos consumidores da revista são homens, enquanto 20,5% são mulheres, havendo cartas não identificadas e outras escritas por casais (MORAES, 2007). Ainda nos dias atuais, existe uma

predominância masculina entre os leitores de jornais e revistas jornalísticas, com as revistas voltadas para o público feminino atingindo as mulheres de maneira mais específica.

Mas se no sentido de inverter o gênero do público que lia revistas não houve um avanço, podemos afirmar entretanto que a revista *Realidade* trouxe uma série de inovações para a imprensa brasileira e para a linguagem jornalística. Inicialmente na escolha dos temas e na forma como eram apresentados, trazendo uma influência do *New Journalism* estadunidense. Tal escola jornalística – ou movimento, na falta de definição melhor – surge nos Estados Unidos e de maneira quase contemporânea atinge os repórteres da *Realidade*, que, apesar de não assumirem unanimemente dita influência, era a maneira mais moderna de se fazer reportagem.

Neste sentido, na *Realidade* predominou a subjetividade, pois foi exatamente mesclando investigação e uma linguagem literária que os eventos factuais eram contados quase como se fossem ficção. A principal característica deste “novo jornalismo”, apropriado pela nova redação da *Editora Abril*, seria a presença do repórter dentro da pauta, ou seja, marchando contra a suposta objetividade jornalística, o repórter entrava no tema da matéria indo embrenhar-se na floresta amazônica para tratar do Xingu ou indo a Cuba para retratar o regime de Fidel Castro.

Através desta linguagem, *Realidade* atingiu amplamente o público, tornou-se uma fonte de conhecimento, estabelecendo um vínculo profundo com a sociedade e com novos parâmetros comportamentais, partilhando com seu público os significados de uma época. “Com a revista *Realidade*, é possível afirmar que o fato jornalístico entre nós ganhou dimensões sociológicas e penetrou no gosto do público leitor de tal forma que a partir dela os demais lançamentos buscariam pautar seu estilo” (FARO, 1999, p.19).

Por se tratar de uma revista mensal, *Realidade* chegava a trabalhar com até quatro edições ao mesmo tempo. A primeira

estava já nas bancas, a qual os profissionais tinham que lidar com a repercussão e as cartas dos leitores. Em termos práticos, havia uma edição na gráfica, na qual se poderia fazer mudanças de última hora. A outra estava em pleno andamento, com matérias sendo editadas e finalmente havia uma edição cujas matérias ainda estavam em processo de iniciação. Se Nelson Traquina afirma que o impacto da tecnologia apertaria cada vez mais a “pressão das horas de fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo” (TRAQUINA, 2012, p.53), podemos compreender a *Realidade* como a agregadora de um novo valor à profissão para além do “presente instantâneo” – ao menos no tocante ao caso brasileiro. A maioria dos repórteres tinha por volta de um mês para realizar uma reportagem, fazendo com que a redação vivesse um ambiente múltiplo de informações e temáticas. Não havia, também, uma uniformidade do texto. Os jornalistas podiam investir em seu próprio estilo, ainda que Sérgio de Sousa cumprisse o papel de redator-chefe.

Mas se na redação os jornalistas trabalhavam com várias perspectivas ao mesmo tempo, na vida do leitor, o caráter mensal fazia com que fosse uma publicação que convivesse com ele um longo tempo, que poderia usufruir com calma as grandes reportagens ali tratadas. Estes aspectos da revista demonstram que a indústria cultural não está “pronta e acabada”, assim como denuncia que existem saídas e estratégias para o fazer jornalístico; ou, no entender de Traquina, vemos a notícia como uma “construção” social, “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol de suas estratégias de comunicação” (TRAQUINA, 2012, p.28).

Mas essa construção social do jornalismo – e da cultura brasileira como um todo – sofrerá um duro golpe. A partir do AI-5, em dezembro de 1968, o ano que o sucede traz um cenário sombrio para toda a imprensa brasileira, sendo complexo também dentro da revista *Realidade*, que encerrará a sua fase de

sucesso no mercado editorial. Mesmo quando a edição especial das mulheres foi censurada (em janeiro de 1967 e que trataremos em seguida) pelo tribunal de menores que compactuava com as ideologias do regime militar, mas até o AI-5 não havia censura institucionalizada. Com sua formatação mensal, *Realidade* acabaria por não ter um censor dentro da redação, mas isto trazia o problema de ter uma edição já pronta proibida – significando prejuízo absoluto, como no caso da edição acima referida – ou, prática comum no jornalismo: a autocensura.

Desta maneira, o AI-5 encerra a fase mais significativa da produção jornalística da *Realidade*, que em seus dez anos viveu três fases bem demarcadas. Nesta primeira fase que vai de 1966 a 1968, a mais bem sucedida, a grande reportagem era a matéria-prima do periódico, com o valor agregado das fotografias e ilustrações. Já em sua segunda fase, que vai de 1969 a 1973, *Realidade* incorpora alguns elementos das revistas de informação, pois teve que se reformular após a perda de seus principais jornalistas. Mas as modificações no conceito de reportagem da revista não são bruscas. O projeto elaborado por Paulo Patarra influenciará as publicações e, até que se inicie a terceira fase, os jornalistas que entram seguem o estilo literário, a pesquisa de campo e investigação, dando valor significativo às imagens.

Mas em 1973, Victor Civita inicia uma reformulação editorial para tentar salvar a revista do fim. Externamente, a publicação encolheu, não mais se destacando entre as revistas comuns. Internamente, a revista passou a abordar temas como auto aperfeiçoamento, mistério, ocultismo, moda e decoração. Os assuntos polêmicos desapareceram da revista inusitadamente. Na edição de número 91, de outubro de 1973, o próprio Victor Civita vai escrever aos leitores, coisa rara ao longo das publicações da editora, as razões das mudanças estéticas.

Um fato relevante é que o sucesso da *Realidade* motivou a *Editora Abril* a investir no mercado de revistas, criando novas publicações que irão concorrer com a própria *Realidade*. O

principal investimento foi feito na revista *Veja*, veículo semanal concebida por Mino Carta, que já havia estado com Civita na criação da *Quatro Rodas*. Segundo Patarra, a nova proposta editorial da *Realidade* buscava assemelhar a revista com *Seleções do Reader's Digest* (LEISTER FILHO, 2003, p.11). A publicação de origem estadunidense lançou sua edição brasileira em 1942 e havia conseguido enorme sucesso no país, até a década de 1950. A partir de novembro de 1973, as reportagens da *Realidade* são menores e nem todas são assinadas. Enquanto antes se trabalhava com 12 reportagens por edição, nesta terceira fase o número aumentou para 25. Era o fim das grandes reportagens neste veículo.

Podemos, portanto, apontar como os principais motivos para o declínio e “morte” da *Realidade*: a) a censura e consequente saída dos principais nomes da redação da *Realidade*, após o Ato Institucional nº 5, desencadeando a queda de qualidade das publicações a partir de janeiro de 1969; b) a segmentação do mercado editorial, ironicamente impulsionado pela própria *Realidade*, principalmente dentro da *Editora Abril*, que obteve da experiência as condições necessárias de ousar em publicações; c) em razão do motivo anterior, a *Editora Abril* lançou a revista *Veja*, que concorrerá com a *Realidade*; *Veja* que teve um início problemático, de poucas vendas, mas que pôde ser bancada pela *Abril* devido ao sucesso de sua irmã-concorrente, suplantando-a aos poucos na preferência da editora e do público; d) aquecimento do mercado editorial, em que diversos veículos e periódicos surgem, voltados para públicos mais segmentados e especializados.

Gênero e Jornalismo na *Realidade*: as reportagens sobre a mulher brasileira

É sempre importante pontuar que o Brasil sofreu mudanças drásticas em sua produção cultural após o Ato Institucional Nº

5 (AI-5), no final do ano de 1968, causador de uma alteração no fazer jornalístico em função do cerceamento a setores da imprensa brasileira. Entretanto, até o AI-5, havia na mídia tupiniquim um espaço de atuação crítica que, por vezes, se ligava a demandas sociais de movimentos organizados. Algumas lutas envolvendo a questão da submissão da mulher na sociedade patriarcal extrapolavam os limites da militância feminina, pois afetavam mulheres em seu cotidiano, que procuravam mudanças, ainda que não participassem de qualquer organização. Porém, sem um grito organizado que exigisse afirmativamente questões pontuais de ordem feminina, a dominação masculina teria suas práticas alastradas sem um questionamento explícito que fosse de encontro às bases da sociedade conservadora.

A revista *Realidade* procurou dar voz a algumas destas questões da condição da mulher na sociedade brasileira, conseguindo adentrar a década de 1970 ainda empunhando bandeiras levantadas no período anterior a 1968. Assim, podemos dizer que nas lutas das mulheres brasileiras exigindo respeito e direitos iguais, a *Realidade* sem dúvida atuou junto de algumas demandas, participando das diversas campanhas, principalmente pela legalização do divórcio.

A edição de janeiro de 1967, cuja capa de fundo azul tinha uma lente de aumento sobre um rosto feminino, foi proibida em uma época em que a censura dos militares sequer estava concebida de maneira sistemática. Foram dois juízes da Vara de Menores do Rio de Janeiro e de São Paulo que tomaram a iniciativa, provocando a proibição da edição, o que certamente estava em sintonia com os desejos da sociedade patriarcal, que naquele momento via-se reforçado ideologicamente pelos militares no poder. O sumário desta revista paradigmática contava com as seguintes matérias, reproduzidas em uma tabela, seguindo o texto da própria revista.

Tabela 1: Sumário da edição número 10

EDITORIA	PÁGINA	RESUMO DA REPORTAGEM
Capa		A foto de George Love – <i>uma mulher colocada sob a lente de aumento – sintetiza o espírito desta edição especial: mostrar como é a mulher brasileira.</i>
Pesquisa	20	O que pensam as nossas mulheres – <i>Para saber isso, uma equipe de 10 pesquisadores percorreu o Brasil inteiro, em 40 dias, fazendo 1.200 entrevistas.</i>
Polêmica	30	A indiscutível, nunca proclamada (e terrível) superioridade natural da mulher – <i>E a história que o homem inventou, para poder provar o contrário.</i>
Ciência	36	Ela é assim – por que uma mulher é uma mulher? <i>O que a faz diferente dos homens? Oito páginas a cores mostrando os mistérios de um corpo de mulher.</i>
Ensaio	46	O amor mais amor – <i>A equipe de fotógrafos que trabalham para a revista foi para as ruas e trouxe o ensaio fotográfico do mês: como é o amor materno.</i>
Religião	52	A bênção, Sá vigária – <i>Hoje, em todas as horas, brasileiros estão aprendendo que também as freiras podem cuidar da salvação de suas almas.</i>
Gente	68	Nasceu – <i>Dona Odila vive numa cidade do Rio Grande do Sul. E há uma palavra mágica que muita gente já ouviu de sua boca. Dona Odila é parteira.</i>
Documento	76	Esta mulher é livre – <i>Ela é uma jovem artista de 24 anos, que não tem medo de dizer a verdade sobre sexo. Talvez seja a Ingrid Thulin nacional.</i>

Continua

Conclusão

EDITORIA	PÁGINA	RESUMO DA REPORTAGEM
Psicologia	82	Consultório sentimental – <i>Aqui se conta o drama, a ilusão e o desengano das que vivem esperando que lhes caia do céu uma saída para suas vidas.</i>
Perfil	88	Minha gente é de santo – <i>Olga Francisca Régis tem 41 anos e 66 filhos, dos quais apenas oito são do seu próprio sangue. Olga é mãe-de-santo.</i>
Problema	100	Três histórias de desquite – <i>Uma vive como virgem. Outra, sozinha com a filha de 19 anos. A terceira casou de novo.</i>
Economia	110	Dona Berta, o diretor – <i>Começou aos 26 anos, com uma maquininha. Hoje, tem uma indústria próspera, eficiente, moderna. E é o senhor patrão.</i>
Depoimento	116	Sou mãe solteira e me orgulho disso – <i>Quem afirma é uma moça carioca, de muita coragem.</i>

Fonte: Revista *Realidade* número 10

Algumas observações são pertinentes. Das doze matérias, apenas três são escritas por mulheres que não chegam a fazer parte da redação. A redação da revista, em sua primeira fase (1966-1968), conta majoritariamente com homens. Entretanto, toda a revista, no possível de sua amplitude, dedica-se realmente ao universo feminino. A resenha de livros e peças de teatro, os programas televisivos e o cinema, cada pequena nota ou longa matéria é dedicada às mulheres.

Outra questão interessante, todas as cartas escolhidas para a seção do leitor são de mulheres. Aqui, sim, é uma mulher que

seleciona as cartas, havendo uma divisão sexual do trabalho dentro da própria redação. Entretanto, há uma fotógrafa mulher e com o passar do tempo jornalistas mulheres vão assumir cargos como repórteres, até chegando a cargos de chefia dentro do corpo editorial. Vejamos o próprio editorial desta edição, escrito pelo diretor da revista, Roberto Civita, filho de Victor Civita, dono do grupo *Abril*:

Seis meses atrás, em longa conversa ao pé da lareira, numa noite de inverno, começamos a discutir a posição e a importância da mulher em nosso país. Falamos da revolução tranquila e necessária – mas nem por isso menos dramática – que a mulher brasileira estava realizando. E decidimos dedicar uma edição especial de REALIDADE ao que ela é, ao que faz, ao que pensa e ao que é. (...)

Mas não nos limitamos a escrever a respeito de mulheres. Também convidamos três delas para colaborar na edição. Assim, Carmen da Silva passou um mês lendo milhares de cartas dirigidas a meia dúzia de revistas femininas para poder preparar seu artigo sobre consultórios sentimentais. Gilda Grillo, armada com um gravador, praticamente viveu uma semana com a mãe solteira “diferente” que ela achou. E Daisy Carta digeriu uma pilha de livros, ensaios e estatísticas antes de concluir pela superioridade natural da mulher. (...)

Eis o resultado. Tudo está nesta edição – desde as cartas até o “Brasil Pergunta” – trata de mulheres. Trabalhando, amando, rezando, pensando, falando... *sendo*. Sabemos que o panorama traçado é apenas parcial, mas esperamos que sirva para mostrar o muito que elas fizeram e o mais ainda que elas irão fazer.

Apesar de não ter mulheres repórteres fixas na redação (por ser uma revista mensal, a *Realidade* nem possuía verdadeiramente

uma redação, com os jornalistas trabalhando principalmente em casa) e de as jornalistas convidadas atuarem na área sentimental e materna, nem por isso deixa de ser interessante que um grupo majoritariamente masculino decida por promover uma edição tão importante para a história do jornalismo. Antes o contrário. Ligados, alguns dos principais nomes da redação, a partidos clandestinos, lutas armadas e a grupos sociais, o corpo profissional da revista reflete as contradições do feminismo enquanto demanda junto a ideologias de contestação da sociedade autoritária, que reagiu prontamente empreendendo a censura.

Adalberto Leister Filho, em sua dissertação de mestrado, expôs a sentença do juiz que vetou a circulação da revista, na íntegra.

O exame dos artigos reunidos em edição dedicada à mulher brasileira revela, às claras, o objetivo da revista: ampliar a liberdade sexual e reduzir o casamento a algo secundário e dispensável, senão desprezível. Basta ler os títulos 'Sexo não tem nada de indecência', 'Felicidade é possível sem o casamento', 'Devemos ser independentes a qualquer custo'. [...] Nas 'Confissões de uma moça livre' há frequentes referências ao clima social da Suécia, relativamente ao sexo como modelo a ser seguido e ao qual 'a noite funda da moral brasileira ainda impede de chegar. As 'Três histórias de um desquite' constituem, em suma, uma sugestão, um convite à desquitada para refazer a sua vida ao lado de outro homem. Em "Sou mãe solteira e me orgulho disso", se contém alguma coisa de útil, a tônica é que a maternidade é, em si mesma, propiciadora das melhores emoções e, assim, justifica e estimula que seja procurada fora do casamento.³² (LEISTER FILHO, 2003, p.114-5).

32 Recurso no mandado de segurança no 18.534, São Paulo, sem data. p.1-2. Departamento de Documentação da *Editora Abril*. (LEISTER FILHO, 2003).

É perceptível o quanto o discurso defendido pelos juristas dizia respeito, acima de tudo, a manter a mulher em condições de submissão ao homem, não permitindo que o discurso da liberdade sexual circule na sociedade. Se o comprador da *Realidade* era majoritariamente o homem pai de família – sendo este, normalmente, o primeiro a ler cada edição, permitindo o restante da família a ter ou não acesso à revista, dependendo de seu conteúdo – neste caso, os censores amadores sequer permitiram esta ação patriarcal no lar. Até o final daquele mês de janeiro, uma lei que regia as imagens de crianças na imprensa (Lei 5.089) tornaria mais fácil o trabalho dos juízes sobre o tema, tornando-se recorrentes apreensões baseadas em crimes “contra a moral pública” e “ofensa aos bons costumes”.

Mas impressiona que, sem qualquer aparelhamento censor ou mesmo leis específicas sobre o tema, a *Realidade* consiga chamar tal atenção sobre si por tratar, principalmente, da liberdade e autonomia da mulher. É certo que a imprensa é uma elaboradora de discursos narrativos de acordo com a realidade social, estando em sintonia com o leitor. “Ao difundir uma narrativa do mundo (selecionada entre múltiplas possibilidades factuais), a mídia não é mero espelho da sociedade, realizando sempre um trabalho de produção de significados”, determinantes na constituição do que chamamos de realidade (BARBOSA, 2007, p.178).

Na revista, uma fotografia de uma mãe dando à luz, em reportagem sobre uma parteira, foi considerada “obscena” e “ofensiva à dignidade e à honra da mulher”, como se o parto apenas pudesse ser visto de maneira científica ou, preferencialmente, ocultado. Esta foi, ao que parece, a principal justificativa dos juízes para cancelar a distribuição da revista. Artur de Oliveira Costa, juiz de menores de São Paulo, acatou representação do curador de menores da capital paulista, Luiz Antônio Santana Pinto, e determinou a apreensão da edição. Sua decisão foi acompanhada por outro juiz, Alberto Cavalcanti de Gusmão, do Estado da Guanabara, que já havia proibido uma reportagem sobre a juventude brasileira diante do sexo, quatro meses antes.

De 475 mil exemplares, 231.600 revistas foram confiscadas na gráfica, enquanto outras eram apreendidas nas bancas.

Fica notório que, de todos os eixos de descentração da família patriarcal, nenhum foi tão polêmico quanto à condição da mulher na sociedade. Podemos lembrar Castells quando este afirma o protagonismo do feminismo para a crise na sociedade conservadora, centrada na figura do pai. Pela explosividade que causava o tema, é possível fazer um panorama dos padrões de comportamento do período, bem como buscar compreender o quanto o movimento feminista se via cerceado, ainda que este fosse um movimento componente de diversos movimentos políticos locais e internacionais.

Já não se tratava de garantir à mulher o exercício de direitos políticos, de resto conquistado entre o final do século XIX e início do século XX. A questão colocada no período de que trata este estudo era a do exercício pleno da cidadania feminina, envolvendo a liberdade individual, o trabalho, as relações pessoais, o sexo, a participação efetiva nos destinos políticos de cada formação social. No caso do Brasil, essa temática ganhava uma dimensão redobrada em face do autoritarismo instalado no país. A conjuntura de restrições às liberdades públicas se somava aos padrões ideológicos conservadores e senhoriais que se estendiam sobre a mulher. O direito pleno à cidadania feminina, portanto, era um tema de significado político imanente e fácil de ser associado não apenas a questões relacionadas com os padrões de comportamento que envolviam a ordem familiar, mas à ordem institucional como um todo. (FARO, 1999, p.26).

Esta dificuldade com os setores conservadores vai encontrar barreiras do discurso da *Realidade* nas faixas etárias mais

avanzadas da sociedade, que, inicialmente, eram as maiores compradoras do veículo. Em contrapartida, encontrará no público jovem urbano, entre 15 e 29 anos (61% dos leitores), uma maior inserção em função do debate sobre comportamento e questões relacionadas a sexo e sexualidade. “O retrato da mulher brasileira, em 1967, emergia das páginas de *Realidade* como a configuração de um universo em transformação que punha em xeque valores consensuais arraigados na vida brasileira”. Os textos investigativos, narrados calorosamente em tom literário, “denotava que o jornalismo investigativo estava afinado com o movimento e as inquietações da sociedade civil e levava consigo interesses financeiros de vulto” (FARO, 1999, p.128).

Uma corriqueira estratégia da *Realidade* foi novamente utilizada nesta edição: trazer personagens de outros países para analogicamente referenciar situações culturais e comportamentais brasileiras. Nesta própria edição dedicada às mulheres, uma matéria mostrando os preceitos da sociedade sueca, vista como uma das mais liberais do mundo, “pregando o direito de a mulher desquitada procurar um novo companheiro e afirmando que uma mãe solteira poderia cuidar de seu filho tão bem quanto uma casada, apesar do preconceito da sociedade, causava mais choque do que muita matéria que desembocasse estreitamente no viés político” (LEISTER FILHO, 2003).

O grupo *Abril* impetrou um mandado de segurança, rejeitado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A editora recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal), instância máxima da Justiça do Brasil. Porém, a decisão só saiu em 1º de outubro de 1968, quase dois anos depois da apreensão, que havia acontecido em 30 de dezembro de 1966. Na edição de novembro de 1968, *Realidade* anuncia a decisão e publica trechos do parecer do ministro Aliomar Baleeiro:

O conceito de *obsceno, imoral, contrário aos bons costumes*, é condicionado ao local e à época. Inúmeras atitudes aceitas no passado são

repudiadas hoje do mesmo modo que aceitamos sem pestanejar procedimentos repugnantes às gerações anteriores. A polícia do Rio, há trinta ou quarenta anos, não permitia que um rapaz se apresentasse de busto nu nas praias e parece que só mudou de critério quando o ex-Rei Eduardo VIII, então Príncipe de Gales, assim se exibiu com o irmão em Copacabana. O chamado *biquíni* (ou *duas-peças*) seria inconcebível em qualquer praia do mundo há trinta anos. (REALIDADE, nov. 1968).

Os diversos discursos jurídicos revelam o quanto o debate sobre o comportamento da mulher estava em múltiplas esferas socioculturais, adquirindo constantes ressignificações, sendo tal discurso fundamentador da desigualdade de gênero. Esta desigualdade contava com o consentimento de setores conservadores, apoiada por instituições que se outorgavam ao direito de interferir quando alguém dava voz pública ao estado de submissão vivido pela mulher.

Em certa medida eram duas instituições sociais, o jornalismo (chamado burlescamente de quarto poder) e o judiciário (efetivamente o terceiro poder), em lados distintos da compreensão do que se entendia por sociedade e a significação da mulher em suas diversas instâncias. Para Faro (1999), este entrave de dois anos, até as proximidades do AI-5, será importante para a compreensão do novo jornalismo que surgia – fazendo daqueles repórteres, vistos como de esquerda, os mais bem pagos do país – bem como da sociedade urbana que se configurava.

O ânimo pode ter-se redobrado e o espírito combatente se apurado, porém, aquele foi o mesmo mês do AI-5, que dava poderes plenos ao presidente Costa e Silva, bem como estabelecia oficialmente a censura, desta vez aparelhada e com o apoio do SNI (Serviço Nacional de Informação), liderado por Médici.

Veremos em seguida os pontos mais importantes desta edição especial direcionada à mulher, levantando alguns trechos

que nos indicarão as principais lutas da *Realidade* para modificar a submissão feminina na sociedade brasileira.

A condição da mulher pelas reportagens da *Realidade*

Como foi informado acima, nesta edição de número dez procurou-se ao máximo direcionar os temas da revista para a mulher, ainda que em pequenos detalhes. Foram selecionadas apenas cartas de leitoras. Nas indicações de leituras, apenas foram citadas escritoras mulheres. Na pequena seção³³ sobre televisão, critica-se o baixo nível da programação dedicada ao público feminino, afirmando, de maneira crítica e exigente, que “Para a televisão brasileira, paulista especialmente, a mulher vive entre a cozinha e o salão de beleza, com algumas passagens pelas casas de modas (...) e não dizem uma palavra sobre as questões que preocupam o mundo atual” (11). Na seção sobre teatro, o tema foi sobre uma peça de Cacilda Becker, cujo título da nota era “*A atriz era ele*”. Quando o assunto é cinema, também centram na imagem de Fernanda Montenegro e outras atrizes.

Finalmente começa a primeira reportagem, que se refere a “mais uma grande pesquisa feita nacionalmente”. Estas pesquisas serviam como uma estratégia de colocar a opinião do público nas páginas da revista, revelando o que pensam os leitores e procurando apontar aos censores de plantão – sejam eles juizes ou cidadãos conservadores – que não se tratava de mera conjectura



Realidade, Janeiro de 1967

33 Não estamos ainda falando das editoriais, apenas as seções de indicações de programações culturais.

de jornalistas, mas sim de um posicionamento mais amplo da sociedade. De maneira simplista, era uma forma de colocar em pauta assuntos polêmicos, procurando se eximir do resultado. Certamente eram os repórteres quem escolhiam as perguntas, sendo assim, o resultado não era tão aleatório. A reportagem se iniciava assim:

Eis, pela primeira vez no país, um panorama completo da situação atual da mulher brasileira. Para realizar este grande trabalho, REALIDADE movimentou uma grande equipe de dez pesquisadores que, espalhada pelo Brasil, operou durante 40 dias, entrevistando 1.200 mulheres. A cada uma delas foram feitas 110 perguntas sobre todos os assuntos de nosso tempo. Eram mulheres da Guanabara, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Caxias, no Rio Grande do Sul, Juiz de Fora, em Minas Gerais, Bragança e Jundiá, no interior paulista, e de Caruaru, em Pernambuco. O INESE – Instituto Nacional de Estudos Sociais e Econômicos – computou os resultados e elaborou os quadros estatísticos que aqui são apresentados de maneira resumida. Quaisquer empresas, órgãos governamentais e instituições de ensino que desejarem obter os resultados completos desta pesquisa poderão se dirigir por carta à revista. Mas os leitores têm desde já, nestas páginas, os dados básicos do trabalho, para tomar conhecimento de como é A MULHER BRASILEIRA HOJE [esta frase em caixa alta estando dentro da lente de aumento tal qual a da capa]. (p.20).

Certamente que nenhuma pesquisa é capaz de dar conta do “panorama completo da situação atual da mulher brasileira”, mas é normal que um veículo midiático queira vender bem o que é fruto do seu trabalho: a reportagem e a notícia. Também

é visível que a pesquisa foi aplicada majoritariamente no sudeste brasileiro, não sendo um espelho de toda a sociedade existente. Mas está dentro do que se propõe uma pesquisa. A participação do INESE, um instituto nacional, dá ainda mais oficialidade e, dentro da estratégia apresentada, compartilha ainda mais a responsabilidade da reportagem com outras esferas institucionais. Finalmente, deixar a pesquisa à disposição para quem desejar, dá uma credibilidade ao que se seguirá, pois qualquer um pode comprovar a veracidade do que a revista apresenta.

O público que respondeu à pesquisa foi dividido por: classe socioeconômica, idade, grau de instrução escolar, estado civil, religião e trabalho. Estes dados foram relacionados no momento de “resumir” os resultados da pesquisa em forma de reportagem. As 110 perguntas foram divididas em oito tópicos, no momento de apresentar o resultado na revista, que são:

- A mulher e os homens;
- A mulher e os parentes;
- A mulher e a religião;
- A mulher e a política;
- A mulher e o dinheiro;
- A mulher, os esportes e a diversão;
- A mulher e a moral;
- A mulher e seus ideais.

A maioria das questões foi ousada e procurava problematizar o consenso social sobre a vida real vivida pelas mulheres. O tópico que mais agregava perguntas foi o “*A mulher e a moral*” e, para termos uma ideia do que as pesquisadas tinham que responder, apresentamos, abaixo, de que questões se tratavam:

- A senhora tem vergonha de falar sobre sexo?
- O sexo é a coisa mais importante entre o homem e a mulher?
- Uma mulher decente pode gostar de sexo?

- A mulher tem as mesmas necessidades sexuais que o homem?
- O papel da mulher nas relações sexuais é somente satisfazer o marido?
- A senhora recebeu de seus pais uma boa educação sexual?
- A senhora justifica a infidelidade da mulher em alguns casos?
- Nos dias de hoje, continua sendo importante que a mulher seja virgem ao casar?
- Acha justo casar sem amor, só para reparar o mal?
- A mãe solteira merece ser amparada pela sociedade?
- O aborto é admissível em casos extremos?
- A senhora já abortou?
- A senhora considera a homossexualidade uma doença?
- A senhora considera toda prostituta uma criminoso?
- Um casal pode continuar a se amar depois de muitos anos de casamento?
- Alguma vez a senhora já se arrependeu de ter casado?
- A mulher deve interferir na maneira de vestir do marido?
- A senhora se interessa pelo trabalho de seu marido?
- O desquite é melhor que o divórcio?
- A senhora admite ter relações de amizade com pessoas desquitadas?
- A senhora acredita que é possível ter filho sem dor?
- Em certas circunstâncias um casal tem o direito de evitar filhos?
- A senhora e o seu marido evitam ter filhos?
- A senhora já tomou pílulas anticoncepcionais?
- Se a igreja autorizasse o emprego das pílulas anticoncepcionais, a senhora as usaria?
- Seus filhos estão recebendo alguma formação que lhes permitirá serem felizes no futuro?

- Os pais devem escolher a profissão ou a carreira dos filhos?
- A senhora acha que é função da mãe dar educação sexual também aos filhos homens?
- As crianças educadas com rigor conseguem um resultado positivo na vida?
- O pai é tão importante quanto a mãe na educação dos filhos?
- A juventude de hoje é irresponsável?

Uma investigação rápida sobre as perguntas pode perceber que há todo um juízo de valor sobre cada questão elaborada. O fato de trazer à tona vozes de mulheres sobre sua sexualidade, de apontar que 25% das mulheres já praticaram aborto, que um percentual ainda que pequeno (33%) não veja a homossexualidade como crime, que 78% das mulheres preferem o divórcio que o desquite ou que quase 20% confirmaram ter tomado pílula anticoncepcional, demonstra que a realidade feminina estava na contramão do consenso geral ensaiado teatralmente pela sociedade patriarcal.

A reportagem seguinte, chamada *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*, começa de acordo com o que podemos ver abaixo, com pesquisa de Daisy Carta e texto de Mylton Severiano da Silva:

Faz um milhão de anos, o homem sentou-se numa pedra, pensou, pensou e descobriu o complexo de inferioridade: 'A mulher pode procriar, eu não'. A inveja que sentiu foi tão grande, que era preciso inventar alguma coisa para compensar. Então começou a dizer: 'Mas eu sou mais forte, mais inteligente; a mulher é fraca e burra. Eu sou superior'. E foi repetindo isto, muitas vezes, durante muito tempo, até que ele e a própria mulher acabaram acreditando. (p.31).

Vemos através destes fáceis versos jornalísticos o quanto os textos desta edição de *Realidade* estavam afinados com as demandas do feminismo enquanto movimento organizado, continuando suas narrativas da seguinte forma:

A inferioridade intelectual feminina é desmascarada por qualquer teste. As meninas de dois a quatro anos têm quociente de inteligência maior que o de meninos da mesma idade. A superioridade verbal é nítida. Em testes de analogia e memória, as meninas costumam deixar os meninos longe. Por que, então, elas não se tornam inventoras, cientistas, artistas, na idade adulta? Puro preconceito: ao chegar à adolescência, as meninas são imediatamente colocadas num beco de duas saídas – casar ou ficar para tia. Então passam a se preparar para o casamento. Enquanto isso, os meninos aprendem que é preciso estudar, trabalhar, ganhar a vida. Na verdade, esta diferença de tratamento começa bem antes. Muitos pais educam as meninas só para o casamento e já não dão muita importância para seus estudos desde a infância. A inferioridade intelectual da mulher foi inventada pelo homem. (p.33).

É um discurso feminista que sintetiza diversas facetas da luta da mulher pela igualdade na sociedade. O tom científico que já era forte na reportagem sobre a pesquisa nacional, permanece presente na comparação entre homens e mulheres, sendo a questão central na matéria seguinte, que trata minuciosamente de dados científicos sobre o corpo da mulher, de como funciona desde o seu nascimento até que passe a gerar uma criança em seu ventre. Ilustrações e infográficos dominam as páginas desta terceira reportagem, cujo título enfatiza: *Ela é assim*.

Na sequência, uma reportagem que aparentemente fala de religião – pois é protagonizada pelas freiras que atuam no sertão

nordestino – em realidade coloca em evidência a capacidade das mulheres diante dos homens, neste caso, das freiras com relação aos padres. Pelo texto abaixo podemos ter uma fração das ações destas freiras no mundo do trabalho no interior do nordeste, espaço no qual elas exercem influência através da participação ativa no trabalho e na vida cotidiana, incluindo, no decorrer da reportagem, aspectos que pertencem ao universo simbólico feminino, como o lado afetivo e a atenção a detalhes da vida da população.

Ajudada por quatro irmãs, irmã Ferdinanda distribui a comunhão, batiza em casos de emergência, prepara noivos para o casamento, assiste os moribundos, abençoa os defuntos, prega na igreja, dirige os cultos da manhã e da noite e explica os sacramentos. O padre vem aos domingos para celebrar a missa – ocasião em que consagra as hóstias que as freiras distribuirão na semana – batizar, casar e ouvir confissões. Com muito carinho e com amor muito grande. (p.53).

Logo ao virar a página, a manchete que dá seguimento à matéria diz em destaque: *Elas estão substituindo os padres*, o que se imagina não ser possível dentro da liturgia católica. O fato de colocar a freiras como atuantes na vida e no trabalho durante toda a semana, ficando ao padre um papel meramente litúrgico, aos domingos, questiona de maneira indireta o sentido de tal tradição. Não fariam isso de maneira explícita, pois envolveria as freiras entrevistadas e a própria instituição igreja, mas parece claro que há uma intenção de problematizar esse padre que surge aos domingos, mas que possui mais autoridade que as freiras, pois apenas ele pode consagrar as hóstias, rezar as missas e ouvir as confissões.

A reportagem seguinte é a que traz a fotografia do parto causador – supostamente – da censura. O título, tal qual está no

sumário da revista, é *Nasceu*. Junto ao título, a fotografia em preto e branco de um bebê que toma uma página inteira (a página 68) e mais dois terços da página ao lado. Tudo indica que o tema central é a maternidade, porém não é o que acontece concretamente. Os protagonistas da narrativa não são nem a mãe – que sequer tem o rosto mostrado durante a matéria – nem a criança, e sim o trabalho de Dona Odila, a parteira. Ou seja, é ao mesmo tempo mais uma referência sobre o mundo do trabalho ocupado pelas mulheres – mundo invisível e sem reconhecimento – e também, tal qual ocorreu com as freiras, à ocupação do trabalho feminino em localidades desassistidas pelo governo, em última instância, pelas instituições patriarcais dos homens.

Fotografia do parto apresentada na reportagem sobre nascimento



A reportagem é aparentemente, ao menos para os dias de hoje, sem qualquer dano para o pudor feminino, já que estando a mãe em processo de parto, a maior parte do tempo, narrado nas páginas consecutivas, é de espera, em que os pais do bebê, o

jornalista Narciso Kalili e a fotógrafa Cláudia Andujar, aguardam o momento do nascimento. Durante este período, algumas falas gauchescas da parteira de Bento Gonçalves são intercaladas com momentos biográficos e “causos” por ela contados. Mesmo a fotografia que gerou polêmica por parte do juizado de menores, se vista no contexto geral das outras imagens que a cercam, fica ainda mais abrandada, dentro de uma peça maior de ansiedade e felicidade pelo nascimento da criança.

Que essas imagens sejam tão chocantes para setores da sociedade é uma questão importante a ser esclarecida em pesquisas. Mas, evidentemente, que enquanto o mesmo assunto é tratado de maneira científica, com ilustrações e infográficos, seja um benefício para o leitor, e mostrando a dor do parto *in loco* cause tanta polêmica; logo, podemos deduzir o quanto certos grupos sociais veem a mídia como um entretenimento, em que só existe lugar para a mulher supostamente bem resolvida e com parâmetros físicos dentro de certos limites a serem atingidos.

Outra reportagem da edição estudada vai denunciar as editorias de consultórios sentimentais existentes nas revistas femininas. Trata-se de uma tese à parte, pois levanta questões sobre os motivos que levam mulheres a se submeterem a pessoas mal intencionadas, cujos conselhos normalmente levam-nas à submissão, à aceitação da traição do marido, a engolir as mágoas e procurar vestir-se bem para agradar ao seu companheiro, e conselhos de toda sorte que procuram domesticar quaisquer impulsos que quebre o consenso do lar. A razão pela qual as mulheres se entregam aos consultórios sentimentais se explica dentro de uma lógica muito consonante com as bandeiras do feminismo.

Nesse sentido é bem estranha a atitude da sociedade com relação à mulher. Não reconhece função que ela possa desempenhar por conta própria; ou se reconhece, é com menosprezo. Em teoria, vá lá; na prática, só se admite que ela

trabalhe por premente necessidade econômica. Mulher que faz alguma coisa para ser útil, mulher que voluntariamente se arrisca fora do mundinho de domesticidade, frivolidade e filantropia que lhe está reservado vai logo ganhando patente de **frustrada**. Complemento do homem, só através dele **se realiza**, tornando-se esposa e mãe, isto é, funcionando como ente sexual a serviço da espécie. Encalhada, ela não é ninguém: zero a esquerda. (p.84).

Estas são as duras palavras – sequer um décimo de sua tese apresentada sem rodeios no espaço que a *Realidade* lhe cedeu – que a psicóloga Carmem da Silva utiliza para falar da pesquisa levantada por ela, após ler mais de quinze mil cartas de três revistas femininas que possuíam o dito “consultório sentimental”. Para ela, a única fórmula apresentada pelos consultores às consulentes é “ser boazinha”, fórmula destrinchada em variações do mesmo tema, como “esquecer o indiferente, largar o infiel se é namorado, perdoá-lo se é marido, afastar-se do homem casado com outra”. Para Carmem da Silva:

Esse desdém pela subjetividade decorre da ideia tradicional de que a mulher, sendo objeto, deve calar os sentimentos e limitar-se às atitudes ditadas pelas exigências do homem, a fim de conservá-lo. Homem não gosta de cara amarrada; portanto, é preciso ignorar as mágoas, passar por alto os conflitos e impulsos íntimos, substituindo a autenticidade por uma duvidosa habilidade. (p.84).

Podemos perceber que a todo momento o universo feminino está perpassado pela questão do trabalho, entendido como aquele realizado na esfera pública. É certo que esta relação trabalho-autonomia não problematiza questões mais condizentes com

as classes menos abastadas, em que a mulher realiza trabalhos em condições degradantes ao extremo e nem por isso atinge sua autonomia com relação ao estado de dominação vivido no lar. Antes estão sujeitas a outras formas de dominação, como aquela exercida pelo patrão ou até mesmo uma sujeição de dominação entre mulheres.

Mas naquilo que acreditamos ser uma estratégia dos jornalistas, dentro desta questão do trabalho, objetivando a autoestima das mulheres negras brasileiras, a edição de número dez optou por não apresentar as afrodescendentes em estado de submissão, em subempregos ou condições de vida a serem lamentadas. Antes, Roberto Freire foi o encarregado de ir até Salvador, na Bahia, para acompanhar como Olga Francisca Régis, a Yalaorixá³⁴ Olga de Ala-Kêtu, comandava seu terreiro com 64 filhos, seis deles “de sangue”. É um caso interessante em que todos na “casa”, sejam homens ou mulheres, se submetem às vontades de “uma mulher escolhida pelos deuses”, apresentando a Dona Olga como uma mulher que apresenta suas vontades liturgicamente, ou seja, não é tirana, é uma escolhida e como tal tem tantos deveres (obrigações) para com seu terreiro, quanto os demais têm obrigações para com ela, em uma casa religiosa na qual as mulheres comandam há 350 anos e, segundo ela, deseja que uma das filhas de sangue tome a rédea das obrigações. É uma reportagem que traz uma diversidade étnica e religiosa, já que apresentou, algumas páginas antes, o trabalho de freiras no interior da mesma região geográfica, o nordeste.

Em outra reportagem, o trabalho fora de casa pode ser entendido como uma grande dificuldade para as mulheres desquitadas, pois muitas abandonadas pelo marido, precisam trabalhar, sofrendo inicialmente com a dificuldade em conseguir empregos por serem mulheres, em um segundo momento, por

34 Palavra do dialeto Yorubá que significa sacerdotisa do candomblé ou a mãe, nas religiões africanas; vulgarmente chamada de mãe-de-santo.

serem desquitadas e, finalmente, caso consigam empregos, sofrem diversos tipos de assédio moral e sexual, com o qual necessitam conciliar com o preconceito dos vizinhos e a dificuldade em retomar a vida afetiva. Na reportagem *Três histórias de desquite*, apenas uma das mulheres consegue encontrar alguém e realizar um segundo casamento em outro país, as outras duas são tristes fábulas de mulheres que tentam retomar vidas destruídas pelo preconceito que, na maioria das vezes, começa em casa, vindo dos próprios pais.

E para que não restem dúvidas sobre o trabalho enquanto caminho para a emancipação da mulher, a penúltima reportagem é sobre a polonesa Berta Schlesinger, que com uma máquina de costurar fez algumas peças de roupa para vender e em 28 meses chegou à marca de 150 mil calças vendidas, com uma meta de 300 mil até o ano de 1968. Calças para mulheres.

Durante esses 28 meses, Berta trabalhou 10 horas por dia. A empresa cresceu tanto que Felix, o marido, teve de abandonar seu emprego para ajudá-la. E lá estava ela todos os dias, desde muito cedo até à noite, de calças compridas, a dar ordens, a exigir bom trabalho, a tornar-se amiga dos colaboradores. Mas sem se masculinizar, porque Berta acredita que a mulher tem de tentar se realizar sem perder a condição feminina. (p.110).

É mais uma demonstração de uma mulher no comando de um grupo de pessoas, em uma reportagem intitulada *Dona Berta, o diretor*. No caso, ela administra uma fábrica de calças femininas em um prédio de três andares, com 70 máquinas especiais para dar conta de corte e costura, onde trabalham 105 mulheres e 15 homens. Trata-se de uma mulher que rompeu barreiras mas mantém, sem que isso mereça críticas nesta pesquisa, a divisão sexual do trabalho, pois os homens empregados estão em cargos ligados à administração de contas, bens e funcionários, enquanto

as mulheres costuram. Demonstra, como vínhamos apontando, que as mulheres trabalham, ainda que não em empregos dignos de receberem o devido valor pela sociedade. Aqui o mundo do trabalho é o tema mais central, ficado relegado a um plano adjacente na narrativa que encerra a nossa pesquisa.

Considerações acerca das reportagens sobre mulheres

Pudemos perceber, ao longo da análise das grandes reportagens, algumas estratégias utilizadas pelos jornalistas da *Realidade* para apresentar um discurso afirmativo em prol de mudanças sociais e que visem combater a submissão da mulher na sociedade patriarcal. O primeiro deles é a pesquisa, com perguntas formuladas pelo corpo editorial do veículo – que, conforme vimos anteriormente, era composto pelos próprios repórteres junto ao diretor Roberto Civita – respondidas por uma quantidade representativa de pessoas, dando respaldo aos anseios dos profissionais em debater temas polêmicos, contidos, direta ou indiretamente, nas questões formuladas. O resultado das pesquisas apresentava, no mínimo, uma pluralidade de respostas, o que em si, combate os comportamentos consensuais da sociedade conservadora.

A pesquisa é também uma forma de dar uma cientificidade para o resultado ideológico que se pretende. Este tom científico é utilizado em outros momentos. A revista dedicada às mulheres chega a se utilizar do discurso científico em duas reportagens, uma delas para comprovar a superioridade da mulher, centrando-se na questão intelectual, mas não se limitando a ela.

Analizando o sumário, em um primeiro momento pode-se imaginar que há um forte predomínio de assuntos ligados à maternidade, entretanto, após uma análise mais apurada, temos uma fotorreportagem com imagens de mulheres com seus filhos, que procura ser um ponto de equilíbrio entre assuntos pesados,

o que também é uma estratégia para reforçar os temas centrais desta edição. As outras duas reportagens estão ligadas a assuntos relativos ao mundo do trabalho, principalmente a que se refere ao parto, pois o centro da narrativa é a parteira, enquanto a outra se centra nas dificuldades de uma mãe solteira em suas relações pessoais com a família, no lar, com os vizinhos, na rua, e com os colegas de faculdade, no curso superior.

Também é uma distorção apontar as duas reportagens que tratam de religiosidade como meras narrativas sobre religião, pois tanto no caso das freiras quanto no caso de Dona Olga, a Yalaorixá, as personagens estão inseridas em seus trabalhos, labuta usualmente invisível e desprestigiada pela sociedade. Para não estigmatizar a mulher negra, apresentando-a em situações que possam levá-la à baixa autoestima, a narrativa sobre Dona Olga é uma maneira de trazer pluralidade ao tema das mulheres, colocando a negra como uma protagonista em seu meio. No caso das freiras, principalmente, há uma tensão indireta entre as capacidades femininas de dirigir uma paróquia e a imposição litúrgica, em que não podem realizar casamentos, ouvir confissões ou benzer a hóstia, enquanto todos os afazeres da semana e o apoio social que prestam à comunidade são realizados sem a presença de um padre. Em poucas palavras, coloca em questão o papel do homem e da mulher religiosos dentro de uma tradição conservadora das religiões.

Um eixo central de reportagens aponta o trabalho fora de casa como elemento principal para a emancipação da mulher. São os casos do depoimento de Ítala Nandi, da reportagem sobre a empresária Berta Schlesinger e mesmo da matéria contra os consultórios sentimentais. Nestas e em diversos outros momentos, repete-se seguidas vezes que o trabalho é uma condição para a autonomia frente o mundo opressor e conservador.

Outro grande eixo combate incisivamente o preconceito sobre a mulher divorciada, desquitada ou a mãe solteira: o preconceito contra a mulher. Estas, como afirma o psicanalista

Hélio Pellegrino, são marcadas e estigmatizadas socialmente, envergonham-se de si mesmas e acabam por ter sua autoestima destruída. Ainda assim, mesmo os temas mais pesados possuem contrapontos que visam a um equilíbrio.

Nossa investigação também apontou que além das práticas das reportagens estar em afinidade com as demandas do movimento feminista organizado, o veículo, em sua primeira fase, e parte dos jornalistas que o sustentavam intelectualmente, estavam em sintonia teórica e conceitual com as causas do feminismo, transformando teorias acadêmicas em reportagens mais palatáveis, ainda que, às vezes, escapando da inclinação da profissão por fazer matérias mais palatáveis ao gosto do público.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. **Percursos do Olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EDUFF, 2007a.

_____. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

BERGER, J. **Modos de Ver**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

FARO, J. S. **Revista Realidade 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ulbra, 1999.

LEISTER FILHO, A. **A Realidade em Revista**: a revista realidade – a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária (1965-1968). São Paulo: FAPESP, Iniciação Científica, 1997.

_____. **Entre o Sonho e a Realidade**: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976). 2003. (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2003.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque As Notícias São Como São. Florianópolis: Ed. Insular, Vol. 1 - 3ª Ed. 2012

MORAES, L. **Leituras da Revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007.

Estudos de Gênero no Jornalismo: Perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações femininas

*Karina Janz Woitowicz
Paula Melani Rocha*

Apesar dos avanços científicos, tecnológicos, políticos, econômicos e sociais presentes na sociedade do século XXI, ainda não constituímos uma sociedade igualitária que respeita a diferença. Persistem relações de desigualdade, de exploração, de intolerância e de poder – seja em relação à raça, etnia, classe social, portadores de deficiência, geração, orientação sexual – e, entre estes problemas que coexistem na contemporaneidade, deparam-se as desiguais relações de gênero.

No Brasil, a mulher representa mais de 50% da população. Segundo dados do censo do IBGE (2010), dos 190.732.694 habitantes, 97 milhões correspondem à população feminina e apresentam ponderável crescimento na população economicamente ativa, de 44,4% em 2003 passaram para 46,1% em 2011. No ensino superior, as mulheres brasileiras também se sobressaem, em 2001 elas correspondiam a 52% das pessoas com diploma superior no país (MELO; LASTRES apud MASCARENHAS, 2003), no entanto ainda enfrentam disparidades no mercado de trabalho, no reconhecimento financeiro da qualificação profissional e investimentos na carreira. No Jornalismo, a situação acompanha a mesma lógica, as mulheres compõem 64% do quadro de profissionais em atividade, mas elas são minoria na ocupação dos cargos de chefia nos veículos e

órgãos de comunicação e estão em maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos. Quando o patamar é acima desse valor, elas também são minoria, conforme apontou a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a FENAJ (MICK; LIMA, 2013).

Embora a participação feminina seja evidente na política, no campo das profissões e ocupações, ainda não se pode afirmar que o Brasil é um país com equidade nas questões de gênero. Negar que ainda há esse disparate é contribuir e reiterar sua permanência. Os resquícios do patriarcado não esbarram apenas na esfera privada, com violência e desrespeito, mas ocupam também a esfera pública, nas relações trabalhistas, nas ruas, descumprindo leis, direitos e políticas públicas relacionadas às mulheres. Ainda no século XXI, a mulher brasileira, embora seja maioria e participativa, é invisível enquanto mulher em muitos aspectos e situações.

Frente a essa realidade, uma das armas para lutar contra a permanência dessa cultura é propiciar o debate público com informações diferenciadas do olhar predominante. E é nesse hiato que se encaixa o Jornalismo, que tem como um dos seus princípios servir à sociedade, tornar públicos temas de relevância social, conforme pontuam Kovach e Rosenstiel (2004, p.31), “a imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos”.

O questionamento sobre o lugar ocupado pelos estudos de gênero no Jornalismo motivou a realização do presente trabalho, que busca sistematizar a produção de conhecimento em gênero e comunicação no Brasil a partir de dados do Portal Capes e do diretório de grupos de pesquisa do CNPq – espaços que reúnem parte significativa da produção científica do país –, além de refletir sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Jornalismo e Gênero”, criado em 2010 na Universidade Estadual de Ponta Grossa, de modo a indicar perspectivas de estudo na área.

Pode-se dizer que, em comparação com outras áreas do conhecimento (como História, Sociologia, Antropologia, Letras, entre outras), os estudos de gênero são pouco representativos da produção científica em Jornalismo e Comunicação, conquistando espaço no Brasil a partir de meados dos anos 1990. Contudo, revelam-se pertinentes na medida em que permitem inserir olhares angulados nas relações entre o feminino e o masculino na análise das representações midiáticas e mesmo das dinâmicas internas do campo jornalístico.

Neste sentido, torna-se oportuno registrar a iniciativa de José Marques de Melo (2010) ao recuperar, no livro *Valquírias Midiáticas*, a trajetória de sete pesquisadoras brasileiras que se destacam no campo da Comunicação pelo seu pioneirismo e relevância acadêmica – Adísia Sá, Anamaria Fadul, Cremilda Medina, Lucia Santaella, Maria Immacolata Vassallo Lopes, Sonia Virgínia Moreira e Zélia Leal Adghirni. Os perfis biográficos traçados no livro dão conta das contribuições das mulheres na constituição do campo científico, revelando o protagonismo feminino e as transformações que as mulheres em questão vivenciaram e ajudaram a consolidar.

Paralelo ao crescimento, ainda que de forma mais tímida, das pesquisas em Comunicação Social sobre temáticas envolvendo gênero – considerando o número de grupos de pesquisa consolidados nas instituições e de dissertações e teses defendidas na área –, observa-se que a feminização no jornalismo vem ocorrendo de forma mais acentuada desde a década de 1980, no Brasil. Os estudos de Alzira Alves de Abreu (2006) e Regina Helena de Paiva (2010), que se baseiam em depoimentos de mulheres que atuaram nas redações e relatam suas experiências em um espaço profissional essencialmente masculino, são ilustrativos da gradual inserção feminina no jornalismo, que marcou o século XX.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho – RAIS em 1986, as mulheres correspondiam a 35,24% do mercado nacional com 6.176 postos.

Em 2005, elas ocupavam 51,57% dos cargos, ao todo 18.217 postos, em um universo de 35.322 jornalistas. Pesquisa recente realizada pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 2.731 jornalistas brasileiros, para verificar o perfil do profissional, apontou que 59% dos entrevistados são mulheres na faixa etária entre 18 e 30 anos (MICK, 2012).

Na esteira de olhar para o universo da mídia sob a perspectiva dos estudos de gênero em diálogo com o campo de jornalismo, o Grupo de Estudos Jornalismo e Gênero, vinculado ao Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) instiga pesquisas desde 2010, com o objetivo de entender essas transformações no exercício da profissão e suas repercussões tanto sobre as representações femininas nos veículos quanto nas relações do mercado de trabalho em jornalismo.

Ao longo do texto serão apresentados indicadores referentes ao desenvolvimento dos estudos de gênero na área da Comunicação, com um levantamento prévio no Portal Capes (artigos científicos) e no Diretório de Grupos de Pesquisa no CNPq, com o propósito de identificar demandas e tendências de pesquisa. Neste contexto, são retomados os estudos sobre jornalismo e gênero desenvolvidos pelo grupo de pesquisa da UEPG, realizando um balanço da trajetória do grupo e suas contribuições para as pesquisas neste campo, de modo a traçar os próximos desafios e perspectivas.

A produção acadêmica em gênero na área da Comunicação

Uma das fontes de pesquisa para a identificação da presença dos estudos de gênero no campo científico da Comunicação reside nos grupos de pesquisa mantidos pelas instituições de ensino superior. Embora muitas iniciativas estejam registradas apenas nas instituições a que pertencem os(as) pesquisadores(as),

a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq³⁵ constitui um ponto de partida para o mapeamento proposto.

Em uma consulta por palavras-chave, sem a delimitação da área específica da Comunicação, foram identificados 114 grupos que realizam pesquisas em “comunicação e gênero”, 94 em “mídia e gênero” e 15 em “jornalismo e gênero”, o que revela a representatividade deste campo de estudos em diferentes áreas do conhecimento.³⁶

No que se refere especificamente à área da Comunicação, no ano de 2013, constam 23 grupos de pesquisa que fazem referência aos estudos de gênero. Contudo, na verificação das pesquisas realizadas, a perspectiva conceitual dos estudos de gênero estava ausente em quatro destes, resultando em 19 grupos que efetivamente explicitam a vinculação dos estudos de gênero ao campo da comunicação, seja na própria descrição do grupo, seja na apresentação de suas linhas de pesquisa.

Entre os grupos existentes em Comunicação que focam seus trabalhos em estudos de gênero, constam: Núcleo de Estudos em Gênero, Discurso e Comunicação – GDCom (UFSM), de 2009; Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Científica, Gênero e Jornalismo (UFRB), criado em 2010; Afetos, Gênero e Encenações (UFRJ), de 2013; GIG@ – Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (UFBA), de 2011; e Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero (UEPG), de 2011.³⁷

Entre aqueles que mantêm linhas de pesquisa em gênero, foram identificados os seguintes grupos: Jornalismo e a Construção da

35 Cuja fonte pode ser acessada em: < <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/> >.

36 A pesquisa foi realizada a partir das palavras-chave mencionadas, podendo haver sobreposição dos dados nos resultados da busca pelas variações dos termos.

37 O grupo de pesquisa “Jornalismo e Gênero”, da UEPG, foi criado na instituição em 2010, mas registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2011.

Cidadania (USP), um dos mais antigos, criado em 1995; Ethos – Comunicação, Comportamento e Estratégias Corporais (UFRJ), de 1996; Comunicação, Cultura e Mídia – Comidia (2002) e Gemini – Grupo de Estudos de Mídia – Análises e Pesquisas em Cultura, Processos e Produtos Mídiaáticos (2003), ambos da UFRN; Cultura Midiática, Identidade e Representação Social (UFMS), de 2007; Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM), de 2011; Fórum Permanente de Cultura Digital (UFRJ), de 2010; GESCom – Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação (UNESP), de 1999; Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídia, Políticas Públicas e Cidadania (UFMS), de 2011; Grupo de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT (UFBA), de 2002; Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídia e Sociedade (UNISA), de 2010; Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais (UFPE), de 2005; Poéticas audiovisuais e suas linguagens e as interfaces das mensagens com seu modo de produção (UNIPAR), de 2013; e Religião & Comunicação (USP), existente desde 2007.

É interessante notar que o gênero é o tema e objeto de diferentes áreas do conhecimento, aparecendo de forma representativa nas consultas na referida base de dados. Antropologia, Linguística, Sociologia, Letras e História são áreas em que estudos sobre relações de gênero, teorias feministas e representações femininas e masculinas se revelam mais expressivas, o que indica que certas temáticas que dialogam com o campo da Comunicação são amplamente desenvolvidas em outras áreas do conhecimento.

Além dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, foi realizada para este trabalho uma consulta no portal de periódicos da Capes³⁸, em 23 de novembro de 2013, o qual conta no total com mais de 12,3 mil títulos. A busca iniciou com palavras-chaves empregadas separadamente, em um segundo momento cruzou duas palavras identificando o campo do jornalismo e estudos de gênero. A Tabela 1 apresenta os dados resultantes da

38 Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

primeira busca e a Tabela 2 traz os resultados do cruzamento de duas palavras-chave.

Tabela 1: Artigos científicos nacionais e internacionais por temas

Palavras-chave	Aparições
<i>Jornalismo</i>	1.242
<i>Mídia</i>	4.031
<i>Comunicação</i>	18.350
<i>Estudos de gênero</i>	5.198
<i>Representações femininas</i>	191
<i>Mulher</i>	8.477
<i>Jornalista</i>	683

Dados: Número de artigos científicos nacionais e internacionais encontrados no sistema de busca do portal de periódicos da Capes utilizando as palavras-chave: jornalismo, mídia, comunicação, estudos de gênero, representações femininas, mulher e jornalistas.

Tabela 2: Artigos científicos nacionais e internacionais em Jornalismo e Gênero

Palavras-chave	Aparições
<i>Representações femininas/comunicação</i>	75
<i>Representações femininas/jornalismo</i>	35
<i>Jornalismo/mulher</i>	110
<i>Jornalista/mulher</i>	117

Dados: Número de artigos científicos nacionais e internacionais encontrados no sistema de busca do portal de periódicos da Capes utilizando os seguintes conjuntos de palavras-chave: representações femininas/comunicação; representações femininas/jornalismo; jornalista/mulher; jornalismo/mulher.

Deve-se considerar que o mesmo artigo pode aparecer em duas buscas diferentes e que nem todos os artigos identificados utilizando uma determinada palavra-chave correspondem necessariamente a uma discussão focando-a como tema central. Por exemplo, na busca utilizando a palavra Jornalismo encontrou-se textos direcionados a jornais científicos da área de saúde. Outra constatação prévia diz respeito à busca com as palavras-chave jornalismo/mulher despontando textos discutindo a saúde feminina, em que o jornalismo aparece como uma fonte documental e não objeto de pesquisa. Já na busca conjunta representações femininas/comunicação apareceram estudos sobre publicidade, cinema e também jornalismo, grande parte destes últimos se repetem na busca representações femininas/jornalismo. Os dados, embora mereçam uma melhor análise, ilustram que estudos de gênero no campo do jornalismo ainda são pouco explorados. Por acreditar no importante papel que o jornalismo desempenha junto à sociedade, por entender que os futuros profissionais jornalistas devam adquirir conhecimento também sobre as questões de gênero e sua interface com o jornalismo e ainda por acreditar que a pesquisa é um sólido aporte na construção e difusão desse conhecimento junto à sociedade e à academia, decidiu-se criar, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, o grupo de estudos Jornalismo e Gênero. Um pequeno passo que almeja consideráveis repercussões no pensar e fazer jornalismo.

Experiências de pesquisa em Jornalismo e Gênero

Desde 2010, o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero busca desenvolver reflexões sobre as questões de gênero, desvendando o processo de produção de representações do masculino e do feminino por meio dos discursos jornalísticos. Ao propor análises dos meios de comunicação com enfoque de gênero, o

grupo contribui para o desenvolvimento de estudos no campo da comunicação, bem como lança luz sobre as implicações do trabalho cotidiano do jornalismo na construção da realidade. O grupo realiza pesquisas que compreendem os seguintes enfoques: representações de gênero na mídia e a presença das mulheres no jornalismo (história e atualidade).

O grupo está estruturado em duas linhas de pesquisa: ‘Questões de gênero no mercado jornalístico’ e ‘Representações de gênero e identidades culturais no jornalismo’. A primeira busca desenvolver estudos que visam registrar aspectos históricos do processo de feminização do mercado jornalístico, bem como observar questões de gênero nas redações e na produção jornalística. A segunda linha envolve análises do jornalismo sobre temáticas relacionadas a gênero, compreendendo as representações do feminino e do masculino nos meios de comunicação, bem como experiências envolvendo mídia alternativa e identidades de resistência.

Tais linhas foram esboçadas a partir da convergência do trabalho das pesquisadoras que coordenam o grupo – Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha – que investigaram, respectivamente, a presença das mulheres nas redações e a mídia alternativa produzida por organizações feministas brasileiras. Na tese intitulada “As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira”, defendida em 2004 junto ao Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, Paula Melani Rocha analisa a participação feminina no jornalismo profissional, no estado de São Paulo, no período de 1986 a 2001, comparando o perfil da profissional da capital com a profissional do interior, residente em Ribeirão Preto. Em seu trabalho de pós-doutorado, desenvolvido em 2008 na Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, Rocha compara o mercado jornalístico no Brasil e em Portugal e identifica dois aspectos: a feminização e o rejuvenescimento das redações. Ambos os estudos contribuem para compreender o

perfil do mercado profissional e a participação das mulheres na área.

Na tese “Dizeres e fazeres feministas: A tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa”, defendida junto do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina em 2010, Karina Janz Woitowicz analisa a produção de mídia de oito organizações feministas, de modo a reconhecer a comunicação como espaço estratégico de ação política, que materializa identidades de resistência e promove lutas contra-hegemônicas. A pesquisa abre caminho para refletir sobre as experiências de ativismo midiático e os diferentes modos de produção de discursos e representações das mulheres.

Na aproximação entre estas duas perspectivas de estudo – das mulheres nas redações e da mídia alternativa como espaço de construção de identidades – surgiu o desafio de investigar o mercado jornalístico e as representações de gênero, em abordagens que resultaram em estudos sistemáticos sobre a presença das mulheres no jornalismo. O grupo filia-se, com esta proposta, às duas linhas do Programa de Mestrado em Jornalismo da UEPG – Processos de Produção Jornalística e Processos Jornalísticos e Práticas Sociais³⁹ –, apresentando olhares que se complementam na investigação sobre as relações de gênero no jornalismo.

Neste sentido, o grupo de pesquisa está constituído por cerca de dez estudantes de graduação e mestrado em Jornalismo, que desenvolvem estudos sobre temas pertinentes às linhas, seja em forma de iniciação científica, pesquisas coletivas ou iniciativas independentes⁴⁰.

Até o momento, considerando as duas linhas de pesquisa propostas, já foram desenvolvidas pesquisas coletivas de

39 A apresentação do PPG Jornalismo e a descrição das linhas estão disponíveis em: <<http://www.pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/index.php>>.

40 Dados de 2013 referentes à participação no grupo Jornalismo e Gênero.

monitoramento de mídia e participação das mulheres no jornalismo que resultaram em produções científicas publicadas em espaços científicos da área.⁴¹

O primeiro trabalho realizado pelo grupo, durante os anos de 2011 e 2012, envolveu o monitoramento de diversos jornais e revistas, para identificar aspectos como autoria das notícias, temas predominantes e a presença de homens e mulheres como fontes, com base em um livro de códigos utilizado para coletar dados sobre a forma de apresentação da fonte, a função da fonte na notícia, a presença de fala direta ou indireta e o uso de fotos, entre outros aspectos. Para o estudo, foram selecionados os textos publicados em seis revistas femininas e uma masculina (Capricho, Gloss, Nova, Cláudia, Lola, Women's Health e Men's Health) e na mídia impressa de Ponta Grossa (Diário dos Campos e Jornal da Manhã) e do Paraná (Gazeta do Povo). Focaram-se em matérias que foram chamadas de capa das edições do mês de março de 2011 para as revistas e dos meses de março, abril e maio para os jornais, analisadas com base na metodologia utilizada pelo Projeto de Monitoramento da Mídia Global (WACC), que investiga as representações das mulheres e dos homens nas notícias.⁴²

Diante dos dados e elementos analisados, notou-se um tratamento recorrente dos meios de comunicação que confirmam um maior protagonismo masculino e a tendência à invisibilidade das mulheres. Dos três jornais considerados, observou-se um equilíbrio na presença de mulheres como jornalistas, produtoras de conteúdo. No entanto, esta simetria não reflete as escolhas editoriais, que revelam visível desigualdade na presença e no

41 Dados de 2013 referentes à participação no grupo Jornalismo e Gênero.

42 Participaram do monitoramento da pesquisa os(as) integrantes em 2011 do grupo de estudos Jornalismo e Gênero: Tuanny Honesko, Isadora Ortiz de Camargo, Letícia Scheifer, Mariana Galvão Noronha, Ana Paula Maciel Soukef Mendes, Patrick Willian Inada Alves, Karina Chichanoski, Hellen Bizerra, Diandra Nunes da Silva e Maria Fernanda Lameu Teixeira, sob a orientação das professoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Witowicz.

tratamento das fontes de informação, em que se reproduzem determinadas representações do masculino e do feminino. Do mesmo modo, os conteúdos das revistas segmentadas indicam a perpetuação de determinados estereótipos de gênero e a produção de imagens de homens e mulheres, em perspectiva semelhante à apresentada por Dulcília Buitoni (2009). As pesquisas são, portanto, reveladoras de um tipo de comportamento da imprensa, que de forma consciente ou não (re)produz desigualdades de gênero no jornalismo.

Outros dois estudos coletivos sobre representações de gênero realizados pelo grupo de pesquisa em 2012 referem-se a análises da cobertura midiática de um caso de violência e homicídio envolvendo uma mulher e do agendamento da Marcha das Vadias na mídia e nas redes sociais.

O primeiro deles, conhecido como “caso Agda”⁴³, propôs uma análise das representações femininas na cobertura do crime em questão realizada pelos impressos Diário dos Campos e Jornal da Manhã, ambos de Ponta Grossa. A análise dos jornais locais, Diário dos Campos e Jornal da Manhã, torna possível compreender o tratamento adotado pelos veículos na cobertura do “caso Agda”, a partir do conceito de noticiabilidade e dos modos de construção da notícia que orientam a atividade jornalística. Entende-se, assim, que a cobertura jornalística, em sua maioria, explorou o lado dramático do acontecimento e reproduziu um discurso dominante a partir de estereótipos pautados pelas representações femininas.

O tratamento da Marcha das Vadias na mídia paranaense, por sua vez, considerou as estratégias de visibilidade das lutas das mulheres, tendo como objeto os veículos jornalísticos e a divulgação do movimento nas redes sociais no ano de 2012.⁴⁴

43 O estudo foi realizado pelas acadêmicas Diandra Nunes da Silva, Laís Franco e Marina Alves de Oliveira, sob a orientação da professora Paula Melani Rocha.

44 O estudo foi realizado pelos(as) estudantes Crystian Eduard Kühl, Giovana Paganini, Guilherme Schnekenberg e Mariana Tozetto, sob a orientação da professora Karina Janz Woitowicz.

A análise buscou enfocar as formas de ativismo midiático protagonizadas pelo movimento de mulheres como estratégias de inserção no espaço público. A partir desta abordagem, foram levantados elementos para compreender a presença do tema na mídia, observando as estratégias de agendamento utilizadas por distintos veículos na construção da Marcha das Vadias no Paraná.

A história do ingresso das mulheres nas redações dos veículos noticiosos de Ponta Grossa, a trajetória das pioneiras, as características do contexto jornalístico regional em que ocorreu a feminização bem como as transformações da profissão e as relações de gênero nas redações dos dois impressos da cidade também foi tema de pesquisa do grupo.⁴⁵

As constatações preliminares mostraram que em Ponta Grossa o ingresso das mulheres atuando como jornalistas nas redações ocorreu a partir da década de 1980, porém a entrada massiva se deu, somente, após a implantação dos cursos de graduação em Jornalismo na cidade, a princípio o da UEPG e, posteriormente, o da Secal. As colunas sociais representaram um dos primeiros espaços para publicação de nomes femininos na condição de autoras, mas as jornalistas demoraram a conseguir um local de referência dentro da profissão. O colunismo social era considerado um espaço “menos sério” no jornal, o que facilitou o acesso às mulheres na época (ROCHA, OLIVEIRA; KÜHL, 2013). Atualmente, os dois impressos apresentam um rejuvenescimento do quadro profissional, todos os repórteres são formados na área e grande parte concentra-se na faixa etária de 22 a 25 anos, já os cargos de chefia são ocupados por profissionais mais velhos, um com 39 e o outro com 46 anos. Com relação ao gênero, no Diário dos Campos predominam as mulheres na redação e no Jornal da Manhã sobressaem os homens.

Em 2013, as atividades do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero estiveram focadas no fortalecimento das bases teóricas

45 O estudo foi realizado pelo estudante Crystian Eduard Kühl e pela estudante Marina Alves de Oliveira.

do grupo, no processo de integração entre a graduação e o mestrado em Jornalismo, e na busca pela caracterização do campo de estudos de gênero na área da Comunicação. Para tanto, foram desenvolvidas pesquisas de iniciação científica que visam operar com a base de dados do Portal Capes para levantar a produção bibliográfica existente em jornalismo e gênero e, ao mesmo tempo, contrapor os dados com a participação feminina na produção jornalística em revistas, jornalismo televisivo e mídia alternativa, através de pesquisa em arquivos documentais e contatos com profissionais que atuam ou atuaram nos veículos em questão.⁴⁶

Entre os resultados esperados, considera-se a identificação das áreas de concentração e dos campos de pesquisa em que esses conhecimentos são produzidos, bem como a mensuração das pesquisas e publicações científicas sobre jornalismo publicadas no Portal da Capes, possibilitando uma maior visualização dos rumos e contribuições da academia sobre os temas. Neste sentido, ao conciliar o conhecimento produzido sobre estudos de jornalismo e gênero e o mapeamento da participação feminina nas experiências de jornalismo propostas, as pesquisas visam contribuir para a produção de dados inéditos sobre o tema em questão.

Além das atividades regulares de pesquisa mantidas pelo grupo, com encontros quinzenais para discussão de textos e encaminhamentos de pesquisa, percebeu-se a necessidade de ampliar os debates e reflexões relativas às relações de gênero para a Universidade e a comunidade em geral, bem como estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento. Foi a partir destas preocupações que o grupo incorporou outras formas de atuação, conforme descrito a seguir.

46 Estas pesquisas, em fase de desenvolvimento, estão sendo realizadas pelos acadêmicos Crystian Eduard Kühl, Thainá da Rosa Kedzierski e Mariana Fonseca.

Da academia para a sociedade

Um dos desafios imposto pelo grupo foi transpor o diálogo de gênero para a comunidade acadêmica propiciando um debate transdisciplinar em torno de temas de relevância social que envolve a sociedade. O grande passo nesse sentido foi a criação do Colóquio Mulher e Sociedade. Iniciou em 2012, tímido, organizado pelos integrantes do grupo e realizado em uma data emblemática, 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A data de realização do evento foi escolhida por representar simbolicamente as lutas das mulheres pela igualdade de gênero, servindo como uma oportunidade para envolver pesquisadores, representantes de movimentos sociais e gestores públicos no debate sobre temas pertinentes aos direitos das mulheres, nas palestras e painéis temáticos.⁴⁷ O evento reuniu mais de 300 pessoas e a participação massiva foi de estudantes de diferentes cursos da Universidade, como Jornalismo, Geografia, Serviço Social, História e Direito.

O 2º Colóquio Mulher e Sociedade, ocorrido em 8 de março de 2013, com apoio da Fundação Araucária, trouxe como tema “Questões de gênero: Interseções entre Estado e sociedade civil”. Semelhante ao primeiro, a proposta era chamar a atenção para as desigualdades de gênero e a falta da presença de um Estado atuante. Nessa edição, o Colóquio contou com representantes da comunidade nos painéis temáticos. O evento ampliou os espaços de reflexão sobre as questões de gênero ao incluir em

47 A programação do I Colóquio contou com duas palestras (“A mulher negra na sociedade brasileira”, com a historiadora Maria Antonia Marçal, e “A mulher na Universidade”, com a pesquisadora Joseli Silva) e dois painéis temáticos: “Mulheres e políticas públicas” (com a participação de Emerson Cervi, Rosângela Rigoni, Reni Aparecida Eidam e Edina Schimanski) e “Histórias e imagens femininas” (com as pesquisadoras Jane Kelly Oliveira, Joana Pupo, Ana Paula Mendes, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha).

sua programação, além das palestras e painéis temáticos⁴⁸, um encontro científico para apresentação de trabalhos de caráter interdisciplinar sobre temas relativos aos estudos de gênero.⁴⁹

O 2º Colóquio registrou um público de mais de 400 pessoas entre acadêmicos e comunidade. Ele conseguiu consumir um dos ideais do grupo de estudos Jornalismo e Gênero ao abrir as portas da academia para a comunidade, propiciando num esforço conjunto a troca de informações e conhecimento, debatendo e refletindo sobre os problemas envoltos à questão de gênero. Assim, as questões de gênero ganharam a pauta da UEPG.

O evento também se legitimou como um espaço para canalizar a produção científica desenvolvida por grupos de estudos de gênero de diversas áreas e para incluir determinados temas e reflexões relacionadas às questões de gênero no espaço da Universidade, envolvendo setores da sociedade civil. Em 2014, o 3º Colóquio Mulher e Sociedade reuniu um público de cerca de 400 pessoas e teve como tema “As representações de gênero na contemporaneidade”. O evento direcionou os debates para as relações entre gênero e mídia e fortaleceu a produção científica interdisciplinar em gênero com a publicação de anais do encontro científico.

48 A palestra de abertura do evento, “Lutas pela cidadania das mulheres”, foi realizada pela historiadora Luciana Rosar Fornazari Klanovicz. A programação incluiu, nos turnos da manhã e da noite, os painéis “Desigualdades de gênero e políticas públicas” (com a participação de representantes de movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres Maria Iolanda de Oliveira, Suelita Rocker, Débora Lee e Marilza de Lima) e “Movimentos sociais e relações de gênero” (com a participação de Leila Klenk, Genecilda Lourenço Gotardo, Tereza Lolpes Miranda, Willian de Castro Lobo e Ligiane de Meira).

49 O Encontro Científico do Colóquio registrou a apresentação de 18 trabalhos em quatro sessões temáticas: Práticas educativas e questões de gênero, História, violência e papéis femininos, Relações de gênero e demandas sociais e Mídia e representações femininas.

Desafios e perspectivas da pesquisa jornalística com enfoque de gênero

O desafio do grupo de estudos e de suas ações é conseguir tornar visíveis as questões de gênero no campo do jornalismo, tanto no âmbito da pesquisa, quanto do ensino e da extensão, fortalecendo a produção de estudos envolvendo jornalismo e gênero, formando alunos de graduação e pós-graduação receptivos e sensíveis a enxergar e pensar as desigualdades no exercício da profissão e, tão importante quanto, alimentar o diálogo com a comunidade e a troca de informações, estimulando o debate público dessas questões.

A contribuição da próxima pesquisa é mensurar o conhecimento produzido no campo do Jornalismo pelos cursos de pós-graduação *strictu sensu* em Comunicação Social e em Jornalismo do Brasil, reconhecidos e autorizados pela Capes, sobre jornalismo e estudos de gênero. Pretende-se verificar quais cursos de Pós-graduação abrigaram as pesquisas produzidas e que instigam tal conhecimento. O objetivo é identificar a produção científica (teses e dissertações nacionais), no período de 2000 a 2012, sua área de concentração e a coerência teórico-metodológica desenvolvida nos estudos.

Outro desafio de pesquisa almejado pelo grupo é entrevistar as profissionais jornalistas de Ponta Grossa na tentativa de apreender suas interações durante o processo jornalístico, para compreender como elas pensam e executam o jornalismo.

É dever de a academia reflexionar sobre a sociedade e torná-la melhor por meio do conhecimento. O Jornalismo tem desde sua gênese um compromisso com o público. Ao pensar o jornalismo no modelo pós-industrial, um dos aportes citados pelos pesquisadores é o fortalecimento do jornalismo fiscalizador das políticas públicas. Nesse sentido, a imprensa deve cobrir com mais cuidado temas correlatos à questão de gênero e não cair na mesmice do discurso dominante reiterando o tratamento desigual

e estereotipado das representações femininas, devendo cobrar do Estado a falta de políticas públicas, bem como o descaso e a falta de comprometimento quando o assunto diz respeito às mulheres. O grupo de estudos, por meio das discussões semanais, das produções científicas e dos eventos anuais, busca cada vez mais direcionar essas questões no campo do jornalismo, inserindo um viés de gênero.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de; RICH, D. (orgs.). **Elas ocuparam as redações:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.07-49.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Censos Demográficos; Estatísticas – Trabalho e Rendimento – Servidor de arquivos. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>.

BITTONI, D. S. **Mulher de papel:** a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo:** o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MASCARENHAS, M. da G. **Mulheres na Ciência Brasileira.** 2003. Disponível em:< <http://agencia.fapesp.br/622>>.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de (org.). **Valquírias midiáticas.** São Paulo: Intercom; Arte e Ciência Editora, 2010.

MICK, J. **Detalhamento metodológico da pesquisa:** “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf>.

_____; LIMA, S. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

RAMOS, R. H. de P. **Mulheres jornalistas**: a grande invasão. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo; Faculdade Cásper Líbero, 2010, p.16-43; p.332-340.

ROCHA, P. **A mulher jornalista no estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. São Carlos: UFSCar. 2004. 241 p.Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

_____; SOUSA, J. P. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital**: Brasil e Portugal. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 2008. 172p. (Pós-doutorado em Jornalismo) – Programa de Pós-doutoramento em Jornalismo, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

ROCHA, P. M.; OLIVEIRA, M. A.; KÜHL, C. E. A história do ingresso das mulheres nas redações de dois impressos de Ponta Grossa. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**; UFOP, Ouro Preto, 2013.

_____; SILVA, D. N. da; FRANCO, L.; OLIVEIRA, M. A. de. Estudo sobre a cobertura do “Caso Agda”: As interfaces entre gênero e mídia. **Anais do 2º Colóquio Mulher e Sociedade**; UEPG, Ponta Grossa, 2013.

_____; WOITOWICZ, K. J. Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. **Anais do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero**; UFSC, Florianópolis, 2013.

SILVEIRINHA, J. M. **Revisitar o passado na América**: a “questão de ser mulher” no jornalismo. Disponível em: <impactum.uc.pt>.

WOITOWICZ, K. J. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. Florianópolis: UFSC, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____; KÜHL, C. E.; PAGANINI, G.; SCHNEKENBERG, G.; TOZETTO, M. A Marcha das Vadias no cenário midiático: Apontamentos sobre o movimento de mulheres no jornalismo paranaense e nas redes sociais. **Anais do 2º Colóquio Mulher e Sociedade**; UEPG, Ponta Grossa, 2013.

_____. Mídia e representações de gênero: aspectos da presença (ou invisibilidade) das mulheres no jornalismo impresso paranaense. In: ADAMI, Antonio; HOHLFELDT, Antonio (orgs.). **IX Lusocom: Lusofonia e Interculturalidade**. ed. rev. São Paulo: Intercom, 2012, p.507-528.

PARTE 2

Mulheres, desigualdades e representações sociais

Lutas pela cidadania das mulheres

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

*“O feminismo não é produto das operações benignas e progressistas
Do individualismo no passado do individualismo liberal,
mas um sintoma de suas contradições.”*
Joan Scott

As expectativas feministas têm sido muitas, de acordo com as demandas questionadoras têm sua própria temporalidade e, portanto, uma historicidade. Aqui não se pretende discutir a viabilidade ou legitimidade de suas reivindicações; pelo contrário, neste capítulo, busca-se discutir sua especificidade como movimento social de cunho político que buscou transformações e mudanças diante das angústias inseridas em seu próprio tempo, ou ainda os diferentes desejos e quereress dessas mulheres identificadas como feministas; e perceber essa historicidade, seu debate como articulações feministas. Entendido como corrente social e política que preconiza a luta das mulheres pela igualdade de direitos em relação aos homens, conceito este mais conhecido e difundido.

Quando nos referimos ao Movimento Feminista, talvez a imagem mais recorrente sejam as feministas das décadas de 1960 e 1970, dominando as ruas e as praças com

cartazes – *Nosso corpo nos pertence e Privado é Político*.⁵⁰ Ou mais recentemente, as feministas que ocuparam as ruas no último ano, “Marcha das Vadias” (Imagem 1 e 2), cujas passeatas explodiram nas ruas em diferentes partes do mundo, de jovens feministas reivindicando o direito de vestir o que quiserem, e ser o que quisessem, sem que a roupa fosse um “atrativo” para o estupro ou violências aproximadas. As sufragistas do século XIX e início do XX foram marcadas pela conquista do direito ao voto entre outras questões. Reações negativas ocorreram em ambas as passeatas reivindicatórias cujas manifestações foram alvo de diferentes críticas, criação de estereótipos, prisões, xingamentos e toda a sorte de insultos e agressões verbais e físicas. Do escárnio público ao riso das piadas estereotipadas foi alvo de disputas discursivas, que desqualificavam as lutas em seus diferentes momentos históricos. Vez ou outra tais momentos contra discursos são reativados e reelaborados também nos dias atuais, coincidem com a presença mais atuante dos Movimentos Feministas.⁵¹

50 Ver PEDRO, J. M. Os feminismos e os muros de 1968, no cone sul. In: Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica – n. 26-1, 2008, entre outros textos da mesma autora. Além disso, GARCIA, C. C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011; PINTO, Celi R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003; TEDESCHI, L. A. As mulheres e a história: uma introdução teórico-metodológica. Dourados: Editora da UFGD, 2012, ou, ainda, NICHNIG, C. Mulher, mulheres, mulherio: discursos, resistência e reivindicações por direitos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, e FORNAZARI, L. R. Gênero em revista. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

51 Sobre as diferentes facetas dos movimentos feministas, há uma obra importante que trata das questões ligadas à emancipação das mulheres nos EUA a partir da reivindicação de participação no esforço de guerra (Primeira Guerra Mundial): JENSEN, K. Mobilizing Minerva: American women in the First World War. United States: University of Illinois Press, 2008.

Imagem 1: Marcha das Vadias reúne 2 mil pessoas no centro de Brasília 22/06/2013.



Fonte: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/marcha-das-vadias-reune-2-mil-pessoas-no-centro-de-brasil>>.

Imagem 2: Chamada pública da Marcha das Vadias Salvador. 02/07/2013.



Fonte: <<http://agendafeminista.wordpress.com/2013/06/20/0207-marcha-das-vadias-salvador-ba/>>.

Dentro dessa perspectiva, ou seja, de grande movimentação feminista e do(s) seu(s) contra discurso(s), sua análise é relacional na medida em que está imbricado em relações de poder (institucionalizadas ou não) no sentido foucaultiano, que atravessa os sujeitos. E, portanto, encontra nos Estudos de Gênero terreno teórico profícuo como categoria de análise histórica apontado por Joan Scott, mas como forma de enxergar toda realidade social, na expectativa de mudar as configurações sociais em que as relações de gênero estão orquestradas em nossa sociedade ocidental de forma hierarquizada, desigual e assimétrica.

Discutir os movimentos feministas à luz dos Estudos de Gênero possibilita, dessa forma, analisar historicamente suas escolhas, suas reivindicações como lutas inseridas em campos de disputa claramente políticos, de embates, de avanços e recuos. Percursos de anseios de tantas e diferentes mulheres, que, em momentos históricos específicos, almejavam novos sonhos, muitos dos quais foram ridicularizados ou intransponíveis, como exemplo optar ser celibatária tinha um significado para elas, que podem nos escapar em um primeiro olhar desavisado, ou ainda escolher não casar, e também não ter filhos; usar roupas masculinas e fumar cigarros em público na época eram atitudes que chocavam ou que poderiam chocar. Mas o enfrentamento em ação e atitudes se fez necessário e presente e tais imagens sugerem transgressão que, por meio de sua fala e atitudes, discordava das opiniões vigentes que as mantinham fora do âmbito público e político, e acima de tudo, fora das ruas, das universidades, das fábricas e urnas.

Desse modo, as movimentações feministas tiveram percursos específicos, com questões e problemáticas distintas em diferentes momentos históricos; gostaríamos de nos deter à movimentação feminista que cortou dois séculos, XIX e XX, nos apresentando mulheres que buscaram a mudança para suas condições socioculturais, por meio da luta pública e, que viram naquele

momento, a possibilidade de vislumbrar um vasto horizonte para elas.

Assim, o movimento feminista desse período ficou mais conhecido em torno do sufrágio, a luta pelo direito do voto feminino em diversos países a partir do século XIX. No entanto, foi, além disso, muitas mulheres reivindicaram participação na política e assim, no espaço público de discussão, até então reservado aos “iluminados” que detinham conhecimento e oratória. Por conta disso, a luta pelo acesso à educação em instituições de ensino superior foi tomada como meta para algumas dessas mulheres. No Brasil da década de 1920, inclusive, a questão do voto não se mostrava única; os movimentos feministas sejam filantrópico, sufragista, político, buscavam novos caminhos na superação das condições femininas no próprio cotidiano (LEITE, 1984). A questão de participação política, de educação, o movimento feminista que surgiu não se encontrava isolado, como movimento coletivo; desde a prática revolucionária de 1789 a chamada “massa” ganhava as ruas em reivindicações de melhores condições de trabalho, pela classe operária principalmente, entre outras tantas instâncias de embate político que ocuparam os setores públicos em debates e discussões.

Branca Alves e Jacqueline Pitanguy sugerem como influência dos movimentos reivindicatórios e revolucionários autores estruturados nas bases das teorias socialistas, como Friedrich Engels que concluiu que a base da inferiorização da mulher encontrava-se no surgimento da propriedade privada. Além de Engels, citam August Bebel, que apoiado em Engels, “equipara a sujeição da mulher à classe operária no sistema capitalista, já que a causa é comum: o surgimento da propriedade” e assim, “o poder de uma classe sobre a outra terminará e, com ele, terminará o poder do homem sobre a mulher” (ALVES; PITANGUY, 1983, p.41). Para esses autores, as primeiras mobilizações partiram das mulheres operárias, juntamente aos homens nas organizações sindicais, que projetaram suas reivindicações na esfera pública.

Chamamos atenção, no entanto, para situar essa discussão no bojo de uma discussão mais ampla, situada em um momento histórico específico, o debate sobre a cidadania nas sociedades pós-revolucionárias e burguesas, do universo europeu e estadunidense.

Deve-se deixar claro que, a possibilidade de extensão de direitos civis é vista, por uma vasta bibliografia⁵², como a mola propulsora para o movimento feminista que se articulou no século XIX, por reunir em seu conjunto, reivindicações destinadas às mulheres, interditas de diversos espaços, físicos e simbólicos, públicos, embate que se fez presente. Segundo Fraisse e Perrot (1994) algumas questões favoreceram a busca por uma movimentação coletiva: em primeiro lugar a emergência de uma história da humanidade – premissa que pressupunha que “a mulher tem também uma história”, com uma origem, um passado e um futuro – um devir a ser desejado, apresentava-se como uma promessa às mulheres. Em segundo lugar, a explosão da Revolução Industrial em que se pôde vislumbrar o rompimento dos laços econômicos, lançando olhares esperançosos para o futuro, principalmente em relação ao dispor e decidir sobre o próprio salário.

O acesso ao universo do trabalho em um espaço progressivamente político e democrático “mostram lugares sociais onde o indivíduo, como ser completo, é privilegiado”. Para as mulheres tal possibilidade, ou seja, incorporada ao universo do trabalho fabril durante o século XIX (apesar, como destacam as autoras, de todo um aparato de violência instaurado nesses novos espaços femininos de convívio social) traziam possibilidades de mudanças, “o indivíduo feminino poderá tornar-se semelhante

52 SCOTT, J. W. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002; THEBAUD, Françoise (org.) A história das mulheres no século XX. Porto: Afrontamento, 1995; FRAISSE, G.; PERROT, M.(orgs.) A história das mulheres – o século XIX. Porto: Afrontamento, 1994, entre outras obras.

ao indivíduo masculino, ao trabalhador e ao cidadão, poderá romper os laços de dependência econômicos e simbólicos que o ligam ao pai e ao marido”. A última questão apontada pelas autoras a própria Era Democrática que embora não fosse esse um momento favorável para as mulheres, na medida em que a separação em esferas públicas (destinada aos homens) e privadas (destinadas às mulheres) mostrou-se implacável para boa parte delas, por meio do encarceramento simbólico de tais esferas. No entanto, Fraisse e Perrot enfatizam um importante deslocamento conceitual e histórico que se mostrou eficaz para o movimento feminista posteriormente:

O regime feudal não prevê o direito, ou antes o privilégio, de algumas mulheres implique que ele se torne uma regra para todas; o regime democrático, em contrapartida, subentende que o que é válido para um é-o para todos. Desse modo, mais vale não conceder um direito a nenhuma do que dá-lo virtualmente a todas, evitando instaurar assim, segundo se crê, uma rivalidade estúpida entre o homem e a mulher. (FRAISSE; PERROT, 1994, p.10).

Fraisse e Perrot (1994, p.10) apontam, nesse sentido, uma contradição dentro da democracia neste princípio de exclusão, ao “afirmar a igualdade dos direitos e ao dar lugar a uma vida política republicana”. Embora de maneira retrospectiva encontremos em séculos anteriores, gestos, ações, textos identificados como feministas é neste momento histórico específico que emerge, em todo o ocidente, o feminismo, “cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é a de um movimento coletivo, social e político” surgindo, portanto, a partir de 1830 (FRAISSE; PERROT, 1994, p.11). Joan Scott nos aponta que é inegável que o feminismo foi criado “pelo discurso do individualismo liberal, nem que ele dependia do liberalismo para existir”. A

autora enfatiza “o caráter permanentemente insolúvel de uma relação em constante conflito, apesar de submetida a sucessivas transformações” sugerindo que as lutas foram transferidas para outros domínios (SCOOT, 2002, p.48).

O sufrágio universal foi uma das principais conquistas dos homens das classes trabalhadoras em diferentes países no final do século XIX, no entanto, tal luta empreendida excluía o voto feminino desse processo dito universalmente democrático. Essa longa luta levou 70 anos para a sua conquista nos Estados Unidos e na Inglaterra e 40 anos no Brasil, a partir da Constituinte de 1891 (ALVES; PITANGUY, 1983, p.44). De acordo com Alves e Pitanguy, o sufragismo, como movimento feminista, teve início em 1848 nos Estados Unidos com a marcante Convenção de Seneca Falls, na qual foi redigida uma moção em que se afirmava o dever de toda mulher estadunidense a luta pelo sufrágio. É um momento específico em que há uma ampla expansão do conceito liberal de cidadania que buscava abranger os homens negros e os homens destituídos de renda.

É bom lembrar que somente em 1827 foi aprovada a primeira lei que versava sobre a educação das mulheres, lei que possibilitava o acesso feminino às escolas elementares. Nísia Floresta Brasileira Augusta destaca-se no cenário feminista brasileiro no século XIX. Vale lembrar que durante esse período as vozes feministas ainda eram isoladas no Brasil. Nísia acabou se tornando um “marco na luta pelos direitos da mulher e foi uma das intelectuais brasileiras que mais se destacaram na época, defendendo as causas da Abolição e da República”.⁵³

De acordo com Besse (1999), o termo “feminista” no Brasil era muito controverso entre os anos de 1910 e 1930. Para essa autora, a variedade de mulheres que se identificavam com a causa eram diversas: feministas católicas, feministas anarquistas e libertárias e

53 A MULHER pede a palavra e muito mais. Revista Nova 2000. (Encarte especial). Dezembro de 1999.

ainda, mulheres profissionais solteiras que defendiam o emprego assalariado como pré-requisito da emancipação feminina, “à medida que a organização aumentou de tamanho, durante a década de 1920 e o início da década de 1930, passou a reunir sob o mesmo teto um grupo diversificado de organizações femininas, sufragistas, profissionais, cívicas e de caridade, de todos os Estados do Brasil” (BESSE, 1999, p.182).

No Brasil, em 1919, houve uma mobilização expressiva de mulheres pertencentes às camadas médias e também às camadas dominantes com relação ao voto feminino (TELES, 1993). Neste período, as reivindicações das feministas “produziram um programa afirmativo de ação quanto aos direitos das mulheres à educação, baseado em motivos que em geral visavam ao bem comum” (SARLO, 1997, p.174). Tal iniciativa ganha visibilidade por meio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada por Berta Lutz em 1922, que explicitava a busca pelo direito ao voto feminino. No Brasil, o medo da masculinização das mulheres se mostrou presente ao longo do processo de afirmação da agenda feminista, como ocorreu em outras partes do mundo. Segundo Miriam Moreira Leite durante a década de 1920 a temática antifeminista tomava a forma de anedotas, esquetes de teatro de revista ou ainda em desenhos de litografia, presentes na imprensa de maneira generalizada. Tais reações ao feminismo permitem-nos perceber “o nível de preconceitos raciais, classistas e sexistas que aturam aliados ao anti-sufragismo, atribuindo às feministas traços de homens ou acentuando suas condições de fragilidade, paixão, incapacidade de raciocínio e decisão, o gosto da palavra inútil, etc.” (LEITE, 1984, p.36).

Se em 1932 o sufrágio feminino se tornou uma realidade foi por conta da pressão exercida pelas diversas associações de mulheres. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por exemplo, manteve a discussão sobre os direitos das mulheres para além do sufrágio, atuando até 1937 quando o golpe de Getúlio Vargas interrompeu os canais em que a federação atuava. É bom lembrar, que além deste aspecto, para a grande parte de mulheres

brasileiras analfabetas , tais debates, embora inovadores, não processaram mudanças imediatas, as barreiras não eram apenas por conta da ausência de alfabetização, esbarrava muitas vezes, em problemas socioculturais bastante enraizados em que outras categorias se sobrepunham à categoria de gênero, como a raça, a classe, a geração.

Dois filmes, duas histórias para contar – o caso estadunidense

Em 1995 diversos setores ligados aos movimentos feministas promoveram inúmeras atividades para comemorar 75 anos de direito ao voto feminino nos EUA. Duas iniciativas tiveram repercussão na época: a historiadora Marjorie Spruill Wheeler editou uma coletânea de ensaios históricos sobre o processo de luta das mulheres nos EUA em favor do direito de voto intitulada *One Women, One Vote*, e Ruth Pollak dirigiu um documentário com o mesmo título, dentro da série de televisão *American Experience*.

Com relação à coletânea organizada por Wheeler, James McCallops (1997) afirma que a obra cumpriu muito bem o papel de discutir a multiplicidade de interesses do movimento, sua pluralidade e lutas internas, tais como a oposição entre algumas líderes brancas e de classe média e líderes de associações sufragistas formadas por mulheres negras, ou por socialistas e operárias. A edição contou com contribuições sobre história do direito eleitoral americano e os sucessivos processos de luta pelo direito ao voto, observando a dinâmica de vários estados, bem como sobre o papel de associações sufragistas negras, socialistas ou operárias, passando pelas de classe média.

Já o documentário de Pollak, que contou, inclusive, com a colaboração de Wheeler, visualizou a longa trajetória percorrida por líderes sufragistas, desde Elizabeth Cady Stanton e a articulação da convenção de Seneca Falls, em Nova Iorque, em

1848. O filme explorava as facetas de outras líderes como Susan Anthony, as experiências iniciais, ainda no século XIX, de alguns estados do oeste americano que liberaram o voto feminino para atrair colonos ou para publicizar os novos territórios, a retração desse processo por meio da 15a emenda, que excluiu mulheres das eleições, até a aprovação da 19a Emenda, que restituiu esse direito, em 1920 (Imagem 3 e 4).

Imagem 3: Documentário *One Woman, One Vote*, 1995

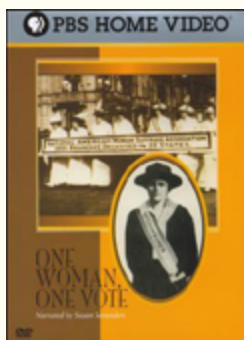


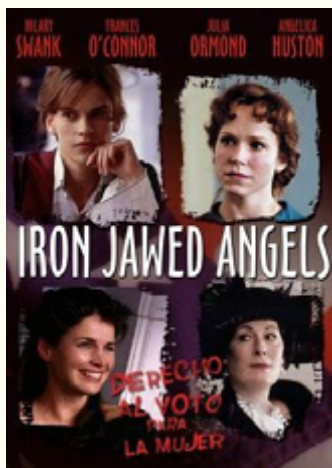
Imagem 4: Frame do filme *One Woman, One Vote*, 1996



James McCallops,⁵⁴ ao discutir o caso do voto feminino no oeste americano com base no ensaio de Beverly Beeton publicado na coletânea de Wheeler pontua exemplos como o estado de Wyoming, onde líderes políticos defenderam o voto feminino no sentido de dar publicidade ao estado e atrair colonizadores.

Uma das principais líderes do movimento sufragista, abordada pelo documentário, foi Alice Paul, que representou uma nova geração de sufragistas que escolheram táticas de confronto e de desobediência civil como instrumentos para obter o direito ao voto. Nesse sentido, *One Vote, One Woman* estabeleceu pontos de partida fundamentais para o entendimento da complexa malha de relações e de lutas políticas em favor do sufrágio feminino nos EUA.

Imagem 5: Capa do filme *Iron Jawed Angels*, 2004



54 McCALLOPS, J. The struggle for suffrage. Disponível em: <<http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=1128>>. Acesso em: 18 set. 2013.

Em 2004, Katja von Garnier dirigiu o filme *Iron Jawed Angels* (Imagem 5), que, no Brasil foi versado como *Anjos Rebeldes*. O filme narrou a história de Alice Paul, interpretada por Hilary Swank, e sua luta em favor do feminismo nos EUA, a fundação do Partido Nacional da Mulher, e a luta do movimento sufragista contra as forças conservadoras em prol da aprovação da 19ª emenda. O filme representa a manifestação das sufragistas no dia da posse de Woodrow Wilson como presidente dos EUA e o choque entre feministas e polícia durante a parada feminista. Tal parada foi acompanhada pelos jornais da época, como podemos observar na Imagem 6.

Imagem 6: O papel da imprensa na discussão do sufrágio feminino nos EUA



É interessante observar que esta específica manifestação é explorada no documentário de forma impactante, na medida em que utilizam fontes sonoras e visuais para dar mais dramaticidade, em um caráter possivelmente pedagógico ao “recriar” essa experiência para gerações futuras. No livro *Mobilizing Minerva* a autora cita esse mesmo episódio da história das lutas femininas como um evento em que o poder público se isentou da segurança de quem participava da parada, negligenciando a hostilidade do público em relação àquelas mulheres que publicamente exerciam a cidadania de forma pacífica.

Imagem 7: Cena do filme *Iron Jawed Angels*, 2004



Outra forma de atuação exercida pelas mulheres norte-americanas foi a colocação de faixas reivindicatórias, ocupando o espaço público, imagem também reforçada no filme *Anjos Rebeldes* como podemos observar na Imagem 7. No entanto, o filme traz uma das cenas mais impactantes, que ocorreu ao longo desse acirramento da luta feminista em torno do direito ao voto nos EUA. Na Imagem 8 podemos observar a cena em que

as ativistas presas promovem uma greve de fome, que devido a tal recusa elas receberam a alcunha de *Iron Jawed Angels*. Alice Paul, uma das reconhecidas líderes do movimento, é forçada por diversos homens a se alimentar por meio de uma sonda; cena essa dramatizada por uma canção que as demais mulheres entoam tristemente no refeitório da prisão enquanto Alice é submetida a tais agressões.

Imagem 8: Cena do filme *Iron Jawed Angels*, relativa à greve de fome



É preciso enfatizar que somente em “setembro de 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres, terminando assim uma luta iniciada 72 anos antes” (ALVES; PITANGUY, 1983, p.45). Interessante perceber de que maneira a história é construída em diferentes momentos históricos e quais personagens são enfatizados assim como quais eventos são colocados de forma simbólica como forma de construir uma memória coletiva acerca da movimentação feminista estadunidense.

Como podemos observar na discussão anteriormente, a parada feminista de 1905 e a desobediência civil de suas líderes são marcantes nas narrativas seja por meio dos jornais de época ou por meio das produções cinematográficas que reconstróem imageticamente, em forma de narrativa, parcelas significativas e emblemáticas desse momento histórico.

Esse compromisso é relevante na medida em que a temática feminista, como movimento social ainda encontra-se ausente dos livros didáticos, um silêncio historiográfico ainda presente nos bancos escolares e universitários. Percebe-se desse modo a relevância dessas produções cinematográficas por conta da sua colocação em discurso no cenário internacional assim como na produção de memória acerca da movimentação feminista. É uma via de ação dupla que nos lembra que nossas lutas e conquistas não nos foram concedidas não sem acirramento de lutas, discursos, opiniões, embates no apoio da opinião pública acerca das reivindicações feministas sufragistas.

No entanto, Joan Scott nos alerta que para ler a longa história do feminismo têm faltado o distanciamento crítico, capaz de entender para além da narrativa citada nos exemplos acima de que tal experiência fora marcada por paradoxos. Nesse sentido, é vital ler os conflitos recorrentes do feminismo como “sintomas das contradições nos discursos políticos que produziram o feminismo, contradições para as quais o feminismo apelava, ao mesmo tempo em que as desafiava” (SCOOT, 2002, p.25).

A questão do discurso da inclusão feminina com base na ‘diferença sexual’ tornava ainda mais complexa a questão ao alimentar o paradoxo que permeou, segundo Scott, o feminismo como movimento político por toda a sua longa história, em que a cidadã paradoxal trazia em seu discurso “a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’” (SCOOT, 2002, p.27). Em outras palavras, o feminismo era uma maneira de protestar contra a exclusão política da mulher no sentido de “eliminar as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação

tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’ (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar” (SCOOT, 2002, p.27).

Considerações finais

Tal retomada acerca dessas histórias feministas entre os séculos XIX e início do século XX, abordada neste artigo, nos alerta, por outro lado, que tais conquistas não estão seguras como gostaríamos. As demandas pelo direito à ampliação da cidadania em diferentes países têm sofrido avanços significativos, como o direito ao voto, mas que em diferentes nações os retrocessos conservadores têm avançado de forma repentina e assustadora. Cabe a nós, feministas de hoje, de ontem e de amanhã, nos lembrar de nossas lutas e comemorar nossas conquistas com a objetividade do próprio embate democrático que se configura de formas distintas em diferentes momentos históricos. Nossas lutas podem hoje ter outras nomenclaturas, como já citado anteriormente, a “Marcha das Vadias” destaca-se no cenário atual, pois trouxe frescor e renovação na tomada das ruas em diferentes países inclusive no Brasil em suas capitais e cidades interioranas.

Acreditamos que a história possa colaborar nesse processo de empoderamento das mulheres, e assim poderá inspirar novas reivindicações e manifestações feministas no porvir, vigiando o poder público para que nossas conquistas sejam mantidas e quiçá, partir em busca de outras.

REFERÊNCIAS

ALVES, B.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1983.

A MULHER pede a palavra e muito mais. **Revista Nova 2000**. (Encarte especial). Dezembro de 1999.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

FORNAZARI, L. R. **Gênero em revista**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FRAISSE, G.; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres**: o século XIX. Porto: Afrontamento, 1994.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

JENSEN, K. **Mobilizing Minerva**: American women in the First World War. United States: University of Illinois Press, 2008.

LEITE, M. L. M. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda Moura. São Paulo: Ática, 1984.

McCALLOPS, J. **The struggle for suffrage**. Disponível em: <<http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=1128>>. Acesso em: 18 set. 2013.

NICHNIG, C. **Mulher, mulheres, mulherio**: discursos, resistência e reivindicações por direitos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

PEDRO, J. M. Os feminismos e os muros de 1968, no cone sul. In: **Clio** – Série Revista de Pesquisa Histórica – n.26-1, 2008.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, R. **One woman, One vote**. PBS/Educational Films Center. 120'. P&B, 1995-1996.

SARLO, B. Mulheres, História e Ideologia. In: **Paisagens imaginárias**. São Paulo: Edusp, 1997.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico-metodológica. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THEBAUD, F. (org.) **A história das mulheres no século XX**. Porto: Afrontamento, 1995.

VON GARNIER, K. **Iron Jawed Angels**. HBO, 2004.120'.

WHEELER, M. S. (ed.) **One Woman, One Vote**: Rediscovering the Woman Suffrage Movement. Troutdale: NewSage Press, 1995.

Meio ambiente, gênero e território: impactos socioambientais na vida das mulheres

*Edina Schimanski
Rafael Garcia Carmona*

Introdução

O presente capítulo aponta reflexões sobre os impactos socioambientais gerados através da construção de usinas hidrelétricas na história das famílias remanejadas, sobretudo na vida das mulheres. Tem como referência a revisão de literatura da pesquisa em andamento sobre a temática no Estado do Paraná envolvendo meio ambiente, gênero e construção de hidrelétricas. O foco principal situa-se na reflexão teórica sobre a dimensão em que tais impactos atingem as mulheres e como estas alteram de modo significativo a dinâmica familiar e pessoal a partir do processo de remanejamento populacional compulsório efetuado por ocasião da implantação de uma usina hidrelétrica.

Deste modo, em um primeiro momento, serão destacados os aspectos relacionados aos apelos econômicos e sociais da construção de uma hidrelétrica, os quais estão fundamentados no discurso de desenvolvimento econômico e social. Será, portanto, refletido sobre os impactos produzidos no processo de remanejamento populacional, os quais alteram vidas, histórias e culturas, particularmente das mulheres no contexto familiar. A seguir, serão mostradas algumas perspectivas teóricas, que fundamentam a ligação existente entre as mulheres e sua

relação com o território enquanto espaço de desenvolvimento de sociabilidades, encontradas no mundo vivido no cotidiano feminino. Assim, ressalta-se a singularidade dessas mulheres – ocupantes de determinado território – e o reconhecimento e a importância de compreender a experiência social decorrente do remanejamento populacional ocasionado por grandes obras de infraestruturas em ascendência na atualidade brasileira. Finalmente, na última parte deste capítulo será discutido sobre a dimensão do território a partir dos vínculos com as mulheres e o lugar.

A partir de conjuntos de elementos sociais, as relações humanas são construídas e reproduzidas pelos sujeitos e a alteração do modo de vida ocasionado pela construção de uma usina hidrelétrica, independente de gerar a remoção do local de moradia, traz sérias consequências na vida das famílias, em especial das mulheres.

Usina hidrelétrica: o desenvolvimento em forma de desocupação

No Brasil, a energia gerada tem centralidade nas usinas hidrelétricas, ou seja, os recursos hídricos são a base principal da produção da matriz energética no país. Dados da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica apontam que as usinas hidrelétricas respondem por 75% da capacidade instalada de geração de energia no país⁵⁵ (ANEEL, 2008). Tal situação não é por acaso. A bacia hidrográfica brasileira é imensa e, principalmente, propícia a esse tipo de opção, pois tem como alicerce a existência de grandes rios e índices pluviométricos favoráveis em determinadas regiões do país.

55 Outras formas significativas de geração de energia no Brasil são: termoeletrônica, nuclear, solar e eólica.

Ao se tratar de geração de energia deve-se levar em consideração o significado da produção desta para o sistema capitalista. A energia é elemento imprescindível na manutenção do modo de produção industrial, sendo condição *sine qua non* para o chamado desenvolvimento econômico, tanto nacional quanto internacional.

É importante registrar que a geração de energia sempre foi uma mola propulsora para o chamado desenvolvimento. O modelo econômico desenvolvimentista do Brasil que teve início a partir dos anos de 1930, com alterações de um modelo agroexportador para uma economia urbano industrial, ocasionou crescimento das cidades, sem o devido planejamento urbano.

De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB), a partir da década de 1930, devido ao crescente processo de urbanização, a construção de grandes barragens tornou-se sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico. Entretanto, é importante considerar que já no século XIX as barragens começaram a ser construídas. A ideia era armazenar água para minimizar as sequelas ambientais causadas pela escassez de chuvas e controlar as consequentes secas. De acordo com Campanili (2013):

O Brasil é um dos 20 países em que as hidrelétricas representam a fatia mais importante da matriz energética. As hidrelétricas respondem pela geração de 93% da energia consumida no país. Segundo Luis Alberto Machado Fortunato, da Eletrobrás, o gás natural é atualmente uma fonte energética importante, mas seus estoques são suficientes por apenas vinte anos, enquanto as hidrelétricas são uma fonte renovável, embora com investimentos elevados. No planejamento do governo para o setor, as hidrelétricas continuam sendo primordiais, com o planejamento da construção de 432 novas barragens até 2015, principalmente na bacia do Tocantins, na Amazônia, e na região Sul.

Mais do nunca, apesar dos apelos ambientais e modelos alternativos de energia, a barragem tem sido vista ainda hoje como símbolo de modernização e de capacidade da humanidade em controlar e utilizar recursos naturais. Historicamente, a lógica desenvolvimentista viu no processo de aceleração da produção capitalista a geração de energia como um elemento indispensável no processo de consolidação do parque industrial brasileiro. Assim, a partir da década de 1930, o governo assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional (AMMANN, 1985; BENINCÁ, 2011).

A lógica que pautava o planejamento e a construção de usinas hidrelétricas era a do poder econômico e político das empresas. A partir da década de 1970 se intensificaram os processos de produção de energia através das usinas hidrelétricas para se constituir como insumos a produção industrial, o que ocasionou sérios impactos socioambientais⁵⁶ que vão desde alterações ambientais até agressões culturais, sociais, ambientais e econômicas às populações ribeirinhas, como a provocação de êxodo rural e consequentemente do inchaço das periferias dos grandes centros urbanos. Como afirma Bermann (2007, p.142),

As usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão – ou, “deslocamento compulsório” – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas.

56 De acordo com o artigo 1º da Resolução CONAMA 001 de 23/01/86, considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Em tese, a usina hidrelétrica representa uma alternativa de alcance de energia a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio (BERMANN, 2007). Entre as fontes de geração de energia, a energia hidrelétrica se apresenta como “limpa e renovável”, ou seja, em termos gerais são recursos não poluentes e inesgotáveis. Muito embora, muitas críticas tenham sido feitas no sentido de caracterizar as hidrelétricas como um câncer social no contexto da sociedade moderna dada a fluidez dos impactos produzidos por essas fontes nos territórios ocupados para a construção da usina.

Destaca-se que os empreendimentos, principalmente, considerando os de grande porte, ocasionam uma modificação da paisagem do local tanto nos aspectos físicos, hídricos e geográficos. Do ponto de vista antropológico-social, a desocupação compulsória de grandes áreas causa a saída de famílias e por vezes de comunidades inteiras dos locais por onde viviam por gerações, sendo as vítimas, geralmente, parcelas da população mais vulneráveis e com menos condições legais e econômicas de se defenderem política e judicialmente.

Como aponta Benincá (2011, p.48),

Ainda no que tange aos impactos materiais, sociais e simbólicos, as barragens causam a desestruturação de comunidades, o rompimento de laços familiares e grupais, traumas diversos, desenraizamento cultural, a perda do vínculo espacial, doenças, depressão, violência e até casos de suicídios em virtude de transtornos psiquiátricos.

Neste cenário, a mulher – por condição – é um elemento de exclusão maior quando comparado aos outros membros da família. As relações de gênero neste cenário ganham um contorno diferenciado, pois a mulher pobre e destituída financeiramente é a que mais vai sofrer os impactos do processo de remanejamento

compulsório das famílias de suas terras. Trataremos com mais profundidade deste aspecto no próximo item.

De acordo com Bermann (2007), cada projeto é justificado em nome do interesse público e do progresso, violando drasticamente as bases de produção e reprodução das populações ribeirinhas com o deslocamento compulsório.

A saída do local de origem é sempre penosa para a população, seja em decorrência da abordagem do empreendedor, muitas vezes agressiva, pautada no assédio e na ameaça com objetivo de “desobstruir” áreas, seja pelo valor da indenização ou mesmo pela instabilidade em relação ao futuro após processo de remanejamento populacional.

A saída forçada da população do seu lugar – do seu espaço social – nem sempre é percebida socialmente como um problema na esfera sociopolítica, pois em contrapartida à expulsão, há a ideia de progresso e de modernização do campo e da cidade. O paradigma modernizador, conforme apontado por Angela D. D. Ferreira (2002) ao analisar o desenvolvimento de algumas teorias sociológicas que preconizavam o desaparecimento do rural, fez com que o mundo rural fosse visto como algo em declínio. Igualmente, o espaço vivido pelos sujeitos nessas áreas tem sido visto como algo secundário em um mundo em pleno processo de urbanização. São, portanto, populações marginais frente ao grande bloco capitalista-industrial. Assim, segundo a autora (2002, p.30), em paralelo a esses “sentidos de esgotamento, a ideia de generalização da cultura urbana desqualificava a pertinência do rural como espaço portador de singularidades”.

Neste sentido, o processo de desaparecimento do lugar a que a população é submetida nem sempre ganha um contorno social mais amplo na mídia. Há, sim, formas de organização e resistência aos grandes projetos hidrelétricos, articulando questões sociopolíticas com a dimensão ambiental, abordando também a desterritorialização indireta, ou seja, a perda territorial de uma parcela da população cujas raízes no lugar podem ser

seculares, em função da construção do empreendimento, mas nem sempre elas têm lugar de destaque na sociedade.

Em geral, o processo de remoção das famílias das áreas atingidas pelas barragens não é tranquilo e pacífico, principalmente pela não aceitação por parte das famílias em saírem do local por onde viveram, às vezes, por um longo período de tempo construindo suas relações sociais e econômicas.

Tais impactos podem ser de diferente proporção e natureza para a formação do reservatório. Há, portanto, inflexões diretas no meio econômico, ambiental e social, as quais estão associadas às alterações no modo de vida em decorrência das inundações, deslocamento compulsório, interferência na cultura local, alteração de paisagens, restrição de acesso ao patrimônio natural, aumento na procura por serviços públicos, entre outros fatores.

Nota-se que o interesse do setor elétrico brasileiro em mitigar os impactos socioambientais causados pelos empreendimentos está diretamente relacionado com a pressão popular em explicitar e tencionar tais questões. O que tem ocasionado, nos últimos anos, legislações mais severas no tocante ao trato com o meio ambiente e com as questões sociais⁵⁷. Além da aproximação por parte deste setor da noção de desenvolvimento sustentável ligado à escassez de elementos produtivos advindos da natureza, como a própria energia elétrica.

É neste contexto que se destaca a incidência dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas na vida das famílias e em especial das mulheres. As mulheres, em sua maioria, são residentes em áreas rurais e, por este motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra. São usuárias dos recursos naturais, devido principalmente ao cuidado com o lar, à produção de alimentos e outros bens destinados ao consumo de sua família.

57 O decreto federal nº 7.342/2010, resultado das pressões dos movimentos sociais em defesa dos atingidos por barragens, institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

A seguir serão apresentados elementos pautados na discussão de gênero para pensar os impactos gerados sobre a vida dessas mulheres que são obrigadas a saírem do seu local de origem ou ainda veem o local onde vivem por anos sendo alterado de modo significativo para a construção de uma barragem.

Considerações sobre gênero

Antes de tudo se faz necessário fazer uma discussão, mesmo que preliminar, sobre gênero e desigualdade e a forma como o elemento feminino se apresenta na sociedade contemporânea e qual é a sua relação com o remanejamento compulsório no processo de construção das usinas hidroelétricas.

Em princípio, é possível afirmar que no que se refere à discussão de gênero, a desigualdade entre homens e mulheres se expressa nas diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas. Isto pode ser exemplificado socialmente na menor disponibilidade de emprego para as mulheres e ainda na menor remuneração do trabalho; em níveis inadequados de saúde e bem-estar, no trabalho doméstico não remunerado e não raras vezes pouco reconhecido; na não participação ou participação amortizada nas decisões, sobretudo políticas; na violência expressa nas mais diversas formas, inclusive sexista (simbólica ou não⁵⁸), na exploração sexual, entre tantos outros fatores.

Kergoat (2003), em suas análises sobre a desigualdade de gênero na sociedade capitalista, afirma que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de papéis a cumprir em um determinado contexto. Para a autora existe uma relação de dominação de um sexo pelo outro, no caso, a dominação dos homens sobre as mulheres. Essa dominação não é apenas ideológica ou ainda cultural, ou seja, ela não pode ser mudada

58 Ver: *O poder simbólico* de Pierre Bourdieu (referência no final do capítulo).

apenas com uma modificação nas mentalidades. Na verdade, a desigualdade possui bases materiais, as quais se expressam na própria divisão sexual do trabalho. Isto significa essencialmente que a mulher pertence à esfera reprodutiva e o homem à esfera produtiva. Historicamente, foram determinadas práticas diferentes para homens e para mulheres. Tais práticas ganharam contornos bastante claros e distintos em termos de valoração. Assim, em síntese, aos homens coube o espaço público e o trabalho produtivo, enquanto as mulheres foram atreladas à esfera privada e ao trabalho reprodutivo.

Em relação ao espaço privado – espaço que coube à mulher – pode-se salientar que ele representa a esfera do não valor, isto é, seu significado social é baixo quando comparado ao espaço público, do qual o homem faz parte. Isto reflete de diversos modos na sociedade. Sarti (1996), em sua discussão sobre a família, confirma a noção de que é no espaço privado que ocorre a organização de um determinado tipo de cultura que prioriza um elemento em detrimento a outro. Segundo a autora, é nas relações familiares que se estrutura o mundo do simbólico dos indivíduos, bem como os padrões de relacionamento que vão se reproduzir na sociedade. A casa, portanto, é identificada com a mulher. É a mulher quem cuida do conjunto do lar – da divisão e organização dos cômodos e dos pertences da família, do cuidado com os móveis e bens em geral, dos suprimentos, enfim, do cuidado em geral da casa. A família, de forma diferente, é propriedade do homem ao passo que a casa (no sentido de lar) é precedida pela mulher – a “rainha do lar”. Ao chefe de família – o homem – cabe toda a autoridade (inclusive moral), ao qual é outorgada socialmente a respeitabilidade familiar no âmbito externo. A autora ressalta que se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem dita as prioridades de gastos da renda familiar.

Como se pode perceber, a compreensão de gênero é complexa e vai muito além da simples imagem de diferença entre

os sexos. Assim, a ideia de gênero tem sido mediada na academia de diferentes maneiras. Uma das formas seria a evidenciada por Joan Scott (1995) que percebe gênero como uma categoria analítica dentro de um ponto de vista histórico e cultural.

Neste sentido, tal autora compreende gênero como um conjunto de significados e de símbolos construídos a partir da diferença sexual. Entretanto, para ela, gênero vai além do sexo, pois compreende uma dimensão que é cultural e histórica, sendo, portanto, uma categoria de análise. Conforme Scott (1990, p.14), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Assim, o importante não está na ideia do sexo enquanto natureza, mas na construção social das diferenças culturais que hierarquizam os papéis de homens e mulheres na sociedade.

Outro autor bastante reconhecido na discussão sobre desigualdades entre homens e mulheres é Pierre Bourdieu, que aborda a questão do poder enquanto invólucro das relações de gênero. Apoiando-se nos estudos de dominação masculina, Bourdieu (2003) chama atenção o fato das mulheres serem submetidas a uma socialização que tende a diminuí-las, sendo reconhecidas sempre como vítimas, vulneráveis, fracas. As mulheres, portanto, não teriam a coragem suficiente para lidar com as dificuldades agudas as quais exigiriam o ato viril – imanente ao homem, sendo este o esteio das mulheres.

Neste sentido, de acordo com Bourdieu (2003), trata-se a mulher como um ser vulnerável que precisa se amparar a uma figura superior, oficial e pública. Sem dúvida, essa concepção que se acomoda no imaginário social e simbólico naturaliza o espaço público como um espaço do homem. Da mesma forma, reitera que às mulheres fica destinado o espaço privado doméstico, de reprodução da família.

Tais fatores reforçam o papel submisso das mulheres e realça o caráter androcêntrico da sociedade, que coloca o homem com

centro, ou seja, pensamentos e atitudes sociais são construídos sempre a partir da perspectiva do gênero masculino. Interessante ressaltar que, para Bourdieu (2004), a submissão se dá através do poder simbólico que é invisível, quase que despercebido no centro das relações humanas, mas que tem uma capacidade contundente de reforçar determinados comportamentos hierarquizados sem usar a violência ou a força física explícita.

Desta forma, pode-se entender que a identidade de homem e de mulher realiza-se na junção do público com o privado, numa perspectiva de desigualdade posta na lógica da sociedade capitalista e tem como função central, também, o caráter de manutenção do *status quo* das relações de desigualdade.

Pensar sobre a configuração de desigualdade de gênero, conforme aponta Azevedo (2010), remete à ideia de articular tal conceito a duas noções-chaves: autonomia pessoal e autonomia econômica. Tanto um quanto outro incidem na vida das mulheres. É certo afirmar, ainda, que as mulheres tendem a ser mais vulneráveis às condições de pobreza e desastres naturais, por terem restritas oportunidades de ampliação de seus rendimentos e de interações que lhes conferem o aumento de seu patrimônio cultural. A autora afirma que as condições de vulnerabilidade se acentuam não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família em determinado lugar. Assim, considerar a dimensão geográfica e territorial é essencial, pois perpassa pela facilidade de acesso a serviços públicos, vínculos com o local, constituição de redes de apoio no cuidado com a família, etc.

Esta dimensão é também reafirmada por Schimanski, Scheffer e Schons (2011), que apontam para uma condição maior de vulnerabilidade social das mulheres por estarem mais expostas não só ao fenômeno da pobreza, mas também à questão ambiental

na sociedade capitalista⁵⁹. Neste sentido, não há como discutir o papel de gênero na sociedade sem levar em consideração o espaço como lócus social para existência dos sujeitos – no caso aqui, as mulheres como membros do remanejamento populacional compulsório no processo de construção de barragens, bem como o território enquanto espaço e reprodução da vida.

Território: espaço de reprodução da vida

O espaço do território se apresenta como um palco de possibilidades para a concretização do modo de vida dos sujeitos, de sua produção, da cultura e do próprio processo social de reprodução de sociabilidades. Deste modo, compreender o conceito de território significa buscar a apropriação de diferentes variáveis da vida humana sob um enfoque social e histórico. Assim, neste momento, é imprescindível trazer à tona uma reflexão sobre a dimensão social do território e suas refrações na vida dos sujeitos, sobretudo das mulheres no contexto das famílias remanejadas por ocasião da construção das usinas hidrelétricas.

Tal análise se faz necessária para problematizar o vínculo existente entre as mulheres e o lugar vivido, de modo que seja

59 SCHIMANSKI *et al.* (2013) – Questão socioambiental e pobreza: o elemento humano como eixo de resistência – algumas reflexões a partir do núcleo interdisciplinar. Aqui o meio ambiente é compreendido face à luz prismada decorrente de uma *relação dialética entre o gênero humano e o meio ambiente, a qual tem como referência central as questões ambientais e seus determinantes sócio-históricos na produção e reprodução das condições de pobreza existentes na sociedade. Neste sentido, deve-se pensar a relação entre meio ambiente e suas contradições a partir de uma perspectiva de totalidade que ultrapasse o simples juízo de valor sobre os problemas ambientais. Ao contrário, a relação entre gênero e meio ambiente se estabelece no invólucro de um conjunto de elementos (como produção e consumo, contradições de classes e lutas sociais, pobreza e riqueza, centro e periferia, por exemplo) e envolve a sociedade na sua concretude e enquanto processo a ser percebido naquilo que se configura como questão social e crise ambiental.*

possível dimensionar os impactos provocados pela construção de usinas hidrelétricas e o desafio de se reconstruir estratégias de vida e sobrevivência em outros lugares em decorrência do remanejamento populacional.

Antes de compreender território, é preciso apropriar-se da noção de espaço. Santos (1994), ao conceituar espaço, afirma que este deve ser tratado como resultado de dois componentes. O primeiro deles refere-se à configuração territorial que seria o que o autor chama de conjunto de dados naturais, os quais sofrem interferência humana através de sucessivos sistemas de engenharias. O segundo está relacionado a algo extremamente complexo, a saber, a dinâmica social, ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento. Essas relações estão, na visão de Santos (1994), atreladas a forma de objetos naturais e sociais e estão articuladas à vida que os anima, isto é, aquilo que dá forma, significado e sentido ao espaço. Assim, a forma de vida desenvolvida em determinado território sofre influências culturais, naturais ao mesmo tempo em que novas configurações são criadas por aqueles que se apropriarem da área para se estabelecer.

O lugar, isto é, o lócus enquanto espaço social surge a partir de uma combinação de arranjos realizados pelos sujeitos sobre o ambiente. Para Santos (1994), o que define um lugar é exatamente um conjunto de ações que formam um contexto social que é passível de transformação a partir da ação humana. Neste cenário, os fatores internos (experiências locais) contracenam com os fatores externos (fatores globais). O processo de territorialização do espaço é constituído pela maneira a qual os fatores internos resistem aos fatores externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente (SANTOS, 1994).

Tal autor conceitua três modos de espaço: a) espaço pode ser visto no sentido absoluto, ou seja, em si mesmo. É o espaço visto com um tipo de existência específica – por exemplo, espaço enquanto referencial convencional de latitudes e longitudes; b) espaço relativo, no qual as relações entre os objetos que compõem

o espaço ocorrem somente pelo fato de esses objetos existem e estarem em relação entre si; e c) espaço relacional, em que as mediações entre os objetos são percebidas como conteúdo e são representadas no interior de si mesmas e outros tipos de relação que existem entre objetos no espaço. Todos esses três modos estão inter-relacionados e compõem a ideia de território enquanto um campo social e cultural.

Natureza e sociedade são elementos mediatizados pela ação do sujeito no mundo e estão em constante processo de transformação. Neste contexto, o território emerge da relação entre o espaço, ou seja, entre a configuração territorial e a dinâmica social produzida socialmente pelos sujeitos sociais. O território é, portanto, um constructo social formado a partir de uma sociedade em movimento. O espaço habitado é, neste sentido, um lugar permeado por relações sociais as mais diversas e que estão em constante processo de transformação social.

Levando em consideração o acima exposto, como pensar a dimensão de território e sua relação com gênero humano? Como analisar os impactos que atingem as mulheres e como estas relações alteram de modo significativo a dinâmica familiar e pessoal a partir do processo de remanejamento populacional efetuado por ocasião da implantação da usina?

Sem dúvida nenhuma, e isto tem sido estudado de forma mais substancial nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto no exterior – ver, por exemplo, Gohn (2002), McCully (2001) e Shiva (2002) – a forma excludente e até mesmo violenta com que a mulher é atingida pelos impactos sociais, ambientais e econômicos nos processos de remanejamento populacional tem demonstrado um modelo de desenvolvimento patriarcal. Neste sentido, conforme aponta Shiva (2002: xvii):

Contemporary development activity in the Third World superimposes the scientific and economic paradigms created by western, gender-based ideology on communities in other cultures.

Ecological destruction and the marginalisation of women, we know now, have been the inevitable results of most development programmes and projects based on such paradigms; they violate the integrity of one and destroy the productivity of the other. Women as victims of violence of patriarchal forms of violence have risen against it to protect nature and preserve their survival and sustenance.⁶⁰

Na configuração do território, a mulher acaba não sendo levada em consideração nos processos sociais. Isto se deve, em muito, pela forma como o gênero feminino acaba sendo expropriado da sua condição de sujeito na sociedade – como dito acima, pelo próprio modelo de desenvolvimento que se configura como patriarcal e excludente.

É no contexto de desigualdade de gênero e nas contradições próprias da sociedade capitalista – principalmente pela égide do desenvolvimento patriarcal – que o lugar da mulher se constitui como secundário. Inclusive, torna-se secundário pelo menos três vezes: a) por condição, isto é, pelo simples fato de ser mulher; b) por pertencer ao rural – que é um espaço visto em declínio e c) pela própria condição de pobreza, pois esta tem um rosto proeminentemente feminino. É possível afirmar que em situações de contingência, emergência ou de perigo, a maior responsabilidade sobre a reorganização da vida familiar

60 Tradução livre do original: “Na contemporaneidade, as atividades desenvolvidas no Terceiro Mundo sobrepõem os paradigmas científicos e econômicos criados pelo Ocidente, baseando a ideologia de gênero sobre as comunidades em outras culturas. A destruição ecológica e a marginalização das mulheres sabemos agora que foram os resultados inevitáveis da maioria dos programas e projetos de desenvolvimento baseados em tais paradigmas; eles violam a integridade de uns e destroem a produtividade de outros. Mulheres como vítimas de formas patriarcais de violência têm se somado contra isso para proteger a natureza e preservar a sua sobrevivência e sustento”.

recai sobre as mulheres, fazendo com que assumam tarefas e edifiquem estratégias que até então não estavam presentes no seio da família ou convívio social. Em lugares de pobreza, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são ainda maiores. Tais questões não são nem de longe incorporadas, nem consideradas pelo empreendedor responsável pela construção de usinas hidrelétricas, nem no processo de remanejamento populacional, pois a lógica colocada é estritamente mercantil.

Conclusões

Nota-se que não há um recorte de gênero no planejamento das ações mitigatórias das grandes obras em que ocasiona remoções de famílias, o que significa dizer que laços vividos serão rompidos e dificilmente restabelecidos. Laços que estão relacionados ao convívio social, a questões culturais, mas principalmente a questões econômicas e ambientais que são vitais para o fornecimento da identidade da mulher numa sociedade marcada pela sobrecarga de responsabilidades, desigualdades e diversas expressões de violência.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrico do Brasil**. 3. ed. Brasília, 2008.

AZEVEDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.103, set. 2010.

BENINCÁ, D. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estud. av.**, São Paulo, v.21, n.59, jan./abril 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004.

CARLOTO, C. M. O Conceito de Gênero e Sua Importância para a Análise das Relações Sociais. **Serviço Social em Revista**, UEL, v.3, n.2, 2008. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 18 set. 2012.

CAMPANILI, M. **Comissão mundial analisa impactos das barragens**. Disponível em:<<http://siteantigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao53/reportag/p06.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS-CMB. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**. Um Sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000. Disponível em: <http://www.dams.org//docs/overview/cmb_sumario.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, out. 2002, p. 28-46.

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: MARLI EMÍLIO (org.); TEIXEIRA, M. (org.); NOBRE, M. (org.); GODINHO, T. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

McCULLY, P. **Silenced rivers**: the ecology and politics of large dams. London: Zed Books, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTI, C. A. **A Família como Espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHIMANSKI, E.; SCHEFFER, S. M.; SCHONS, S. M. Meio ambiente, gênero e condição de pobreza: mulher e cidadania ecológica. In: SCHIMANSKI, E.; BRONOSKY, M. (orgs.). **Meio Ambiente, crise e cidadania**: tensões e articulações no debate ecológico. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SCHIMANSKI, E.; SILVA, L. Ap.; SCHONS, S.; SCHEFFER, S. **Questão socioambiental e pobreza**: o elemento humano como eixo de resistência: algumas reflexões a partir do núcleo interdisciplinar. Texto no prelo, 2013.

SHIVA, V. **Staying alive**: women, ecology and development. Great Britain: Biddles, 2002.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

Política no feminino: Representações midiáticas das deputadas no debate da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal

Ana Cabrera
Teresa Mendes Flores

Considerações Iniciais

Este capítulo centra-se no estudo de caso dos debates da IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez) na Assembleia da República Portuguesa, em 1997, e nas representações na imprensa das deputadas parlamentares que protagonizaram a discussão. Assim, apresentamos alguns dos resultados finais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto “Política no feminino: políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares em Portugal”.

Este texto tem como enfoque fundamental os protagonistas e as protagonistas eleitos pela mediação jornalística. Ou seja, partimos da análise das peças jornalísticas selecionadas para os diversos momentos em estudo e observamos o destaque dado ao assunto da IVG, em especial no período em que se concentra a atenção midiática. Os atores e a forma como são apresentados merecem em particular a nossa atenção. Comparamos, em seguida, o modo como as duas deputadas mais presentes na imprensa foram representadas fotograficamente, mostrando como foram diferentemente associadas aos valores de gênero e,

neste caso, a problematização do assunto será feita com base na análise do texto jornalístico e das imagens fotográficas.

O projeto “Política no Feminino” tem como foco a representação das deputadas e das questões de gênero no Parlamento em quatro ciclos políticos da democracia portuguesa desde 1975 a 2002: o PREC, entre 1974-1976; o Bloco Central, entre 1983-85; o Cavaquismo, entre 1985 e 1995; o Guterrismo, entre 1995 e 2002. Para cada um dos ciclos políticos selecionamos algumas discussões parlamentares relacionadas com propostas de Lei relativas à problemática de gênero, em que se incluem o debate sobre a gramática da igualdade e a universalidade dos direitos (a elaboração da Constituição), pseudoeventos midiáticos como o “Parlamento Paritário” ou medidas legislativas como a despenalização da IVG. Ou seja, trata-se de evidenciar momentos da discussão parlamentar, significativos na perspectiva dos direitos das mulheres, que simultaneamente tiveram grande visibilidade nos meios de comunicação, como exemplo as discussões sobre IVG. Em nenhum outro caso selecionado para estudo é tão expressiva essa nossa opção de privilegiar as matérias em que a mulher é o objeto principal da ação legislativa, para daí verificar os modos como as deputadas se constituíram, ou não, igualmente, em sujeitos dessas medidas.

Atendendo às múltiplas dimensões que abarca, a investigação assenta em uma triangulação de metodologias. Começou por se identificar e caracterizar sociográfica, profissional e politicamente as deputadas que exerceram mandato entre a Assembleia Constituinte (1975-1976) e a XI Legislatura (2009-2011), sendo necessária a criação de uma base de dados.⁶¹

Este trabalho, de teor mais sociológico, foi acompanhado de uma investigação histórica sobre a situação da mulher em cada um dos ciclos políticos estudados. Foram também realizadas

61 A base de dados foi criada no programa estatístico SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*.

entrevistas a deputadas e jornalistas, muitas delas as mesmas que protagonizaram as histórias no parlamento e nos jornais – o mesmo para os jornalistas e as jornalistas entrevistados – no sentido de se averiguar as suas percepções quanto à existência de estratégias de visibilidade das deputadas em face aos jornalistas⁶². Por outro lado, procedeu-se à análise de imprensa de índole quantitativa e qualitativa que nos permitiu conhecer a representação das deputadas parlamentares nos diversos jornais selecionados para cada ciclo político⁶³. As peças jornalísticas foram selecionadas tendo como referencial cada uma das políticas de gênero identificadas. A informação destas peças foi, em uma primeira fase, objeto de uma leitura centrada em diversas variáveis relacionadas com a análise de conteúdo do texto e da imagem, o que, de fato, correspondeu a duas bases de dados: uma centrada na imagem e outra centrada no texto jornalístico.

A análise integrada do texto e da imagem jornalísticos, de que apresentamos neste capítulo alguns resultados, visou uma resposta a um conjunto de questões: será que, no espaço político parlamentar, a despenalização do aborto foi uma questão protagonizada pelas deputadas portuguesas? Como se caracterizou a sua participação no espaço político do Parlamento? E no espaço midiático? Qual o protagonismo e quais os modos de representação das deputadas e das suas ações na imprensa? Como é que foi construída a identidade visual das duas deputadas mais fotografadas e presentes na imprensa? Que valores de gênero foram investidos nessas suas fotografias?

62 Os resultados demonstraram a inexistência de estratégias conscientes e assumidas como tal por parte das deputadas e também não reconhecidas pelos/as jornalistas (para mais informações consultar Carla Baptista, 2012).

63 Os jornais foram escolhidos em função da relevância à época e da diversidade de linhas e posicionamentos editoriais. Assim, foram selecionados os diários Diário de Notícias, Diário Popular, Público e Correio da Manhã e os semanários Independente e Expresso.

O que mudou nos anos 1970 na situação da mulher

A Revolução de 25 de Abril de 1974 possibilitou a abordagem de temas e de questões de gênero que até tal data eram impensáveis. Ainda durante os anos 1970, Marcello Caetano convida Maria de Lourdes Pintasilgo para presidir ao Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Econômica e Social. A atividade resultou em um levantamento da discriminação das mulheres ao nível do direito público e privado, do direito da família e da legislação sobre o trabalho. Na sequência do levantamento produzido por este grupo, Maria de Lourdes Pintasilgo preside a Comissão para a Política Social relativa à Mulher (Decreto n.º 482/73, de 27 de setembro) e recebe indicações no sentido de separar a questão das mulheres das questões da infância. Em 1975 esta Comissão passa a ser designada como Comissão da Condição Feminina (Decreto-lei n.º 47/75, de 1 de fevereiro). (VICENTE, 1997; MONTEIRO, 2010).

Verifica-se, portanto, que nos anos finais do marcelismo e do Estado Novo se inicia, por influência de Maria de Lourdes Pintasilgo, uma lenta mudança de paradigma em que a mulher começa a ser encarada não principalmente em um contexto familiar, mas sobretudo no contexto do trabalho.

Este movimento conecta-se, em 1970, com um cenário internacional de viragem em relação à atenção que as sociedades deviam dar à mulher, até aí secundarizada. A própria ONU centra-se em um programa de âmbito internacional para o progresso das mulheres – *Women in Development* (WID). Trata-se de uma abordagem muito influenciada pelas propostas feministas liberais e muito centrada na economia e no mercado de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho ia um pouco mais longe e contextualizava a abordagem dos problemas da mulher em torno da questão da igualdade, afirmação da dignidade da pessoa e respeito dos valores humanos (MONTEIRO, 2010).

No que concerne às questões sobre o feminismo, em abril de 1972 é marcado pela publicação “Novas Cartas Portuguesas”

de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Esta obra evoca o estatuto da mulher em uma perspectiva diacrônica tendo como contraponto “As Cartas Portuguesas” de Mariana Alcoforado (1640-1723), freira no convento de Beja. O livro das Marias, como viria a ser conhecido, trata da situação das mulheres marcadas pelos convencionalismos de uma sociedade patriarcal que as excluía negando-lhes vontade própria e direitos. Como sublinha Graciete Besse (2006), “a escrita é ousada, por vezes agressiva, despidorada, formando um vasto panorama sobre o estatuto das mulheres no imenso cortejo do seu infortúnio histórico”. Marcello Caetano, sucessor de Salazar na presidência do Conselho de Ministros, aciona os mecanismos da censura, o livro é retirado do mercado e as autoras terão de confrontar um processo judicial em que são acusadas de pornografia e ultraje à moral pública.

De fato, como notam Cova e Pinto (1997), a ditadura de Salazar e Caetano tem para com as mulheres uma atitude semelhante à de todas as ditaduras entre guerras: a mulher devia ser confinada ao lar, tratar dos filhos e do bem-estar da família.

Por isso, em Portugal, o processo conducente à igualdade de gênero foi lento. E sem dúvida a Revolução de 25 de Abril de 1975 promoveu uma aceleração na mudança do estatuto da mulher, sendo declarado, pela Organização das Nações Unidas, como o Ano Internacional da Mulher. Este é anunciado em simultâneo com diversas iniciativas, entre elas a I Conferência Internacional sobre as Mulheres, que se realizou na Cidade do México e culmina com a Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e a sua Contribuição para o Desenvolvimento e para a Paz.

Ana Vicente (1997, p.8-10) considera que a Comissão da Condição Feminina tem atuado como vanguarda dos movimentos de mulheres em Portugal, e não como um departamento da Administração Pública. A sua linguagem é muito reivindicativa: “Apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas

praticadas em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição.”

Por sua vez, Manuela Tavares (2010, p.383) considera que os anos 1980 e 1990 foram caracterizados por uma menor mobilização das mulheres e por uma ação mais sistemática dos grandes fóruns internacionais, nomeadamente sob a ação da Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, a autora sublinha que “a década de 1990 é referida como uma fase em que os movimentos feministas se globalizaram”.

O avanço conseguido no reconhecimento do estatuto social da mulher em igualdade com o homem depende, em primeiro lugar, da consciência feminina, dos seus direitos e subsequente luta empenhada para alcançá-los; depois, depende das características de cada país e da vontade política dos seus respectivos governos.

A questão da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal

A luta pela despenalização do aborto atravessa três décadas em Portugal (ALVES *et al.*, 2009). Entre a emergência dos primeiros movimentos pelo direito ao aborto e o primeiro debate na Assembleia da República mediam oitenta anos (TAVARES, 2010). Em um momento em que o aborto era passível de penas que podiam ir até 8 anos de prisão, foi criada, em 1979, a Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC). Esta organização, que reunia diversas associações feministas (MLM, IDM, UMAR, GAMP, Grupo de Mulheres da AAC), vai ser responsável por diversos movimentos cívicos, entre eles o abaixo-assinado “Nós abortamos” (TAVARES, 2003).

Em 1980, o deputado da União Democrática Popular (UDP) apresenta um projeto, pela primeira vez, na Assembleia da República. Dois anos mais tarde, em 1982, o PCP apresenta ao

Parlamento três projetos de lei sobre maternidade, planejamento familiar e despenalização do aborto. O debate marcado para 11 de novembro de 1982 é antecedido por uma grande movimentação popular, protagonizada por diversas organizações de mulheres e pelos partidos políticos que apoiavam a despenalização do aborto. Mesmo as bancadas da Assembleia enchem-se de mulheres que vestem as camisolas com a expressão “Nós abortamos”. Ainda assim, o projeto foi recusado com 127 votos contra e 105 a favor. Foi neste debate que ficou célebre a polêmica entre Natália Correia, do PSD, e João Morgado, do CDS.⁶⁴

Mais tarde, em 1984, foi aprovada, pelo PS, a Lei 6/84 de 11 de Maio que previa a interrupção da gravidez apenas nos casos em que a saúde física e psíquica da mulher pudesse correr riscos, em casos de violação e de malformação do feto.⁶⁵

Em 1990, durante o governo de direita de Cavaco Silva, surge na Associação de Planeamento Familiar um grupo de trabalho designado por Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal (MODAP), mas o assunto só regressará ao Parlamento em 1996, pela iniciativa do PCP, que apresenta um projeto de lei sobre a despenalização do aborto a pedido da mulher (20 de junho de 1996). Em pleno ciclo do guterrismo, a Juventude Socialista apresenta em outubro também um projeto de despenalização a pedido da mulher, mas outra iniciativa

64 A propósito do debate sobre a despenalização do aborto, o deputado João Morgado do CDS declarou no uso da palavra no Parlamento que “A igreja Católica proíbe o aborto porque entende que o ato sexual é para se ver o nascimento de um filho”. Natália Correia respondeu-lhe em verso: “Já que o coito diz Morgado tem como fim cristalino, preciso e imaculado fazer menino ou menina e cada vez que o varão sexual petisco manduca, temos na procriação prova de que houve truca-truca, sendo só pai de um rebento, lógica é a conclusão de que o viril instrumento só usou parca razão! Uma vez. E se a função faz o órgão diz o ditado consumado essa exceção, ficou capado o Morgado.”

65 Em 1984, também foi aprovada legislação sobre maternidade e paternidade, planejamento familiar e educação sexual.

legislativa do deputado socialista Strecht Monteiro prevê apenas o alargamento dos prazos para a interrupção da gravidez em caso de malformações fetais e mantém os motivos evocados na Lei de 1984.

A despenalização do aborto foi uma questão de gênero central durante o guterrismo. Proliferaram os movimentos pelo “sim”, bem como os movimentos pelo “não”. Também a igreja católica é particularmente ativa através dos movimentos “Não Mates o Zezinho” e “Juntos pela Vida”. Durante o ano de 1997 multiplicam-se os movimentos de cidadãos, abaixo-assinados a favor e contra, manifestações, vigílias, conferências, entrevistas, artigos de opinião na imprensa, mas finalmente o projeto do PS é chumbado por um voto.

Em janeiro de 1998, o PCP apresenta um projeto semelhante ao do ano anterior. O PS responde com o diploma da JS revisto, diminuindo de 12 para 10 semanas o prazo para a interrupção legal a pedido da mulher, que agora parece ter o apoio da bancada. Na votação da Assembleia em 4 de fevereiro de 1998 o projeto do PCP é chumbado por 3 votos e é aprovado o da JS. No entanto, António Guterres já se tinha manifestado contra a lei da interrupção voluntária da gravidez e, no dia seguinte à sua aprovação, PS e PSD chegam ao acordo sobre a realização de um referendo que ocorrem em 28 de junho de 1998 e foi chumbada com 49% votantes pelo “sim” e 51% pelo “não”.

A cobertura jornalística do debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez e os ciclos de atenção midiática

Para a análise de imprensa contamos com uma base de dados das peças jornalísticas que reuniu todos os textos publicados sobre o debate IVG em 1997 no parlamento português.

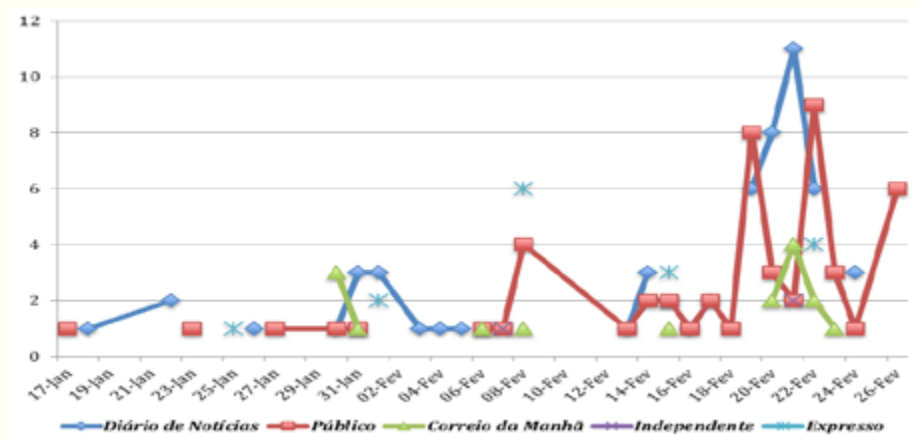
Quadro 1: Número de peças por jornal no debate da IVG

<i>Publicações /Acontecimentos</i>	<i>IVG 1997</i>	
	<i>Nº.</i>	<i>%</i>
<i>Diário de Notícias</i>	55	38
<i>Público</i>	54	38
<i>Correio da Manhã</i>	16	11
<i>O Independente</i>	3	4
<i>Expresso</i>	16	14
<i>Total</i>	144	105

Fonte: Projeto Política no Feminino

Este quadro demonstra a importância que a imprensa deu ao debate parlamentar sobre a IVG que correspondeu a uma cobertura midiática traduzida em 144 peças. Estas peças jornalísticas estão distribuídas pelos cinco periódicos que faziam parte da corpórea, em três diários: o *Diário de Notícias*, o *Público* e o *Correio da Manhã* e dois semanários *O Independente* e o *Expresso*. A cobertura jornalística foi mais intensa por parte do *Diário de Notícias*, com 55 peças e do *Público*, com 54 peças. O *Correio da Manhã* distancia-se dos outros dois diários com muito menos peças, apenas 16. Entre os semanários foi o *Expresso* que mais peças publicou, 16, contra 3 de *O Independente*.

Gráfico 1: IVG 1997: publicação e data



Fonte: Projeto Política no Feminino

O Gráfico 1 permite observar a permanência na imprensa do debate parlamentar sobre a IVG. Embora intermitente, o assunto é mencionado desde 17 de janeiro até 26 de fevereiro de 1997. Durante este período os jornais mais persistentes e que deram a maior atenção ao assunto foram o *Público* e o *Diário de Notícias*, embora em períodos diferentes. Mas o ciclo de atenção midiática intensifica-se entre 18 e 26 de fevereiro, com destaque particular para o *Público* que é quem neste período apresenta uma cobertura mais sistemática.

1. Proeminência dos artigos nas publicações

Os artigos referidos em primeira página são naturalmente os mais valorizados pela mídia. Ainda assim, quando nos referimos a destaques é necessário salvaguardar que, editorialmente se verifica uma hierarquia. Por isso a *Manchete* corresponde a

uma peça que tem a máxima valorização na primeira página e a chamada equivale ao menor destaque.

Quadro 2: O destaque do debate da IVG jornais

IVG 1997		
	Nº.	%
<i>Manchete</i>	10	7
<i>Grande Destaque de 1ª página</i>	1	1
<i>Chamada de 1ª página</i>	20	14
<i>Artigo de 1ª página</i>	3	2
<i>Sem destaque de 1ª página</i>	110	76
<i>Total</i>	144	100

Fonte: Projeto Política no Feminino

Este debate originou na imprensa 10 manchetes (7%), 20 (14%) chamadas de primeira página e apareceu em 3 artigos de primeira página e 20 chamadas de primeira página. Quando analisamos o destaque por publicação dos debates sobre a IVG, notamos que o *Diário de Notícias*, o *Diário Popular*, o *Correio da Manhã* e o *Público* são os jornais com mais manchetes e mais chamadas de primeira página. Entre os semanários o *Expresso* faz uma manchete e o *Independente* um grande destaque de primeira página sobre o mesmo assunto.

Por gênero jornalístico entendemos o modelo discursivo dominante que o jornalista usa na construção das peças jornalísticas. Também encontramos uma hierarquia que o gênero selecionado confere ao assunto a que se refere.

Quadro 3: Debate parlamentar e gênero jornalístico

IVG 1997		
<i>Gênero Jornalístico</i>	<i>Nº.</i>	<i>%</i>
<i>Breve</i>	8	6
<i>Notícia</i>	89	62
<i>Entrevista</i>	4	3
<i>Inquérito</i>	3	2
<i>Comentário, crônica, opinião, crítica</i>	34	24
<i>Notícia desenvolvida</i>	-	-
<i>Reportagem</i>	2	1
<i>Editorial</i>	2	1
<i>Depoimento</i>		
<i>Perfil</i>	2	1
<i>Total</i>	144	100

Fonte: Projeto Política no Feminino

O Quadro 3 demonstra que o gênero jornalístico mais utilizado foi a “notícia” (87) o que revela uma situação normal na imprensa. No entanto, a “opinião” apresenta um número significativo de peças, 34, equivalendo a quase um quarto das peças publicadas sobre este debate, o que demonstra a divergência em torno deste assunto e, portanto, os “opinion makers” procuraram, através das suas crônicas, comentários ou críticas mobilizar argumentos que convencessem os leitores da pertinência das suas opiniões.

2. O protagonismo

Os indivíduos que constituem as organizações sociais e políticas têm interesses distintos e simultaneamente interesse e capacidade de agir autonomamente e de interatuar com o campo da mídia (COOK, K. S.; WHITMEYER, J. M., 1992). Segundo

Benjamin I. (1996, p.20) “o conceito de ator político aplicado aos meios de comunicação, implica uma ação observável que é intencional”.

Nesse sentido, identificamos o ator segundo a ação em que está envolvido, ou porque é protagonista ou porque a sua opinião emerge no texto jornalístico pela afirmação da divergência. A nossa intenção na análise dos atores principais e secundários, e considerando a questão de representação de gênero no parlamento, é compreender em que medida a imprensa valorizou as vozes femininas, dado que se tratar de uma iniciativa das deputadas parlamentares, em detrimento das vozes masculinas, ou seja, interessa-nos saber quem fala e de quem se fala.

Quadro 4: Número de Atores por Gênero, Publicação e Acontecimento

IVG 1997		
Deputadas	<i>Diário de Notícias</i>	25
	<i>Público</i>	19
	<i>Diário Popular</i>	-
	<i>Correio da Manhã</i>	7
	<i>Independente</i>	2
	<i>Expresso</i>	6
	<i>Subtotal</i>	59
Deputados	<i>Diário de Notícias</i>	133
	<i>Público</i>	129
	<i>Diário Popular</i>	-
	<i>Correio da Manhã</i>	35
	<i>Independente</i>	14
	<i>Expresso</i>	22
	<i>Subtotal</i>	333

Fonte: Projeto Política no Feminino

Este quadro mostra o protagonismo das deputadas e dos deputados nos diversos jornais. Assim, no debate da IVG de 1997 foram 59 deputadas e 313 deputados. A presença das vozes dos deputados e das deputadas nas peças varia em função de cada jornal. No debate sobre IVG de 1997 é de novo o *Diário de Notícias* que integra nas suas peças mais vozes femininas (25), seguido do *Público* com 19, bem distanciado do *Correio da Manhã* com 7. Entre os semanários, o *Expresso* (6) tem mais vozes femininas que *O Independente* (2). Este debate foi mais aceso e prolongou-se por mais tempo no Parlamento. Quanto às vozes masculinas, o *Diário de Notícias* apresenta 133 vozes dos deputados, seguido de o *Público* com 129, o *Correio da Manhã* distancia-se com 35 vozes e entre os semanários *O Independente* com 14 e o *Expresso* com 22 atores.

Assim concluímos que neste debate o maior protagonismo foi masculino embora o assunto se referisse sobretudo às mulheres. Esta questão transformou-se num assunto político que envolveu em primeiro lugar o parlamento; a intervenção de todos os partidos, cujas posições eram díspares e fraturantes; negociações a vários níveis e em diversos momentos (coligações, entre partidos políticos, pressões da sociedade civil, da igreja, entre outras). Simultaneamente, na sociedade, este assunto configura também um enorme desacordo. Por isto esta foi uma matéria analisada como um problema político maior que obrigava ao envolvimento dos deputados de todas as bancadas. A polémica em torno da IVG como em todos os debates sobre o Aborto ultrapassou largamente o parlamento, foi um assunto partilhado por diversos setores sociais e gerou um enorme desacordo. Este assunto sofre, nos dois principais debates uma nova conceitualização na linguagem que tinha como principal objetivo apaziguar o tema. Referimo-nos à expressão por que ficou conhecido o debate de 1984 “despenalização do aborto”, que mais tarde em 1997, será substituída por IVG sigla limpa das conotações que tinham criado tantos anticorpos. Esta transformação das expressões está

carregada de intencionalidade, desde logo porque toda a palavra é política e porque toda a política é estrategicamente orientada para a persuasão. Entre “Aborto” e “IVG” vai essa distância de apagamento simbólico da negatividade associada à primeira.

A representação dos valores de gênero nas fotografias de duas deputadas portuguesas

Victória Camps, falando sobre a visibilidade da mulher no século XXI (CAMPS, 2012), propõe uma mudança estrutural que para a autora se encontra em um reconhecimento social e em um empoderamento da maternidade, problematizando a exclusão a que os valores patriarcais a relegaram, nomeadamente através da sua constituição enquanto contrária à produtividade⁶⁶. A separação entre as esferas do privado e do público e a sua correlativa genderização permanecem um dos temas essenciais

66 Camps escreve: “O novo paradigma, a mudança estrutural, deveria ser capaz de transcender a polaridade (entre campo da produção e campo da reprodução). Porém, não através do caminho já percorrido, que é o de afugentar as mulheres dos trabalhos da maternidade, para que não encontrem nenhum obstáculo à emancipação. (...) Se não se conseguir transcender a polaridade, a complementaridade dos sexos continuará a significar desigualdade e submissão do sexo mais vulnerável. (...) É o reconhecimento da função reprodutiva o que se deverá conseguir” (2012, p.23). Pensamos que nesta argumentação bastante certa, falta tornar explícito que esta função reprodutiva é pertencente a homens e mulheres, o que significa, numa linguagem mais inclusiva e esclarecedora, a nosso ver, falar antes de um repensar do valor social da parentalidade, atribuindo-lhe um maior prestígio ou pelo menos um prestígio equivalente ao que se tende a atribuir ao mundo do trabalho, diluindo esta oposição. Deve ultrapassar-se também, a associação entre a identidade feminina e a maternidade – ou, como dizia Josephine Butler, o exercício de uma “maternidade social”, caso uma mulher não fosse mãe (tal como ser enfermeira, professora primária, voluntária social e da caridade, etc.) –, e não ter para o pai a mesma essencialização identitária, ou seja, o fato de para os homens o papel de pais nunca se ter tornado essencial na definição da identidade masculina.

das críticas feministas e dos estudos de gênero. A associação entre as mulheres e os valores da maternidade e da domesticidade privada e dos homens com a sua ação na esfera pública estão na origem das discriminações das mulheres e continua a refletir-se na presença destas no espaço público bem como na presença masculina no espaço privado. Não esqueçamos que os homens também têm vida privada e doméstica, no entanto, como bem o expressava o participante do programa de rádio de que acima falávamos, caberia às mulheres, no espaço doméstico, cuidar dos seus maridos. Isto significa que também na esfera privada, os homens tendem a exercer o seu domínio, de certa forma, transpondo para este espaço características dos valores de liderança do espaço público, embora mantendo em relação ao espaço privado um distanciamento alheado. Por outro lado, enfrentam também ainda alguns entraves e contradições se quiserem tornar-se domésticos “donos-de-casa”. A imagem de cuidadora e de mãe permanece associada às mulheres e aos seus atributos, considerados contrários aos valores que caracterizam o espaço público. Correlativamente, o prestígio social de um homem tende a excluí-lo da domesticidade.

Lígia Amâncio no seu estudo sobre a construção social das diferenças de gênero (1994) concluiu que, aos homens, estão mais associados traços de poder e assertividade e às mulheres características como a afetividade e sensibilidade; e que estas diferenças tendem a ser justificadas pela diferença biológica, que a autora contesta. Disso decorre, historicamente, a centralidade da atribuição da maternidade e dos seus respetivos valores – o cuidar, o nutrir, o proteger afetuosamente, a submissão alegre, a fragilidade – características psicológicas e comportamentais das mulheres, onde quer que se situem socialmente, em termos de classe social, profissão ou esfera de ação.

Muitos estudos chegam a conclusões semelhantes. Alison Phipps analisou em 2007 as perceções de um grupo de homens e mulheres sobre a capacidade das mulheres para desempenharem

profissões tecnológicas e elaborou um quadro que expressa esta diferença de valores de gênero e que evidencia a existência de uma contradição entre esses meios profissionais e os valores considerados femininos. Estes resultados, traduzindo tanto a masculinidade como a feminilidade hegemônicas, são “tipos-ideais” (WEBER, p.1982). A sua força está, precisamente, na capacidade de se imporem enquanto universo de expectativas a partir do qual os sujeitos avaliam e regulam o seu próprio comportamento e o dos outros. O que evidentemente se relaciona com o próprio conceito de estereótipo tal como Peter Berger e Thomas Lukmann (2010) o apresentam.

Quadro 5: Valores de gênero sistematizados por Allison Phipps (2007)

<i>Moças/Mulheres</i>	<i>Rapazes/ Homens</i>
<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
<i>Social</i>	<i>Técnico</i>
<i>Identificação com o lar (privado)</i>	<i>Público</i>
<i>Suave</i>	<i>Duro</i>
<i>Interessada em aplicações</i>	<i>Interessados em abstrações</i>
<i>Consciente</i>	<i>Brilhante</i>
<i>Insegura</i>	<i>Confiante</i>
<i>Cautelosa</i>	<i>Aventureiro</i>
<i>Temerosa</i>	<i>Corajoso</i>
<i>Dependente</i>	<i>Independente</i>

Continua

Conclusão

<i>Moças/Mulheres</i>	<i>Rapazes/ Homens</i>
<i>Incapaz de lidar com as dificuldades</i>	<i>Capaz de lidar com as dificuldades</i>
<i>Colaborativa</i>	<i>Competitivo</i>
<i>Ilógica</i>	<i>Lógico</i>
<i>Não muito boa em matemática</i>	<i>Bom em matemática</i>
<i>Ignorante acerca das oportunidades</i>	<i>Ciente das oportunidades</i>
<i>Com necessidade de apoio</i>	<i>Sem necessidade de apoio</i>
<i>Com necessidade de encorajamento</i>	<i>Sem necessidade de encorajamento</i>
<i>Equivocada nas suas percepções</i>	<i>Preciso nas suas percepções</i>
<i>Frívola</i>	<i>Sério</i>
<i>Sem imaginação</i>	<i>Imaginativo</i>
<i>Maleável</i>	<i>Constante</i>
<i>Passiva</i>	<i>Ativo</i>
<i>Biologicamente regida (corpo)</i>	<i>Capaz de escapar à biologia (mente)</i>
<i>Patológica</i>	<i>Normal</i>

Fonte: Allison Phipps (2007)

Como o quadro permite evidenciar, por muito que as mulheres estejam a conquistar terreno nestes domínios, os seus constrangimentos simbólicos são consideráveis. Começam cedo, nas formas de socialização de meninos e meninas. Numa pesquisa sobre “Desigualdades de género no atual sistema educativo português” (2003), Ana Monteiro Ferreira conclui

que as vocações de rapazes e moças são influenciadas pelas representações de gênero presentes nos manuais escolares. De fato, a profissão de “político” surge apenas no masculino, nunca é representada nas imagens de mulheres, muito embora o número de mulheres parlamentares e ministras tenha subido gradualmente em Portugal.

Efetivamente, a persistência destes valores de gênero não encoraja a autonomia e o empoderamento femininos porque relaciona poder e liderança a qualidades desejáveis apenas para os homens. Um dos principais entraves à participação política das mulheres bem como à sua presença em cargos de chefia nas empresas tem sido, precisamente, o fato de se considerar o espaço público, e em particular o domínio da política, como envolvendo valores ligados à masculinidade (PAXTON; HUGHES, 2007; MARTINS, 2012). Estes fatores produzem um duplo constrangimento para as mulheres políticas, que os homens políticos não vivem, a não ser o de garantirem a sua conformidade com o modelo de masculinidade. Não existe, para os homens, qualquer contradição entre o modelo social da sua subjetividade hegemônica e o exercício das funções políticas. De tal forma que, como observam Karin Wahl-Jorgensen, em “Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992”, as campanhas eleitorais lançam um verdadeiro controle aos seus candidatos no sentido de eliminarem qualquer vestígio de feminilidade.

As mulheres candidatas partem em desvantagem e não só têm de justificar constantemente a sua própria presença na política como sentem que a sua aparência, idade e situação familiar se tornam imediatamente temas de conversa e temas da atenção da mídia (KAREN ROSS; ANNABELLE SREBERNY, 2000). Zita Seabra, uma destacada militante comunista, membro do Comitê

Central desse partido durante vários anos, contou-nos⁶⁷ que nos anos 1980 foi ao encontro de uns operários em greve em estaleiros navais e, quando chegou lá, os grevistas perguntaram-lhe “onde estava o dirigente comunista?”, vindo depois a interpretar a presença da dirigente feminina como sinal de desvalorização do seu problema por parte do partido. Na mídia, as referências à vida privada dos ministros através do ângulo da conciliação entre família e política nunca aparece quando se trata de um homem (SREBERNY; VAN ZOONEN, 2000).

Um dos problemas possíveis da campanha eleitoral de Manuela Ferreira Leite, analisada por Carla Martins (2012), foi talvez o de não ter correspondido melhor aos estereótipos femininos e ter sido apresentada pela imprensa de forma híbrida, parecendo nunca tomar a decisão certa quanto aos momentos em que deveria ser “boa ouvinte” ou quando, pelo contrário, deveria “atacar” o adversário. Tornava-se sempre alvo dos comentadores políticos, ora por uma, ora por outra razão, já que o seu comportamento nunca se adequa aos “tipos-ideais” que moldam as expectativas para os homens e para as mulheres políticas.

Neste sentido, a autora aponta este afastamento face às expectativas de gênero hegemônicas como uma das prováveis razões da sua derrota nas eleições. A sua identidade foi transgressiva face àquelas expectativas e jogou-se de forma decisiva, na relação inescapável entre a candidata e a mídia. Por isso a importância de estudar este cruzamento entre mídia, política e gênero.

Estes resultados nos ajudam a situar o caso que queremos apresentar no ponto seguinte. No contexto da investigação que

67 Esta história nos foi revelada pela própria, no âmbito das entrevistas realizadas a várias deputadas no decurso do trabalho de investigação “Política no Feminino: Políticas de Gênero e estratégias de visibilidade das deputadas portuguesas, 1975-2001”, de que resulta este capítulo.

realizamos nos últimos três anos sobre as estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares portuguesas, um dos aspetos considerados indispensáveis foi o da análise das representações de gênero na imprensa, tanto ao nível do texto como ao nível das fotografias publicadas nas páginas jornalísticas. Pretendemos mostrar o caso particular das fotografias das duas deputadas mais fotografadas do nosso *corpus*⁶⁸.

Este caso surge-nos como singular porque estas duas deputadas apresentam um perfil pessoal e um trajeto político bastante diferenciado, quer em termos ideológicos, uma vez que uma é comunista e outra democrata-cristã, ou seja, uma de esquerda e outra de direita, quer em termos da sua origem social, uma oriunda da classe média e outra de famílias da alta burguesia lisboeta, embora ambas sejam advogadas de formação. Odete Santos entrou no Parlamento português ainda nos anos 1980 enquanto Maria José Nogueira Pinto apenas o integra mais de uma década depois. Em todo o caso, no nosso estudo surgem como as figuras femininas mais presentes nas páginas da política e são verdadeiros casos de popularidade e de “atratividade” midiática. Queremos, assim, perceber em que medida as duas parlamentares correspondem ao universo de expectativas de gênero delineado pelos valores acima descritos.

68 O qual compreendeu 342 fotografias, distribuídas entre 1984 e 2001, a propósito das discussões sobre Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e paridade política (as famosas “quotas” para deputadas), nos jornais diários *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Público*, *Correio da Manhã* e nos semanários *O Independente* e *Expresso*. Os critérios de seleção adotados foram: todas as peças jornalísticas sobre os debates parlamentares escolhidos, com fotografia e publicadas num período entre um mês antes até um mês depois, da data dos referidos debates. Selecionaram-se, ainda, as peças com fotografia, que envolvessem a ação dos deputados e deputadas sobre aqueles assuntos, mesmo que não se noticiassem os debates.

1. Aspectos metodológicos da análise de imagem

Uma das primeiras questões a enfrentar nesta análise diz respeito à relação entre os valores de gênero e a sua representação visual. Como se representa a coragem ou o temor? A independência e a dependência, o carácter aventureiro ou o carácter cauteloso? – para lembrar apenas alguns dos valores opostos referidos no Quadro 5. Esta questão é bem antiga e podemos encontrá-la nos escritos de Leonardo Da Vinci sobre pintura (DA VINCI, 2004). Para Da Vinci, o bom pintor é aquele que não se limita a imitar o visível mas consegue expressar os seus valores mais abstratos: “O bom pintor deve pintar duas coisas principais, que são o homem e o conceito da sua mente. O primeiro é fácil, o segundo difícil porque é preciso figurá-lo com gestos e movimento de membros” (2004, p.25) – já que as artes plásticas figurativas procedem através de signos que se referem ao concreto e não ao abstrato, usando objetos, gestos e evocando movimentos e relações entre figuras no espaço.

No século XX, Erwin Panofsky propõe uma metodologia de interpretação das obras de arte que vem de algum modo procurar sistematizar esses dois planos da significação, um mais ligado à interpretação dos estímulos sensíveis e outro aos seus significados simbólicos⁶⁹. A interpretação é sistematizada por etapas encadeadas de significação ou níveis de interpretação, algo recorrente nas análises semióticas que entretanto se desenvolvem (como o conceito de semiosis em Peirce e dos seus diferentes tipos de interpretantes⁷⁰).

A relação com a cultura envolvente, com os códigos visuais dessa cultura e modos convencionados de significar dados valores abstratos em imagens concretas, é algo presente na maioria dos autores. Uma outra aproximação a esta problemática

69 Ver *Estudos de Iconologia* (1995), publicado pela primeira vez em 1939.

70 Os interpretantes imediatos, dinâmicos e finais (PEIRCE, 2000).

da interpretação de uma imagem, é a bem conhecida divisão de Barthes entre denotação e conotação (BARTHES, 1984a; 1984b e 1987). A partir de Hjelmslev e da sua divisão de qualquer função semiótica (ou signo) em plano da expressão e plano do conteúdo, Barthes estuda aquela articulação particular entre uma primeira camada de sentido, equivalente a uma simples identificação dos objetos e cenas representadas na imagem, ou seja, o sentido denotativo – algo semelhante aos primeiros níveis de interpretação para Panofsky e Peirce –, e uma segunda camada de sentidos, acrescentados ao primeiro signo, tornado plano da expressão de novos sentidos conotados, os quais resultam de convenções ou da atividade criativa humana. Estes constituem um repertório de símbolos à disposição de produtores de imagens e intérpretes e, em conjunto, constituem os sentidos ideológicos e mitológicos de uma cultura. A pose, por exemplo, é um dos processos de conotação fotográfica apontados por Barthes em “A mensagem fotográfica” (1984a) que sublinha, dando o exemplo da célebre fotografia do rosto do presidente Kennedy, visto de perfil, amplamente difundida pela imprensa na época das eleições:

[...] a fotografia só é evidentemente significativa porque existe uma reserva de atitudes estereotipadas que constituem elementos já feitos de significação (olhar erguido para o céu, mãos postas): uma “gramática histórica” da conotação iconográfica deveria, pois, procurar os seus materiais na pintura, no teatro, nas associações de ideias, nas metáforas correntes, etc., isto é, precisamente na “cultura”. (BARTHES, 1984a, p.18).

A interpretação implica sempre o recurso a esta reserva cultural de signos e torna-se indispensável numa análise das representações de gênero. Pretenderemos, por isso, perceber que iconografia é mobilizada pelas representações das duas deputadas,

o que implica a consideração de um conjunto de análises formais, contextos internos à imagem, contextos externos relativos ao modo de disposição da imagem nas páginas dos jornais, contextos culturais externos ao jornal e presentes quer na iconografia quer no contexto histórico dos fatos representados.

Para isso, recorreremos ainda a uma outra referência teórica, que de certo modo sistematiza todos os anteriores contributos. Trata-se da abordagem socio-semiótica, proposta por Gunther Kress e Theo Van Leeuwen, em particular a sua obra “Reading Images”. Em “The Grammar of Visual Representations” (2006) se destaca três funções semióticas: função representacional, interacional e textual.

Um aspecto que nos vai interessar será o de perceber se existe alguma relevância de gênero no uso destes conceitos. Serão as duas deputadas representadas em ação ou como portadoras de atributos? Quando em ação, são as suas ações transitivas (incluem o objeto da ação), ou intransitivas (não incluem aquele objeto)? Ou serão, sobretudo, representadas enquanto objetos da ação dos outros? São as suas ações acompanhadas por reatores ou isoladas, sem reatores?

2. A estética dos opostos: As fotografias de Maria José Nogueira Pinto e Odete Santos na imprensa

A página “Frente a Frente” (Figura 1) foi publicada pelo *Diário de Notícias* no dia do debate parlamentar das propostas de Lei de despenalização do aborto, em 20 de fevereiro de 1997, e pretende colocar em oposição duas opiniões divergentes de duas deputadas, intervenientes no referido debate. O propósito do jornal é claro – explicitado, desde logo, pelo nome da rubrica. Tem por princípio o critério da imparcialidade jornalística no sentido da apresentação de diferentes opiniões e pontos de vista sobre um assunto, equivalendo a dois partidos muito distintos,

o Partido Comunista Português (PCP) e o Centro Democrático Social- Partido Popular (CDS-PP). Além disso, o equilíbrio foi também uma preocupação jornalística. Neste caso, houve a intenção clara de escolher duas mulheres para opinarem sobre um assunto, que também era relativo às mulheres e ao seu corpo, num debate em que abundaram as vozes masculinas.

Figura 1: *Diário de Notícias* 20 fev. 1997



Esta intenção de comparação e contraste encontra-se igualmente expressa se considerarmos o layout da página, a sua retórica, ou seja, se examinarmos a função textual, acima referida. O layout mimetiza a ideia de “frente a frente” na forma como se colocaram as fotografias das deputadas e os seus respetivos textos: formando colunas, uma à esquerda, por acaso (?), a do partido de esquerda; outra à direita, a do partido de direita. Ao

centro, como instância mediadora, surge a voz do jornalista, que contextualiza, resume e destaca as ideias mais relevantes de cada uma das posições. Ao centro, ainda, um pouco em baixo, surge uma fotografia do local da contenda, remetendo leitores e leitoras, para o hemicycle parlamentar. O lugar do jornalismo está, assim, também marcado no próprio layout da página.

As fotografias das deputadas encontram-se no topo das respectivas colunas de texto, com o nome das deputadas escrito ao lado, suportados ambos por uma linha gráfica, que se estende a partir das fotografias. A sua forma é equidistante. As colunas de texto também se opõem do mesmo modo, reforçando então, o próprio conteúdo contrastante dos textos. Se seguirmos a ordem de leitura habitual, no caso da deputada comunista Odete Santos (OS), temos uma prioridade dada em primeiro lugar à imagem e só a seguir ao texto. Já para a deputada centrista a ordem é inversa, primeiro o nome depois a sua imagem. Isto pode significar, neste contexto, uma representação mais da ordem das emoções e da natureza, para a deputada comunista; e mais intelectualizada, racional e ligada a valores da racionalidade (como o equilíbrio, a temperança, etc.) e do cultural, no caso da deputada centrista. Vários outros elementos, nos ajudarão a demonstrar que existe uma espécie de diabolização da mulher comunista e uma idealização da mulher conservadora. Diferenças estas que, certamente, as características de natureza pessoal das duas deputadas não são suficientes para explicar.

Se prosseguirmos a proposta de análise sociosemiótica desta função textual, a localização à esquerda da peça/fotografia de Odete Santos atribui-lhe um sentido ligado ao que já está estabelecido, ao que já é conhecido, ao já dado – de certa forma indo ao encontro da acusação muito frequente, ainda hoje, de que os comunistas não mudam nunca de discurso; por outro lado, a localização à direita do texto e fotografia da deputada conservadora, expressariam conotações de “novidade”, do que ainda não foi estabelecido, ou algo que está em questão. A ordem

de leitura também permite aferir vantagens para o texto da direita face ao da esquerda, tomado como um movimento de uma coisa a outra, de onde se parte e onde se chega. Por seu turno, os títulos reforçam os sentidos de passado/situação presente *versus* futuro, associados a este layout.

Figura 2: Odete Santos e Maria José Nogueira Pinto. *Diário de Notícias*, 20 fev. de 1997



Considerando agora, a função representacional das duas fotografias, encontramos características muito contrastantes do ponto de vista formal, num primeiro nível de significação, bem como do ponto de vista das referências estéticas de cada imagem, e ainda, dos estereótipos de representação visual de gênero a que recorrem. Ambas as imagens são notoriamente reenquadramentos de outras fotografias, cortadas até ao modo retrato, a fim de permitir a clara identificação das figuras representadas. Essa será a razão provável da ausência de referência à autoria destas fotografias. Na nossa pesquisa os resultados demonstraram que as imagens de rostos com o objetivo de identificação de personagens são o tipo mais frequente de fotografias nos jornais analisados.

A deputada comunista surge representada num ângulo ligeiramente contra-picado e de perfil, numa escala de grande plano, onde apenas uma parte do pescoço deixa entrever a gola de uma camisa quadriculada, por baixo do que poderá ser um casaco. Esta escala implica grande proximidade e dramaticidade, de modo que conseguimos facilmente ver a sua expressão: a deputada parece gritar, cabeça erguida, olhos em uma linha horizontal, dirige-se para alguma coisa fora de campo. O seu semblante é agitado e de protesto. A deputada é representada em uma ação cujo móbil não é visível, mas é, claramente, uma imagem narrativa. O enquadramento torna-a em uma estrutura intransitiva pela ausência de objeto do seu protesto ou grito. Em todo o caso, é uma representação do confronto, da ação decidida e militante. Uma representação de poder e força que podemos associar a alguns valores expressos no Quadro 5, na coluna masculina, tais como a “coragem”, a “dureza” e o carácter “ativo”.

A referência estética desta imagem são, sem dúvida, as imagens do construtivismo russo e do realismo socialista que conceberam este estereótipo para representar o povo que se agiganta e muito em especial as mulheres, para as quais forjaram um conjunto de valores diferentes da tradição (e concebidos como “não-burgueses”). Este tipo de imagem surge também no cinema soviético. Repare-se nos exemplos da Figura 3. Uma das diferenças significativas entre estas imagens e a de OS é a direção dos olhares das figuras representadas. No caso da fotografia da deputada comunista, ela surge a olhar na direção direita-esquerda, enquanto os outros exemplos olham no sentido da nossa leitura, esquerda-direita. De acordo com Rudolf Arnheim (1998), seguido de perto pelos autores da sociosemiótica, existe uma maior tensão sempre que as linhas de uma composição não reforçam o nosso sentido convencional de leitura. É o que acontece na representação de OS, que assim está em oposição, gera maior tensão, cria um sentimento de maior instabilidade. Ao contrário dos exemplos de Rodchenko ou El Lissitski que

colocam esperança e futuro naqueles olhares, Odete vira-se, assim, também mais para o passado, para o já estabelecido.

Figuras 3: Alexander Rodchenko, Pioneira (imagem à esquerda);
Capa do catálogo da representação soviética na Exposição
Internacional de Zurich de 1929, concebida pelo artista plástico
El Lisitzki (imagem à direita)



Do ponto de vista da função semiótica interpessoal, a imagem de OS não estabelece qualquer relação explícita com quem observa a imagem, por isso é uma “imagem oferta”. Repare-se ainda, na imagem da Figura 4, publicada pelo mesmo jornal no dia anterior. A mesma influência estética pode ser convocada, para uma imagem com uma escala de enquadramento mais alargado, ao nível do plano aproximado de tronco.

Figura 4: Jornal *Diário de Notícias*, 19 fev. de 1997



O ângulo de visão é frontal, mas o efeito de engrandecimento da figura não deixa de se fazer sentir em resultado da ocupação central e quase total da imagem. Um dos dispositivos do reforço deste destaque é o parafeito na parte inferior do enquadramento, que surge como um adicional “reenquadramento” e contribui para o destaque da figura. Um artifício retórico que remonta aos retratos renascentistas, contribuindo como índice da figura retratada e um seu suporte escultórico⁷¹.

Desta vez, OS não parece que conversa. O contexto de ação não nos é dado de forma clara, embora seja possível perceber que a deputada foi fotografada na Assembleia da República, cujas bancadas são vistas no último plano da imagem. A fotografia

71 Com as respetivas conotações que uma relação à escultura significavam no contexto da cultura visual renascentista: a perenidade, a homenagem à figura retratada.

funciona mais como uma caracterização da deputada (é uma imagem conceptual), da sua posição de força, emblematizada pela pose e transformada, fotograficamente, em símbolo da posição ideológica que a deputada sustenta. Este efeito resulta também da relação com a legenda: “Pró-aborto: Odete, pela mulher”, apesar das conotações negativas associadas ao uso da expressão “pró-aborto”, um sentido negativo muito usado pelos movimentos de posição contrária, auto-designados “pró-vida”⁷². As conotações negativas sugeridas pela primeira expressão do título contribuem para produzir uma interpretação mais dúbia da imagem, menos preferencial, a qual se associa também à direção da figura, que olha para a esquerda: mais uma vez em “tensão” com o sentido de leitura habitual. Esta posição reforça a conotação de “coragem” e “frontalidade” da figura da deputada, mas é também associada, como referimos, ao passado, àquilo que não tem futuro. A segunda parte da legenda consegue sublinhar um certo carácter heroico de OS, “pela mulher”, resultando mais positiva que a primeira imagem da Figura 1. Contudo, devido a esta contradição expressa na legenda e na direção da figura da deputada, propõe-se uma leitura problemática quanto à sua valorização (positiva ou negativa).

Considerando, agora, a fotografia de MJNP encontramos características muito diferentes. A deputada conservadora é representada por uma fotografia também em grande plano, numa escala muito idêntica à da fotografia de OS. Contudo os códigos visuais a que faz apelo são muito distintos, na medida em que recorre ao gênero “retrato”. Este gênero resulta de um contrato tácito entre fotógrafo e fotografado, e expressa-se através de poses mais ou menos combinadas e conscientes do objetivo de se transformar em imagem e, com isso, traz ao fotografado/a um maior domínio da situação. O que não acontece no caso da

72 Ana Prata, investigadora neste projeto, mostrou no seu artigo que a cobertura jornalística das leis do aborto em 1997 e 1998, deram primazia às vozes contra a Lei (PRATA, 2012).

deputada comunista, muito embora possa estar consciente de poder ser fotografada, o seu controle da situação fotográfica é menor do que tipicamente acontece no caso do retrato preparado.

No caso deste retrato de MJNP, a pose escolhida estabelece uma relação direta com o espectador e a espectadora da imagem. Existe uma interpelação consciente, através do olhar da deputada para a câmara. Do ponto de vista da função semiótica interpessoal, trata-se de uma “imagem pedido”. A deputada também não está em ação, nem tem qualquer objetivo para além da sua própria presença e da vontade de se apresentar. Isto induz um desejo de compor uma imagem positiva através de um conjunto de atributos. Trata-se, do ponto de vista da função semiótica representacional, de uma “imagem conceptual”.

Os atributos da deputada depreendem-se do seu olhar terno, do seu semblante sereno, das marcas da sua feminilidade patentes no uso de adornos femininos como os brincos, que OS não usa, e um anel no dedo (aliança de casada?). Isto embora ambas vistam roupa quadriculada, cuja gola é visível nas suas fotografias. O cabelo da deputada conservadora aparece bem penteado e alinhado, ao contrário do cabelo desgrenhado da comunista. Um aspeto marcante desta imagem de MJNP é a presença das mãos da deputada, unidas e alinhadas junto ao queixo, chamando mais ainda a atenção para o seu rosto, tornado central na imagem. Do ponto de vista estético, esta imagem colhe algumas influências da estética modernista da fotografia direta, uma vez que a pose das mãos não é muito comum na cultura visual do retrato anterior às primeiras décadas do século XX. Contudo, do ponto de vista dos estereótipos de género e se sairmos do contexto particular do género retrato, encontramos representações semelhantes nas imagens religiosas, em que esta postura de mãos e esta mesma expressividade surgem associadas às mulheres crentes, com as mãos expressando o gesto de rezar (Figura 5). É evidente que MJNP não está rezando, mas o seu gesto não deixa de poder conotar fé e esperança se o associarmos ao teor do seu texto.

Uma das diferenças assinaláveis, e bastante significativas, é o fato da deputada olhar frontalmente e não se encontrar de olhos baixos, algo mais frequente nos estereótipos de gênero em muitas imagens religiosas, em particular aquelas destinadas à educação das meninas⁷³. Assim, se recorrermos de novo ao Quadro 5, podemos associar esta imagem a atributos que estão presentes na coluna referente às mulheres, mas também a alguns na coluna “masculina”. Esta associação de valores podem mostrar MJNP como um novo modelo de “feminilidade” na política. Alguns dos valores “femininos” constantes no quadro a que a análise precedente nos conduz seriam a “suavidade”, o ser “colaborativa” e “cautelosa”, mas também “sociável”. Contudo, a sua postura frontal também a mostra “confiante” e “ciente das oportunidades” (se considerarmos o conteúdo do seu texto).

Figura 5: Ilustração de Santa Ana, mãe de Maria, ensinando a filha (à esquerda) e acompanhada pelo pai, São Joaquim, na imagem da direita



Fonte: <http://www.filhosdapaixao.org.br/doutrina/e_preciso_saber/catequese_nossa_senhora_01.htm>, consultada a 20 de março de 2013

73 Neste propósito ver o capítulo “A responsabilização das mães” In: Schouten, Maria Johanna, 2011.

Figura 6: Jornal *Expresso*, 15 fev. de 1997



O mesmo gesto das mãos surge em outras fotografias de MJNP, como é o caso do exemplo da Figura 6. Esta imagem também ilustra um texto de opinião, algo por si só valorativo, uma vez que são poucas as vezes em que as mulheres surgem nesta figura de especialista, menos ainda na política. Note-se que a deputada centrista era nesta época a líder da bancada parlamentar do seu partido, um cargo que foi ocupado pela primeira vez por uma mulher, na história do parlamento português.

Conclusões

A Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) foi um assunto de gênero central ao longo de três décadas que envolveu deputadas e deputados no parlamento bem como o governo que também tomou iniciativas neste contexto. Foi um assunto que envolveu a sociedade civil com uma disparidade de vozes a favor e contra. Em especial a favor estavam as diversas ONG de mulheres que organizaram movimentos cívicos em prol da liberdade da mulher em dispor do seu corpo e batalharam pela legalização do aborto. Do outro lado estavam grupos frontalmente contra o aborto, unidos em torno de uma determinada ideia de família e muito influenciados pela Igreja Católica que promoveu diversas intervenções ao mais alto nível.

É claro para quem estudou a abordagem do assunto em diversos ciclos políticos que foram os partidos políticos de esquerda que tiveram as iniciativas de trazer o assunto ao Parlamento. Neste capítulo apresentamos a forma como o Partido Socialista, no ciclo político guterrista, lançou o debate e como na votação da Assembleia da República em 4 de fevereiro de 1998, é aprovado o projeto do PS que será inviabilizado pelo referendo realizado.

A cobertura jornalística do debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez demonstrou que o assunto foi objeto

de grande cobertura midiática que se configurou no número de peças por jornal, no ciclo de atenção midiática, no destaque e nos gêneros jornalísticos mobilizados. O estudo sobre a imprensa mostra também, espelhando, de fato, o que se passou no debate parlamentar, como que os protagonistas deste debate foram majoritariamente os deputados demonstrando como o assunto tinha contornos políticos claros, mas simultaneamente sublinhando a reduzida representação das mulheres no parlamento português.

Alguns estudos têm demonstrado a existência de uma contradição entre os valores atribuídos ao espaço público político e os valores da subjetividade feminina hegemônica, contradição que se revela problemática para as mulheres na política que têm de estabelecer uma ponte difícil entre estes valores (PAXTON; HUGHES, 2007). Embora para muitas correntes feministas, esta diferença de características trazidas pelas mulheres para o espaço político, seja um ponto a favor da necessidade da sua participação, por outro lado, têm significado desvantagens persistentes na sua entrada nos círculos de poder. Como sublinham alguns estudos sobre profissões (PHIPPS, 2007; FERREIRA, 2003), as profissões de maior prestígio, de maior remuneração e poder continuam, persistentemente, a ser representadas na mídia e nos manuais escolares como profissões “masculinas” e a política é um desses casos.

Partindo de um quadro de valores sobre as representações de um grupo diversificado de homens e mulheres sobre as razões que justificariam a existência de poucas mulheres em profissões mais técnicas, proposto por Phipps, e que figura um conjunto de valores associados a cada gênero (Quadro 1), tentamos associá-los às formas de representação visual de duas deputadas portuguesas, uma comunista e outra democrata cristã. Com uma abordagem essencialmente sociosemiótica, colhendo influências da história da arte e da imagem, da iconologia e da psicologia da percepção bem como dos estudos visuais de gênero, analisamos alguns

exemplos do uso jornalístico de fotografias destas deputadas. Partindo destes instrumentos metodológicos, esta análise propõe uma interpretação possível dos sentidos destas imagens, tal como parecem ser construídos pela conjugação de textos e imagens nos jornais, e como podem ir ao encontro de uma mais vasta tradição de formas de representação de gênero, que lhe são anteriores e por vezes inconscientes mas que, sem dúvida, permitem um maior desvendamento dos seus códigos e do seu funcionamento. Estas associações a estereótipos de representação surgem, neste trabalho, como propostas de reflexão sobre uma possível genealogia destas fotografias.

A análise a que chegamos demonstrou que a deputada comunista é representada em ação, com gestos de frontalidade e protesto, e em situações de liderança. Porém, as fotografias escolhidas mostram-na, invariavelmente, em poses que tornam quase caricaturais aquelas qualidades, que à partida seriam as adequadas ao exercício das suas funções. Para além da gestualidade, os textos, em que é quase sempre sujeito da ação, introduzem elementos de interpretação contraditória que acabam por desqualificar a deputada comunista (como o epíteto “pró-aborto”, na legenda da Figura 4). Surge como uma “mulher de armas” – algo masculinizada –, um quadro de sentidos que a apresenta como uma figura problemática, contraditória e incerta. Tal como concluem Paxton e Hughes, sempre que as mulheres seguem um caminho de aproximação a valores tidos por masculinos, tendem a ser menos bem aceitas. No entanto, as suas qualidades de oradora combativa granjearam-lhe grande presença na mídia, mas quase sempre com um sentido caricatural e por vezes, até grotesco.

Ao contrário, a deputada conservadora Maria José Nogueira Pinto é efetivamente a detentora do cargo formal de líder parlamentar da sua bancada e uma das deputadas mais ativas do Parlamento. Apesar disso, as suas fotografias não a mostram combativa nem em ação. São sobretudo imagens conceptuais

(KRESS; VAN LEEUWEN), centrando-se nas suas qualidades essenciais, associadas à feminilidade, na pose, no gesto, na interpelação do espectador. As legendas dos exemplos escolhidos, situam-na como sujeito da ação, mas, ao contrário do que sucede com Odete Santos, sem ambiguidade (embora isso também suceda em outros exemplos⁷⁴). Em geral, a sua frontalidade não é evidenciada nas fotografias, que a mostram conciliadora e pouco assertiva. Também é mais frequente surgir isolada e sem reatores representados, algo importante na representação da liderança. Como se costuma dizer, numa expressão popular, ela poderá até ser “chefe... mas pouco”. O que é curioso é que esta maior associação aos valores do seu gênero, conduzem-na a uma representação fotográfica que tende a ser mais séria do que a da deputada comunista.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, C. Ética Feminista e a interrogação do Espaço Público Universalista. **Media & Jornalismo**, v.18, n.15, p.55-67, out./inver., 1986.

AMÂNCIO, L. **Masculino e feminino**: a construção social da diferença. Porto: Afrontamento, 1994.

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção Visual**: Uma Psicologia da Visão Criadora. 12. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1998. (Versão original de 1954, aumentada em 1974).

BAPTISTA, Carla. **Apogeu Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses**: Do Século XIX ao Marcelismo. Lisboa: Escritório Editora, 2012.

74 Veja-se nosso artigo Cabrera, Flores e Martins (2011).

BARTHES, R. A mensagem publicitária. In: **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987. (1. edição 1963).

_____. Retórica da imagem. In: **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1987. (1. edição 1964).

_____. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70, 1984b. (1. edição 1957).

BERGER, P. **Modos de Ver**. Lisboa: Edições 70, 1982. (1. edição original Penguin Books, 1972).

BESSE, M. G. As “Novas Cartas Portuguesas” e a contestação do poder patriarcal. **Revista Latitudes**, n.26, p.16-20, abr., 2006.

BURCH, N. **Práxis do Cinema**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CABRERA, A.; FLORES, T. M.; MARTINS, C. Representações midiáticas das deputadas portuguesas: o “caso” do Parlamento Paritário. **Brazilian Journalism Research**, v.7, n.II, p.75-93, 2011.

_____; _____. MATA, M. J. O feminino como “intruso” na política: uma análise do contexto histórico e da representação fotojornalística das deputadas portuguesas no parlamento paritário e nas discussões da lei da paridade. **Revista Media e Jornalismo**, v.11, n.21, 2012, edição especial on-line, <http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaajornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista>.

_____; _____. MARTINS, C.; MATA, M. J. Do Parlamento para os jornais: reflexos mediáticos dos debates da IVG em 20 anos de democracia portuguesa. In: **Pesquisa em Media e Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina**. LabCom 2012, cap. VII, p.159-201, 2012. Disponível em: <http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaajornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista>.

CAMPS, V. La visibilidad de la mujer en el siglo XXI. **Revista Media & Jornalismo**, v.11, n.21, p.13-23, jun., 2012. Disponível em:< http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaajornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numeroda-revista>.

COOK, K. S; WHITMEYER, J. M. Two Approaches to Social Structure: Exchange Theory and Network Analysis. **Annual Review of Sociology**, v. 18, p. 109-127, 1992.

COVA, A.; PINTO, A. C. O salazarismo e as mulheres uma abordagem comparativa. **Penélope**, n.17, p.71-94, 1997.

DA VINCI, L. **Tratado de Pintura**. Madrid: Akal Edições (1490-1517), 2004.

DELEUZE, G. **Cinema 2: L'Image-Temps**. Paris: Minuit, 1985.

FERREIRA, A. M. Desigualdades de género no actual sistema educativo português. Sua influência no mercado de emprego. In: JOAQUIM, T.; GALHARDO, A. (org.). **Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal**. Lisboa: Celta Editores, 2003, p.97-109.

FOSTER, H. **Vision and Visuality**. NY: The New Press, 1985.

HALLIDAY, M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

LUCKMANN, T.; BERGER, P. **A Construção Social da Realidade**. Lisboa: Almeida, 2010. (1ª edição de 1967).

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. 2nd Edition. London: Routledge, 2006.

MARNER, T. S. J. **A Realização Cinematográfica**. Lisboa: Edições 70, s/d.

MARTINS, C. Manuela Ferreira Leite. Perfil mediático de uma candidata a primeira-ministra. In: FIGUEIRAS, R. (coord.). **Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas**. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 191-222, 2012.

MONTEIRO, R., **A Emergência do Feminismo de Estado em Portugal**: Uma História da Criação da Comissão da Condição Feminina, Lisboa: CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010

NOCHLIN, L. **Representing Women**. Londres: Thames and Hudson, 1999.

NORRIS, P. (ed.). **Women, Media, and Politics**. New York: Oxford University Press, 1997.

PAGE, B. I. The Mass Media as Political Actor. **Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20-24, mar., 1996.

PAIXÃO, P. A. H. **Desenho**: A Transparência dos Signos. Lisbon: Assure & Alvim, 2008.

PANOFSKY, E. **Estudos de Iconologia**: Temas Humanísticos na Arte do Renascimento. Lisbon: Editorial Estamwa, 1995.

PAXTON, P.; HUGHES, M. M. **Women, Politics and Power**: A Global Perspective. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Pine Forge Press/ Sage, 2007.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

PHIPPS, A. Re-inscribing gender binareis: Deconstructing the dominante discourse around Women's equality In Science, engeneering and Technology. **The Sociological Review**, v.55, n. 4, p.768-787, 2007.

PRATA, A. Look who's talking – A case study of media representation and framing no the abortion issue by portuguese MP's (1996-1998). **Revista Media & Jornalismo**, v.11, n. 21, n. especial on-line, p. 129-143, 2012.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Lisboa: Dom Quixote (1916), 1978.

SCHOUTEN, M. J. **Uma Sociologia do Género**. Famalicão: Edições Húmus, 2011.

SREBERNY, A.; VAN ZOONEN, L. (ed.). **Gender, Politics and Communication**. Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc, 2000.

SILVEIRINHA, M. J. **Os Media e as Mulheres**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

_____. **O discurso feminista e os estudos dos media**: em busca da ligação necessária. 2008. Disponível em:< <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>>.

_____. De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. **Media & Jornalismo**, v. 8, n.15, p. 7-11, out./inv., 2009.

SOLOMON- GODEAU, A. **Male Trouble**: A crisis in Representation. London and New York: Thames and Hudson, 1997.

ROSS, K.; SREBERNY, A. Women in the House: Media Representations of British Politicians. In: SREBERNY, A.; VAN ZOONEN, L. (ed.). **Gender, Politics and Communication**. Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., p.79-100, 2000.

_____. **Women Politicians and Malestream Media**: a game of two sides. Centre for Advancement of Women in Politics. Ocsasional paper, 1, 2003.

_____. **Gendered media**: women, men, and identity politics. Rowman & Littlefield, 2010.

TAVARES, M. **Feminismos**: percursos e desafios (1947-2007). Lisboa: Texto Editores, 2011.

_____. Políticas neoliberais e participação política e social das mulheres. Fórum Social Português. **Conferência:** As políticas neoliberais e a degradação da democracia 7 de Junho de 2003.

VICENTE, A. **20 anos ao serviço da Igualdade.** Presidência do Conselho de Ministros. Alto-comissário para as Questões da Igualdade e da Família, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher. Lisboa, 1997.

WAHL-JORGENSEN, K. Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992. In: SREBERNY, A.; VAN ZOONEN, L. (ed.). **Gender, Politics and Communication.** Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., 2000, p.53-78.

WEBER, M. **Sociologia** (Gabriel Cohn org.). São Paulo: Ática, 1982.

O telejornal na divulgação de questões pertinentes à Lei 11.340/2006 – Maria da Penha

*Luana Márcia de Oliveira Billerbeck
Caroline Loures Ogg
Juliandre Capri*

Introdução

São muitos os avanços alcançados pelas mulheres no que tange à igualdade de gênero na sociedade brasileira. A Lei 11.340/2006 – Maria da Penha, sancionada em 2006, é uma grande conquista, pois os mecanismos preventivos e coibitivos da Lei são ações desenvolvidas para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, nas formas psicológica, física, moral, patrimonial e sexual. De fato, estas são atitudes que ferem, intimidam e aterrorizam não apenas as mulheres, mas a família toda.

Partindo do pressuposto de que a Lei 11.340/2006, em seu art. 8º - III- enfatiza o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar [...], o presente artigo visa contribuir para a análise da ênfase atribuída nas matérias do telejornal cujo foco são questões pertinentes à violência doméstica e familiar contra a mulher amparada pela Lei 11.340, Lei Maria da Penha.

O texto está organizado em quatro tópicos. O primeiro aborda a Lei 11.340/06 e seus mecanismos de combate e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O segundo apresenta a mídia com enfoque em considerações sobre o telejornal. O terceiro sistematiza e analisa o material coletado para a pesquisa, sendo as matérias que se enquadraram no objeto do referente estudo. Finalmente, o quarto tópico tece considerações finais sobre a presente pesquisa.

A Lei 11.340/06 e seus mecanismos de combate à violência doméstica e familiar

Promulgada em 07 de agosto de 2006, a Lei 11.340/06 - Maria da Penha busca equilibrar a desigualdade de gênero, decorrente de fatores culturais, sociais, psicossociais, entre outros. A Lei possui este nome para homenagear Maria da Penha Maia Fernandes, que muito contribuiu na busca por atenção internacional e apoio governamental para que se observasse a importância de maior proteção e resguardo da integridade da mulher no ambiente familiar. Ela é um grande marco de combate à violência contra a mulher, pois as agressões sofridas e as tentativas de homicídio acarretaram à sua saúde sequelas irreversíveis, como a paraplegia. Baseada em sua própria experiência, Maria da Penha escreveu obras que contribuíram de inúmeras formas para chegar-se então à Lei 11.340/06.

A Lei 11.340/06 (BRASIL Lei Maria da Penha, 2012, p.18) define violência doméstica e familiar contra a mulher, em seu artigo quinto, como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Precisamente, a vítima e o agressor devem manter ou ter mantido um vínculo de natureza familiar, doméstica ou de afetividade. Quanto à violência entre mulheres que dispõem de uma relação homoafetiva, a agressora da vítima responderá da mesma forma como qualquer outro sujeito ativo.

Um dos grandes intuitos da Lei é o de resguardar os direitos das mulheres vítimas ou que possam vir a ser vítimas de violência

doméstica e familiar, garantindo para estas um lar seguro, sem violência, com respeito mútuo entre os que habitam e frequentam esse ambiente.

A Lei dispõe sobre os mecanismos de defesa e proteção à vítima garantindo-lhe o direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, acesso à justiça, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária e condições para o exercício desses direitos, sendo assegurado o direito de viver sem violência e preservada sua saúde física, mental, moral, intelectual e social.

Ainda no sentido preventivo da Lei, esta prevê a articulação de órgãos governamentais e não governamentais, que através de estudos, pesquisas, estatísticas, realização de campanhas educativas, criação de políticas públicas, qualificação no atendimento às vítimas de violência, e demais suportes necessários para o combate deste crime que avilta mulheres de todas as classes sociais.

Todas essas medidas, a fim de prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, incluem a interação de diversos setores, um deles é a mídia – aqui especificamente o telejornal, que pode auxiliar através da divulgação das políticas públicas de auxílio, das medidas protetivas à mulher e tudo que possa colaborar na educação de toda a sociedade.

Mídia: algumas considerações sobre o telejornal

O significado de mídia segundo o dicionário Aurélio (2013) “é qualquer suporte de difusão de informações que constitua um meio de expressão [...] capaz de transmitir uma mensagem a um grupo [...]”. Ao que se refere à Sociedade Federativa Brasileira (2013):

A mídia é uma expressão usada para designar os principais veículos de um determinado sistema de comunicação social, considerando os setores

tradicionais – Emissoras de Rádio e TVs, Jornais, Revistas e agora a Internet, a grande mídia internacional.

Entende-se que a mídia engloba um conjunto de meios de comunicação que visam à divulgação e/ou transmissão de notícias, sejam estas em suportes diversos. “A mídia, particularmente a televisão, na sua função explícita, surge como rede informativa e de lazer” (SOUZA, 2003, p.84). Barreto (2008, p.42) explica que:

A televisão é um dos fenômenos sociais e culturais mais importantes da história da humanidade. Mesmo com o advento da Internet, nenhum outro meio de comunicação tem ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, com o mesmo poder de fascinação e de penetração.

Compreende-se que mesmo com a invenção de outros meios de comunicação, a TV ainda é muito assistida e difundida. Entretanto, de acordo com Souza (2003, p.85), as narrativas apresentadas são recortadas e definidas a partir de critérios adotados pelas emissoras de televisão, de modo que:

Esse processo acontece, pois o discurso televisivo assume para o sujeito o papel de portador de significados ao veicular imagens e discursos construídos acerca dessas imagens, ou seja, a interpretação oferecida acerca de uma situação vem corroborada pela verdade das imagens, dificultando a possibilidade de construção de outros enunciados sobre elas.

Percebe-se que o processo do discurso televisivo exposto por Souza (2003, p.85) é bastante perceptível nos telejornais. Este “[...] oferece ao telespectador a ilusão de que ele se vincula a inúmeras pessoas através do seu acesso a informações sobre as mais variadas situações.”

De maneira que se a comunicação é um direito do cidadão, isso apresenta a necessidade de produção e a divulgação de informações sobre possíveis impactos na vida social, através da escuta de todos os setores, como forma de contemplar o debate pela perspectiva de seus interesses. (MOTA, 2004).

Sobretudo, é necessário abordar que as matérias elaboradas e transmitidas pelos telejornais não seguem uma regra única, mesmo a emissora tendo uma equipe central de âmbito nacional, as equipes regionais (afiliadas) são responsáveis pela divulgação das notícias locais. Assim, Bergamo (2006, p.319) enfatiza que:

Cada uma dessas afiliadas reproduz, em menor escala, a hierarquia própria da área, com claras distinções entre os âncoras e os repórteres dos jornais regionais [...], ou mesmo entre jornalismo local, nacional e internacional. Além disso, verifica-se uma hierarquia centralizada em torno do jornalismo de rede nacional, ao qual as emissoras regionais devem submeter-se.

Torna-se mais visível essa hierarquia quando uma notícia é veiculada em rede nacional, isto é possível a partir do acordo estabelecido entre as emissoras afiliadas com o jornalismo central. No que tange ao jornalista, este(a) também cumpre regras, pois é vinculado(a) à emissora e segue sua orientação editorial. Entretanto, o Código de Ética do Jornalista (2007, p.01) direciona a atuação dos profissionais da área:

Art. 6º É dever do jornalista:

- I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

O art. 6º do Código de Ética recorre à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), neste encontra-se o “Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.” No entanto, sabe-se que o tratamento degradante é uma violação dos direitos humanos e infelizmente está presente em nossa sociedade. Um fato consistente é a violência doméstica e familiar contra a mulher, mesmo com o amparo da Lei 11.340/06, muitas mulheres são submetidas a esta transgressão.

De fato, a busca pelo combate e prevenção desta chaga social deve mobilizar a sociedade toda, a mídia, especificamente o telejornalismo, que pode exercer forte influência neste processo, pois conforme Souza (2003, p.86):

A televisão, ainda, em virtude da sua abrangência e do fato de trabalhar com o som e a imagem associados, vem dar conta da demanda pela informação e pelo contato com o outro, realizando a mediação entre o espaço público e o privado e entre o sujeito e o mundo.

Souza enfatiza sobre a abrangência que a televisão possui, pois este meio de comunicação é um veículo de informação que se encontra nas mais distintas classes sociais. Neste sentido, todo o suporte de combate e prevenção da violência contra a mulher por parte da mídia, aqui especificamente o telejornal, será um passo dado em busca da consolidação de direitos das mulheres.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é, essencialmente, de cunho qualitativo, do mesmo modo que se compreendeu também a necessidade dos estudos estatísticos para a percepção do enfoque dado pela mídia ao que se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher.

De tal forma, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa possibilita indagar, analisar e compreender determinadas características da realidade vivenciada por pessoas e grupos sociais.

Entende-se que a pesquisa qualitativa é voltada para a compreensão da particularidade de fatos presentes na realidade. Nesse aspecto, como instrumento de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que embasa todo o processo de estudo, no intuito de pesquisar e conhecer, através de livros, artigos científicos entre outros materiais, o que os autores ressaltam sobre nosso objeto de estudo.

Já na investigação documental, as fontes essenciais foram as matérias jornalísticas elaboradas e transmitidas pelo telejornal Paraná TV 1ª edição da emissora RPCTV, afiliada à Rede Globo. As matérias selecionadas são aquelas abrangidas pela Lei Maria da Penha, na qual a vítima mantém ou mantinha algum vínculo com o agressor(a). Delimitou-se o estudo ao período de agosto de 2012 a janeiro de 2013, por se tratar de um período recente. A elaboração estatística tem como variáveis “prevenção e coibição”; e “formas de violência” apresentadas nas matérias jornalísticas.

Após a coleta de dados por meio dos métodos citados anteriormente, o próximo passo foi a análise dos resultados obtidos, através da análise de conteúdo que Bardin (1977, p.42) expõe sendo:

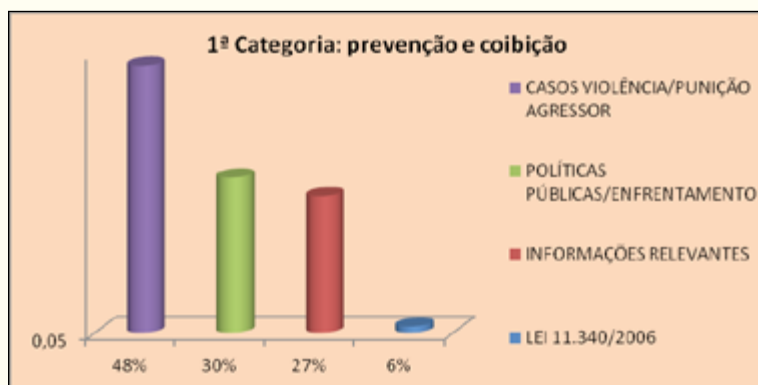
[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Tendo realizada a análise, a próxima etapa foi a interpretação destas, que [...] “tem como objetivo a procura do sentido mais

amplo das respostas o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.” (GIL, 1999, p. 168). Deste modo, aproxima-se da realidade estudada.

Análise dos resultados

No gráfico abaixo, foram selecionadas as matérias que exibem conteúdos de incentivo, promoção e reabilitação da mulher que sofreu ou se encontra em situação de violência doméstica e familiar. Posto que, neste grupo, o destaque são as situações de violência acompanhadas pela punição do autor do crime (48%).



Inegavelmente, a sociedade enquanto telespectadora demonstra um sentimento de justiça, expresso no desejo de ver o autor dos fatos punido. De fato, esta é uma resposta social a partir do impacto causado em resposta às etapas de construção e de manutenção continuada a partir de suas interações.

Outro viés são as matérias que tratam das políticas públicas (30%) disponíveis na forma de serviços curativos e/ou preventivos de atenção à vítima de violência, como a divulgação de endereços e telefones úteis – Delegacia de Defesa da Mulher; Polícia Militar; Polícia Civil, Hospitais e Pronto-atendimento da região.

No entanto, constatou-se que pouco se mostra a respeito das ações desenvolvidas, se existe integração entre ações governamentais e não governamentais, se são abrangentes e/ou realizadas de forma isolada, a situação dos recursos destinados para essas, entre outras abordagens.

A Lei 11.340/06 prioriza políticas públicas direcionadas a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, porém a Lei recomenda articulação entre as mesmas, envolvendo o Distrito Federal, os estados, municípios e abrangendo a esfera não governamental.

Quanto a “Informações relevantes” (27%), são orientações apresentadas à sociedade, que aparecem através de dados estatísticos principalmente regionais, municipais, comparando anos, meses anteriores se houve um aumento ou redução de boletins de ocorrências, as formas de violências cometidas, entre outros. Também a realização de entrevistas direcionadas a profissionais da área, delegados, agentes policiais, psicólogos, secretários municipais, que em meio à matéria orientam as vítimas sobre as atitudes a serem realizadas no combate e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Entretanto, observa-se que menos da metade do total (27%) de reportagens apresentam “Informações relevantes” aos telespectadores.

Semelhantemente, a divulgação da Lei Maria da Penha – 11.340, que estando vigente desde 2006, pouco é mencionada; apenas 6%, em números reais, o que equivale dizer que duas em trinta e três matérias mencionaram a Lei. A Lei 11.340/06 tem por diretriz “III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar [...]” (BRASIL Lei Maria da Penha, 2012, p.19).

Pode-se afirmar que a Lei tem os meios de comunicação como um agente de apoio no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, o que falta é a divulgação

do seu conteúdo, de maneira que possa ser entendida por todas as pessoas, inclusive as vítimas de violência doméstica e familiar, pois é importante a sociedade conhecer este mecanismo que defende os direitos da mulher.



O segundo gráfico aborda as formas de violência mais expostas no telejornal Paraná TV no período. Constatou-se que 81% se referem à forma física, que se dividiu entre homicídio (63%) e tentativa de homicídio (37%). Na sequência aparece o cárcere privado 12% e por último a violência sexual (6%).

Ao recorrer à Lei Maria da Penha, esta enfatiza cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher – psicológica, moral, física, sexual e patrimonial. Entretanto, a violência psicológica, moral e patrimonial não foram o foco das matérias em relação ao período pesquisado.

Percebe-se que as situações de violações contra a mulher foram exibidas no telejornal quando ocorreram casos reais de violência, principalmente crimes com extrema crueldade, e em especial se a agressão foi cometida com motivação passional. Ainda as coberturas são acríticas, grande parte delas superficial e pouco investigativa. Assim compreende-se que o problema não é a falta de cobertura, mas de contextualização e problematização em parte das matérias pesquisadas.

Considerações finais

A partir das pesquisas e estudos realizados, pode-se observar a importância da divulgação da Lei Maria da Penha, uma vez que a divulgação é um mecanismo de coibição, prevenção e punição da violência doméstica e familiar contra a mulher já previsto na Lei.

A mídia televisiva, em especial a de cunho jornalístico, é uma grande ferramenta para divulgação da Lei, uma vez que ela é capaz de entrar nos lares mais humildes e nos de melhores condições, ao mesmo tempo, sendo possível a divulgação de informações para pessoas de muito ou pouco conhecimento sobre o tema.

É sensível e significativa a divulgação dos casos de mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica e familiar, sendo que o percentual mais alto se refere à divulgação desses casos. Aliado a essas informações, mesmo que ainda precariamente, o telejornal contribuiu no sentido preventivo da lei, mostrando os trabalhos desenvolvidos por diversos órgãos no sentido de combater essa violência.

Assim, apesar da complexidade que envolve o problema da violência contra a mulher, caminha-se para seu combate e prevenção. Neste sentido, é extremamente relevante o papel da mídia enquanto agente divulgador dos mecanismos que aborda a Lei 11.340/06 para a superação da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ABRIGO OFERECE segurança a mulheres vítimas de violência e ameaças. Disponível em:< <http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/abrigo-oferece-seguranca-a-mulheres-vitimas-de-violencia-e-ameacas/2367358/>>.

ANÁLISE DE objetos do casal pode determinar a motivação do crime na Gleba Palhano. Disponível em:< <http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/analise-de-objetos-do-casal-pode-determinar-a-motivacao-do-crime-na-gleba-palhano/2209659/>>.

AURÉLIO, Dicionário on-line. **Significado:** mídia. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Midia.html>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70 ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, R. G.; GUIMARÃES, G. Linguagens na TV. **Educ. rev.** [online]. Belo Horizonte, n.47, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BERGAMO, A. Imitação da ordem: as pesquisas sobre televisão no Brasil. **Tempo soc.** [online], São Paulo, v.18, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006, conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

COMPANHEIRO É principal suspeito por morte de veterinária em Guarapuava. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/companheiro-e-principal-suspeito-por-morte-de-veterinaria-em-guarapuava/2368890/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CONDENADO RAPAZ acusado de matar professora. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/condenado-rapaz-acusado-de-matar-professora/2182216/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DELEGACIA DA mulher fez 10 mil atendimentos em 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/delegacia-da-mulher-fez-10-mil-atendimentos-em-2012/2373740/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

EX-NAMORADO que atirou em professora é preso em Santa Catarina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/ex-namorado-que-atirou-em-professora-e-preso-em-santa-catarina/2211494/>>.

FAMILIARES DO casal encontrado morto na Gleba Palhano prestam depoimento. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/familiares-do-casal-encontrado-morto-na-gleba-palhano-prestam-depoimento/2215843/>>.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HOMEM ACUSADO de matar ex-mulher é preso em Foz. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-acusado-de-matar-ex-mulher-e-preso-em-foz/2229698/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HOMEM ACUSADO de matar pai, sogra, mulher e filhos é preso. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-acusado-de-matar-pai-sogra-mulher-e-filhos-e-preso/2339889/>>.

HOMEM É suspeito de jogar soda caustica na enteada. Disponível em <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-e-suspeito-de-jogar-soda-caustica-na-enteada/2090548/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HOMEM MANTÉM agora apenas a ex-mulher refém. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-mantem-agora-apenas-a-ex-mulher-refem/2339924/>>.

HOMEM MANTÉM família da ex-mulher refém em Joaquim Távora. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-mantem-familia-da-ex-mulher-refem-em-joaquim-tavora/2337439/>>.

HOMEM MANTÉM reféns ex-mulher e mais três pessoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-mantem-refens-ex-mulher-e-mais-tres-pessoas/2337419/>>.

HOMEM MATA ex-mulher na frente da filha do casal na zona norte de Londrina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-mata-ex-mulher-na-frente-da-filha-do-casal-na-zona-norte-de-londrina/2083023/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HOMEM QUE atacou a ex-namorada se apresenta à polícia. Disponível em: <<http://http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-que-atacou-a-ex-namorada-se-apresenta-a-policia/2216253/>>.

HOMEM QUE vivia isolado escondia uma vida de crimes. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/homem-que-vivia-isolado-escondida-uma-vida-de-crimes/2339781/>>.

JÚSTICA TIRA a guarda de mãe que teve a filha atingida por soda caustica. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/justica-tira-a-guarda-de-mae-que-teve-a-filha-atingida-por-soda-caustica/2092451/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LAVORENTI, W. **Violência e discriminação contra a mulher**: tratados internacionais de proteção e o direito penal brasileiro. Campinas, São Paulo: Millenium Editora, 2009.

MARIDO MATA mulher a facadas em Curitiba. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/marido-mata-mulher-a-facadas-em-curitiba/2378051/>>.

MOTA, R. Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**[online], Curitiba, n.22, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100007&lng=pt&nrm=isso&+tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MULHER CONTA como ex-marido mudou de comportamento após separação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/mulher-conta-como-ex-marido-mudou-de-comportamento-apos-separacao/2367281/>>.

MULHER DE 62 anos é assassinada pelo namorado em Ponta Grossa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/mulher-de-62-anos-e-assassinada-pelo-namorado-em-ponta-grossa/2357872/>>.

MULHER É encontrada esfaqueada dentro de carro capotado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/mulher-e-encontrada-esfaqueada-dentro-de-carro-capotado/2165903>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MULHER É violentada a mando do ex-marido. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/mulher-e-violentada-a-mando-do-ex-marido/2364827/>>.

NOVA SECRETARIA da mulher faz levantamentos para estabelecer prioridades. Disponível em:< <http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/nova-secretaria-da-mulher-faz-levantamentos-para-estabelecer-prioridades/2327144/>>.

OPERAÇÃO PRENDE acusados de violência contra mulher. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/operacao-prende-acusados-de-violencia-contra-mulher/2239559/>>.

PAI ATIRA na filha de 10 anos, ele é usuário de drogas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/pai-atira-na-filha-de-10-anos-ele-e-usuario-de-drogas/2213961/>>.

PERÍCIA DIZ que empresário deu 2 tiros na mulher antes de se matar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/jovem-esfaqueada-ao-sair-do-trabalho-conversa-com-equipe-do-paranativ/2214148/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PM APOSENTADO é preso depois de agredir a esposa. Disponível em:<<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/pm-aposentado-e-preso-depois-de-agredir-a-esposa/2181835/>>.

POLÍCIA CIVIL procura ex-namorado de garota que foi esfaqueada ao sair do trabalho. Disponível em:<<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/policia-civil-procura-ex-namorado-de-garota-que-foi-esfaqueada-ao-sair-do-trabalho/2211510/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

POLÍCIA VAI ouvir testemunhas para tentar desvendar a morte de casal de Londrina. Disponível em:<<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/policia-vai-ouvir-testemunhas-para-tentar-desvendar-a-morte-de-casal-de-londrina/2207693/>>.

PSICÓLOGO ANALISA casos de ex-namorados que agredem mulheres. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/psicologo-analisa-casos-de-ex-namorados-que-agridem-mulheres/2214124/>>.

SEQUESTRADOR MANTÉM apenas a ex-mulher refém em Joaquim Távora, negociação continua. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-1edicao/t/edicoes/v/sequestrador-mantem-apenas-a-ex-mulher-refem-em-joaquim-tavora-negociacao-continua/2339867/>>.

SOCIEDADE FEDERATIVA BRASILEIRA – SFB. **O que é mídia?** Disponível em: <http://www.sfbbrasil.org/midia_o_que_e.htm>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SOUZA. M. de. Televisão, Violência e Efeitos Midiáticos. **Psicologia Ciência e Profissão**. [online], Brasília, v.23, n.4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VAI A julgamento homem acusado de matar professora. Disponível em:< <http://g1.globo.com/videos/parana/paranatv-1edicao/t/edicoes/v/vai-a-julgamento-homem-acusado-de-matar-professora/2180314>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Concepções acerca dos papéis femininos presentes em processos-crime de sedução na cidade de Ponta Grossa entre os anos 1968 a 1971

*Solange da Silva Pinto
Myriam Janet Sacchelli*

Introdução

Segundo Matos (2000), a maior participação feminina nos escritos acadêmicos – devido à ascensão da história cultural, a preocupação com uma história popular, que retratasse a participação de sujeitos comuns na história, as novas fontes que passaram a ser utilizadas, à gradual inserção da mulher no mercado de trabalho e nas universidades, as constantes manifestações em prol da igualdade e liberdade femininas – abriu trilhas renovadoras, recuperando falas e versões de sujeitos, entre estes, as mulheres, que nunca tiveram oportunidade de contar sua própria história.

A partir da análise de processos crime de sedução das décadas de 1960 e 1970, procurou-se recuperar a participação das mulheres no processo histórico enquanto sujeitos ativos, questionando as imagens femininas de passividade, docilidade e submissão, ligadas apenas ao espaço do lar. Independentemente dos discursos sobre o ideal feminino, presentes nos processos-crime, as mulheres mostraram sua presença nas ruas, nos espaços de lazer e de trabalho, e muitas foram as que transgrediram

os valores alardeados como corretos para as mulheres do período, colaborando, dessa forma, na construção de novos comportamentos.

Matos (2000), ao trabalhar com a categoria gênero, destaca que os perfis de comportamento feminino e masculino são determinados em função um do outro, visto que se constituíram social, cultural e historicamente em um momento, local e cultura determinados.

Segundo Torráo Filho (2005), a partir dos estudos de gênero é possível perceber a organização concreta e simbólica da vida social, assim como as conexões de poder nas relações entre os sexos. O seu estudo é um meio de decodificar e de compreender relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Partindo da perspectiva de gênero como categoria analítica, pretende-se abordar a questão da sexualidade feminina e os padrões morais existentes na sociedade da época que contribuíam para a produção de um perfil feminino ideal.

A virgindade da mulher foi sempre um fator que gerou inúmeras discussões. Ainda hoje é possível perceber discursos sobre o comportamento feminino no que se refere à sua sexualidade. A escolha do tema a ser estudado “Crimes de sedução entre os anos 1968 a 1971 em Ponta Grossa” deve-se ao fato das mudanças ocorridas nestas décadas no tocante à discussão dos papéis femininos tradicionais e suas implicações nas relações sociais e amorosas. Devido ao grande número de autos criminais de sedução nas décadas de 1960 e 1970 e diante da impossibilidade de se trabalhar com todos nesta pesquisa, optou-se por analisar os processos encontrados entre os anos 1968 a 1971, período em que houve um aumento da propagação das ideias feministas no país e discussão do papel social da mulher.

Os conceitos de representação e imaginário social e sua influência nos comportamentos de homens e mulheres ao longo do tempo

Quando o paradigma da razão vai sendo deixado de lado e as fronteiras do conhecimento vão sendo ampliadas, novos objetos de pesquisa como cultura popular, mentalidades, resistências cotidianas ao poder instituído, representações coletivas traduzidas na arte, literatura, ritos, entre outros, vão sendo incorporados aos temas de estudos históricos, utilizando-se largamente o conceito de representação e de imaginário para a compreensão da vida social, econômica, política e cultural.

Baczko (1985) afirma que o imaginário social baseia-se e opera através dos sistemas simbólicos, os quais são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, dos seus desejos, aspirações e motivações. É uma das forças reguladoras da vida coletiva, designando identidades, elaborando determinadas representações de si, estabelecendo e distribuindo papéis e posições sociais, exprimindo e impondo crenças comuns e assim construindo regras de conduta.

Segundo Pesavento (1995, p. 15), “enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente”. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Observa-se, aqui, a ligação existente entre os conceitos de imaginário e representação.

Em síntese, pode-se afirmar que o imaginário é um sistema de representações construídas coletivamente, capazes de dar sentido aos múltiplos aspectos da realidade, criando condições para que os indivíduos identifiquem-se não somente a si próprios, mas também aos outros. Através dele, torna-se possível aos indivíduos expressarem seus valores e crenças, definindo seus papéis e posições no meio em que vivem. Desse modo, pode ser utilizado como mantenedor de uma ideologia, um elemento que valida um determinado “*status quo*”, como pode ser, também, um agente transformador da realidade.

Já o conceito de representação possibilita trabalhar com as percepções da realidade, as divisões do mundo social, possibilitando identificar as diferentes visões de mundo dos diversos grupos sociais existentes.

De acordo com Moscovici (1978), a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Essas representações sociais não o são somente por serem partilhadas socialmente, mas também porque contribuem para a orientação das práticas sociais.

Richard Sennet (1998), em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, analisa a história das palavras público e privado na Inglaterra e na França, bem como o surgimento no século XVIII de espaços de sociabilidades que puderam ser percebidos nas pequenas cidades, em locais como cafés e teatros, e posteriormente, esta sociabilidade pode ser vista também em bares, ruas e praças. Neste mundo cultural, “ditado” por realizações que definiam o homem como ser social, era preciso ter cuidado com os modos de comportar-se, estar atento às representações sobre o ser homem e ser mulher.

O espaço privado representava o espaço da subjetividade, da esfera íntima familiar. Já o público era o lugar onde se realizavam as criações humanas. No século XIX, devido às transformações sociais e econômicas, as fronteiras entre público e privado tornaram-se menos dicotomizadas. Entretanto, permaneceram as representações diferenciadas dos papéis masculinos e femininos na esfera pública. O espaço público poderia apresentar perigo às virtudes da mulher, pois era nessa esfera que ela poderia “perder-se”. Era preciso ser discreta, ter gestos contidos para não serem confundidas com as mulheres de vida fácil. Desse modo, para as mulheres, público e desgraça estavam associados. Entretanto, para os homens o público era o espaço da liberdade, em que poderia se libertar das características de respeitabilidade que deveria apresentar perante a família.

Apesar da divisão entre espaço público e privado tornarem-se menos demarcadas à medida que o público deixou apenas de ser um espaço político e o privado perdeu seu caráter de privação, a divisão das esferas pública/homem, privada/mulher perdurou no imaginário social por um longo tempo.

Segundo Foucault (1999), as práticas repressivas, ao longo do tempo, fizeram com que o homem acabasse negando a sua natureza e passasse a encarar sua sexualidade como algo “sujo”, imoral, que deveria ser reprimido. O homem, portanto, passa a agir conforme os interesses da sociedade. Esta violência simbólica, nos ajuda a compreender como a relação de dominação é sempre estabelecida de forma que se pareça uma diferença de ordem natural e irredutível, e não como algo construído historicamente pelos que detém o poder. No caso do sexo feminino, esta repressão adquire uma força muito maior, cabendo à mulher apenas cumprir o papel que a sociedade espera dela: boa mãe e esposa dedicada ao marido.

Ao trabalhar com os processos-crime de sedução é possível vislumbrar alguns aspectos que nos ajudam a ter uma visão mais ampla sobre a condição social da mulher no período estudado, como os padrões morais vigentes, a maneira como os indivíduos lidavam com a noção de honra no seu cotidiano, o imaginário coletivo⁷⁵ acerca do “ser homem” e “ser mulher”. O comportamento dos homens e mulheres está relacionado com esse imaginário, que dá sentido às práticas sociais. Pautando-se nessa abordagem, a análise dos crimes de sedução torna-se viável, pois, os depoimentos e também os juízos de valor presentes nas fontes apontam para algumas práticas sociais dos envolvidos.

75 Essencialmente, Pesavento (1995) considera o imaginário, enquanto sistema de ideias-imagens de representações coletivas, como sendo o “outro lado” do real. Segundo esta autora, o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, que acaba por normatizar condutas e pautar perfis adequados ao sistema.

As transformações sociais ocorridas na década de 1960

A década de 1960 pode ser caracterizada como a época dos anos rebeldes, do desejo de liberdade, da revolução estudantil, da contracultura. Tempo de guerra e da luta pela paz; da riqueza e da miséria; da repressão e da busca pela liberdade; de mobilizações contrárias ao colonialismo, de luta pelos direitos das minorias, de expressivo aumento demográfico e da pílula contraceptiva. Foi uma explosão da juventude que desejava mudar o mundo, em meio a uma fantástica efervescência social, política e cultural. Neste período se fortaleceram as lutas por direitos políticos, pela liberdade sexual e de expressão e pela igualdade entre os sexos. É neste cenário que ressurge o feminismo como movimento de massas, na forma de um grupo com grande condição para transformação da sociedade (HARBERT, 1992).

No Brasil, os tempos também foram de mudanças e de movimentos que determinaram radicalmente outros caminhos para o país, alguns com mais liberdade, outros, sob o controle direto da censura do Estado. No dia 31 de março de 1964 um fato marcante mudou os rumos da história no Brasil. Os militares tomaram o poder, deixando profundas marcas em toda a sociedade. Vários dispositivos legais suspenderam as liberdades democráticas e tornaram ilegais os partidos de oposição, os sindicatos e as associações de classe.

A partir de 1970, após anos de silêncio, marcados pelo clima de censura e repressão, as ruas das grandes cidades foram tomadas por diversos movimentos, que lutavam por liberdade e pelos seus direitos: das mulheres, trabalhistas, dos estudantes, dos homossexuais, dos negros... Foi significativa a presença de movimentos pelos direitos das chamadas “minorias”, que se organizaram e desenvolveram manifestações públicas, debates e congressos (HARBERT, 1992).

Neste contexto, destaca-se o avanço do movimento das mulheres, que lutaram pela sua emancipação econômica e

sexual, aumentando, desse modo, sua presença nos movimentos reivindicatórios. Passaram a desenvolver uma ação mais direta e organizada, contra a ditadura, luta por melhores condições de vida, dupla jornada, contra a discriminação social, política e econômica. Promoveram também discussões sobre sua sexualidade – controle da concepção, aborto e prazer sexual. O conservadorismo das leis, dos costumes e os casos concretos de violação dos direitos femininos ocorridos em seus próprios lares, no trabalho e nas ruas foram denunciados (TELES, 1993).

Todos esses debates, de certa forma, abalaram a estrutura tradicional de família, pois pretendiam a aceitação da homossexualidade, a possibilidade de divórcio, uma tecnologia que permitia à mulher se reproduzir sem depender diretamente de um parceiro, a liberdade de sentir prazer, de ter ou não filhos, entre outras reivindicações ligadas à saúde e sexualidade feminina.

A americanização da publicidade brasileira foi bastante significativa na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida. Passa-se a criar novas necessidades, incentivando cada vez mais o consumismo exacerbado. Os hábitos de higiene se transformaram, promovendo uma constante busca pela beleza, através de cosméticos, hidratantes, rejuvenescedores, pó compacto, batons, blush, entre outros. O modo de se vestir também apresentou mudanças, sendo as roupas fabricadas em larga escala e com a utilização de material sintético. As mulheres passaram a usar calças jeans, camisetas, minissaias, roupas mais básicas sem os laçarotes e babados característicos de outros tempos. Outra grande novidade foi mulheres fumando em público, escandalizando os setores mais conservadores da sociedade (MELLO, 1998).

Procurava-se, por meio da imprensa, passar à população uma imagem de progresso, de hábitos urbanos, de civilidade. Cançado (2002) nos remete à importância dos meios de comunicação como difusores de representações e narrativas, sendo considerado um

símbolo de progresso, verdade e neutralidade. Ribeiro (2004), por sua vez, destaca a importância dos meios de comunicação como forças modeladoras da vida coletiva, afirmando que esses meios são espaços privilegiados para a manipulação de informações e introdução de valores, ditando normas de comportamento.

Em Ponta Grossa, o jornal *Diário dos Campos* frequentemente trazia matérias revelando as grandes transformações que vinham acontecendo no espaço urbano, como por exemplo, esta nota revelando o grande número de veículos que circulavam pela cidade:

A cidade está crescendo e com ela os problemas de trânsito. Cidade grande, sem problemas de tráfego, não pode ser chamada assim. Reclamam de tudo, dos motoristas que andam devagar, dos que correm demais e dos que não correm. Pois devem reclamar justamente, dos que não correm e que não andam. Porque na metrópole, quem anda devagar nunca chega ao destino. E para dizer a verdade, comentava um motorista, Ponta Grossa até que não tem problema de trânsito. E o homem enxerga muito bem! (JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 dez.1971).

O jornal *Diário dos Campos*, além de trazer notícias diversas sobre economia, política, esportes, carta de leitores, notas policiais, entretenimento (cinema, horóscopo, receitas, dicas de beleza e decoração), dava grande destaque aos “acontecimentos sociais”. Eram frequentemente noticiadas no jornal *Diário dos Campos* as programações dos diversos clubes sociais existentes na cidade, como o Clube Pontagrossense, América, Sociedade Polonesa Renascença, Clube Guaíra, Danth Alighieri, Clube Recreativo Vasco da Gama, Clube Democrata, Clube da Lagoa, entre outros.

Apareciam, com bastante frequência nos periódicos, inúmeras propagandas de produtos de beleza, de limpeza, de eletrodomésticos e de higiene, uma espécie de convite aos homens e mulheres a fazerem parte da “modernidade”. Paralelo a isso, também estava presentes ideias bastante tradicionais, como a idealização do casamento feliz, a valorização da virgindade, o papel fundamental da mulher enquanto mãe e esposa, os cuidados com a casa e com o marido, a importância da mulher estar sempre atraente para evitar que o marido viesse a traí-la, entre outros assuntos do universo feminino.

Percebe-se que o discurso jornalístico acompanhava o ritmo de uma sociedade em transformação, na qual os papéis femininos estavam passando por ressignificações. Entretanto, havia oscilações entre uma incipiente modernização dos papéis femininos e a manutenção de determinadas funções, como os cuidados da casa, do marido e dos filhos (PARISOTTO, 2007).

Apesar das grandes mudanças ocorridas na sociedade na década de 1960, a gradual inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho, a diminuição da distância entre homens e mulheres na esfera pública, as possibilidades de aproximação devido à ampliação dos espaços de lazer e a menor vigilância dos pais, ainda percebe-se a reprodução dos discursos dominantes que “delimitam e forjam os lugares sociais de homens e mulheres” (CUNHA, 2001, p.203).

As transformações sociais e novas possibilidades para amar

A maior presença feminina na esfera pública possibilitou a ampliação das redes de sociabilidade, que na maioria das vezes até então estavam restritas aos laços de parentesco e vizinhança. As possibilidades de namoros foram favorecidas, tanto pela maior liberdade de movimentarem-se pelos locais públicos quanto pelo menor controle que alguns pais tinham de suas filhas, pois nem

sempre podiam acompanhá-las. Assim, as manifestações de afeto (ainda que de forma bastante discreta) entre jovens namorados passaram a ser mais comuns no cenário urbano, sendo que muitos desses namoros acabaram por favorecer a prática de relações sexuais, culminando, em alguns casos, em denúncias de crime de sedução⁷⁶.

Através das falas encontradas nos processos-crime de sedução, é possível notar algumas formas de sociabilidades vividas pelos sujeitos populares, os locais onde estes se encontravam, e também, de que maneira estas redes de sociabilidade contribuíam para criar condições propícias para as práticas de flertes, namoros e de relações sexuais. Há nos processos-crime, frequentes menções de lugares onde os envolvidos nos autos estabeleciam relações de sociabilidades. Muitos jovens das camadas populares não tinham condições de frequentar os clubes e as festividades que neles aconteciam. Entretanto, driblando as dificuldades financeiras, moças e rapazes frequentavam locais como cinemas, exposições, shows que aconteciam nas praças da cidade, bailes realizados na casa de vizinhos e parentes, bailes de “pagar na porta”, festas de aniversário, de casamentos e festas religiosas.

Estes espaços, além de propiciarem a esses jovens momentos de lazer, eram espaços privilegiados para o início de amizades, bate-papos e também onde muitas relações amorosas se iniciavam. A música, a dança, as animadas rodas de conversas eram um estímulo a mais para aproximar moças e rapazes.

Na delegacia da Comarca de Ponta Grossa, em fins da década de 1960 e início de 1970, o número de queixas de sedução

76 O código penal promulgado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 07 de setembro de 1940, criminalizava a sedução como: “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”. Esse tipo de crime caracterizava-se como uma violação da liberdade sexual. Essa violação poderia ser conseguida através da força (estupro) ou mediante sedução.

apresentadas evidencia que esses crimes eram bastante comuns⁷⁷, o que possibilita afirmar que muitos jovens vivenciavam relações amorosas que fugiam aos padrões convencionais vigentes na sociedade. Através da análise da documentação percebe-se que as mulheres dos anos 1960/70 ainda conviviam com os estereótipos de “ser mulher”. Aquelas que transgrediam os padrões estabelecidos e viviam seus amores de forma mais livre, tinham grandes possibilidades de ficar “mal faladas”.

As jovens que compareciam à delegacia, com o intuito de receber o amparo judicial, acabavam tornando-se o centro das investigações. Dessa forma, o comportamento assumido em casa, diante dos pais e vizinhos, o modo de proceder, de falar, de vestir e de andar das mulheres contribuía para que os árbitros do judiciário elaborassem uma determinada imagem da figura feminina envolvida no processo-crime.

A mulher honesta deveria estar sempre sob vigilância dos pais ou parentes, ter relacionamento amoroso com o consentimento da família, não sair sozinha em companhia de rapazes, não ter fama de “namoradeira”, não sair à noite, ter família estruturada, não frequentar bailes desacompanhada, entre outros modos de proceder considerados impróprios (ESTEVES, 1989).

Nos processos, ser honesta e ingênua em relação à sexualidade se constituíam em exigências, e eram cobranças frequentes às mulheres vítimas do crime de sedução. Tais argumentos foram engenhosamente manipulados pelos réus e pelos seus advogados no esforço de desqualificar a vítima, mostrando que a ofendida era moça desonesta, logo, transformando-a de seduzida à sedutora.

Dessa forma, ser inexperiente para as mulheres implicava em ter uma conduta aprovada pelo poder masculino patriarcal:

77 Fonte: Afirmação evidenciada a partir de pesquisa no catálogo existente na Sala de Documentação Judiciária do Laboratório de Pesquisa em História da UEPG, contendo a relação dos processos-crime oriundos da 1ª. Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa entre 1884-1976. Entre os anos de 1968-1971 foram encontrados 85 autos criminais de sedução.

recatada, submissa, virtuosa, guiada pela moral e pelos bons costumes. Ser mulher honesta, então, significava ter que submeter-se à interdição sobre seu corpo e à opressão que lhe era feita, negando seus desejos e confinando sua sexualidade ao casamento e à função reprodutiva da espécie (ESTEVES, 1989).

Esses valores e “prescrições” sobre o comportamento feminino ideal seguiam na contramão do discurso feminista, que pregava a liberdade sexual feminina, o direito a ter prazer e a controlar o número de filhos. É inegável que a chamada revolução sexual dos anos 1960 promoveu mudanças comportamentais em todos os níveis sociais. Entretanto, não se pode deixar de destacar que essas mudanças aconteceram em ritmos descompassados. Na cidade de Ponta Grossa, embora muitas jovens assumissem comportamentos considerados “modernos”, seus atos ainda eram condenados pela sociedade. Nos autos criminais, o discurso dos componentes do judiciário deixa claro o olhar cuidadoso, desconfiado e condenatório das novas e modernas condutas femininas.

Analisando os processos de sedução e os discursos dos jornais, também pode-se observar a influência do poder simbólico⁷⁸, exercido pelo masculino sobre o feminino, através de valores transmitidos primeiramente pela família e depois pelas demais instituições sociais (Estado, Igreja, escola), entendido como um fator disciplinador da sexualidade feminina, que, por muitas vezes, impediu as mulheres de tomar atitudes que fossem de sua vontade.

O poder simbólico da dominação está presente também na imagem do corpo desejado. A mulher tende a se transformar buscando o padrão que é estabelecido pelo outro. A mulher, segundo Bourdieu (1999), é levada a se instituir na posição de ser-

78 O poder simbólico é, na definição de Bourdieu, um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Ver: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

percebido, condenado a se ver através das categorias masculinas dominantes.

Segundo Pesavento (2004, p. 41), “aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças”.

A legitimidade do discurso é que atribui poder simbólico ao indivíduo ou grupo que o elaborou. O poder simbólico é um poder construído e que só adquire força se os receptores lhe atribuírem esse poder, dando-lhe credibilidade. Os detentores desse poder impõem sua visão de mundo, valores e normas, ditando os comportamentos.

Entretanto, Foucault (1999, p. 96) argumenta que o discurso, enquanto espaço articulador de saber e poder, pode ser efeito, instrumento ou resistência ao poder: “o discurso veicula e produz poder, reforça-o mas também mina-o, expõe, debilita e permite barrá-lo”.

Embora alguns juristas incorporassem em seus discursos a questão da modernidade como elemento transformador das relações amorosas, devido à mudança nos costumes e maior liberdade feminina permaneceu a função disciplinadora da justiça, pois, o processo de sedução instaurado com o objetivo de punir o sedutor de uma moça estava também divulgando normas sociais, controlando não apenas os envolvidos, mas toda a sociedade (RIBEIRO, 2004).

A honra sexual sujeita a múltiplas definições impregnava e muitas vezes definia a vida cotidiana da população e também os debates públicos em torno da nação brasileira e sua modernização. A honra, baseada na honestidade sexual das mulheres, se constituía no pilar de sustentação desse sistema que, para todos os efeitos, se apresentava como fundamentado nas diferenças estabelecidas pela natureza e que prescreviam relações desiguais em termos de gênero, classe e raça (CAULFIELD, 2000).

Os processos-crime de sedução revelam de forma clara a intenção dos agentes policiais e jurídicos em investigar mesmo

os aspectos mais íntimos da vida cotidiana dos envolvidos, principalmente das vítimas. Por trás disso, percebe-se então a intenção de controlar a conduta dos indivíduos, impondo padrões comportamentais a todas as esferas da vida.

É interessante notar que não apenas as mulheres tinham o costume de cuidar da vida alheia e das relações amorosas dos jovens casais, espalhando notícias, fazendo comentários, dando conselhos e até mesmo se envolvendo de forma mais direta nessas histórias. Os depoimentos mostram que os homens também estavam bem atentos ao que acontecia na vizinhança.

Analisando as declarações das testemunhas, pode-se imaginar que essas histórias de amor mal resolvidas eram bastante comentadas, pois pessoas que “conheciam de vista” os protagonistas de um caso contavam detalhes do ocorrido, muitas vezes por “ouvir dizer”, ou revelam fatos sobre a vida dos envolvidos ou mesmo dos seus familiares. A vida, os costumes, enfim, o comportamento da jovem ofendida pode ser encontrado em detalhes nas páginas dos processos. No entanto, é preciso levar em consideração que muitas vezes as próprias ofendidas comentavam sobre suas relações amorosas, por querer compartilhar de seus problemas com as pessoas mais próximas, ou mesmo por tentar obter alguma legitimidade no grupo (ESTEVES, 1989).

Olhares públicos sobre comportamentos privados há muito tempo fazem parte do cotidiano das sociedades. Esses olhares, muitas vezes, servem como freios às vontades dos indivíduos, fazendo com que estes se enquadrem ao que a sociedade acha correto ou, ao menos, assumam uma postura moralizante, mesmo que na prática suas ações sejam contrárias a esses valores.

Orest Ranun (1991, p.211) relata que “(...) comparadas com as nossas, as sociedades europeias do século XVI ao XVIII, tão diferentes entre si, parecem assemelhar-se num aspecto: sufocam o indivíduo sob o peso dos comportamentos familiares, comunitários, cívicos e rurais.”

Corrêa (1981, p.82) afirma que alguns indivíduos conseguem enquadrar-se de forma perfeita aos padrões ideais e idealizados de comportamento de cada sociedade em diferentes épocas. Segundo essa autora, em termos simbólicos, o que está em julgamento quando um homem ou uma mulher está sentado no banco dos réus é a imagem ideal que a sociedade forjou sobre eles: o homem é reconhecido pelo seu trabalho, ou seja, pela sua atividade pública; já as mulheres são reconhecidas por sua atividade no âmbito privado, a casa, assim como pela sua fidelidade ao homem e à imagem socialmente construída sobre o seu papel.

Parafraseando Chalhoub (1986), pode-se afirmar que os populares viviam divididos entre valores que não eram os seus, tentando ajustar-se aos padrões de conduta que a sociedade julgava corretos; mantinham-se, inclusive, atentos à forma que os outros se comportavam, formando redes de vigilância, ao mesmo tempo em que adotavam atitudes contraditórias nas múltiplas relações sociais do seu cotidiano.

A documentação demonstra que muitas mulheres do período estudado desafiaram os papéis femininos difundidos como corretos e transgrediram os valores morais estabelecidos pelo judiciário, tendo relações sexuais antes do casamento, namorando em lugares ermos, ingerindo bebidas alcoólicas, fumando, enfim, burlando conveniências e vivendo amores de acordo com seus desejos e emoções.

Isto talvez acontecesse mais por desejo, tendo as mulheres dado vazão aos seus impulsos, do que propriamente por questionarem a maneira como o sexo lhes era imposto, pois considera-se que muitas jovens não tinham consciência de que essas normas morais são frutos de construções histórico-culturais, portanto, passíveis de mudanças. Por amor, por desejo, ou até medo de perder seus namorados, essas moças contrariaram a regra de que o ato sexual só seria permitido após a realização do casamento e mantiveram relações sexuais com seus pares.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. ed. portuguesa, v. 5: Antropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANÇADO, M. A. **Um homem, uma mulher, um drama**: Crimes da Paixão em Ponta Grossa – PR (1890-1940). 2002,139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHALLHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1986.

CORRÊA, M. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CUNHA, M. de F. **Homens e mulheres nos anos 1960/70**: um modelo definido? História: Questões & Debates. Curitiba, v. 18, n.34, 2001. p. 201-222

ESTEVES, M. A. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.199.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

HABERT, N. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

JORNAL DIÁRIO dos Campos, 1º trimestre de 1968 a 4º trimestre de 1971. Disponíveis no Museu Campos Gerais, Ponta Grossa – PR.

MATOS, M. I. S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MELLO, J. M. C; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. **História da Vida Privada no Brasil**. v.4. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p.568-571.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PARISOTTO, Damaris. **Mundo feminino: a representação da mulher no jornal Diário dos Campos 1963/1970**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n.29, 1995.

RANUN, O. Refúgios da intimidade. In: ÁRIES, P; CHARTIER, R. (orgs). **História da vida privada: Da Renascença ao século das luzes**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 211-267.

RELAÇÃO DOS Autos-criminais de sedução da Primeira Vara Criminal de Ponta Grossa. 1968 - 1971. Documentação disponível no Laboratório de Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Sala da documentação Judiciária.

RIBEIRO, E. **Meninas ingênuas: uma espécie em extinção?** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TELES, M.^a A. de A.. Breve história do feminismo no Brasil. **Coleção Tudo é História**. S.P.: Ed. Brasiliense, 1993.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 24, Jan./Jun/2005, pp. 127-152.

VIEIRA, M. E. C. **Ponta Grossa**: Capital Mundial da Soja na década de 1970. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em História e Região), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999.

A imagem feminina na Cartilha Caminho Suave na década de 1980: As representações do cotidiano familiar

Miriã Noeliza Vieira

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as imagens expostas na Cartilha Caminho Suave da década de 1980, idealizada pela educadora Branca Alves de Lima, e explorar as representações que associam a mulher à vida familiar, trabalhando com a hipótese de que as imagens são relevantes como objetos de representação das relações de gênero, já que “os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas” (MATOS, 2000, p.22), presentes na sociedade.

Nesse sentido, o livro didático “tem sido interrogado num esforço de desconstrução de discursos e imagens, criando-se possibilidades de discussão que permitem a compreensão de sua historicidade” (FONSECA, 1999, p.203). Neste caso, o livro didático é pensado e analisado como um documento histórico, passível de múltiplas leituras, como destaca Chartier (1990, p.123):

Por um lado, a leitura é a prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos

autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.

Como uma leitura autorizada, orientada pelo manual do professor, o livro didático possui uma conjectura de ideologias e valores, que representam um determinado grupo social.

Desde a década de 1970, os livros didáticos representam boa parte das produções editoriais. Não é por acaso que, nas duas últimas décadas, as editoras buscam profissionais habilitados para trabalhar no processo de produção do livro didático. São profissionais especializados para a edição, diagramação, paginação, ilustração, pesquisa iconográfica, entre outras (MUNAKATA, 2005, p.276). Afinal, pode-se dizer que o livro didático é o “primo rico” (CAMPOS, 2005) das editoras.

Em contrapartida, com o crescimento mercadológico do livro didático desde 1970, a década de 1980, além de ser marcada pela falta de liberdade democrática que caracteriza a ditadura militar no Brasil, refere-se ao período em que as mulheres ganharam visibilidade tanto na sociedade como na academia, possibilitando uma abertura para o estudo da mulher, não mais voltado à desigualdade entre homens e mulheres, mas à relação que se estabelece entre eles (MATOS, 1997, p.88).

A coleção didática é repleta de imagens e textos que representam o cotidiano familiar. Assim sendo, tentaremos buscar uma identificação destes elementos para compreensão das representações construídas na Cartilha Caminho Suave do universo feminino no âmbito familiar.

Este artigo tem como ponto inicial um breve relato sobre a autora da coleção didática Caminho Suave, Branca Alves de Lima. Na sequência, serão abordados os conceitos sobre a teoria da representação social e o debate de gênero, que constituem as

principais questões teóricas que sustentam o trabalho. E, por fim, em “O cotidiano familiar feminino”, serão apresentados os resultados obtidos através da análise.

A Cartilha Caminho Suave e Branca Alves de Lima

Branca Alves de Lima nasceu em 1911, concluiu o magistério na Escola Normal do Braz, em São Paulo, em 1929 e começou a lecionar na década de 1930 no interior paulista, sendo este um dos caminhos para as jovens recém-formadas conseguirem ingressar no magistério (MORTATTI, 2000).

A prática pedagógica para alfabetização neste período denominava-se “método analítico”, que:

Baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção de caráter biopsicofisiológico da criança. De acordo com esse método, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois proceder à análise de suas partes constitutivas. (MORTATTI, 2000, p.206).

Com o fim do Estado Novo em 1945, os dirigentes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) chegaram à conclusão de que o “método analítico” não funcionava e estava ultrapassado, então deram liberdade didática aos professores. Diante desta autonomia concedida aos professores e das dificuldades de aprendizagem dos alunos no cotidiano de sua prática docente, a educadora Branca Alves de Lima criou seu próprio método de ensino que denominou “alfabetização pela imagem”. Em uma entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, em 1997, a educadora explicou como construiu o seu sistema de ensino, no qual, no princípio, as figuras não eram associadas às letras. Então:

Um dia, estava olhando meus cartazes, e tive um *insight*. Comecei a desenhar com giz em cima dos cartazes. No G, desenhei um gato e disse: veja como a letra G se parece com um gato. Depois, F, desenhei uma faca. Percebi que as crianças, associando uma letra a uma figura, esqueceriam menos. (ROSSETI, 1997).

Com o grande sucesso alcançado pela venda da cartilha, a autora abriu sua própria editora “Caminho Suave” Limitada⁷⁹, com sede na cidade de São Paulo. Além do Auxiliar de Alfabetização, a edição contava com uma apresentação dirigida aos professores, na qual Lima esclarecia a metodologia da Alfabetização pela Imagem, com a utilização do método analítico – sintético. Evidenciava-se que, pelo método, a criança aprenderia com facilidade, já que associaria a letra com a imagem, destacando ainda que pela metodologia qualquer criança aprenderia.

Gênero e a Teoria da Representação Social

Segundo Joana Pedro, “entrar para história tem sido um valor disputado” (PEDRO, 2005, p.83), principalmente para as mulheres, já que a historiografia tradicional dava destaque aos grandes acontecimentos, fatos e heróis que em sua maioria eram masculinos. Mas isto mudou com a renovação que a Escola dos Annales trouxe para a historiografia, quando introduziram a utilização de novas fontes, novos personagens, novas perspectivas de análise, dando especial atenção aos esquecidos, propondo uma “história vista de baixo” (SHARPE, 1992). Como destaca Matos (1997, p.86), “essa crise de identidade da história levou à procura de “outras histórias”, o que levou a ampliação do saber histórico

79 Hoje a atual responsável pela publicação e distribuição da Cartilha Caminho Suave é a Editora Edipro.

e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero”.

Nesse sentido, o livro didático tem sido um elemento de apoio de análise no campo educacional para compreender as representações de gênero, raças, etnias, classes sociais. Já que:

Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados. (LOURO, 2008, p.70).

Dessa forma, a Teoria da Representação Social consiste na compreensão das relações dos mundos social e individual numa sociedade em constante transformação. Para Jodelet (1989 apud SÁ, 1995 p.32), “representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”

Ou seja, qual a representação social do papel da mulher que os livros didáticos destacam? Uma vez que a representação não consiste em cópia ou reflexo de uma imagem fotográfica da realidade, mas uma tradução de uma versão da mesma (ARRUDA, 2002, p.134), cabe investigar como se constroem estas imagens.

O cotidiano familiar feminino

Nossa ênfase será dada à imagem que expõe a mulher no cotidiano familiar e tornou-se o enredo das lições apreendidas

pelos alunos, evidenciando o perfil da mulher, que seria casada, mãe, dona de casa, professora e como plano de fundo o universo do lar como cenas das experiências femininas. Os afazeres domésticos transformaram-se em discurso nas ilustrações da Cartilha Caminho Suave e as representações da mulher e do homem foram construídas destacando o papel social de cada um deles na sociedade,⁸⁰ enfatizando quais eram as responsabilidades e as obrigações das mulheres no período.

Embora tivesse “conquistado”⁸¹ seu espaço de visibilidade enquanto mulher participativa da sociedade brasileira em todo segmento, em contrapartida com a realidade a Cartilha Caminho Suave representava em suas imagens uma mulher do lar, cuja realização estava em cuidar e manter sua família unida. Vejamos:

80 Não podemos esquecer que a Cartilha Caminho Suave possui sua primeira edição desde 1948, contudo, ao analisarmos outras edições da cartilha, podemos perceber que algumas ilustrações foram modificadas e que os pensamentos tanto da autora quanto do ilustrador possuíam ainda a mesma ênfase da primeira edição. Ou seja, o pensamento da sociedade estava expresso na imagem desta cartilha, pois mesmo sendo edições “recentes”, acalentava a permanência de determinado papel social da mulher.

81 Ao referir-me a conquistar estou relacionando com o momento de visibilidade que a mulher estava obtendo na década de 1980.

Figura 1: O papai e a mamãe



Fonte: LIMA (1982, p.11, 1º livro)

A mulher apresenta-se em pé atrás da poltrona com uma xícara com pires em sua mão possivelmente com café, para servir seu esposo que está sentado com um livro e óculos em suas mãos. Provavelmente ele estava lendo, quando ela chegou para entregar-lhe seu café. O texto que acompanha esta imagem nos indica que eles são marido e mulher, evidenciando papéis sociais destinados a cada um na família. À mulher, o de esposa, dona de casa a administradora da organização do lar, sendo eficiente

em suas obrigações e estando sempre elegante, como se estivesse sempre para sair.

A casa nesta imagem aparece como um lugar especial, aconchegante, harmonioso no qual a mulher era a pedra fundamental para estabelecer a tranquilidade familiar e apoiar seu esposo, já que ao homem cabia a responsabilidade da manutenção e sustento da família e à esposa a de administrar tais recursos. Para completar a alegria da família, ela deveria ter filhos, pois eles davam o status da tão sonhada maternidade.

Na imagem a seguir (Figura 2) temos Zazá, a cozinheira da família, personagem que aparece em todos os volumes, não apenas sendo a ajudante doméstica, mas parte integrante da família, uma auxiliar da mãe nos afazeres domésticos. Percebemos nesta ilustração a Zazá realizando três afazeres domésticos, todos com contentamento e felicidade. No texto que explica sobre quem é Zazá há evidência de que ela possui uma família, um esposo, quatro filhos. À tarde, quando retornava do trabalho para cuidar da sua casa, do seu esposo e de seus filhos, estava sempre animada, já que a família era parte central da sua vida.

Figura 2: Zazá trabalhando



Fonte: LIMA (1985, p.14, v.2)

Nas imagens a seguir (Figuras 3 e 4), temos a representação de duas mulheres do lar atendendo ao carteiro. A Imagem 3

retrata uma mulher sorridente, bem vestida, que recebe uma correspondência, mas a ironia vem com o texto logo abaixo, com o título “Da Trombeta aos Nossos Dias”, que trata das mudanças com relação à comunicação e da importância dos carteiros. Outro destaque é para os selos que vêm com imagens de fatos de grande relevância para a nação brasileira. No entanto, pela imagem em questão, o tempo não havia mudado para a mulher, que continuava no ambiente doméstico.

Figura 3: Atendendo a porta



Fonte: LIMA (1985, p.38, v.3)

Já na Imagem 4, temos outra mulher recebendo a correspondência, mas qual a relação entre elas? Pelo modo de vestir, ambas são donas de casa, contudo existe um detalhe: elas estão arrumadas, prontas para sair ou receber alguém em sua casa. O detalhe que destacamos não é apenas suas roupas e a maquiagem, mas o sapato de salto que integra a ilustração, ou seja, a mulher, ainda que fosse dona de casa, não poderia deixar sua aparência de lado.

Figura 4: Atendendo o Carteiro



Fonte: LIMA (1986, p.50, v.4)

Percebemos que a representação da mulher na Cartilha Caminho Suave no cotidiano familiar é de uma mulher que, ao mesmo tempo, faz seus afazeres do lar, é mãe, esposa e, independentemente da sua atividade, preserva o cuidado com a aparência. Tais representações nos remetem a um questionamento: qual o papel das imagens que norteiam a coleção Caminho Suave na formação construída sobre as mulheres nas crianças e adolescentes?

Considerações finais

Neste artigo buscamos analisar as representações do cotidiano feminino no âmbito familiar presentes nas imagens das cartilhas Caminho Suave, da educadora Branca Alves de Lima, nas edições da década de 1980.

Entendemos que as matérias didáticas são repletas de representações, tanto da autora e do ilustrador, como da época em que estão inseridos, refletindo o lugar político-social onde foram produzidas. Mesmo sendo uma reedição, a Cartilha Caminho Suave é um produto que ainda persistia ou persiste até hoje no espaço da sociabilidade da mulher. Por isso, a importância da sua análise.

A representação social de mulher que prevalece, na sua maioria, é de mulher mãe e de empregada doméstica, estas ilustradas felizes ao desempenharem seus afazeres diários.

Por fim, outro elemento a destacar é que o cotidiano familiar representado pela mulher acontece no lar. Um detalhe a frisar é que, em todas as ilustrações, elas aparecem felizes e satisfeitas em estar naquela posição de mãe, esposa, administradora da casa. Podemos afirmar que a representação de família inserida no livro mantém uma sintonia com a realidade da sociedade brasileira, uma vez que a cartilha foi utilizada sem questionamentos durante tanto tempo.

Nosso objetivo ao analisar a representação social da mulher presente nesta coleção didática é de compreender como a mulher e o espaço social eram pensados e representados neste período. Ou seja, identificar as marcas vigentes na sociedade em relação ao espaço destinado à mulher em meio aos seus afazeres domésticos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Â. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, npo. 1ve2m7-b1r4o7/,2 n0o0v2embro/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representação. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CAMPOS, V. M. Q. C. de. **A construção da noção de cidadania em livros didáticos de história de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I**. 2005, 190f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP, 2005.

FONSECA, T. N. de L. e. **O livro didático de história**: lugar de memória e formador de identidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, Florianópolis, 1999. História: Fronteiras/ Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999, p.203- 212.

LIMA, B. A. de. **Caminho Suave**: 1º Livro de Leitura. 21. ed. São Paulo: Caminho Suave, 1982.

_____. **Caminho Suave**: Alfabetização pela imagem. (renovada e ampliada). 93. ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

_____. **Caminho Suave**: Comunicação e Expressão: 2º série, 1º grau. 16. ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

_____. **Caminho Suave**: Comunicação e Expressão: 3º série, 1º grau. 16. ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

_____. **Caminho Suave**: Comunicação e Expressão: 4º série, 1º grau. 4. ed. São Paulo: Caminho Suave, 1986.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

MATOS, I. S. de. **Por uma História da Mulher**. Coleção Essência. Bauru/SP: EDUSC, 2000, p.6-231.

_____. Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, E. M. de; et. al. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Editora EDUSC., 1997, p.80 -100.

MORTATTI, M. do R. L. **Os Sentidos da Alfabetização**: São Paulo 1876-1994. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000, p.206 - 212.

MUNAKATA, K. Histórias que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. (org). **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.271-296.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

ROSSETI, F. Autora de Caminho Suave pesquisou palavras. Pioneira associou letras a imagens. **Jornal Folha de São Paulo, Cotidiano**, São Paulo, 25 nov. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff251138.htm>>. Acesso: 02 dez. 2012.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.19-45.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.39-62.

Língua inglesa e multiletramentos: Relações de gênero no livro didático

*Jéssica Martins de Araújo
Aparecida de Jesus Ferreira*

Introdução

A questão de gênero é um dos conteúdos transversais proposto nos PCN (BRASIL, 1998). Ainda assim, discussões que abordam esse tema, muitas vezes, não são tratadas com a importância que, de fato, têm.

Segundo o Edital do PNLD (BRASIL, 2011), as coleções didáticas devem se preocupar em reconhecer as marcas identitárias dos alunos, tais como gênero, raça e classe social. Nesse sentido, é fundamental que os Livros Didáticos desnaturalizem as desigualdades e promovam o respeito às diferenças, formando, assim, cidadãos críticos, reflexivos, sem preconceitos e que respeitem os outros cidadãos e suas culturas. É necessário, pois, que estereótipos e preconceitos de gênero, idade, linguagem ou orientação sexual sejam sempre evitados nos Livros Didáticos.

Essa pesquisa possibilita uma reflexão acerca de como ocorre a disseminação de preconceitos e discriminação nos materiais didáticos que podem causar a desigualdade (OLIVEIRA, 2008; PEREIRA, 2013). Procuramos, aqui, compreender a diferença entre os sexos, para que, dessa forma, haja uma construção de um trabalho em conjunto entre os sexos e não um afastamento, tendo em vista que ainda há lugar para discussões sobre gênero em nossa sociedade atual, já que as desigualdades entre homens e

mulheres ainda não se dissiparam, mantendo-se nas gerações do presente (GONÇALVES; PINTO, 2011; PINTO, 2007).

Nessa perspectiva, é importante que discussões sobre gênero se tornem públicas, pois, dessa forma, é possível promover a igualdade entre homens e mulheres, desenvolvendo, na sociedade, uma concepção consciente de gênero. Conseguiremos, ainda, fazer valer a importância da disseminação de livros didáticos livres de preconceitos nas escolas. Afinal, sabemos da grande influência que ele tem sobre alunos e professores de diversas áreas e faixas etárias. De acordo com Pereira (2013, p.116),

Investigações acerca do contexto formal de ensino e aprendizagem de LE evidenciam que o livro didático é um importante, senão o mais importante, instrumento de trabalho utilizado como recurso de transmissão de conhecimentos e cujo alcance na formação dos aprendizes vai além do conteúdo programático transmitido.

Dessa forma, abordar questões que reflitam sobre o livro didático e relações de gênero pode colaborar para que tenhamos outras configurações dentro do contexto de sala de aula (PESSOA, 2009). Para que possamos fazer as nossas reflexões, este artigo tem como objetivo entender como as identidades de gênero são abordadas no livro didático de inglês.

Para isso, buscamos responder esta questão: Como as identidades de gênero são abordadas no Livro Didático? E dividimos este artigo em três seções: na primeira, apresentamos o referencial teórico, abordamos o conceito de gênero, analisamos os documentos oficiais – PCN's, DCE's, PNLD e trazemos, ainda, conceitos acerca de multiletramentos. Na segunda seção, apresentamos a metodologia da pesquisa, em que abordamos a Pesquisa qualitativa, a Análise documental, a Análise de conteúdo e a Análise crítica do discurso. Já a terceira seção compreende a análise do Livro Didático e na última trazemos as considerações finais.

Referencial Teórico

Conceito de gênero

Diferenças entre masculino e feminino são frutos de uma construção social. Segundo Auad (2002-2003, p.142), “este conjunto – gênero – corresponderia aos significados, símbolos e atributos que, construídos historicamente e socialmente, caracterizam e diferenciam, opondo o feminino e o masculino”. Em outras palavras, o gênero é construído ao longo do tempo: ele não pode ser definido somente com o nascimento de um sujeito, mas ao longo de toda a sua vida (LOURO, 2008). A construção do gênero é um processo sempre inacabado, não é ato único, e sim, fruto de construções sociais estabelecidas (AUAD, 2002-2003; LOURO, 2008; PEREIRA, 2013; TÍLIO, 2012), as quais ressaltam as diferenças, fabricando, muitas vezes, identidades de homens e mulheres. Isso, comumente, se dá nas práticas escolares, (AUAD, 2006).

Por isso, é importante que Livros Didáticos não carreguem estereótipos de gênero (papéis construídos socialmente para homens e mulheres) (OLIVEIRA, 2008), para que, dessa forma, pensamentos do senso comum não sejam reforçados, mas, sim, desconstruídos. Com professores (as) capacitados (as), é possível atingir a coeducação em nossas escolas (proposta por AUAD, 2002-2003), tendo em vista que ainda não a conquistamos, o que indica um longo caminho a ser percorrido. Por isso, nossa pretensão é possibilitar a compreensão de gênero como identidade, como parte dos sujeitos (LOURO, 2003), pois as identidades são sempre construídas, não são acabadas num determinado momento, já que não é possível fixar um momento para que sejam estabelecidas e, além disso, ninguém pode desligar-se delas.

Nesta pesquisa, compreendemos gênero “como a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres” (SOUSA; ALTMANN, 1999, p.53), portanto, o entendemos como um constructo social e histórico

para designar (e diferenciar) feminino e masculino. São essas construções que colocam homens e mulheres em oposição e, até mesmo, em desigualdade, também são elas que “definem” os papéis que devem ser desempenhados por cada um deles.

Historicamente, as diferenças entre os gêneros têm favorecido os homens, haja vista que a sociedade não oferece oportunidades igualitárias para homens e mulheres (RAMOS; RODRIGUES, 2011). Assim sendo, sabemos que ela impõe lugares para cada um dos gêneros ocuparem e, dessa forma, os contrapõem (valorizando apenas um dos polos). Portanto, nosso objetivo é, também, auxiliar a desconstrução das desigualdades de gênero, buscando uma maior equidade entre os sujeitos em práticas cotidianas e corriqueiras. Dessa forma, é importante trazer os documentos oficiais de língua estrangeira, pois são eles que guiam o ensino de língua, e abordamos, também, a discussão sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, já que esta pesquisa leva em consideração as questões de relações de gênero.

Documentos oficiais (de Língua Estrangeira e Políticas para Mulheres)

Os documentos oficiais de que dispomos, hoje, são referenciais que promovem reflexões a respeito dos currículos escolares, dentro de uma proposta aberta e flexível que pode ser utilizada por professores e professoras na elaboração de suas propostas curriculares.

Tais documentos buscam, também, ampliar, entre os docentes, posicionamentos referentes às questões educacionais, econômicas, políticas e sociais, contribuindo, assim, para profundas transformações no contexto educacional brasileiro (LIRA; JOFILI, 2010). A seguir, refletimos acerca dos PCN-LE (BRASIL, 1998), das DCE-LE (PARANÁ, 2008) e do II PNPM (BRASIL, 2008).

PCN-LE: Estabelecem para o Ensino Fundamental o objetivo de que os alunos se posicionem contra qualquer discriminação por sexo, etnia, classe social ou crença (BRASIL, 1998). No entanto, é válido questionar, aqui, como o aluno conseguirá atingir tal posição se os próprios Livros Didáticos utilizados na escola trazem, muitas vezes, visões estereotipadas (de gênero, classe, etnia, enfim de identidades dos sujeitos). Como bem lembra Oliveira (2008), os alunos de Ensino Fundamental são os mais vulneráveis às influências de aspectos ideológicos, pois se encontram em um estágio de formação de suas identidades, sendo mais permeáveis a estereótipos.

Dessa forma, questionamos se os Livros Didáticos que não favorecem a diversidade cultural devem ser disseminados aos nossos alunos. Afinal, bem sabemos a vitalidade que o Livro Didático possui em contextos escolares atuais, sendo, muitas vezes, uma das únicas fontes de informação. Propomos, pois, um Livro Didático que possa promover a reflexão dos(as) educandos(as), para que eles construam uma visão crítica e consigam, assim, se posicionar contra preconceitos, discriminações e desigualdades (de qualquer espécie), conforme proposto pelos Documentos oficiais para o Ensino Fundamental.

DCE-LE: Propõem “[...] uma reorientação na política curricular, com o objetivo de construir uma sociedade justa, onde as oportunidades sejam iguais para todos” (PARANÁ, 2008, p.14). Em contraposição ao exposto, AUAD (2006) ressalta a desigualdade entre os gêneros nas práticas escolares. A autora afirma que a escola utiliza as diferenças, transformando-as em desiguais valorizações, separando meninos de meninas e fabricando, dessa forma, identidades para cada um deles. Com base em sua intensa pesquisa de campo, essa autora relata que a separação por sexo entre as crianças é recorrente para a organização das salas de aula e atividades no pátio, percebendo, também, a maior intolerância quanto à indisciplina das meninas. Conforme tal pesquisadora, os meninos comumente ocupam

espaços mais amplos das quadras formando times de futebol, enquanto as meninas ocupam cantos laterais do pátio com jogos mais discretos e limitados.

Em nossas escolas, questionamos, portanto, a existência e a eficácia dessa sociedade justa com oportunidades iguais para todos, proposta pelas DCE's - LE, visto que ela não parece ter sido atingida, como bem podemos ver nos relatos de Auad (2006).

PNPM - Secretaria da Mulher: O II PNPM (BRASIL, 2008, p.18) afirma que o “respeito à diversidade também se aprende na escola” e propõe que se eliminem conteúdos sexistas e discriminatórios dos currículos e se promova a inserção de assuntos para a equidade e identidade de gênero, valorizando, assim, as diversidades em todos os níveis de ensino, e ampliando a formação de profissionais da educação para a equidade de gênero e reconhecimento das diversidades. Tal objetivo pode começar a ser alcançado quando nossos Livros Didáticos desconstruam as imagens de “relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais” (CABRAL; DÍAZ, 1998, p. 142).

Ainda segundo os autores citados anteriormente, as relações entre gêneros são fruto de um processo pedagógico que tem início logo no nascimento e se estende ao longo da vida, reforçando, pois, a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, pretendemos possibilitar a desconstrução de imagens de figuras femininas sempre no papel de dona de casa (por vezes ilustradas em Livros Didáticos), o que é desvalorizado pela sociedade, limitando-as ao mundo do lar e afastando-as da informação e formação profissional.

Nessa perspectiva, os debates, nas escolas, são espaços que podem possibilitar aos alunos o reconhecimento das relações desiguais entre homens e mulheres, fazendo-os construir novas relações que contradizem modelos estruturados para homens e mulheres. Dessa forma, podemos atingir uma educação

para a equidade de gênero que é proposta no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Multiletramentos

Para esta pesquisa, é importante considerarmos as questões de multiletramentos, pois olhamos para as imagens nos livros didáticos. E, para aproximarmos multiletramentos de gênero, é de fundamental importância citar comerciais em que a representação feminina se dá de uma forma objetificada: na maior parte das vezes, mostra-se a figura da mulher não como, de fato, é, mas, sim, como são representadas. A linguagem naturaliza tais representações, construindo avaliações positivas ou negativas sobre as personagens, sendo que a escolha das palavras torna-se responsável pela construção de ideologias e de representações de mundo. As mulheres se deparam todos os dias com discursos midiáticos que impõem um padrão de beleza reconhecidamente associado à magreza e à juventude (FONSECA, 2009).

O conceito de multiletramentos se apoia nas maneiras contemporâneas de letramento, pois os modos de ler e de produzir textos se alteraram. As imagens presentes no texto escrito produzem novos significados e propiciam transformações no leitor, fazendo com que ele amplie seus horizontes quando atribui sentidos às linguagens dos textos lidos, e possa desencadear diálogos com eles (RAMOS; PANOZZO, 2012).

Com base nos apontamentos de Rojo (2012, p.22), entendemos multiletramentos como “[...] sentido da diversidade cultural de produção e circulação dos textos ou no sentido da diversidade de linguagens que os constituem”. E as imagens são algumas dessas linguagens de suma importância dentro do contexto de sala de aula para que o professor juntamente com os alunos possam questionar as imagens que estão nos livros didáticos, dando-lhes significados críticos. Por meio dessa prática, podemos propiciar atividades de letramento crítico de imagens (FERREIRA, 2012a).

Praticamente não existem textos monomodais. Até mesmo os predominantemente verbais se utilizam de recursos visuais e com o fenômeno da globalização, as novas tecnologias de comunicação permitem o acesso a diversas culturas exigindo que os alunos desenvolvam uma competência multimodal de se comunicar, o que inclui gestos, sons e imagens (NASCIMENTO; BEZERRA; HEBERLE, 2011).

Pesquisas sobre Livro didático e relações de gênero

Levando em conta que o Livro Didático está muito presente em nossas escolas e que a adolescência e, principalmente, a infância são períodos de construção de conceitos, sendo nessa fase que ocorre o processo de formação de identidade, o Livro Didático pode ter grande influência na formação da identidade de alunos/as. (FERREIRA, 2011).

No quadro a seguir, expomos algumas pesquisas dessa área:

Quadro 1: Pesquisas recentes sobre gênero e Livro Didático

Título/Autor/ Ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
<i>Texto visual, estereótipos de gênero e o Livro Didático de Língua Estrangeira (SARA OLIVEIRA, 2008).</i>	<i>Descrever resultados sobre a presença de estereótipos de gênero nos materiais didáticos.</i>	<i>Verificar em livros didáticos usados para o Ensino de Língua Estrangeira a representação de gênero.</i>	<i>No Livro Didático, a mulher é explicitamente representada em situações sociais inferiores à dos homens.</i>

Continua

Conclusão

Título/Autor/ Ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
<i>A imagem da mulher nos Livros Didáticos e relações de gênero</i> (WILSON SOUSA OLIVEIRA, 2011).	<i>Discutir as questões de gênero a partir de leituras de imagens presentes em Livros Didáticos adotados por diversas escolas no Brasil.</i>	<i>Observar as relações de gênero através de imagens e textos dos Livros Didáticos.</i>	<i>As representações de gênero no Livro Didático mostram o homem com a função de decidir, enquanto que a mulher fica esperando o que determina o homem.</i>
<i>Estereótipos de gênero no Livro Didático de Língua estrangeira.</i> (GREICY BELLIN, 2008).	<i>Analisar os estereótipos de gênero presentes no Livro Didático de Língua Estrangeira.</i>	<i>O livro utilizado para a análise é o “American Inside Out”.</i>	<i>Os estereótipos apresentados pelo livro são da mulher maternal, e do homem ligado ao mundo da tecnologia.</i>

Fonte: As autoras

As pesquisas elencadas no Quadro 1 demonstram que a figura feminina apresentada pelo Livro Didático ainda é a da mulher maternal, que ocupa posições sociais inferiores à dos homens.

A união de imagens, escrita, movimento e som, presentes em anúncios da mídia, graças aos avanços da tecnologia, exigem que o leitor aprenda a ler palavras e imagens ao mesmo tempo. Afinal, seja em uma página na tela do computador ou da TV, as imagens e as palavras mantêm uma relação cada vez mais próxima. Conforme Santos (2009, p.87), imagem “é um código de significação composto por estruturas sintáticas próprias e dotado de significado potencial” e o(s) significado(s) que ela(s) carrega(m) é (são) administrado(s) pela leitura daquele(a) quem

a faz. Nesse sentido, interpretar uma imagem é algo complexo, pois envolve aspectos do mundo social e cultural. Dessa forma, o conceito de letramento passa a ser plural.

Diante desse cenário, são cada vez mais imprescindíveis na sala de aula atividades que abordem o letramento visual e crítico nas aulas de língua inglesa (FERREIRA, 2012a, 2012b; PESSOA; URZEDA-FREITAS, 2012), para que se trabalhe a capacidade de leituras multimodais e se perceba os efeitos que elas querem produzir em nós. Afirma-se isso considerando que textos multimodais não são imparciais, mas, sim, repletos de posicionamentos ideológicos, que podem alterar, significativamente, a maneira de as pessoas passarem a enxergar o mundo em que vivem (ARAÚJO, C. S. A; ARAÚJO, A. D; RIBEIRO, 2012).

Metodologia de Pesquisa

Nesta seção, explanamos a metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa.

1. Pesquisa qualitativa

Para desenvolver este trabalho, acreditamos que a pesquisa qualitativa é importante, pois, para seu desenvolvimento, é preciso compreender os significados das ações dos participantes de cada situação estudada, descrevendo as interpretações e decodificando os componentes dos fenômenos do mundo social e dos agentes envolvidos nele. Conforme Godoy (1995, p.62), “um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte”. Por isso, em uma pesquisa qualitativa, é de fundamental importância que o pesquisador mantenha contato direto com a situação que está sendo estudada.

2. Análise documental

A Análise documental, utilizando-se de materiais escritos que são usados como fonte natural de informação, busca identificar fatos dentro deles de uma forma exploratória, indicando problemas que merecem mais atenção (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Aqui, analisamos como as identidades de gênero são abordadas no Livro Didático de inglês (documento). A partir disso, é possível discutir se o que está ali abordado pode ser um ponto de vista do(s) autor(es).

3. Análise de conteúdo

A Análise propriamente dita dos dados encontrados no(s) documento(s) é a análise de conteúdo, que é uma investigação de mensagens simbólicas que podem ser abordadas dentro de várias temáticas, para que delas se tirem interpretações e também, interrogações.

Assim, é possível, atingir um significado mais profícuo do que se analisa, indo além dos níveis superficiais e do que está encoberto (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

4. Análise crítica do discurso

Para analisar as imagens do Livro Didático, consideramos a análise crítica do discurso (ACD). Para que se analise um discurso, não basta olhar apenas a língua escrita “[...] mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2009, p.3). Nesse sentido, a ACD é um instrumento de investigação de práticas sociais das quais o discurso é constituído, ou seja, do que está sendo dito implicitamente.

Wodak (2004) afirma que a ACD se interessa particularmente pela relação entre linguagem e poder (ou seja, relações de poder manifestadas na linguagem). O termo tem sido usado para referir-se à abordagem linguística crítica adotada por aqueles

que consideram a unidade comunicativa básica como a unidade mais ampla do texto. Além disso, a ACD investiga textos falados e escritos. Então, acreditamos que esse referencial pode auxiliar, até mesmo, na análise crítica e questionadora de imagens, o que procuramos realizar nesta pesquisa.

5. Livro Didático *Keep in Mind*

Analizamos o Livro Didático *Keep in Mind* (PNLD), de Inglês para os 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, elaborado pelas autoras Elizabeth Young Chin e Maria Lúcia Zaorob e publicado pela Editora Scipione, em 2009. Nele, buscamos perceber como as relações entre gêneros são abordadas.

Análise e discussão das imagens do livro didático

Para a análise, consideramos os seguintes temas: Mulher e homem no trabalho de casa, mulher e homem nas suas profissões e meninos e meninas em ambientes de lazer. A seguir, explanamos cada um separadamente:

1. Mulheres e homens no trabalho de casa

Em uma imagem do livro (7º ano) analisado, vemos um menino que ajuda sua mãe nos serviços domésticos e, embora tenha a representação do masculino em um afazer do lar (algo raro nas ilustrações de Livros Didáticos), quem desempenha a função principal é a mulher, tanto que temos por legenda: “help your mother” (ajude sua mãe), quando poderíamos ter: “help your father” (ajude seu pai), na qual o menino ajudaria seu pai em serviços domésticos. Tal imagem poderia reposicionar conceitos sobre os papéis de homens e mulheres, tornando, assim, o ambiente escolar mais igualitário.

As pesquisas de Oliveira (2008) trazem resultados similares com a teoria da ACD, já que, por detrás dessa imagem, está

implícita a ideia de que mulheres devem estar limitadas aos serviços domésticos, pois são socialmente inferiores aos homens, não podendo trabalhar fora, assim como eles.

Em uma segunda imagem (livro do 8º ano), vemos a garota Vicky que está visitando a casa de seu amigo Oscar. Eles estão almoçando juntos e quem os serve é uma mulher (provavelmente mãe de Oscar). Essa imagem reforça o estereótipo da mulher “dona-de-casa”, limitada ao ambiente do lar, incumbida de cuidar dos filhos, o que a afasta de qualquer acesso à informação, educação e formação profissional, etc.

Esses resultados vêm de encontro com os de uma pesquisa desenvolvida por Cabral e Diaz (1998), na qual se menciona que o “papel” da mulher constituído culturalmente é o de mãe, dona de casa, responsável pelos cuidados dos filhos e da casa.

Em várias imagens os homens são representados colocando o lixo para fora, regando as plantas e arrumando a mesa, trabalhos que nos parecem “leves”, e não sugerem que o homem é o anfitrião da casa, como sugere a imagem em que a mulher aparece servindo as crianças e fazendo as ‘honras’ da casa.

Para melhor exemplificar tais observações, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 1: Situações de homens e mulheres em afazeres domésticos

	6º. Ano	7º.	8º.	9º.
Mulheres em afazeres domésticos	1 – mulher lavando louça.	11 – arrumando a mesa, cozinhando, lavando louças e roupas.	2 – mulheres arrumando a mesa.	2 – mulheres cozinhando.

Continua

Conclusão

	6º. Ano	7º.	8º	9º
Homens em afazeres domésticos	2 – homens limpando a casa e cozinhando.	10 – arrumando a mesa, regando plantas, colocando o lixo para fora.	1 – homem arrumando a mesa.	1 – homem cozinhando.

Fonte: As autoras

Como vemos, as mulheres são representadas em afazeres domésticos mais vezes do que os homens (exceto no livro do 6º ano). No total temos 16 situações de mulheres e 14 de homens. Isso reforça o estereótipo de mulher dona de casa, limitada ao ambiente do lar. No entanto, é possível perceber que há um esforço da editora em tentar colocar o homem fazendo tarefas domésticas, o que em anos anteriores não era comum.

2. Mulheres e homens nas suas profissões

Em uma imagem do livro didático do 7º ano, vemos um homem engenheiro (profissão que exige Ensino Superior) e uma mulher dona de casa. Essa sua condição a afasta de qualquer capacitação profissional, limitando-a ao ambiente do lar. Quando uma mulher é representada trabalhando fora, ocupa posições subalternas, ‘servindo’ outras pessoas, e os homens continuam ocupando posições sociais superiores (homem policial), fato que justifica o salário do homem ser mais alto do que o da mulher, conforme aponta Oliveira (2008).

Observamos a tabela a seguir:

Tabela 2: Profissões desempenhadas por homens e mulheres

	6º. Ano	7º.	8º.	9º.
Mulheres	<i>Professora, recepcionista, secretária, vendedora, médica.</i>	<i>Professora, bibliotecária, garçonete, atendente, vendedora.</i>	<i>Vendedora, professora.</i>	<i>Professora, cabeleireira, secretária, atendente, bibliotecária.</i>
Homens	<i>Professor, pintor, policial, engenheiro, mecânico, técnico.</i>	<i>Professor, garçom, segurança, bombeiro, recepcionista.</i>	<i>Guarda de trânsito, inventor, cientista, poeta, escultor.</i>	<i>Veterinário, médico, técnico, policial, vendedor, professor.</i>

Fonte: As autoras

Como vemos, os trabalhos dos homens são, em sua maioria, aqueles que exigem Ensino Superior (engenheiro, médico, professor, veterinário). Já em relação às profissões das mulheres, poucas profissões o exigem (apenas as de professora e médica). Esse resultado é similar ao encontrado por Oliveira (2008), tal autora afirma que o leque de profissões apontado às mulheres é bem menor que o apontado aos homens. Desse modo, entendemos que cabe aos homens trabalharem fora, e às mulheres, o serviço doméstico. Se a mulher trabalha fora, ela é representada em profissões socialmente inferiores do que aquelas em que os homens são representados. Na pesquisa de Pereira (2013, p.34), o autor menciona que nos Livros Didáticos de Língua Estrangeira:

Há uma predominância de mulheres em profissões como professora, embora se encontrem homens nessa atividade profissional numa proporção próxima de duas mulheres para um homem. Já os homens predominam amplamente na ocupação de cargos de engenheiro, dentista, garçom, médico, canto e vaqueiro.

Nossa pesquisa consegue verificar questões similares à de Pereira (2013). Isso demonstra que ainda precisamos de mais pesquisas na área para que possamos ter um impacto nas mudanças de concepção de quem produz os Livros Didáticos.

3. Meninos e meninas em ambiente de lazer

Nas imagens do livro do 7º ano, vemos crianças brincando, meninos jogando basquete, futebol, andando a cavalo e soltando pipa, enquanto as meninas são representadas andando de bicicleta, pulando corda, ou desenhando. Essas representações contribuem para “que meninos e meninas aprendam já na infância que há um conjunto de comportamentos interditos para eles e para elas [...]” (AUAD, 2006, p. 145).

Vejamos a seguinte exposição:

Tabela 3: Situações de meninas e meninos em ambientes de lazer

	<i>6º. Ano</i>	<i>7º.</i>	<i>8º.</i>	<i>9º.</i>
Meninas em atividades de lazer	<i>5 – assistindo TV, jogando handball e vôlei.</i>	<i>7 – pulando pipa, andando de bicicleta.</i>	<i>4 – assistindo TV, andando de bicicleta.</i>	<i>2 – soltando pipa, jogando basquete.</i>
Meninos em atividades de lazer	<i>9 - jogando futebol e basquete.</i>	<i>12 – soltando pipa, pulando corda.</i>	<i>7 – jogando bola e videogame.</i>	<i>3 – andando de bicicleta e de skate.</i>

Fonte: As autoras

Somando-se a representação do gênero no ambiente de lazer chegamos a 31 situações em que meninos estão representados mais vezes que as meninas, 18 situações. Pode-se entender, assim, que somente os meninos têm direito ao lazer, e as meninas, por estarem muito ocupadas com os serviços de casa e com os filhos, conseguem poucas vezes desfrutar de tais momentos. Outro

aspecto importante é que as meninas estão fazendo atividades socialmente mais comuns a elas. Por que as meninas não estão andando de skate ou, então, jogando bola, ou videogame? Se elas tivessem fazendo algumas dessas atividades colaborariam para desconstrução de papéis.

As representações de gênero no Livro Didático têm causado preconceitos e desigualdades em relação às mulheres, como foi possível perceber nos relatos de outras pesquisas. Normalmente, o gênero feminino aparece como “desastrado” (IASNIEWICZ, 2012). Dessa forma, as meninas não saberiam andar de bicicleta, pular corda ou desenhar, revelando uma inferioridade em relação ao gênero masculino. Além disso, as mulheres são representadas como “donas-de-casa”, ou seja, não trabalham fora e ficam excluídas de conseguirem uma formação profissional, cabendo a elas cuidar da casa e dos filhos.

Nas análises feitas, percebemos que está implícita a ideia de que cabe às mulheres uma posição inferior à do homem. Propomo-nos a desnaturalizar essa crença. Nossas análises sobre relações de gênero e Livros Didáticos estão em consonância com a ACD, pois as imagens veiculadas em tais livros possibilitam a compreensão de que o homem tem mais poder, mais acesso e mais possibilidades na sociedade. Wodak (2004, p.235) afirma que, “para a ACD, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder”. E, conforme Fairclough (1995), o Livro Didático pode ser um instrumento para essa manutenção se não for utilizado de uma forma crítica.

Dessa forma, é necessário que os estereótipos veiculados nos Livros Didáticos venham a ser desconstruídos para que as escolas não sejam produtores de diferenças e desigualdades. Através da análise crítica feita pelo(a) professor(a), propiciando práticas de letramento crítico, é possível fazer com que os alunos/as realmente se sintam inseridos em uma sociedade igualitária.

Considerações Finais

Nesta pesquisa podemos perceber que as identidades de gênero no Livro Didático mostram que a figura feminina ainda é representada sob um estereótipo de dona de casa e mãe, que tem pouco tempo para o lazer, pois está muito ocupada com os serviços domésticos e os filhos.

Igualdade e respeito à diversidade é um dos princípios do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008). Tal documento se propõe a superar as desigualdades de gênero, combatendo, também, todos os tipos de desigualdade. O Edital PNLD sugere que as coleções didáticas se preocupem em reconhecer as marcas de identidade dos alunos, tais como gênero, etnia e classe social. É fundamental que os Livros Didáticos desnaturalizem as desigualdades e promovam o respeito às diferenças, formando, assim, cidadãos críticos, reflexivos, sem preconceitos e que respeitem os outros cidadãos e suas culturas. Sendo assim, é necessário que estereótipos e preconceitos de gênero, etnia, geração, linguagem ou orientação sexual sejam sempre desconstruídos em Livros e materiais didáticos.

Concluímos, pois, que é necessária a disseminação de mais pesquisas que abordem o gênero feminino, para que autores(as) de Livros Didáticos (re)pensem as representações de gênero ilustradas. Afinal, conforme já mencionado, a escola é formadora de identidades e os livros didáticos desempenham um forte papel nesse processo. Além disso, para que possamos ter uma sociedade igualitária, devemos formar alunos(as) livres de preconceitos e discriminações.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ARAÚJO, C. S. A.; ARAÚJO, A. D.; RIBEIRO, V. da S. Mafalda no mundo das desigualdades: uma análise sistêmico-funcional de um gênero multimodal e suas implicações no desenvolvimento do senso crítico da criança. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, v.6, n.1, p.109-130, 2012.

AUAD, D. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. **Caderno espaço feminino**, Uberlândia, v.16, n.19, p.57-76, jul-dez., 2006.

_____. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**, São Paulo, n.56, p.136-143, dez./fev., 2002-2003.

BELLIN, G. Estereótipos de gênero no Livro Didático de Língua estrangeira. **Revista X**, v.2, p.81-89, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria Especial de políticas para as mulheres. **II Plano Nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Língua Estrangeira Moderna**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998, p.142-150.

CHIN, E. Y.; ZAOROB, M. L. **Keep in Mind: 6ºano, 7ºano, 8º ano**. São Paulo: Scipione, 2009.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 305-322, jul./dez., 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**. Harlow/England: Longman, 1995.

FERREIRA, A. de J. Identidades sociais, letramento visual e letramento crítico: imagens na mídia acerca de raça/etnia. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v.51, n.1, p.193-215, 2012a.

_____. (Org.). **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade**: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as. Campinas: Pontes, 2012b.

_____; FERREIRA, S. A. Raça/etnia, gênero e suas implicações na construção das identidades sociais em sala de aula de línguas. **Rev. Let Revista Virtual de Letras**, v. 3, p.114-129, 2011.

FONSECA, G. C. C. **A leitura crítica dos padrões de beleza**: uma possibilidade de letramento midiático para o Ensino Médio. 2009. Dissertação (mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr., 1995.

GONÇALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.36, p.25-46, jan./jun., 2011.

IASNIEWICZ, D. A. **Relação de gênero nos livros didáticos de língua francesa**. 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Letras – Português\Francês) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

LIRA, A.; JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **REMPEC-Ensino, Saúde e Ambiente**, v.3, n. 1, p.22-41, abr., 2010.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v.19, n.2, p.17-23, maio/ago., 2008.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

MELO, I. F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, n.11, p.1-18, 2009.

NASCIMENTO, R. G.; BEZERRA, F. A. S.; HEBERLE, Viviane Maria. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v.14, n.2, p.529-552, jul./dez., 2011.

OLIVEIRA S. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira, **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v.47, n.1 p.91-117, jan./jun., 2008.

OLIVEIRA, W. S. A imagem da mulher nos Livros Didáticos e relações de gênero. **Gepiadde**, Itabaiana, ano 5, v.9, p.139-149, jan./jun., 2011.

PANOZZO, N. S. P.; RAMOS, F. B. Leitura da literatura infantil como possibilidade de multiletramento. **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v.15, n.1, p.39-63, jan./jun., 2012.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica do estado do Paraná**, SEED, 2008.

PEREIRA, A. L. Representações de Gênero em livros didáticos de língua estrangeira: Discursos gendrados e suas implicações para o ensino. In: _____. GOTTHEIM, L. (org.). **Materiais didáticos para o ensino de língua estrangeira**: Processos de criação e contextos de uso. v.1. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013, p.113-146.

PESSOA, R. R. O livro didático na perspectiva da formação de professores. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v.48, p.53-69, 2009.

_____; URZEDA-FREITAS, M. T. Challenges in Critical Language Teaching. **TESOL Quarterly**, v.46, n.4, p.753-776, 2012.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **D.E.L.T.A.**, v.23, n.1, p.1-26, 2007.

RAMOS, H. S. G.; RODRIGUES, A. Gênero e sexualidade nas políticas de educação: Aproximações possíveis dos parâmetros curriculares nacionais com a temática. **Revista FACEVV**, Vila Velha, ES, n.7, p.47-58, jul./dez., 2011.

ROJO, R. Apresentação: Protótipos didáticos para os multiletramentos. In: _____.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial – SP, 2012.

SANTOS, S. R. dos. Multiletramentos e ensino de línguas. **Revista ao pé da letra**. v.11.1, p.83-95, 2009.

SOUSA, E. S. de; ALTMANN, H. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, v.19, n.48, p.52-68, ago., 1999.

TILIO, R. A construção social de gênero e sexualidade em livros didáticos de inglês: que vozes circulam. In: FERREIRA, A. de J. (org.). **Identities sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as**. Campinas: Pontes, 2012b, p.121-144.

WODAK, R. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v.4, n. especial, p.223-243, 2004.

PARTE 3

Ensaio Fotográfico



Eu queria...

Rodrigo Czekalski

Eu quero um carro, futuro melhor para meus netos,
que meus versos tenham valor.

Eu quero melhorar meu carrinho de churros, eu quero um emprego
e quero ajudar minha mãe.

Eu tenho tantos sonhos...

Eu quero um pouco mais e tudo o que eu tenho já é suficiente para mim.

Sou doméstica, do lar, costureira, poetisa e aposentada.

São tantas coisas que eu quero, tantos sonhos que ainda não realizei...

Eu queria todos eles, mas um só me basta...

Eu queria... Eu queria...

Eu queria!



Sobre as autoras e os autores

Aline Tereza Borghi Leite – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do grupo de estudos de Sociologia das Profissões da UFSCar, liderado pela profa. Dra. Maria da Glória Bonelli.

Ana Cabrera – Doutora em História Política e Institucional Contemporânea com tese sobre Poder, jornais e jornalistas no período de Marcello Caetano; investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; coordenadora do Projeto “Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares”.

Aparecida de Jesus Ferreira – Doutora pela Universidade de Londres, Inglaterra. Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora do Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Caroline Loures Ogg – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), trabalhou como assistente social no Núcleo de Estudos da Violência Contra a Mulher e como orientadora social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; atualmente é aluna/residente do Curso de Especialização em Gestão Pública com Ênfase em Sistema Único da Assistência Social pela UEPG.

Edina Schimanski – Assistente social, mestre em Sociologia e *PhD* em Educação. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do Núcleo de Estudos “Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza”.

Felipe Araújo – Possui graduação em História (UFPR), graduação em Jornalismo (PUC-PR); com mestrados em Comunicação e Linguagem (UTP) e em Tecnologia e Sociedade (UTFPR).

Iêda Maria Janz Woitowicz – Graduada em Letras, especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, foi bolsista do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Governo do Estado do Paraná. É professora do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos “Paulo Leminski” (Lapa/PR) e da Faculdade Educacional da Lapa (FAEL).

Jéssica Martins de Araújo – Graduanda em Letras Português/Inglês na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista de Iniciação Científica e participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Identidades Sociais (GEPLIS).

Joana d’Arc Martins Pupo – Professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutoranda em Sociologia (UFPR) na Linha de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Saúde.

Juliandre Capri – Graduada em Direito pela Faculdade União de Ponta Grossa, especialista em Direito Civil, Imobiliário e Negocial pela Rede Luiz Flávio Gomes. Advogada desde 2012, atuou no Núcleo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Karina Janz Woitowicz – Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação, doutora em Ciências Humanas na área de Estudos de Gênero. É professora do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e coordenadora do Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero na mesma instituição.

Luana Márcia de Oliveira Billerbeck – Coordenadora do Projeto de extensão “Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa - NEVICOM”, mestre em Ciência Jurídica, docente do Departamento de Direito Processual da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz – Professora do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO, Guarapuava/PR). Docente do Departamento de História da UNICENTRO, é uma das coordenadoras do Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG). Atualmente é tutora do PET-História da UNICENTRO, e desenvolve pesquisas na área de Gênero e História.

Luísa Cristina dos Santos Fontes – Mestre em Letras-Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É membro do grupo “A Mulher na Literatura” da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), atualmente vice-coordenadora do GT na ANPOLL. Participa dos grupos de pesquisa registrados no CNPq: Poéticas do imaginário e memória (UNIOESTE) e Texto, subjetividade e ensino (UEPG).

Miriã Noeliza Vieira – Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especialista em História, Arte e Cultura pela mesma instituição.

Myriam Janet Sacchelli – Possui graduação em História e especialização em História do Brasil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente é professora assistente da UEPG.

Nanci Stancki da Luz – Doutora em Política Científica e Tecnologia (UNICAMP), professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE-UTFPR) e do Departamento Acadêmico de Matemática (UTFPR).

Paula Melani Rocha – Professora do Mestrado e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora-colaboradora do LabJor (UNICAMP). Possui graduação em Jornalismo pela Fundação Casper Libero e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto). Coordena o grupo de estudos Jornalismo e Gênero da UEPG (cadastrado no CNPq).

Rafael Garcia Carmona – Assistente social, mestrando em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Rodrigo Czekalski – Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), atua como fotógrafo profissional.

Solange da Silva Pinto – Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especialização em História, Arte e Cultura pela mesma instituição, em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e em Metodologia de Ensino em Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco.

Teresa Mendes Flores – Doutora em Ciências da Comunicação com uma tese na área da cultura visual; investigadora na História da Fotografia e do Cinema; professora auxiliar na Universidade

Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa. Membro do Centro de Investigação Media e Jornalismo e investigadora no Projeto “Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares”.

SOBRE O LIVRO

ISBN 978-85-7798-187-8

Fontes utilizadas Arial Narrow e Minion Pro

Produção editorial Estúdio Texto

Ano de publicação 2014

